

Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2011



Estudos SEGIB nº6

Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2011



Secretaría General Iberoamericana Secretaria-Geral Ibero-Americana

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)
Paseo Recoletos, 8
28001 - Madrid

Copyright SEGIB

Novembro de 2011

Autora do Relatório:
Cristina Xalma, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Direção:
Jose María Vera, Diretor de Planificação da Secretaria para a Cooperação da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Colaboração: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.
Gestora (Patricia González) e consultora (María Clara Sanín)

Fotografia capa: Projeto brasileiro de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, orientado para o estímulo da produção de soja e milho em Cuba. O pormenor deste projeto pode encontrar-se no Quadro II.6 do Capítulo II deste Relatório.

Concepção e produção: believe - www.believearts.com

Depósito Legal: M-46520-2011

ÍNDICE

ÍNDICE DE MATÉRIAS

APRESENTAÇÃO _____ 1

RESUMO EXECUTIVO _____ 5

CAPÍTULO I. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA: APROFUNDANDO OS PRINCÍPIOS DA SUA PRÁTICA* _____ 11

*A cargo dos Responsáveis da Cooperação Ibero-americana

I.1. Introdução

I.2. Origem dos Princípios da Cooperação Sul-Sul

I.3. Alguns critérios da Cooperação Sul-Sul

I.3.1. A Cooperação Sul-Sul como geradora e fortalecedora de capacidades

I.3.2. A Cooperação Sul-Sul como instância de colaboração e articulação

I.3.3. A Cooperação Sul-Sul como promotora da integração regional

I.4. Reflexão final

CAPÍTULO II. A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL _____ 21

II.1. Informação sobre a Cooperação Sul-Sul: avanços e desafios

II.2. Projetos e ações da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

II.2.1. Matrizes de Cooperação

II.2.2. Mapas de distribuição geográfica

II.3. As relações bilaterais: uma caracterização

II.4. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

II.4.1. Distribuição setorial de projetos e ações de cooperação

II.4.2. Perfil regional de capacidades e necessidades

II.5. O custo econômico da cooperação técnica: uma primeira aproximação

II.6. Ajuda Humanitária e de Emergência na América Latina e Haiti

CAPÍTULO III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA _____ 69

III.1. Introdução e notas metodológicas

III.2. Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América: principais características

III.3. Perfil regional de capacidades e necessidades

III.4. A Cooperação Sul-Sul Triangular: modos de articulação

III.5. Cooperação Triangular com o Haiti: Projetos e Ajuda de Emergência



CAPÍTULO IV. COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL _____ 91

- IV.1. Introdução e metodologia
- IV.2. Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: análise de experiências
 - IV.2.1. Programa Meso-americano de Cooperação
 - IV.2.2. Programas da Cooperação Ibero-americana
 - IV.2.3. Experiências andinas e sul-americanas
 - IV.2.4. Lições aprendidas
- IV.3. Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: o caso de Espanha

CAPÍTULO V. SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL E TRIANGULAR* _____ 115

*Autoria principal: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (Patricia González, Gestora da Unidade Técnica e María Clara Sanín, Consultora)

- V.1. Apresentação
- V.2. Critérios e metodologia
- V.3. Experiências sistematizadas
 - V.3.1. Argentina e Bolívia: construindo capacidades para esclarecer a verdade
 - V.3.2. Colômbia e Costa Rica: inovando com cooperação entre empresas públicas
 - V.3.3. Cuba e a aposta na erradicação do analfabetismo: “Eu, Sim Posso” no Panamá e na Nicarágua
 - V.3.4. Cultivo de moluscos, um repto conjunto entre o México e o Panamá
 - V.3.5. União hospitalar chileno-boliviana: as crianças em primeiro lugar
 - V.3.6. Paraguai: transformando a função pública com o apoio do Chile e de Espanha
 - V.3.7. República Dominicana, México e Alemanha: tecendo redes para gerir os resíduos sólidos
- V.4. Algumas aprendizagens a partir dos casos
 - V.4.1. Identificação
 - V.4.2. Formulação e negociação
 - V.4.3. Implementação
 - V.4.4. Resultados
- V.5. Reptos para o futuro

CAPÍTULO VI. A IBERO-AMÉRICA NA AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL _____ 137

- VI.1. INTRODUÇÃO
- VI.2. A AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) DESTINADA À IBERO-AMÉRICA
- VI.3. A AOD DE ESPANHA, PORTUGAL E ANDORRA PARA OS SEUS PARCEIROS IBERO-AMERICANOS

BIBLIOGRAFIA _____ 151

ANEXO _____ 157



ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro II.1. Indicadores para a Cooperação Sul-Sul: necessidades, possibilidades e desafios
- Quadro II.2. Projetos e Ações de cooperação com caráter “bidirecional
- Quadro II.3. A Saúde Materno-Infantil: uma prioridade para a Cooperação Sul-Sul
- Quadro II.4. A ganadaria na cooperação agro-pecuária da Argentina, Brasil e México
- Quadro II.5. A garantia aos Direitos Humanos: esforços a partir da Cooperação Sul-Sul
- Quadro II.6. Aplicações das técnicas de cultivo brasileiras: uma ilustração a partir da cooperação com Cuba e com a Costa Rica
- Quadro II.7. México: apoiando o fortalecimento institucional dos países da América Central
- Quadro II.8. O perfil de capacidades dos novos ofertantes: Equador, Peru e Uruguai
- Quadro II.9. A Ibero-américa pelo Haiti: Emergência, Reconstrução e Desenvolvimento
- Quadro III.1. Cooperação Sul-Sul Triangular: Aprendizagens e Desafios da Gestão
- Quadro III.2. Brasil, Alemanha e Peru: apostando nas Tecnologias Limpas
- Quadro IV.1. A Educação Inclusiva na Região Meso-americana
- Quadro IV.2. Programa Regional de Cooperação Técnica Horizontal em VIH-Sida

ÍNDICE DE ESQUEMAS

- Esquema II.1. Caracterização da informação sobre a Cooperação Sul-Sul. Relatório 2011
- Esquema II.2. Caracterização da informação disponível sobre o custo econômico
- Esquema III.1. Países ibero-americanos na Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo papel. 2010
- Esquema III.2. Mudanças na posição relativa dos primeiros ofertantes, segundo critério. 2010
- Esquema III.3. Variantes da Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo gênese e quadro institucional
- Esquema IV.1. Processo de institucionalização da Cooperação do México com a América Central
- Esquema IV.2. Processo de institucionalização da Cooperação Ibero-Americana



ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico II.1. Caracterização das redes das relações bilaterais dos países, no papel de ofertantes. 2010
- Gráfico II.2. Caracterização das relações bilaterais dos países, no papel de receptores. 2010
- Gráfico II.3. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por grupos setoriais de atividade. 2010
- Gráfico II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores. 2010
- Gráfico II.5. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, segundo dimensão de atividade. 2010
- Gráfico II.6. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, segundo setor de atividade. 2010
- Gráfico II.7. Perfil de capacidades dos principais receptores, segundo dimensão de atividade. 2010
- Gráfico II.8. Perfil de necessidades dos principais receptores, segundo setor de atividade. 2010
- Gráfico III.1. Peso dos cooperantes nos projetos de Cooperação Triangular, segundo papel. 2010
- Gráfico III.2. Peso de Ações e Projetos na CSS Triangular dos países, segundo papel. 2010
- Gráfico III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2010
- Gráfico III.4. Cooperação Sul-Sul Triangular, por setores. 2010
- Gráfico III.5. Perfil setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular. Principais cooperantes. 2010
- Gráfico VI.1. AOD líquida destinada aos países ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2010
- Gráfico VI.2. Distribuição do total da AOD para a região, por receptor. 2009
- Gráfico VI.3. Evolução da AOD mundial destinada aos principais receptores. 2000-2009
- Gráfico VI.4. Distribuição do total da AOD da região, por doador. 2009
- Gráfico VI.5. Peso dos doadores na AOD líquida destinada aos Países Ibero-americanos. 2000 y 2009
- Gráfico VI.6. AOD líquida total que Espanha destina a outros países da Ibero-américa. 2000-2010
- Gráfico VI.7. Distribuição do total da AOD espanhola para a região, por receptor. 2010
- Gráfico VI.8. AOD e Ajuda Humanitária (AH) espanhola destinada ao Haiti. 2000-2010
- Gráfico VI.9. AOD líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-américa. 2000-2010

ÍNDICE DE MAPAS

- Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, segundo o papel. 2010
- Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo o papel. 2010

ÍNDICE DE MATRICES

- Matriz II.1. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2010
- Matriz II.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2010
- Matriz II.3. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2010
- Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2010



ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela I.1. Objetivos da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD), segundo Plano de Ação de Buenos Aires (1978)
- Tabela I.2. Recomendações assinadas no Plano de Ação de Buenos Aires, por âmbito espacial
- Tabela II.1. Custe econômico de Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2010
- Tabela II.2. Contribuição econômica de países que exercem o papel de ofertantes. Projetos de CHSSB. 2010
- Tabela II.3. Contribuição econômica de países que exercem o papel de receptores. Projetos de CHSSB. 2010
- Tabela II.4. Principais operações de Ajuda Humanitária e de Emergência. 2010
- Tabela III.1. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2010
- Tabela III.2. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2010
- Tabela III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular dos países ibero-americanos com o Haiti. 2010
- Tabela IV.1. Relatório de Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, segundo país. 2010
- Tabela IV.2. Programa Meso-americano de Cooperação (componente México), por Projetos e Países cooperantes. 2010
- Tabela IV.3. Seleção de Programas Ibero-americanos de Cooperação. Caracterização e balanço dos últimos anos (2006-2010)
- Tabela IV.4. Seleção de Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, nas regiões andinas e sul-americana. 2010
- Tabela IV.5. Apoio de Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através da sua AOD. 2010
- Tabela IV.6. Identificação, negociação, formulação e financiamento dos Programas de CHSSR apoiados pela AOD espanhola, de acordo com o quadro de concertação
- Tabela V.1. Critérios para sistematizar experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e Triangular
- Tabela V.2. Casos sistematizados pelo Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). 2010 e 2011
- Tabela V.3. Resumo das aprendizagens, por critérios e casos
- Tabela V.4. Resumo das aprendizagens dos casos, por critérios
- Tabela VI.1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Financiamento para o Desenvolvimento. 2000-2010
- Tabela VI.2. Fundo de Cooperação para Água e Saneamento, segundo receptor. 2010
- Tabela A.1. Classificação setorial aplicada aos Projetos de Cooperação Sul-Sul
- Tabela A.2. Custe econômico de Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2010
- Tabela A.3. Projetos ibero-americanos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral no Haiti. 2010
- Tabela A.4. AOD líquida mundial destinada aos países em desenvolvimento, segundo doador. 2000-2009
- Tabela A.5. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo receptor. 2000-2009
- Tabela A.6. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo doador. 2000-2009
- Tabela A.7. AOD líquida destinada por Espanha ao resto dos países ibero-americanos. 2000-2010



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2011, a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) publica que já é a quinta edição do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*. Após cinco anos de publicação anual, chegou o momento de poder fazer um primeiro balanço que nos aproxime a algumas das suas contribuições e extrair algumas aprendizagens e iniciar um caminho de novos reptos.

Efetivamente, o Relatório e as suas diferentes edições permitiram, em primeiro lugar, mostrar a partir de dados contrastados, uma dinâmica de promoção da Cooperação Sul-Sul na região; não só uma aproximação à sua evolução como também o papel desempenhado por cada um dos países. Em segundo lugar, o Relatório deu visibilidade a esta Cooperação Sul-sul, e isto tanto em relação ao exterior como ao interior de cada participante. Em terceiro lugar, a posição do Relatório como Linha de Trabalho do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, aprovado na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de São Salvador em São Salvador em 2008, acompanhou um processo no qual as capacidades (institucionais e metodológicas) das unidades técnicas de cooperação dos países saíram reforçadas. Por fim e já há três edições, a inclusão de um exercício de reflexão compartilhado pelos países sobre a Cooperação Sul-Sul, permitiu dotar de fundamentos teóricos a prática desta cooperação na Ibero-América, assim como dar lugar a posições regionais que permitiram situar uma visão de bloco da Cooperação Sul-Sul em diferentes debates internacionais.

A satisfação pelo trabalho feito, no entanto, obriga-nos a ser mais exigentes relativamente ao futuro e à planificação de novos e estimulantes reptos. Assim, o Relatório deve continuar a ser melhorado, pois só um maior rigor no tratamento da informação permitirá que as conclusões obtidas se aproximem cada vez mais à realidade que tentam explicar. Este repto abordar-se-á a partir do trabalho que os países continuam a realizar no Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Para a SEGIB, a referida melhoria apresenta a maior motivação para continuar a avançar para o nosso grande repto: consolidar o Relatório como uma ferramenta útil para os países ibero-americanos, assim como referência para as tarefas de Cooperação Sul-Sul de outras regiões em desenvolvimento.

Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, à data de 1 de novembro de 2011

PAÍS	ORGANISMO	TITULAR RESPONSÁVEL
ANDORRA	Ministério de Assuntos Exteriores e Relações Institucionais	Sra. María Ubach
ARGENTINA	Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto	Sra. Julia Levi
BOLÍVIA	Ministério de Planificação do Desenvolvimento	Sr. Harley Rodríguez
BRASIL	Agencia Brasileira de Cooperação (ABC)	Sr. Marco Farani
COLÔMBIA	Ministério de Relações Exteriores	Sra. María Andrea Albán
COSTA RICA	Ministério de Relações Exteriores	Sra. Circe Villanueva
CUBA	Ministério de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro	Sr. Orlando Hernández
CHILE	Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI)	Sr. Jorge Antonio Daccarett
EQUADOR	Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI)	Sra. Gabriela Rosero
EL SALVADOR	Ministério de Relações Exteriores	Sr. Jaime Miranda
ESPAÑA	Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)	Sra. Julia Olmo
GUATEMALA	Sub-secretaria de Cooperação Internacional	Sra. Ana María Méndez
HONDURAS	Secretaria Técnica de Planificação e Cooperação	Sra. Lidia Fromm
MÉXICO	Secretaria de Relações Exteriores	Sr. José Octavio Tripp
NICARÁGUA	Ministério de Relações Exteriores	Sr. Valdrack Jaentschke
PANAMÁ	Ministério de Relações Exteriores	Sra. María Celia Dopeso
PARAGUAI	Ministério de Relações Exteriores	Sr. Antonio Rivas
PERU	Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)	Sr. Carlos Pando
PORTUGAL	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)	Sr. Augusto Manuel Correia
R. DOMINICANA	Sub-secretaria Técnica da Presidência	Sra. América Bastidas
URUGUAI	Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI)	Sr. Martín Rivero
VENEZUELA	Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores	Sr. Rubén Molina

RESUMO EXECUTIVO

A presente edição do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-américa* centrou a sua análise no modo como no ano 2010 evoluíram as suas principais modalidades (Bilateral, Triangular e Regional). De forma complementar, o Relatório reviu o sucedido com os fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) em que participaram os países ibero-americanos, num contexto marcado pela crise econômica internacional. Também na mesma linha de anteriores edições, o Relatório incluiu uma reflexão compartilhada acerca dos princípios que acompanham a prática da Cooperação Sul-Sul na Ibero-américa.

Com efeito, o **primeiro capítulo** expõe a visão que os países têm a respeito de alguns dos critérios sobre os quais a região constrói a sua Cooperação Sul-Sul. Atendendo para tal ao estabelecido nas edições de 2009 e 2010 e tomando como referência (relativamente à cooperação Técnica) o apresentado no Plano de Ação de Buenos Aires de 1978, o Capítulo **reflete e conceptualiza sobre os fundamentos teóricos que sustentam a Cooperação Sul-Sul como geradora e fortalecedora de capacidades; como instância de colaboração e articulação; e como promotora da integração regional.**

O **segundo capítulo** inicia a análise do que aconteceu com as diferentes modalidades de Cooperação Sul-Sul que foram consideradas para o espaço Ibero-americano e, em particular, com a **Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral**. Importa assinalar aqui que cada uma destas modalidades pode ser abordada com uma profundidade maior do que em exercícios anteriores. Isto foi possível graças ao trabalho que desde o início do ano de 2010 se promoveu no quadro do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e que permitiu aos países avançar para uma maior conceptualização e um maior rigor metodológico.

Conforme o referido anteriormente e como se conclui da análise realizada, **ao longo do ano de 2010 os países ibero-americanos intercambiaram entre eles um total de 529 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral**, assim como 313 ações. Relativamente a eles:

- a) **Mais de 96% dos projetos basearam-se na transferência de capacidades a partir do Brasil e Cuba** (praticamente 60% do total); **México e Argentina** (que somaram conjuntamente mais 27%); mais o **Chile e a Colômbia** (9%). Perante esta concentração em torno de apenas seis países, houve também uma **incipiente presença de novos cooperantes**. Assim, os projetos promovidos pelo **Peru, Equador, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana** (cerca de 4%), voltaram a demonstrar as possibilidades que a Cooperação Sul-Sul oferece a todos os países para que, independentemente do seu nível de desenvolvimento relativo, possam desenvolver e intercambiar alguma capacidade setorial.
- b) Entretanto, **cerca de 40% dos projetos registrados em 2010 executaram-se em El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Colômbia**. Praticamente todo o resto (cerca de 55%), distribuiu-se em percentagens equivalentes, entre dois grandes grupos de países: Paraguai, Costa Rica, Guatemala, México e Peru (27,8%); Equador, Venezuela, Cuba, República Dominicana, Brasil, Panamá e Uruguai (26,8%). Cerca de 5,5% dos projetos restantes foram executados nas Honduras (2,5%), na Argentina (2,1%) e no Chile (0,9%).
- c) Por outro lado, **pouco mais de 60% dos 529 projetos tiveram como propósito o desenvolvimento social (28,1%) e econômico (33,2%) dos países ibero-americanos**. Dentro destes últimos, os projetos orientados para fortalecer os setores produtivos (cerca de 60%) destacaram-se perante os que apoiavam a criação de infra-estruturas e serviços (40%). O resto dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (um notável valor de 39%) relacionaram-se com atividades catalogadas à margem do sócio-econômico.

d) Também o peso que as diferentes atividades tiveram sobre o total dos projetos relacionou-se diretamente com o **perfil de capacidades e necessidades dos países**:

- **Do lado das capacidades**, a cooperação que o **Brasil** realizou em 2010 teve uma orientação muito sócio-econômica, com forte apoio a projetos em Agricultura, Educação, Saúde e Saúde Reprodutiva; conjuntamente a outros destinados ao fortalecimento das instituições governamentais e à melhoria do Meio ambiente. **Cuba e Chile** foram os países que mostraram um perfil mais marcadamente social, com ênfase em Educação, Saúde e Políticas Sociais. Entretanto, o **México e Argentina** basearam os seus projetos em combinar a transferência de capacidades sócio-econômicas (Agricultura, Ciência e Tecnologia, Educação e Saúde) com outras muito centradas no Fortalecimento das instituições públicas receptoras; um tipo de perfil que também primou no caso da **Colômbia** (75% dos seus projetos).
- **Do lado das necessidades**, **El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Peru** procuraram fortalecer tanto as suas capacidades sociais (Educação e Saúde) como as econômicas (Agricultura); **a Bolívia, México, Equador e Venezuela** apresentaram, pelo seu lado, um perfil de necessidade com um componente marcadamente social; no **Paraguai, Guatemala e na República Dominicana** prevaleceram os projetos orientados para o Fortalecimento das instituições públicas e Meio ambiente; e só na **Colômbia e em Cuba**, a maior parte da cooperação recebida procurou preferencialmente o apoio às capacidades de tipo econômico.

e) Por fim e com o **propósito de avançar no conhecimento da dimensão real da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral**, a presente edição do Relatório recompilou **mais e melhor informação acerca de** outra variável diferente do número de projetos e ações: **o seu custo econômico**. Neste sentido e ainda com **informação muito parcial e incompleta, pode afirmar-se que, a execução de pelo menos de uma parte da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral do ano 2010, implicou para a região um desembolso mínimo de 42,5 milhões de dólares**. O valor obtido situa-se muito abaixo do que o valor que se obteria se houvesse dados completos. Em qualquer caso, o que hoje contribui com mais informação não é o valor global mas sim a divisão do custo por componentes (conhecer por exemplo a parte que cada parceiro assume) pois orienta e facilita aos tomadores de decisões a sua gestão da Cooperação Sul-Sul.

Por outro lado e como se apresenta no **terceiro capítulo, no ano de 2010 os países ibero-americanos promoveram na região um total de 83 intervenções de Cooperação Sul-Sul Triangular (42 projetos e 41 ações)**. Este número praticamente dobrou o registrado em 2009, quando a soma de ações sob esquemas triangulares ascendeu a 46. Relativamente aos 42 projetos, importa assinalar o seguinte:

a) O papel de cada um dos países e o seu grau diferiu:

- Transferindo capacidades, no exercício de **primeiros ofertantes**, destacaram-se o **Chile, México e Brasil**, que participaram em cerca de 93% dos 42 projetos. Nos restantes 7%, quem exerceu o papel de primeiros ofertantes foram a **Colômbia e Cuba**.
- Apoiando sobretudo com contribuições financeiras, os **segundos ofertantes** que realizaram mais projetos foram a **Alemanha** (26%) e o **Japão** (24%). Participaram também no Programa Mundial de Alimentos (PMA) (17%); Estados Unidos (14%); **Espanha** (5%); a Organização Pan-americana da Saúde (OPS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Canadá e a **Argentina** (cerca de 2,4% em cada um dos casos).

-
- Por fim, mais de uma dezena de países destacaram-se como **receptores** e destinatários da transferência de capacidades. Destacaram-se: o **Paraguai** (quase 33% do total de projetos); **El Salvador** (14%), **Equador, Bolívia e Colômbia** (somaram juntos um pouco mais de 30%); **Guatemala** (7,1%); conjuntamente com a **Costa Rica, Nicarágua, República Dominicana, Peru e Uruguai** (2,4% cada um).

b) Por sectores, destacaram-se **projetos de elevada complexidade científico-tecnológica**. Em concreto, a maioria dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular (**mais de 60%**) relacionaram-se com áreas de **caráter social e econômico** numa proporção de 50-50%, destacando: os dedicados à investigação e fortalecimento de Sistemas de Saúde e Políticas Sociais; assim como os de Segurança Alimentar e desenvolvimento de Técnicas Fito-sanitárias em Agricultura e Pesca. O resto dos projetos, quase 40%, mantiveram um perfil diferente, destinados ao apoio a instituições de Governo e ao Meio Ambiente.

c) Por último, a informação que os países reportaram este ano permitiu, a partir de um estudo de casos, um primeiro exercício de **aproximação a outros aspetos mais qualitativos da Cooperação Sul-Sul Triangular**. Tratou-se de conhecer algo mais sobre as suas **“fórmulas de articulação”**: quer dizer, sobre tudo o que se refere ao modo como nasce uma triangulação; como consegue envolver os cooperantes; e o quadro institucional sob o qual se regulam as relações entre todos os seus participantes. A referida análise permitiu identificar algumas orientações gerais, mas deixou alguns desafios pendentes, como o aumento do universo de casos; assim como a identificação das vantagens e inconvenientes do estabelecimento de fórmulas institucionais perante outras.

No que diz respeito ao **quarto capítulo**, dedicado à **Cooperação Sul-Sul Regional**, importa assinalar, que, antes do relatório de informação, houve um exercício de redefinição e conceptualização desta modalidade. Fruto deste esforço, houve também um melhor e mais rigoroso registro e tratamento da informação. Isto permitiu:

- a) Realizar, como em edições anteriores, um **estudo de casos**. Para isso **selecionaram-se experiências cujo aspeto diferencial mais importante foi o tipo de institucionalidade** sob as quais se executaram. Em concreto, analisaram-se **várias tipologias de Programas de Cooperação**: Bilaterais de caráter regional; Triangulares executados em vários países; e Programas integrados em esquemas de integração regional.
- b) **Aprofundar**, de forma análoga como sucedeu com a Cooperação Sul-Sul Triangular e para cada uma das experiências selecionadas, **em aspetos mais qualitativos dos Programas** (como podem ser o seu funcionamento e a sua arquitetura institucional).
- c) **Proceder**, em alguns âmbitos de análise, **à sistematização e inclusivamente à enumeração dos Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional**, algo que até agora não se podia fazer.
- d) **Analisar**, através da experiência espanhola, **o modo como a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) pode contribuir para fortalecer esta modalidade de cooperação**.

O **quinto capítulo** deu continuidade relatado no *Relatório 2010*, referente à **identificação e sistematização de casos**. Enquadrado na Linha de Ação número 5 do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, este capítulo relata os avanços conseguidos em termos de **definição de critérios para identificar casos; assim como o do desenvolvimento de uma proposta metodológica para a sua sistematização**.

Assim, enquanto no ano passado a referida metodologia se aplicou a dois projetos bilaterais; este ano o universo de experiências aumentou para sete projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e, inclusivamente, a dois de Cooperação Sul-Sul Triangular. Da sua análises obtêm-se **aprendizagens acerca do modo como a Ibero-américa executa a sua Cooperação Sul-Sul**; aprendizagens que nutrem de novos fundamentos teóricos as análises abordadas no primeiro capítulo acerca dos princípios que acompanham a prática desta cooperação.

Relativamente ao **sexto capítulo**, a aproximação da data (2015) na qual se deveriam ter conseguido alcançar os Objetivos do Milênio (ODM), conjuntamente a um contexto de crise econômica mundial e ajuste fiscal por parte dos principais doadores, marca o quadro com que se aborda a evolução da **Ajuda para o Desenvolvimento (AOD) mundial** em que participaram os países ibero-americanos. Com efeito, enquanto que o volume total de AOD mundial registrou ainda uma certa dinâmica de crescimento, os fundos destinados especificamente à América Latina ficaram em torno de 5.700 milhões de dólares. A combinação de ambas as tendências aprofundou **a deslocação da América Latina como receptora de AOD mundial**, a partir de um máximo de 9,0% no ano 2011 para 4,5% nos finais da década. Tudo isso **apesar do esforço realizados por doadores como Espanha**, que, obrigada pela crise a uma reprogramação dos seus compromisso financeiros para com a Cooperação para o Desenvolvimento, apenas reduziu a sua AOD à região de 1,066 milhões de dólares em 2009 para 927 milhões de 2010,

Por fim, importa destacar aqui que **a presente edição do relatório não pode deixar de abordar a emergência vivida pelo Haiti** no início de 2010. A tragédia (após um terremoto de grau 7 na escala de Richter) encontrou resposta em todas as partes do mundo e muito especialmente na Ibero-américa. Neste sentido, vários capítulos descrevem o modo como todos os países dividiram a sua solidariedade e promoveram neste país diferentes atuações: algumas, as mais imediatas, de curto prazo, orientadas para conseguir o pronto re-estabelecimento da normalidade e da vida quotidiana da população; outras; de médio e longo prazo, mais centradas no propósito de facilitar a reconstrução do país e o seu regresso ao caminho do desenvolvimento.

CAPÍTULO I
A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA:
APROFUNDANDO OS PRINCÍPIOS DA SUA PRÁTICA

I.1. Introdução

Conjuntamente com o esforço sistemático de refletir as ações e iniciativas da Cooperação Sul-Sul na região, as duas edições anteriores do *Relatório da Cooperação Sul-Sul (CSS) na Ibero-América*, uma tarefa coletiva para contribuir para a reflexão e a conceptualização sobre os fundamentos teóricos que, como critérios e princípios, dão sustento à sua prática.

Esta tarefa, realizada de forma conjunta pelos Responsáveis pela Cooperação Ibero-Americanos, tem por objetivo contribuir para a sistematização de informação de ações de CSS e gerar análises, comparadas a partir da diversidade de experiências e práticas compartilhadas.

No presente capítulo pretende-se avançar no debate, tomando como base um trabalho sobre três dos critérios apresentados de forma geral nos *Relatórios 2009 e 2010*.

- *A Cooperação Sul-Sul como geradora e fortalecedora de capacidades.*
- *A capacidade de colaboração e articulação da Cooperação Sul-Sul.*
- *A Cooperação Sul-Sul como impulsionadora da integração regional.*

I.2. Origem dos Princípios da Cooperação Sul-Sul

O primeiro espaço em que se começaram a delinear alguns “princípios” da CSS foi no quadro do 32º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1977. Esta reunião deu origem a uma resolução que incluiu um primeiro esforço por definir os objetivos da Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) e, de forma incipiente, os seus princípios. Neste momento, definiu-se que a CTPD era um mecanismo para promover a capacidade nacional e coletiva dos países em desenvolvimento de tal forma que possam valer-se de meios próprios. Essa mesma resolução inclui que esta modalidade estava orientada para aumentar a capacidade criadora dos países para resolver os seus problemas de desenvolvimento.¹

Em 1978, sempre no quadro das Nações Unidas, 138 países adotaram por consenso o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) ou plano para promover e realizar a CTPD, o qual foi amplamente tratado nos relatórios anteriores. Assim, e para o interesse deste capítulo, considerou-se que era pertinente referir vários aspetos do seu conteúdo. Com efeito, o PABA estabeleceu 9 objetivos da CTPD assim como 38 recomendações, das quais catorze se dirigiam a governos nacionais, sete ao espaço regional, uma ao âmbito inter-regional e dezasseis a nível mundial (ver Tabela I.1 anexa ao capítulo). Todas estas contribuições organizadas como Plano de Trabalho transformaram-se no documento de fundação do que agora conhecemos como Cooperação Sul-Sul (CSS) na sua dimensão técnica.

No referido documento registaram-se alguns dos princípios básicos da Cooperação Técnica, entre eles o benefício mútuo e a geração da auto-suficiência nacional e coletiva. Fez-se também alusão ao impacto que tem a política e o comportamento dos países mais desenvolvidos no progresso das nações menos desenvolvidas.

*Elaborado com base numa proposta preparada por Claudia Aguilar Garza (Diretora Geral de Cooperação do Vice-ministério da Cooperação para o Desenvolvimento de El Salvador), revista e comentada por 21 dos 22 Responsáveis de Cooperação dos Países ibero-americanos. A República Bolivariana da Venezuela é da opinião que o Capítulo não reflete nem a sua opinião nem a sua posição em relação à Cooperação Sul-Sul.

¹Resolução sobre: Cooperação Técnica entre os países em Desenvolvimento
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/320/65/IMG/NR032065.pdf?OpenElement>, e
Conferência das Nações Unidas sobre A Cooperação técnica para os países em Desenvolvimento.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/320/66/IMG/NR032066.pdf?OpenElement>

Sem dúvida, e é imprescindível destacá-lo, o PABA representou uma oportunidade única para os países em desenvolvimento de elevar a outro nível a discussão sobre os objetivos que, até então, se haviam referido nas relações com a cooperação tradicional, fundamentalmente através da cooperação económica e/ou financeira. Os 9 objetivos, assim como as 38 recomendações, sugeriram – a partir de outro enfoque e de forma vanguardista – a necessidade de gerar e fortalecer as relações económicas, sociais, culturais e políticas entre as nações, acelerar o desenvolvimento nacional e coletivo e corrigir as distorções provocadas pelas relações assimétricas entre países através da CT.²

Nesse momento, a Cooperação Técnica foi definida como um “processo consciente, sistemático e politicamente motivado” que se destacava por contar com os seguintes princípios:

- *A não interferência dos países cooperantes nos assuntos de outros Estados,*
- *A igualdade entre os associados e*
- *O respeito pelos conteúdos locais do desenvolvimento.*

I.3. Alguns critérios da Cooperação Sul-Sul

Em seguida apresentamos uma breve análise do conceito e amplitude de três dos critérios da CSS que nesta oportunidade serão trabalhados: a CSS como instância de colaboração e articulação; *o caráter de colaboração e articulação da CSS;* e *a Cooperação Sul-Sul como promotora da integração regional.*

I.3.1. A Cooperação Sul-Sul como geradora e fortalecedora de capacidades

Como foi reconhecido nos relatórios anteriores, existe um consenso geral acerca de que o valor acrescentado principal da Cooperação Sul-Sul é a sua contribuição para o desenvolvimento e fortalecimento de capacidades entre parceiros numa relação horizontal, onde ambas as partes beneficiam do intercâmbio. Este desenvolvimento realiza-se tanto através do intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e experiências como do desenvolvimento de capacidades, na medida em que fortalece os recursos humanos, institucionais e os sistemas nacionais de cooperação, incentiva a produção e utilização do conhecimento, capacidades e perícia locais; e promove a sistematização e análise de experiências bem sucedidas. Nesse sentido, torna-se numa modalidade idónea que contribui para fortalecer a apropriação e liderança nacional nos países em desenvolvimento.

Uma vez que o intercâmbio se produz com base nas necessidades que os países expressam nas suas prioridades e planos nacionais, uma das suas características relevantes é o nível de apropriação que implica. Isto é especialmente importante dado que uma das principais críticas que recai sobre o modelo de Assistência Técnica da cooperação tradicional é que ainda é geralmente uma modalidade de cooperação mais orientada pela oferta do doador do que pela própria necessidade do país parceiro, mais além dos avanços registrados.³

Perante este contexto, a experiência que a Cooperação Sul-Sul pode trazer em matéria de articulação com os planos nacionais de desenvolvimento, de participação ampla na formulação de todos os atores envolvidos e adaptabilidade das propostas, pode trazer valiosos elementos para avançar em abordagens conjuntas perante os principais problemas do desenvolvimento, contribuindo para a sustentabilidade das soluções.

É certo que isto não quer dizer que toda a CSS se realiza sob esta perspectiva, mas se considerarmos que

² <http://ssc.undp.org/ss-policy/policy-instruments/buenos-aires-plan-of-action/>

³ Apresentação de avaliação e descobertas da Inquérito de Seguimento à Declaração de Paris apresentados perante o WP-EFF no dia 7 de julho de 2011, pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD).

é necessário destacar o seu potencial e as boas práticas que a apoiam, que podem enriquecer o modelo tradicional de assistência técnica, dotando-a de critérios que permitam aos parceiros ponderar, analisar e aprender com as suas próprias práticas.

Neste sentido, é ainda necessário trabalhar na região na elaboração de critérios mínimos que permitam avaliar as contribuições que esta cooperação realiza, que pode adotar formas diferentes que incluem intercâmbio de conhecimentos e experiências, atividades de formação, transferência tecnológica, cooperação financeira e contribuições em espécie (ONU, 2009), uma vez que mobiliza uma grande quantidade de recursos que geram e acrescentam valor ao intercâmbio. São importantes por isso os avanços que se estão a gerar a partir do Programa de Cooperação Sul-Sul para desenvolver critérios de monitorização e ponderação, por exemplo para a identificação de boas práticas e casos bem sucedidos, que nos permitam conhecer e avaliar melhor o impacto das intervenções da Cooperação Sul-Sul garantindo critérios mínimos de comparabilidade entre os países da região, a fim de poder mostrar números homogêneos sobre a contribuição regional para a Cooperação Sul-Sul.

Para além destes avanços, é importante desenvolver estratégias para valorizar e tornar visíveis diversos aspetos do intercâmbio e do fortalecimento de capacidades:

1. Valor do conhecimento gerado na região para enfrentar problemas comuns do desenvolvimento
2. Valor das políticas públicas que demonstraram resultados bem sucedidos na região
3. Valor do recurso humanos, especialmente de especialistas e funcionários públicos mobilizados pela Cooperação Sul-Sul

Importa assinalar que, quando nos referimos a valor não falamos apenas em termos de monetarização (que não deixa contudo de ser importante, especialmente para os países que beneficiam da cooperação, tanto por questões de registro e visibilidade como da própria sustentabilidade das ações), mas sim da necessidade de refletir e tornar visível tudo o que a CSS mobiliza no quadro dos seus intercâmbios, a partir do reconhecimento que o fortalecimento de capacidades e o intercâmbio de conhecimentos são aspetos flexíveis e dinâmicos, que devem adaptar-se ao contexto de mudança tecnológica, social, política e económica e de complexificação dos problemas relacionados com o desenvolvimento que os países hoje enfrentam.

Neste sentido, e a partir da experiência acumulada na nossa região, é possível avançar para um modelo que dê atenção a outros aspetos ou elementos que contribuam para fortalecer a CSS. Especialmente, referimo-nos a três pontos em questão, nos quais existem oportunidades para avançar.

- Dum intercâmbio mais centrado em aprendizagens individuais, dum intercâmbio que promova aprendizagens e mudanças institucionais que possam incidir no desenvolvimento dos países.
- Dum intercâmbio onde os protagonistas geralmente são atores estatais, diversificar os sujeitos e os cenários de ação, para fomentar uma apropriação mais democrática e desta forma gerar oportunidades para que diferentes coletivos possam beneficiar também do valor que a CSS lhes traz. É importante destacar que se conseguiram avanços neste sentido com a sociedade civil e académica, que é necessário continuar a fortalecer.
- Dum modelo de missões e intercâmbio de capacidades técnicas, e gerar alianças estratégicas entre setores e políticas públicas, que fomentem associações sustentáveis e o acompanhamento e aprendizagem contínua entre as partes.

O conhecimento e as lições derivadas das iniciativas da CSS no desenvolvimento de capacidades, situam-na numa situação privilegiada para avançar nestes sentidos, enriquecendo a modalidade de assistência técnica da cooperação tradicional, e gerando redes e comunidades de prática que potenciem as capacidades que os Estados da região têm para enfrentar de forma conjunta os desafios do desenvolvimento.

I.3.2. A Cooperação Sul-Sul como instância de colaboração e articulação

A colaboração e articulação que deve fortalecer-se em torno da CSS está chamada a cumprir um papel fundamental na constituição de uma associação para o desenvolvimento que tem como característica central a horizontalidade.

Já no *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2009*, onde se apresentam os principais critérios e pontos fortes da CSS, refere-se o carácter não substitutivo que esta cooperação tem em relação à Cooperação Norte-Sul, destacando-se algumas características próprias. Esta ideia de não substituição é muito importante com o objetivo de fortalecer a CSS como instância de colaboração e articulação, em atenção a:

- Fomentar o crescimento e autonomia da CSS;
- Assumir as responsabilidades que tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento compartilham em relação aos objetivos estabelecidos pela comunidade internacional;
- Reconhecer as contribuições que a CSS a partir da sua especificidade realiza em esforços a favor do

a partir de um paradigma de desenvolvimento meramente economicista para um modelo multidimensional, que reconheça que a consecução dos principais objetivos de desenvolvimento não pode esgotar-se apenas numa agenda de redução da pobreza, mas também de redução da desigualdade.

Isto implica reconhecer também que se a questão do desenvolvimento é complexa e devida a causas múltiplas, requer por isso abordagens diversas. A CSS reivindica a sua vocação de se articular e contribuir, na medida do possível, para uma maior coordenação com os esforços que a Cooperação Norte-Sul realiza, com o objetivo de fomentar a eficácia e conseguir melhores resultados; e exige por sua vez a consecução de uma maior coerência nas diferentes políticas e estratégias que o mundo desenvolvido promove para financiar o desenvolvimento.

Neste contexto, configurando por um mundo cada vez mais multipolar, já assistimos, especialmente nos últimos, anos, como a Cooperação Sul-Sul adquire maior relevância, refletindo-se no sustentado aumento dos fluxos de intercâmbio e uma maior presença em todos os fóruns de diálogo internacional. Este mesmo cenário de multipolaridade, torna possível também a existência de relações Sul-Norte, dada a expertise e o desenvolvimento alcançado pelo Sul em alguns temas específicos, a partir dos quais poderão explorar-se novas articulações, que seguramente refletirão a flexibilidade e o potencial colaborativo que a CSS fomenta.

Por exemplo, o conhecimento e a tecnologia relativos à promoção do microempresário; o que se refere aos programas de transferências condicionadas; ou a serviços relacionados com I + T, já não se encontram exclusivamente no Norte, mas também em nações emergentes do mundo em desenvolvimento, que apresentam além disso vantagens comparativas em relação à adaptabilidade e aos custos. Também é pertinente explorar novas articulações entre atores públicos e privados, para promover a colaboração em torno de objetivos comuns de desenvolvimento, integrando capacidades e fomentando sinergias que permitam maior eficiência e sustentabilidade nos impactos.

Neste contexto, a experiência da CSS na região ibero-americana tem muito para contribuir, fomentando associações que, sobre as bases dos planos e prioridades dos parceiros, realizem uma contribuição para a ampliação das capacidades no local onde sejam necessárias.

1.3.3. A Cooperação Sul-Sul como promotorar da integração regional

A CSS é desde a sua origem uma modalidade que promove a integração, vista não só a partir de um enquadramento institucional, mas sim a partir da possibilidade de estreitar laços e definir parceiros a partir de interesses comuns.

Este critério também foi amplamente validado pelos responsáveis pela cooperação da região, que destacaram tanto o valor que a CSS tem no interior do espaço ibero-americano, promovendo a integração e a boa vizinhança, como para o exterior, no trabalho com outras regiões do mundo em desenvolvimento com as quais é necessário fortalecer os vínculos e as alianças que contribuam não só para a solução dos problemas compartilhados do desenvolvimento, como também para a construção de um governo global mais participativo e inclusivo.

Os processos de integração regional na América Latina e no Caribe são complexos e envolvem por sua vez diferentes processos de caráter sub-regional, próprios da diversidade económica, social, política, cultural e natural do continente.

No entanto, e como uma tendência especialmente pronunciada ao longo da última década fomentada por Governos com forte vocação integracionista, estes processos avançaram de forma paralela, cada um a seu ritmo, mas compartilhando um objetivo comum de intensificar o diálogo e a coordenação com o propósito de uma integração ampla.

No quadro destes processos, a CSS teve um papel de protagonista:

- Contribuindo para superar os atrasos relativos ao interior das sub-regiões;
- Fortalecendo os vínculos entre as diferentes regiões entre si;
- Aumentando o apoio e a solidariedade entre os Estados da região.

Menção especial a contribuição que a Cooperação Sul-Sul teve no desenvolvimento de zonas fronteiriças. Neste sentido, desde a Argentina, Bolívia e Paraguai; Chile e Peru, Equador, Colômbia, Panamá e Brasil até ao triângulo norte da América Central a Cooperação Sul-Sul nas zonas fronteiriças serviu para reformular as velhas doutrinas que concebiam as fronteiras como limites e zonas de segurança, para as transformar em âmbitos de trabalho comum a favor do desenvolvimento e da convivência.

Consideramos que isto representa um exemplo claro de como a CSS demonstrou que não só constitui um importante recurso da ação exterior dos nossos Estados, mas que também realiza uma contribuição substancial para promover um desenvolvimento mais simétrico entre as zonas centrais e periféricas, e uma contribuição para superar velhas disputas a partir da construção de soluções compartilhadas para a atenção de problemas transnacionais.

A Cooperação Trans-fronteiriça é uma parte importante da cooperação sub-regional. Atualmente, a região conta com experiências deste tipo desenvolvidas no quadro da América Central e do Mecanismo de Tuxtla, no MERCOSUR, na CAN e no SICA.

Um dos desafios pendentes na Ibero-América consiste em dar uma maior visibilidade a estas iniciativas específicas da CSS, cuja relevância no contexto dos esforços integracionistas é central. Neste sentido, a Cooperação Trans-fronteiriça pode servir por sua vez para tornar visível a participação de outros atores na CSS, como é o caso da sociedade civil e dos Governos sub-nacionais, uma vez que o trabalho que se realiza nestes territórios afastados das zonas centrais, onde em muitas ocasiões os Estados nacionais conseguiram um menor nível de desenvolvimento de infra-estrutura material e institucional, torna-se imprescindível a participação ativa de todos os atores locais, é um processo de apropriação democrática inclusiva e participativa.

Esta característica da Cooperação Trans-fronteiriça é importante para enriquecer os pontos fortes da CSS, uma vez que apesar de se tratar de uma cooperação realizada entre Estados, mostra abertura e adaptabilidade e a inclusão de outros atores nacionais e locais.

I.4. Reflexão final

O diálogo em torno da Cooperação Sul-Sul permitiu ir perfilando algumas posições comuns, a partir das quais a região teve um papel ativo e de destaque nos debates e fóruns internacionais sobre o tema.

Neste capítulo tentamos avançar em torno dos critérios da CSS relacionados com as suas capacidades para gerar e fortalecer capacidades; para promover quadros de colaboração e articulação entre diversos atores e para impulsionar a cooperação regional.

Neste sentido, e noutros que se deverão explorar a partir da reflexão e da prática sobre os critérios que postula e promove esta cooperação, a cooperação Sul-Sul reafirma uma vez mais o seu potencial para gerar um desenvolvimento que não se entende apenas em termos economicistas, mas que envolve as dimensões da participação cidadã, a solidariedade entre os povos e a promoção da democracia.

Tabela I.1. OBJETIVOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO (CTPD), de acordo com o Plano de Ação de Buenos Aires (1978)

	OBJETIVOS	IDEAS CHAVES
1	Fomentar a capacidade dos países em desenvolvimento para valer-se de meios próprios através do aumento da sua capacidade criadora para encontrar soluções para os seus problemas de desenvolvimento em consonância com os seus próprios valores, aspirações e necessidades especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento/aumento de capacidades
2	Promover e reforçar entre os países em desenvolvimento a capacidade coletiva para valer-se de meios próprios intercambiando experiências, compartilhando e utilizando os seus recursos técnicos em forma combinada e desenvolvendo capacidades complementares	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção e reforço da capacidade coletiva • Geração de meios próprios • Intercâmbio de experiências • Utilização de recursos técnicos de forma combinada • Desenvolvimento de capacidades complementares
3	Fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento para identificar e analisar coletivamente os principais problemas que encontram no seu desenvolvimento e para formular as estratégias necessárias para dirigir as suas relações económicas internacionais, através da partilha dos conhecimentos de que se dispõe nesses países e mediante estudos conjuntos realizados pelas instituições existentes com vista a estabelecer a nova ordem económica internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Análise coletiva de principais problemas • Partilha de conhecimentos • Nova ordem económica internacional
4	Aumentar o volume e melhorar a qualidade da cooperação internacional e aumentar a eficácia dos recursos dedicados à cooperação técnica geral através da partilha das capacidades	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o volume e a qualidade da cooperação • Aumento da eficácia dos recursos • Partilha das capacidades
5	Fortalecer a capacidade técnica existente nos países em desenvolvimento incluindo o setor tradicional, aumentar a eficácia com que se utiliza essa capacidade e criar novas capacidades e possibilidades, e neste contexto promover a transferência de tecnologia e perícia apropriadas para os recursos que esses países dispõem para o seu potencial de desenvolvimento, de modo a apoiar a sua confiança individual e coletiva nas suas próprias capacidades	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer capacidade técnica (incluído sector tradicional) • Aumentar a eficácia da utilização das capacidades e possibilidades • Promover a transferência de tecnologia e perícia apropriadas para os recursos que esses países dispõem • Apoiar a confiança individual e coletiva das capacidades próprias.
6	Aumentar e aperfeiçoar as comunicações entre os países em desenvolvimento para que tenham uma consciência mais elevada dos problemas comuns e um acesso maior aos conhecimentos e experiências disponíveis assim como da criação de novos conhecimentos para enfrentar os problemas do desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar e aperfeiçoar as comunicações • Maior acesso aos conhecimentos e experiências disponíveis • Criação de novos conhecimentos para enfrentar os problemas do desenvolvimento
7	Aperfeiçoar a capacidade dos países em desenvolvimento para absorver e adaptar a tecnologia e perícia requeridas para satisfazer as suas necessidades específicas de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar as capacidades • Absorver e adaptar a tecnologia e a perícia • Satisfazer necessidades específicas
8	Reconhecer e solucionar os problemas e necessidades dos países com desenvolvimento menos adiantado, sem litoral, insulares e mais seriamente afetados	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e solucionar problemas e necessidades de países menos adiantados em desenvolvimento
9	Fazer com que os países em desenvolvimento estejam em condições de conseguir um maior grau de participação nas atividades económicas internacionais e ampliar a cooperação internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Maior grau de participação em atividades económicas internacionais

Fonte: Elaboração própria

Tabela I.2. Recomendações assinadas no plano de ação de Buenos Aires, por âmbito espacial

NACIONAL	SUBREGIONAL E REGIONAL	INTER-REGIONAL	MUNDIAL
Programação nacional para cooperação técnica entre os países em desenvolvimento (ao formular o seu plano ou programa nacional de desenvolvimento cada país em desenvolvimento deve esforçar-se por identificar o seu potencial em CTPD)	Fortalecimento das instituições e organizações sub-regionais e regionais	Desenvolvimento e fortalecimento da cooperação inter-regional	Melhoria da auto-suficiência nacional e coletiva
Adoção de políticas e normas favoráveis à cooperação técnica entre os países em desenvolvimento	Identificação, desenvolvimento e aplicação das iniciativas de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento		Intercâmbio de experiências de desenvolvimento
Mecanismos Nacionais para fomentar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento	Aumento da contribuição das organizações profissionais e técnicas		Fomento da colaboração técnica mundial
Fortalecimento dos sistemas nacionais de informação em matéria de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento	Criação de novos vínculos para a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento em esferas substantivas importantes		Melhoria dos fluxos de informação
Melhoria das instituições existentes	Promoção da complementaridade em projetos industriais e agrícolas a nível sub-regional e regional		Controlo da "fuga de cérebros" de países em desenvolvimento
Fomento de centros nacionais de investigação e formação de alcance multinacional	Melhoramento da informação para a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento		Medidas a favor dos países economicamente ou geograficamente desfavorecidos
Fomento de uma maior capacidade tecnológica para valer-se de meios próprios	Apoio aos centros nacionais de investigação e formação de alcance multinacional		Medidas a favor dos países de independência recente
Formulação, orientação e intercâmbio de experiências de política a respeito da ciência e da tecnologia			Fortalecimento do transporte e das comunicações entre os países em desenvolvimento
Fomento de uma maior capacidade para valer-se dos próprios meios nas esferas económica e social			Maximização da utilização da capacidade instalada dos países em desenvolvimento
Cooperação técnica entre os países em desenvolvimento na esfera cultural			Atividades de cooperação técnica entre países em desenvolvimento pelas organizações do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas nos seus campos de trabalho respectivos
Estímulo da Cooperação técnica entre os países em desenvolvimento por ação das organizações profissionais técnicas			Modalidades de cooperação técnica entre países em desenvolvimento nas organizações do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas
Expansão da CTPD por ação das empresas e instituições nacionais e públicas			Fortalecimento da capacidade do PNUD para a promoção e apoio da CTPD
Programas de informação e de educação em apoio da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento			Apoio dos países desenvolvidos para a cooperação técnica entre países em desenvolvimento
			A harmonização da ajuda ao desenvolvimento com a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento
			Implementação de Acordos inter-governamentais
			Disposições financeiras para a cooperação técnica entre países em desenvolvimento

Fonte: Elaboração própria com base no Plano de Ação de Buenos Aires/ <http://southsouthconference.org/wp-content/uploads/2009/10/BAPA.pdf>

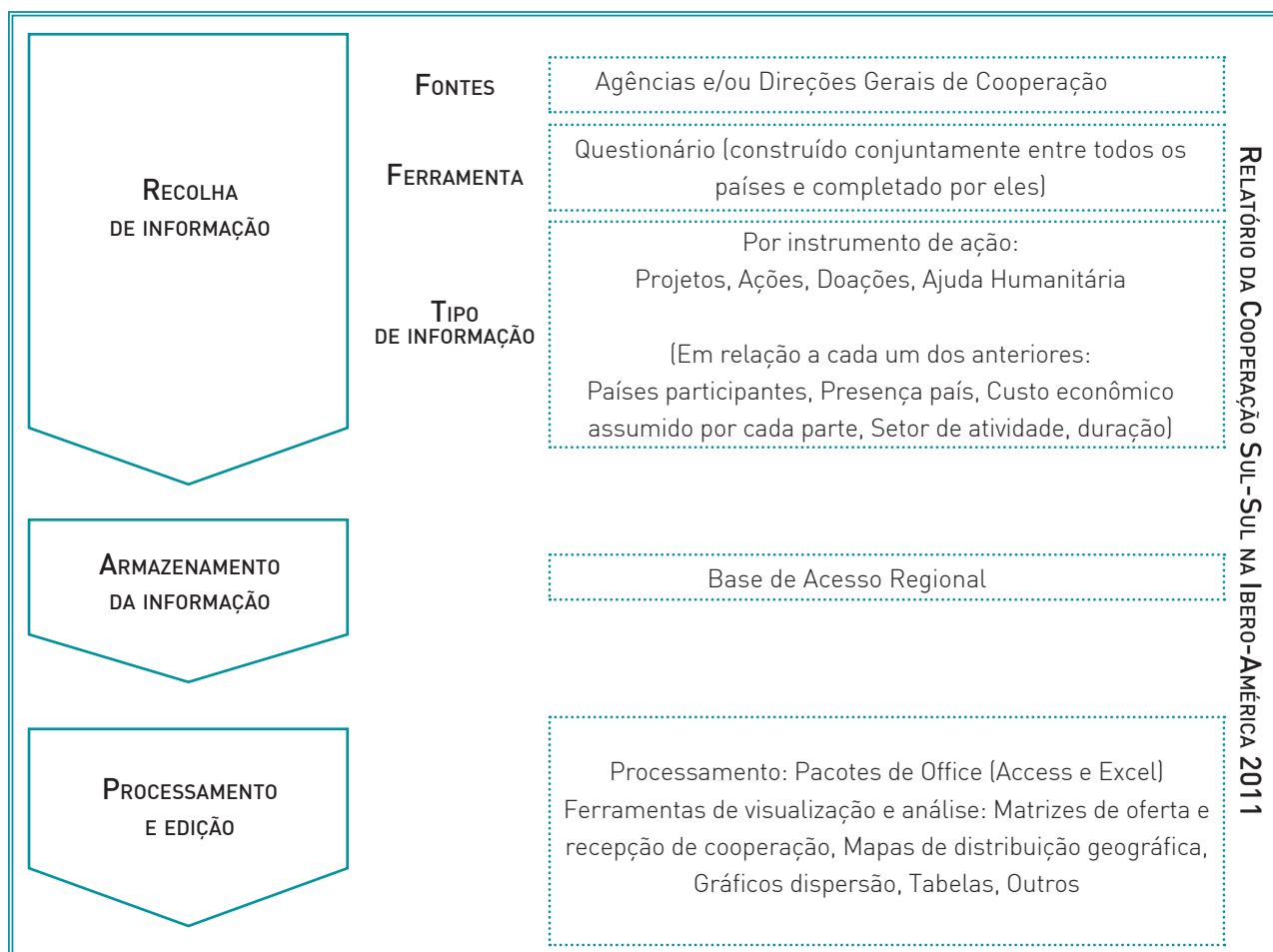
CAPÍTULO II
A IBERO-AMÉRICA
E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

II.1. Informação sobre a Cooperação Sul-Sul: avanços e desafios

Há apenas 5 anos, a maior parte dos países ibero-americanos não dispunha de um registro sistematizado de informação relativa à Cooperação Sul-Sul. De fato, apenas a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México ou Peru geravam alguma informação sobre a Cooperação Sul-Sul em que participavam. Esta informação mínima, além disso, respondia a conceitos próprios de cada país, o que significava que os dados obtidos por cada um deles dificilmente reuniam os requisitos necessários para serem utilizados numa análise regional.

A criação do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* assentou as suas bases conceituais e metodológicas para um trabalho conjunto de registro desta modalidade de cooperação. Os frutos do esforço realizado tem-se vindo a notar ano após ano. Assim, pode-se afirmar que nesta quinta edição do Relatório não só se contou com informação mais alargada e de maior qualidade, como também com melhores ferramentas para o seu mais rigoroso processamento.

Esquema II.1. Caracterização da Informação sobre Cooperação Sul-Sul. Relatório 2011



Fonte: SEGIB.

O Esquema II.1 enumera alguns dos avanços conseguidos para este Relatório 2011, de acordo com a fase de tratamento da informação (recolha, armazenamento, processamento e edição) a que dizem respeito. Em concreto:

1. A informação apresentada no *Relatório da Cooperação Sul-Sul* vem das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos. A contribuição que estas instâncias governamentais realizam, com dados cada vez mais numerosos e de maior qualidade tem origem, por um lado, na progressiva melhoria das suas capacidades em termos de registro da informação¹ e por outro, na sua firme vontade política. Existe um dado que ilustra esta última informação: enquanto que a primeira edição do ano 2007 contou com informação de 11 países, a de 2011 conta com dados de quase todos os membros da Conferência Ibero-Americana (20 de 22, excetuando as Honduras² e a Venezuela³).
2. No quadro das reuniões convocadas pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, essas mesmas Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação mantiveram uma série de debates que deram lugar a consensos sobre o tipo de informação a registrar. Este exercício, quase sempre referido aos principais instrumentos de atuação da Cooperação Sul-Sul – as Ações e os Projetos – complementaram-se com a definição e delimitação de ambos os conceitos, passo este imprescindível para um correto reporte de informação.⁴
3. Um dos avanços metodológicos mais relevantes do presente Relatório diz respeito à fase de armazenagem da informação e refere-se à capacidade que os países desenvolveram para gerar Bases de Dados regionais.⁵ Estas Bases de Dados garantem o acesso a mais e melhor informação; mas, sobretudo, melhoram as suas possibilidades de análise com um processamento dos dados mais amplo e rigoroso.
4. Por fim, as ferramentas utilizadas para analisar a informação, editá-la e dar visibilidade aos resultados obtidos não variaram significativamente. Assim, para o caso concreto da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por exemplo, continuaram a utilizar-se Matrizes de Oferta e Recepção de Cooperação, Mapas de distribuição geográfica, Gráficos de dispersão e Tabelas várias. A novidade está então no fato de que as melhorias realizadas nas fases prévias à análise contribuem sem dúvida para minimizar possíveis erros de processamento de dados, o que garante que as conclusões obtidas sejam cada vez mais fiéis à realidade que tentam explicar.

O grande desafio desta e das futuras edições do Relatório, porém, é não só como continuar a melhorar este processo de geração e tratamento da informação como, sobretudo, como ser capazes, a partir da mesma, de dar lugar a Indicadores para a Cooperação Sul-Sul. A possibilidade de dispor dos referidos indicadores permitirá identificar, medir, caracterizar e avaliar a Cooperação Sul-Sul que se está a executar na América Latina. Como se observará, o presente capítulo já inclui, ainda que de forma incipiente, alguns indicadores. Neste sentido, as próximas edições do Relatório, serão as que consigam incluir mais avanços. Para tal contarão com o trabalho que os países estão a realizar em termos de medição, no quadro do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (Quadro II.1).

Conforme o anterior, o presente capítulo estrutura-se da forma seguinte:

1. Tomando como variável de referência as Ações e, sobretudo, os Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, analisa-se, em primeiro lugar, a forma como esta modalidade se comportou na região durante o ano de 2010, assim como a forma como os diferentes países participaram na mesma.
2. Em segundo lugar aprofunda-se essa participação analisando aspetos como o peso relativo que os projetos têm na cooperação de cada país; as direções que tomam os fluxos bilaterais de cada um; ou o grau de concentração nas relações estabelecidas com o resto dos parceiros.
3. Em seguida realiza-se uma análise da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em termos setoriais, identificando aqui tanto o perfil do conjunto da região como o associado às capacidades e necessidades de cada um dos países cooperantes.
4. Em quarto lugar realiza-se uma aproximação (a mais completa em relação às edições anteriores) ao custo económico desta modalidade no ano de 2010. Com informação ainda parcial, apontar-se-ão tendências de aspetos que afetam questões como a responsabilidade compartilhada ou o custo médio por projeto.

5. Por fim realizar-se-á um tratamento separado da Ajuda Humanitária e de Emergência mobilizada na região durante 2010. Neste espaço haverá uma menção especial ao modo como os países ajudaram o Haiti após o terrível terremoto de janeiro de 2010; um país que, apesar de não pertencer à Conferência Ibero-Americana, recebe especial atenção por parte dos seus países membros.

Quadro II.1. Indicadores para a Cooperação Sul-Sul: necessidades, possibilidades e desafios

Durante os dias 14 a 16 de setembro de 2011 celebrou-se em Quito (Equador), o Seminário-Workshop “Indicadores para a Cooperação Sul-Sul: necessidades, possibilidades e desafios”. Esta atividade foi organizada pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul com o apoio da Secretaria Técnica para a Cooperação Internacional (SETECI) do Equador. Foram convocados os 19 países membros do Programa, para além de representantes de organismos conhecedores da matéria (a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL) e da academia. Por diferentes motivos, o Panamá, Paraguai e Portugal não puderam participar.

O objetivo deste Seminário-Workshop era que os países ibero-americanos identificassem alguns indicadores para a Cooperação Sul-Sul e definissem as suas etapas de implementação, atendendo para tal às necessidades e capacidades que ainda hoje mostram os seus respectivos Sistemas de Informação sobre Cooperação. Tratam-se de indicadores que cumpram um propósito duplo: ter possibilidades de utilização regional (e poder, e por isso, serem utilizados em futuras edições do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*); responder a necessidades e vontades dos países membros e poderem ser utilizados por estes para a sua gestão e tomada de decisões.

Conforme o anteriormente exposto, os principais resultados obtidos resumem-se da forma seguinte:

1. O debate sobre a necessidade de gerar este tipo de Indicadores girou em torno a uma questão. o “Para quê”. Neste sentido, os países acordaram que os propósitos se agrupam em três grandes blocos:
 - a. O que se refere à necessidade de “Dar Visibilidade à Cooperação Sul-Sul” (conhecer a dimensão desta modalidade, prestar contas à cidadania, ser transparentes, entre outros).
 - b. O que diz respeito à “Planificação” (gestão a curto, médio e longo prazo, diária e estratégica).
 - c. O dedicado a uma possível “Avaliação da Cooperação Sul-Sul”. Tratam-se de indicadores que afetam tanto os Resultados como o Processo da cooperação, entendendo que o que se deve avaliar afeta critérios associados com a sua prática no quadro ibero-americano (Horizontalidade, Reciprocidade e Responsabilidade compartilhada, para nomear alguns deles)
2. Após fixar consensos em torno do “Para quê”, deu-se o passo para o “Quê” e “Como medir”. Assim e conforme os propósitos antes referidos, os países elaboraram uma bateria de possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul. A participação de especialistas permitiu selecionar e validar os Indicadores conforme o cumprimento de alguns critérios básicos, um exercício que facilitou por sua vez que a listagem final incluísse mais do que os indicadores desejáveis, aqueles que efetivamente são passíveis de serem elaborados dentro de um curto/médio prazo. A participação de especialistas permitiu elaborar num curto/médio prazo.
3. Por fim, identificaram-se os meios dos quais cada país ibero-americano deve dispor para gerar estes Indicadores, assim como as etapas pelas quais deve passar em função do estado de desenvolvimento em que se encontram os seus respectivos Sistemas de Informação sobre Cooperação. Em função deste diagnóstico, os países desenharam um Plano de Trabalho para o período 2011-2013 que será apoiado a partir da alínea 2 do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, cujo objeto de trabalho específico são, justamente, os Sistemas de Informação.

Patricia González
Gerente da Unidade Técnica
do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

II.2. Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Em seguida apresentam-se os Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral registrados em 2010. Como em edições anteriores, estes serão apresentados através de:

1. Matrizes de Oferta e Recepção de Cooperação. Dão uma ideia da dimensão que esta cooperação assume; permitem uma visualização rápida da direção e da intensidade das relações bilaterais estabelecidas; e, sobretudo, contêm os dados nos quais a análise se baseia (abordada em seções posteriores) sobre as referidas relações.
2. Mapas de distribuição geográfica. Elaborados a partir das matrizes anteriores, facilitam o conhecimento da participação dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2010, tanto nos casos que exercem o papel de ofertantes como o de receptores.

II.2.1. Matrizes de Cooperação

Tal como se observa nas Matrizes II.1 e II.2,⁶ ao longo de 2010 os países executaram 529 projetos e 313 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. A respeito destes números, importa assinalar vários pontos:

1. Por um lado e de acordo com o estabelecido na edição anterior deste Relatório, diferenciou-se entre ações e projetos.⁷ Este tratamento permite avançar na identificação de duas realidades de dimensão diferente: os projetos têm maior complexidade, custo econômico e duração; as ações, pelo seu lado, são pontuais e menos dispendiosas. A partir da perspectiva de quem transfere capacidades, também, cada instrumento se associa com um perfil de intervenção: mais consolidado, para quem executa projetos; emergente, para quem inicia com ações.
2. Por outro lado, uma comparação destes números com os registrados em 2009 (881 e 321, respectivamente) sugeriria, a priori, uma considerável queda no número de projetos (teriam reduzido em cerca de 40%) e na manutenção de um número estável de ações. Uma vez que, devido à sua dimensão, os projetos requerem um esforço econômico superior ao das ações, poderia parecer que a referida redução fosse influenciada pela queda da atividade econômica da América Latina em 2009, manifestada, de acordo com a CEPAL (2011), na redução de cerca de 2.8% do PIB per capita para o conjunto da região. Se bem que isto poderia ter influenciado negativamente na assunção durante 2010 de compromissos bilaterais no âmbito da cooperação, é certo que três quartos da queda experimentada no número de projetos (352 entre um ano e o outro) se deve a uma questão de registro e, mais especificamente, no relatório de dados de um dos principais cooperantes de 2009.⁸
3. Por fim, tratamento aparte merece o fato de que, devido às suas características, existam uma série de projetos e ações que não foram incluídos nos números finais de 2010. Tratam-se dos projetos e ações de caráter “bi-direcional”, cuja principal característica – que ambos os cooperantes exercem ao mesmo tempo o papel de ofertantes e receptores – impediu o seu cômputo nas Matrizes II.1 e II.2 de oferta e recepção e cooperação.⁹ A sua não inclusão nas referidas matrizes não impossibilita que, após ser considerada esta particularidade, possam excepcionalmente ser somados ao total. Assim, para o ano de 2010 e tal como se destaca no Quadro II.2, registraram-se uma vintena de projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (13 e 6, respectivamente) que elevariam os dados finais até aos 542 projetos e as 319 ações.

Matriz II.1. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2010

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL		
		PRM -BAIXO						PRM -ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela
PRM -BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala		1							1											2
	Honduras		1																		1
	Nicarágua		1																		1
	Paraguai																				0
PRM -ALTO	Argentina	4	1	4		5	12		4		2		10		6		5	3		57	
	Brasil	12	29	1		13	14	6			20	11	10	7	10	5	11	13	7	9	177
	Chile	9	2	1		1	3							5	2						26
	Colômbia		8	1	5										1	1	3	3			22
	Costa Rica														3						3
	Cuba	15	11	8	8	15	3	5	7	3	10	3		6	6	7	7	3	6	16	139
	Equador	1																			1
	México	7	8	13		18			5	2	6	14	3	7		2	2		2		89
	Panamá																				0
	Peru	1	3	1																	5
	R. Dominicana		1			1															2
	Uruguai																				0
	Venezuela	2				1								1							4
TOTAL	51	66	29	13	54	32	11	16	5	40	29	24	26	28	15	28	22	15	25	529	

Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita do ano de 2008. Como tal, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RNB per capita entre 976 a 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 e 11.905 dólares).

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Matriz II.2. Ação de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2010

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL		
		PRM -BAIXO						PRM -ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela
PRM -BAIXO	Bolívia	1																		0	
	El Salvador		1																	0	
	Guatemala			1											1					1	
	Honduras				1															0	
	Nicarágua					1														0	
	Paraguai						1													0	
PRM -ALTO	Argentina	7	1	2		1	13	1		2		1	10	1	1	13	2	1		56	
	Brasil	2	12					1					2	1	1	3	2	7		31	
	Chile	1	2					1	1				6			1		2		14	
	Colômbia		1	8	4	7	1	2				7	3			3	7	4	2	49	
	Costa Rica																			0	
	Cuba	3	2	2		3	2		4	3	2	1		5	4	3	2	2	5	43	
	Equador	2					4	1		1	1					4	1			15	
	México			6	1	8			5				2	2		11	2		2	40	
	Panamá				1															1	
	Peru	1	8	2	1	2	2	4		1		1		9	1	4		1		37	
	R. Dominicana										1								1	2	
	Uruguai		1				1	3	2	3	1			4	1	1				18	
	Venezuela	1												4					1	6	
TOTAL		17	27	20	7	21	23	11	13	9	7	9	6	42	8	29	29	11	21	3	313

Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita do ano de 2008. Como tal, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RNB per capita entre 976 a 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 e 11.905 dólares).

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Quadro II.2. Projetos e Ações com caráter “bi-direcional”

O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) celebrou entre os dias 3 e 4 de março em Lima (Peru), um workshop de discussão sobre diferentes aspectos conceptuais e metodológicos que afetam a Cooperação Sul-Sul que tem lugar na região. Um dos aspectos abordados no referido workshop relacionava-se com o tratamento de ações e projetos de cooperação visto pelos países como “bi-direcionais”, pois assumem que na sua execução ambos os países exercem, simultaneamente, dois papéis de ofertante e de receptor.

Para dar resposta a esta inquietação, os países decidiram, tal como fica registrado em SEGIB e PIFCSS (2011) que, para que o projeto ou ação fossem considerados como tais “deviam cumprir-se quatro condições:

- 1) *Que houvesse uma formulação conjunta da ação ou do projeto;*
- 2) *Que a ação ou o projeto fosse executado nos dois países;*
- 3) *Que o objetivo fosse orientado para a procura de resultados em ambos;*
- 4) *Que os custos e a contribuição de recursos fosse compartilhada.”*

Também devido ao seu difícil tratamento metodológico (para o juntar a uma matriz de oferta e recepção de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral deve ser atribuída apenas a um dos país ou incorrer em dupla contabilidade), os países também decidiram realizar um tratamento separado dos projetos e ações assim caracterizadas. Neste sentido, a tabela seguinte enumera os 13 projetos e as 6 ações consideradas “bi-direcionais” em 2010.

Projetos e Ações Bi-direcionais. 2010

PAÍSES COOPERANTES		PROJETO (P) OU AÇÃO (A)	DESCRIÇÃO
ARGENTINA	BOLÍVIA	A	Ações Sanitárias de Promoção, Prevenção, Diagnóstico, Vigilância e Controlo das Doenças Emergentes e Re-emergentes
ARGENTINA	BOLÍVIA	A	Implementação do Sistema Binacional Único de Abastecimentos
ARGENTINA	BOLÍVIA	A	Capacidades Técnicas em Gestão Participativa e Cuidados de Saúde
ARGENTINA	BOLÍVIA	A	Geração de Informação Migratória Bilateral para o Seguimento Sanitário Permanente e Contínuo dos Migrantes
ARGENTINA	COLÔMBIA	P	Colaboração entre os Programas ProHuerta (Argentina) e RESA –Rede de Segurança Alimentar-(Colômbia). Intercâmbio de especialistas
ARGENTINA	MÉXICO	P	Declaração e cuidado de áreas naturais protegidas
ARGENTINA	URUGUAI	P	Investigação e Desenvolvimento de Alternativas Tecnológicas para a produção sustentável de lãs finas e carne ovina na região do Basalto do Uruguai e da Patagônia Argentina com ênfase na qualidade do produto final e o bem-estar socio-econômico do setor primário da cadeia agro-industrial têxtil
BOLÍVIA	CHILE	P	Fortalecimento da Integração Fronteiriça em Matéria de Saúde
BOLÍVIA	PERU	P	Aumento do Sistema de referência e Contra Referência Binacional de Saúde priorizando o componente Materno Infantil
BOLÍVIA	PERU	P	Revisão e Atualização da Análise da Situação em Saúde (ASIS) Binacional de Fronteira
BOLÍVIA	PERU	P	Diagnóstico das Capacidades Básicas a Nível de Postos Fronteiriços para o Cumprimento do Regulamento Sanitário Internacional
BOLÍVIA	PERU	P	Fortalecimento da Cadeia de Frio na Fronteira Binacional
BOLÍVIA	PERU	P	Vigilância e Intercâmbio de Informação da Qualidade da Água para o Consumo Humano
BOLÍVIA	PERU	A	Intercâmbio Binacional de experiências de Luta Contra o Comércio Ilegal e Falsificação de Medicamentos
CHILE	MÉXICO	P	Promoção do desenvolvimento integral e sustentável recíproco das comunidades indígenas do Chile e México
EQUADOR	PERU	P	Luta contra a Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Sustentável na Região Fronteiriça Equador-Peru. Inclui o registro de identidade da população, cuidado a adultos maiores, medidas concretas de luta contra a pobreza
EQUADOR	PERU	P	Administração conjunta da Bacia Trans-fronteiriça do Canal Zarumilla. Inclui reparação e manutenção do canal, construção de diques, implementação do sistema de rega...
MÉXICO	URUGUAI	P	Identificação de novos agentes perturbadores de interfase dimérica de trifosfato isomerase, com o objetivo de serem utilizados como fármacos para a doença de Chagas
MÉXICO	URUGUAI	A	Utilização da irradiação para segurança da qualidade higiênica de frutas e vegetais destinados à exportação

Quadro II.2. Projetos e Ações com caráter “bi-direcional” (continuação)

Tal como se observa na tabela e apesar de não ser determinante, o tema fronteiro está fortemente associado a esta cooperação, não só porque as ações e os projetos “bi-direcionais” tendem a acontecer entre países limítrofes (Argentina e Bolívia, por um lado; Bolívia e Equador com Peru, por outro) mas também porque abordam especificamente problemas de fronteira, o que facilita cumprir os requisitos de formulação e execução conjunta como os de procura de resultados compartilhados. O anterior é relevante, além disso, porque criaria as bases para a identificação de projetos e ações que cumpram os critérios de reciprocidade. Tratar-se-ia, a título de exemplo, de projetos que garantissem a assistência sanitária a cidadãos de ambos os lados da fronteira; de registro de cidadãos, identificação de migrantes num ou noutro país; de exploração conjunta de recursos hídricos comuns; entre outros.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

II.2.2. Mapas de distribuição geográfica

Os dados das últimas fila e coluna das Matrizes II.1 e II.2 servem de base para construir os Mapas de distribuição geográfica da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. São mapas que ilustram a participação e importância relativa que os países têm sobre o total de projetos e ações executados em 2010 (Mapas II.1 e II.2).¹⁰

Neste sentido e como se observa no Mapa II.1.A quando a análise se efetua considerando os países no papel de ofertantes, a execução dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral encontra-se altamente concentrada e polarizada. Com efeito, apenas seis países (com graus de participação relativa muito distantes entre si) explicam mais de 96% dos projetos executados em 2010: Brasil e Cuba (com 177 e 139 projetos) explicam praticamente 60% dos projetos finalmente registrados; pelo seu lado, o México e a Argentina (89 e 57 projetos) somam, entre ambos, cerca de 27% desse mesmo total (percentagem esta – ainda assim – abaixo da metade do peso conjunto dos dois primeiros ofertantes); finalmente Chile e Colômbia (cada um com cerca de 25 projetos) explicam outros 9%.

A concentração de projetos em poucos ofertantes e a escala de participações relativas relacionam-se, no entanto, com a incipiente presença de novos cooperantes. Assim, o Peru e o Equador na região andina, conjuntamente com Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana na América Central e Caribe são responsáveis pelos outros 3.5% demonstrando as possibilidades que a Cooperação Sul-Sul oferece para intercambiar capacidades entre países com níveis semelhantes de desenvolvimento relativo.

Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, segundo papel. 2010

II.1.A. Segundo ofertante



II.1.B. Segundo receptor



LEGENDAS. Franjas de intensidade, de acordo com a percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano de 2010:

VALOR	COR
Menos de 2,5%	Cor branca
Entre 2,6 e 5,0%	Cor cinza
Entre 5,1% e 7,5%	Cor azul claro
Entre 7,6% e 10,0%	Cor azul médio
Mais de 10,1%	Cor azul escuro

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Pelo seu lado e como sugere o Mapa II.1. B, a recepção de projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral mostra um maior grau de dispersão e afeta, sem exceção, todos os países da região. Concretamente, El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Colômbia tornam-se os principais receptores ao explicar cerca de 40% dos 529 projetos executados em 2010 e isto a partir de participações individuais não muito distantes que oscilam entre um mínimo e um máximo de 7,5% e 12,5%. Entretanto, cerca de 55% do resto da cooperação distribui-se em partes mais ou menos iguais, entre dois grandes grupos de países: Paraguai, Costa Rica, Guatemala, México e Peru (27,8%); Equador, Venezuela, Cuba, República Dominicana, Brasil, Panamá e Uruguai (26,8%). 5,5% dos restantes projetos foram executados em três países: Honduras (2,5%), Argentina (2,1%) e Chile (0,9%).

No que diz respeito ao que aconteceu em termos de ações, o Mapa II.2.A sugere algumas alterações relativamente à distribuição por projetos: menos concentração da oferta (mais países oferecendo um número significativo de ações); menos polarização (a distância entre as participações relativas aos principais ofertantes é menor). Mais especificamente:

- a) Os seis países que explicavam 96,5% dos projetos executados (Argentina, Colômbia, Cuba, México, Brasil e Chile), explicam agora menos de 75% das 313 ações executadas em 2010. Pouco mais dos 22 pontos percentuais que separavam ambas as participações explicam-se pelo papel de três países cooperantes que se consolidam com força na oferta de ações desta modalidade de cooperação: Peru (11,8%), Uruguai (5,8%) e Equador (4,8%).
- b) Dentro dessas classificações, as diferenças entre as percentagens máximas e mínimas oferecidas reduzem-se significativamente: assim, a distância entre o Brasil (primeiro ofertante de projetos com 35% do total) e a Colômbia (sexto lugar com 4,2%) aproxima-se dos 30 pontos percentuais; enquanto que a distância entre a Argentina e o Chile (primeiro e nono ofertante de ações, com participações relativas respectivas de 17,9% e 4,5%) reduz-se até 13,4 pontos percentuais (menos de metade do que a anterior).

Por fim, o Mapa II.2.B sugere uma pauta de distribuição em termos de recepção de ações muito semelhante à dos projetos: com participação de todos os países da região; e com distribuição bastante homogênea entre os diferentes participantes. Assim, praticamente três quartos das ações executam-se em três grupos de países que se estendem de Norte a Sul e de Oeste a Este sobre uma curiosa linha geográfica: Equador, no centro (23,4%); El Salvador, Panamá e Peru (27,2%); Guatemala, Nicarágua, Bolívia, Paraguai e Uruguai (32,6%). Os restantes 27% executam-se no Brasil, Argentina, República Dominicana, Chile, Costa Rica e México (quase 20%) e na Colômbia, Honduras, Cuba e Venezuela (7,3%).

Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo o papel. 2010

II.2.A. Segundo ofertante



II.2.B. Segundo receptor



LEGENDA. FRANJAS DE INTENSIDADE, SEGUNDO A PORCENTAGEM DE AÇÕES DE COOPERAÇÃO OFERECIDAS OU RECEBIDAS NO ANO DE 2010:

VALOR	COR
Menos de 2,5%	(Não colorido)
Entre 2,6 e 5,0%	(Cinza)
Entre 5,1 e 7,5%	(Azul claro)
Entre 7,6 e 10,0%	(Azul escuro)
Mais de 10,1%	(Azul escuro)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

II.3. As relações bilaterais: uma caracterização

As matrizes de oferta e recepção permitem visualizar aspectos que afetam as relações bilaterais. O processamento dessa informação permite responder também a questões como: com quantos países cada país coopera, como isso se traduz em termos do grau de concentração ou dispersão que as suas relações demonstram, quais as prioridades que se detectam no estabelecimento dos seus intercâmbios ou que consequências tudo isto provoca na dependência que alguns receptores possam ter em relação aos seus ofertantes.

Com o objetivo de responder a estas e a outras questões, elaboraram-se os Gráficos II.1 e II.2:

- a) O Gráfico II.1.A informa sobre o grau de concentração/dispersão que mostram as relações bilaterais estabelecidas pelos países como ofertantes. Para tal combina uma informação dupla:
 - o A contida no eixo vertical, que se refere ao número de países com os quais cooperou em 2010, medido em termos do que estes representaram em relação aos 18 países com os quais podiam potencialmente ter cooperado;
 - o A contida no eixo horizontal, acerca da importância relativa que para cada ofertante teve o seu primeiro receptor, medido pelo peso que os projetos executados nesse país têm sobre o seu total executado.

Sobre o Gráfico, cada ponto refere-se a um ofertante. Sob um padrão de comportamento "normal", a nuvem de pontos resultantes deveria adotar uma forma decrescente: na parte superior esquerda localizar-se-iam ofertantes muito ativos e com uma cooperação pouco concentrada (executam projetos em muitos países e distribuem-nos de forma homogénea); na parte inferior-direita situar-se-iam países menos ativos e com uma cooperação mais concentrada (executam projetos em poucos países e este tendem a ficar concentrados nesses poucos receptores).

- b) O Gráfico II.1.B ilustra com maior pormenor a relação que os principais ofertantes mantêm com os seus três primeiros receptores: ordena os ofertantes de forma decrescente (de mais para menos projetos totais executados); relaciona cada ofertante com os três principais receptores; atribui a cada um destes receptores a parte do total de projetos executados pelos ofertantes que tiveram lugar no seu país; soma essas percentagens para conhecer a proporção do total dos projetos executados por cada ofertante que se concentram nesses três receptores.
- c) Os Gráficos II.2.A e II.2.B são homólogos aos anteriores, com a única diferença de que a óptica da análise aplica-se a partir dos países que têm o papel de receptor.

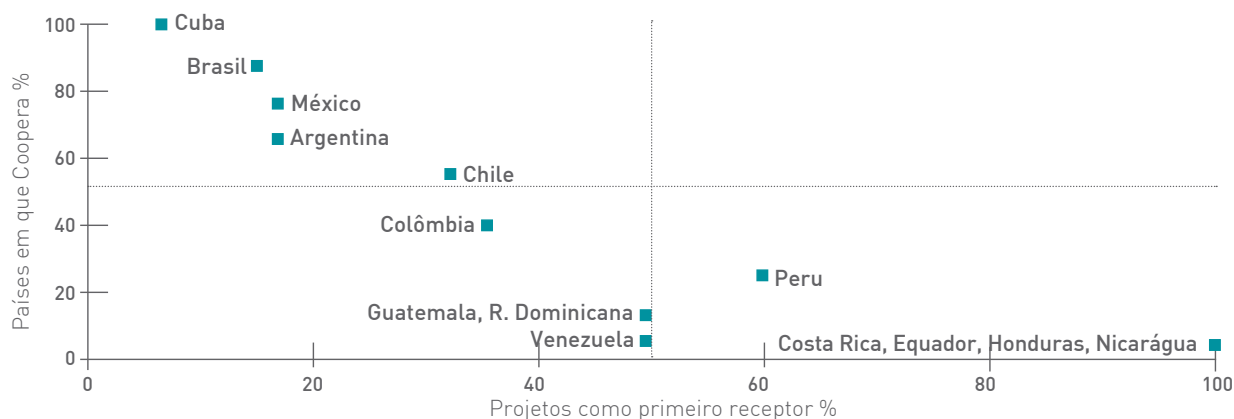
Conforme o anterior, a observação dos gráficos dá origem às seguintes conclusões:

- 1) Segundo se observa no Gráfico II.1.A, os principais cooperantes estão presentes em mais de metade dos países. Com efeito, no quadrante superior-esquerdo, por cima da linha pontuada que situa a presença em 50%, encontram-se cinco dos principais ofertantes (desde o Chile – presente em 10 países – até Cuba – em todos – passando pelo Brasil, México e Argentina – 16, 13 e 11, respectivamente). A única exceção é a Colômbia (em 7 dos 18 países, abaixo da linha pontuada).
- 2) No entanto no mesmo II.1.A, a nuvem de pontos mantém uma tendência decrescente. Isto sugere que os ofertantes da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, apesar de serem poucos, mostram uma capacidade cada vez maior para chegar a mais países, assim como para evitar uma concentração excessiva dos seus projetos em poucos parceiros.

Gráfico II.1. Caracterização das relações bilaterais dos países, no papel de ofertantes. 2010

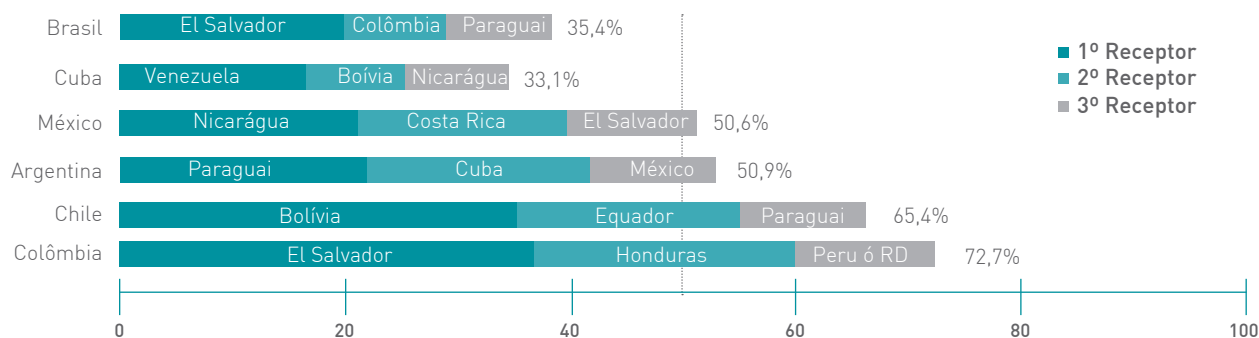
II.1.A. Grau de concentração/dispersão do que foi oferecido pelos diferentes países

Percentagens



II.1.B. Relação entre os principais ofertantes os seus três primeiros receptores

Países por ordem decrescente, de mais para menos projetos executados. Em percentagem sobre o total oferecido por país.



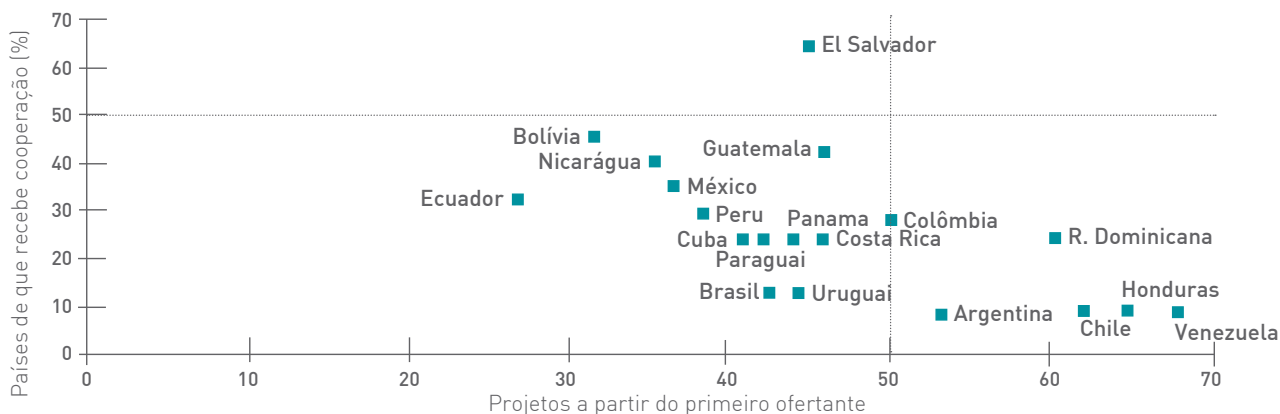
Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

- O Gráfico II.1.B corrobora o anterior. Ao ordenar os países do maior para o menor número de projetos executados, uma leitura em vertical do Gráfico mostra como o valor das barras que informam que o nível de concentração dos projetos nos três primeiros receptores de cada ofertante cresce. Assim, enquanto apenas um terço do total dos projetos executados por Brasil e Cuba se concentra nos seus três primeiros receptores; os valores correspondentes aos casos do Chile e da Colômbia aumentam até se situarem em torno de 65 e 72%, respectivamente.
- A distribuição de dados sugere também alguns padrões de prioridades por país. Destacam a prioridade que Cuba dá aos países da Alternativa Bolivariana para as Populações da América (ALBA) (Venezuela, Bolívia e Nicarágua pertencem a esta aliança regional); a aposta do México na área da América Central (Nicarágua, Costa Rica, El Salvador); ou a atenção que a Argentina e o Chile mostram para com os países com quem têm fronteira (Paraguai e Bolívia, respectivamente).¹²
- Pelo seu lado no Gráfico II.2.A, a nuvem de pontos resultante ao incluir a informação sobre os receptores mostra alterações significativas relativamente à obtida com os ofertantes: encontra-se deslocada para a direita, apresenta baixa dispersão e tende a situar-se abaixo da linha pontuada. A figura obtida é coerente: neste sentido, se a oferta de projetos depende de poucos países, as possibilidades de recepção devem estar limitadas em vez de serem mais concentradas e dependentes. A observação do Gráfico II.2.A confirma, primeiro, que nenhum país, com a única exceção de El Salvador, recebe cooperação de mais de metade dos potenciais ofertantes; e, em segundo lugar, que, para todos eles, exceto para o Equador, o primeiro ofertante tem um peso elevado (superior a 30 e inclusivamente a 50%).

Gráfico II.2. Caracterização das relações bilaterais dos países, no papel de receptores. 2010

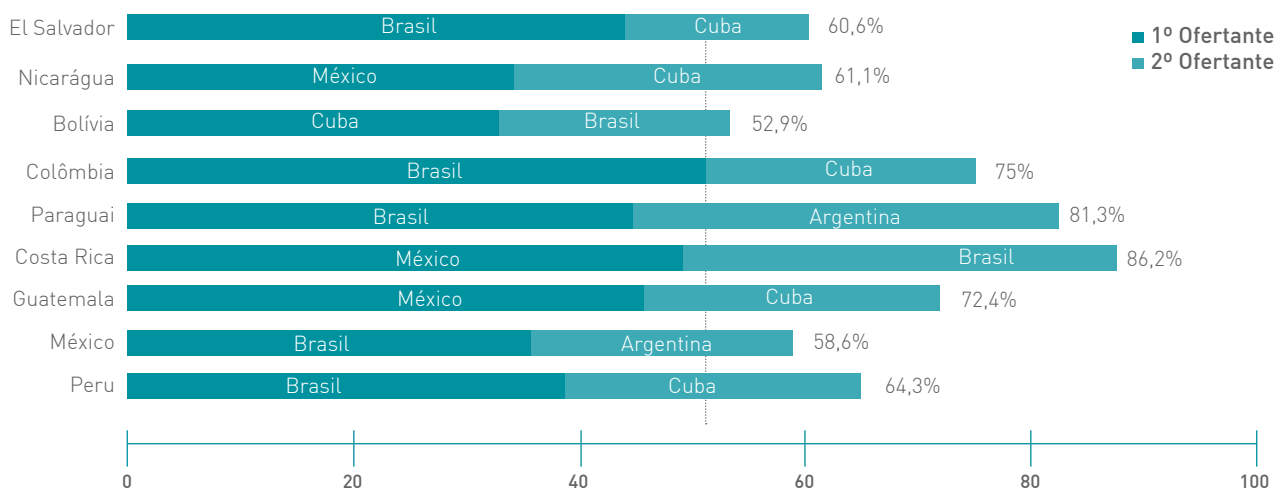
II.2.A. Grau de concentração/dispersão do que foi recebido pelos diferentes países

Percentagens



II.2.B. Relação entre os principais receptores e os seus dois primeiros ofertantes

Países em ordem decrescente, de mais para menos projetos recebidos. Em percentagem sobre o total recebido por país.



Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

6) O Gráfico II.2.B corrobora e reforça a ideia anterior. Selecionados apenas os países cujo peso relativo sobre o total dos projetos executados supera os 5%, e ordenados do maior para o menor volume de recepção, o Gráfico mostra como, com apenas a junção do que representam para cada um dos primeiros ofertantes, todos os países superam a barreira dos 50% (de fato, o valor oscila entre o mínimo da Bolívia – 53% - e os máximos registrados pelo Paraguai e a Costa Rica - 81% e 86%).

7) Por fim, fica novamente demonstrada a importância fundamental que a cooperação cubana e brasileira têm para o resto dos países ibero-americanos. Para os casos analisados, não obstante, a dependência relativamente à cooperação do Brasil é mais forte do que a procedente de Cuba. Assim, apesar do peso relativo de Cuba como primeiro ofertante nunca superar 30% (correspondente ao caso da Bolívia); a participação do Brasil no total recebido por Peru, El Salvador, Paraguai e Colômbia, oscila entre valores superiores, entre 40 e 50%. Níveis de dependência semelhantes mostram os países da América Central Nicarágua, Guatemala e Costa Rica, em relação ao seu vizinho mexicano (33%, 45% e 48%); o Paraguai relativamente à Argentina (37,5%).

II.4. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Na presente seção, a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral analisa-se a partir de uma perspectiva setorial. O propósito é duplo: por um lado, conhecer quais os objetivos de desenvolvimento é que orientaram a cooperação executada em 2010; por outro lado, identificar o perfil de capacidades e necessidades sobre o qual assenta a participação de cada país. Ambas as informações orientam a tomada de decisões e melhoram a atribuição de projetos e ações.

A análise baseia-se nos dados contidos nas Matrizes II.3.A, B, C e D (referidas aos projetos e apresentadas em seguida) e nas A.1.A, B, C e D (correspondentes às ações e incluídas no anexo). As referidas matrizes agrupam os projetos e as ações de acordo com o setor de atividade a que pertencem, organizados por sua vez de acordo com as dimensões seguintes:

Matriz II.3. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2010

II.3.A. Dimensão social

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL		
		PRM-BAIXO					PRM-ALTO														
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala		1																		1
	Honduras		1																		1
	Nicarágua		1																		1
	Paraguai																				0
PRM-ALTO	Argentina	2				1	1							1			1			6	
	Brasil	7	9	1		2	5	2			4	3	2	4	6	4	5	4	5	4	67
	Chile	8	1			1	1							3						15	
	Colômbia		1		1												1			3	
	Costa Rica														2					2	
	Cuba	12	11	7	7	10	3	5	6	3	6	3		5	6	6	7	3	6	11	117
	Equador	1																			1
	México	2	1	1		5			3	1		4	2	1					1		21
	Panamá																				0
	Peru	1	1																		2
	R. Dominicana		1																		1
	Uruguai																				0
	Venezuela	2																			2
TOTAL		35	28	9	8	19	10	7	9	4	10	11	4	13	15	10	13	8	12	15	240

a) Social (A), que inclui, fundamentalmente, os Setores de Educação, Saúde, Saneamento e abastecimento de água e Políticas Sociais e de Habitação, entre outras;

b) Econômica, dividida por sua vez Infra-estruturas e Serviços Econômicos (B) (setores orientados para a criação de condições de funcionamento da economia como Energia, Comunicações, Transportes, Finanças, Empresas...) e Setores produtivos (C) (Agricultura, Pesca, Silvicultura, Indústria, Turismo, entre outros).

c) Outra (D), rubrica em que se situam atividades mais heterogêneas, relacionadas com aspetos tão diversos como o Fortalecimento Institucional dos Governos ou da Sociedade Civil, a Cultura, o Gênero, o Meio Ambiente ou a Prevenção de Desastres.¹³

Matriz II.3. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2010

II.3.B. Dimensão econômica. Infra-estrutura e serviços

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia	1																		0	
	El Salvador		1																	0	
	Guatemala			1						1										0	
	Honduras				1															0	
	Nicarágua					1														0	
	Paraguai						1													0	
PRM-ALTO	Argentina						1			1		6		1						8	
	Brasil	1	4			3				4	3	1				2	2			20	
	Chile																			0	
	Colômbia		1													1				2	
	Costa Rica																			0	
	Cuba			1	1	1				1				1						5	
	Equador																			0	
	México	2	3	1		1				1	4	1	1			1				15	
	Panamá																			0	
	Peru																			0	
	R. Dominicana																			0	
	Uruguai																			0	
	Venezuela												1							1	
	TOTAL		3	8	2	1	5	1	0	0	0	6	7	8	3	1	0	4	2	0	0

Matriz II.3. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2010

II.3.C. Dimensão econômica. Sectores produtivos

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL			
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO														
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela	
PRM-BAIXO	Bolívia	1																			0	
	El Salvador		1																			0
	Guatemala			1						1												0
	Honduras				1																	0
	Nicarágua					1																0
	Paraguai						1															0
PRM-ALTO	Argentina			2		4	2	2			3		1		4	1					19	
	Brasil	2	9			3	5	1		7	2	5	2	3	1	4	2	1	4		51	
	Chile			1			1				1	0	1								4	
	Colômbia		1																		1	
	Costa Rica													1							1	
	Cuba	1				1				1											4	7
	Equador																					0
	México	2	2	4		8			2		1	2		2			1					24
	Panamá																					0
	Peru		1	1																		2
	R. Dominicana																					0
	Uruguai																					0
Venezuela																					0	
TOTAL		5	13	8	0	16	8	1	4	0	10	4	9	4	5	1	9	3	1	8	109	

Matriz II.3. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2010

II.3.D. Outras dimensões

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL				
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO															
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela		
PRM-BAIXO	Bolívia	1																			0		
	El Salvador		1																			0	
	Guatemala			1					1													1	
	Honduras				1																		0
	Nicarágua					1																	0
	Paraguai						1																0
PRM-ALTO	Argentina	2	1	2		8	3	2	2		1		4		1	1					24		
	Brasil	2	7			5	4	3		5	3	2		1			5	1	1		39		
	Chile	1	1				1						2	2							7		
	Colômbia		5	1	4									1	1	1	3				16		
	Costa Rica																				0		
	Cuba	2				3		1	2						1					1	10		
	Equador																				0		
	México	1	2	7		4			1	4	4		3		2			1			29		
	Panamá																				0		
	Peru		1																		1		
	R. Dominicana					1															1		
	Uruguai																				0		
Venezuela					1															1			
TOTAL		8	17	10	4	14	13	3	3	1	14	7	3	5	8	4	2	9	2	2	129		

Segundo os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita do ano 2008. Assim, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RNB per capita entre 976 e 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 e 11.905 dólares).

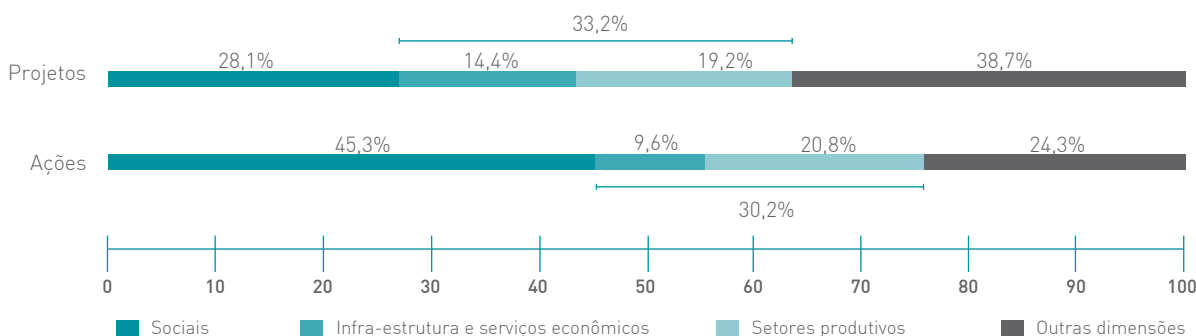
Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

II.4.1. Distribuição setorial de projetos e ações de cooperação

O Gráfico II.3 resume o modo como se organizou a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de acordo com dimensões setoriais de atividade. Tal como se conclui a partir da sua observação, um pouco mais de 60% dos projetos executados em 2010 tiveram como propósito o desenvolvimento social (28,1%) e econômico (33,2%) dos países ibero-americanos. Entre estes últimos, os projetos orientados para o fortalecimento dos setores produtivos, com um peso relativo de 60%, destacaram-se relativamente aos que apoiavam a criação de infra-estruturas e serviços (40%). O resto dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (notável valor de 39%) relacionaram-se com atividades catalogadas à margem do sócio-econômico. Pelo seu lado, a distribuição de ações concentraram-se na resolução de problemas sociais (45% das 313 finalmente registradas); 30% no econômico (com proeminência de atividades produtivas); e o resto (24%) classificou noutra dimensão setorial.

Gráfico II.3. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por grupos setoriais de atividade. 2010

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais.

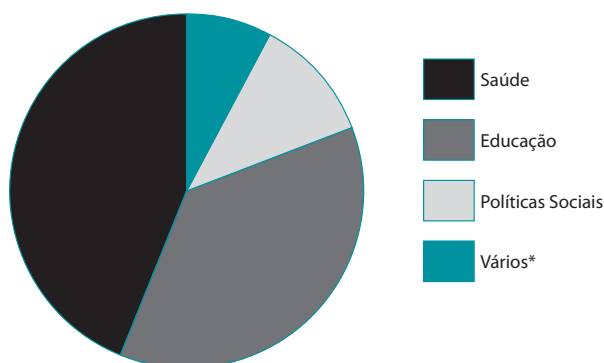
Quando o anterior se divide em termos de sectores (Gráfico II.4), observa-se que uma grande parte dos projetos (80% dos catalogados como sociais, equivalentes a quase 37% dos projetos totais) tiveram como propósito o fortalecimento de duas áreas chave para o desenvolvimento: a Saúde e a Educação. No âmbito da Saúde destacaram-se projetos cujo objetivo foi fortalecer as instituições públicas do setor (Ministérios, Gestores municipais, Controlo Sanitário...); implementar regulamentos internacionais; formar pessoal médico; enfrentar doenças de caráter viral; ou aplicar estratégias nutricionais; entre outras. Pelo seu lado, os projetos educativos incluíram atividades de alfabetização, formação profissional e incorporação e expansão de novas tecnologias. Os restantes 20% dos projetos promovidos no âmbito social relacionaram-se com o intercâmbio de políticas públicas; a promoção do desporto como via para evitar a exclusão social de jovens e adolescentes em ambientes de conflito; o desenho e implementação de políticas de habitação com escassos recursos; assim como as atividades de saneamento e abastecimento de água potável.

Importa acrescentar que uma grande parte das experiências registradas no âmbito social focalizaram-se em grupos que requeriam uma atenção especial, entre eles pessoas com incapacidades, membros de comunidades indígenas, mulheres, adolescentes e crianças. Alguns exemplos concretos sobre como se abordaram estas experiências podem encontrar-se no Quadro II.3, dedicado à cooperação no âmbito da saúde materno-infantil.

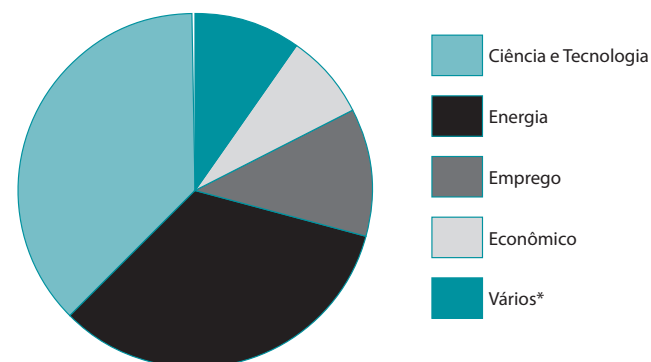
Gráfico II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores. 2010

Em porcentagem

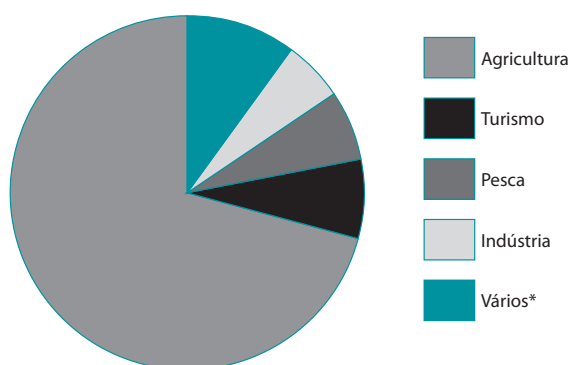
II.4.A. Sociais



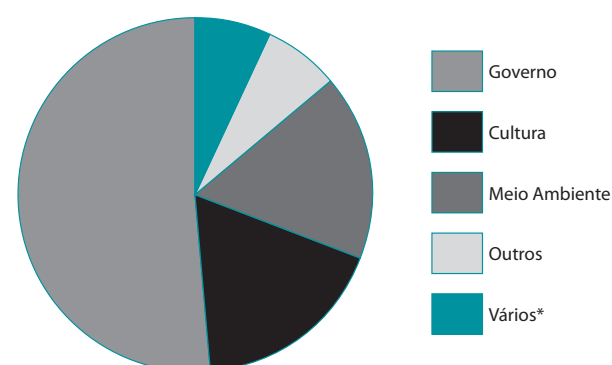
II.4.B. Econômicos (Infra-estruturas e serviços)



II.4.C. Econômicos (Setores produtivos)



II.4.D. Outros



Nota: Na rubrica Vários* agrupam-se os seguintes setores: A. No Social, Saúde Reprodutiva e Saneamento e Abastecimento de Água; B. Extrativas, Silvicultura, Construção e Comércio; D. Em Outros, Sociedade Civil, Prevenção de desastres e Gênero.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Por outro lado e como se assinalou anteriormente, mais de dois terços da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral com perfil econômico orientou-se para o fortalecimento dos setores produtivos, e muito especialmente, para o setor agro-pecuário. Com efeito, em 2010 registraram-se 77 projetos de cooperação agro-pecuária, equivalente a 70% do executado no quadro dos Setores produtivos e 15% do total anual. Apesar destas experiências afetarem aspetos muito diferentes do setor, destacaram os projetos concebidos para garantir a segurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar; melhorar a sementeira, cultivo, colheita e inclusivamente o posterior processamento de produtos como o cacau, a cana de açúcar, o algodão, a soja ou o milho; fortalecer as instituições responsáveis das suas correspondentes políticas públicas; avançar em temas fito-sanitários. Importa acrescentar as experiências em ganadaria, de importância chave para alguns países da região (Quadro II.4).

Quadro II.3. A Saúde Materno-Infantil: uma prioridade da Cooperação Sul-Sul

De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) anualmente, 8 milhões de crianças e 350.000 mulheres morrem em todo mundo devido a causas evitáveis, no segundo dos casos, relacionados com a gravidez ou o parto. No caso específico da América Latina e Caribe, a Organização Pan-americana da Saúde (OPS) revela que essas mortes afetam 160.000 recém nascidos e 9.500 mães (www.who.int/es e www.paho.org).

A intenção dos países em inverter esta situação adversa tornou-se especialmente evidente ao longo destes últimos dez anos. Com efeito, a década passada iniciou-se com a comunidade internacional a assumir a Declaração do Milênio e os compromissos dela emanados, especialmente no que diz respeito aos Objetivos do Milênio (ODM) 4 e 5, cujos propósitos afetavam a redução da mortalidade infantil e materna, respectivamente. A década encerrou-se também com a celebração, em Nova Iorque, em setembro de 2010 e no quadro da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) da reunião que revia os avanços alcançados relativamente a estas Metas e que concluiu com a necessidade de promover uma Estratégia Mundial que permita conseguir continuar a avançar nesta direção.

Neste quadro internacional, a informação disponível sobre a Cooperação Horizontal Sul-Sul executada em 2010 confirma o compromisso mantido pelos países ibero-americanos. Assim, entre os projetos com fins sociais existe uma vintena dedicados à saúde materno-infantil, e muito especialmente, ao tratamento do segundo dos coletivos. Pela avaliação positiva feita pelos países, destacar-se-iam os projetos seguintes:

1. Especialmente valorizado por todos os cooperantes consultados, as redes nacionais de Bancos de Leite Humano ou Materno (BLH) promovidas pelo Brasil continuam a ser um dos projetos sobre os quais assenta a estratégia regional da luta contra a mortalidade infantil. Com efeito, o modelo subjacente a este projeto apostado num aleitamento materno de qualidade como garantia para a sobrevivência e adequada nutrição e desenvolvimento dos recém-nascidos. Para isso, o Brasil apoia a constituição de laboratórios e forma os técnicos dos países receptores nos processos de colheita, pré-armazenagem, transporte, recepção, classificação, seleção, acondicionamento, pasteurização, controlo de qualidade, armazenagem e distribuição do leite materno. Uma vez constituídos, os BLH facilitam a re-distribuição deste leite de mães que doam o seu excedente para crianças de famílias com poucos recursos que não podem amamentar por serem prematuros ou porque as mães são portadoras de alguma infecção, entre outras razões. Importa assinalar que em 2010 o projeto esteve em execução em quase todos os países da América Latina, sendo as únicas exceções Chile e Honduras.
2. Garantir a segurança nutricional das crianças constitui outro dos eixos que conduzem a cooperação que os países ibero-americanos estão a realizar neste âmbito. Neste sentido e pelas consequências que também tem sobre as possibilidades de desenvolvimento pessoal de cada criança e a sua futura vida como adulto, os países destacam os projetos que promovem a educação nutricional e que asseguram a alimentação em espaços de formação como são as cheches e as escolas. Entre estes, referir os intercâmbios que em 2010 tiveram lugar entre Costa Rica e México, assim como entre Brasil e Uruguai.
3. Com um tratamento já mais integral tanto da saúde infantil como de doenças mais particulares, destacam os esforços que se estão a realizar através de ferramentas entre alguns hospitais públicos da região. Pelo seu impacto, destacam dois projetos:

Quadro II.3. A Saúde Materno-Infantil: uma prioridade da Cooperação Sul-Sul (continuação)

- A cooperação estabelecida entre 2008 e 2011 entre o Hospital da Criança Dr. Ovidio Aliaga de La Paz (Bolívia) e o Hospital Materno-Infantil Exequiel González Cortés de Santiago de Chile. Neste caso, o Hospital chileno forma o pessoal médico boliviano, além de apoiar a transferência tanto em tecnologia como de normas administrativas que facilitem o diagnóstico e tratamento das crianças hospitalizadas. No momento, a cooperação incluiu melhorias nos programas de cirurgia ambulatoria e de hospitalização abreviada (que garantam estadias mais curtas e com mais qualidade às crianças em tratamento), de Hemodiálise infantil, de tratamento bacteriológico e de infecções intra-hospitalares assim como a implementação de uma nova Unidade de Cuidados Intensivos em pediatria, entre outros.
- Também entre os anos 2008 e 2011, o México executou um conjunto de assistências técnicas, estágios, cursos e workshops destinados a apoiar a implementação na Costa Rica do Modelo de Cuidado Integral Nacional em Saúde Mental da Infância. Em concreto, a cooperação estabelecida permitiu à Costa Rica o desenvolvimento de planos, guia de planos, guias, protocolos, alinhamentos e propostas inter-setoriais, assim como a formação de pessoal médico de todo o país em matéria de saúde mental da infância. Com a implementação deste modelo, o país da América Central, aspira facilitar às crianças a construção de estilos de vida saudáveis.

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; páginas digitais da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-americana (OPS) (www.who.int/es e www.paho.org); notas tomadas na entrevista com o Diretor do Hospital da Criança Dr. Ovidio Aliaga de La Paz (Bolívia)

Quadro II.4. A ganadaria na cooperação agro-pecuária da Argentina, Brasil e México

Durante o ano de 2010, a Organização para a Agricultura e a Alimentação das Nações Unidas (FAO) publicou um estudo sobre o estado e as tendências de futuro da ganadaria na América Latina. Alguns dos dados referidos no estudo mencionado foram resumidos na tabela seguinte, que indica a posição mundial ocupada pelo setor da ganadaria de alguns países da região. A sua observação ilustra a importância crítica que a ganadaria tem na produção, exportação e consumo de países como Argentina, Brasil, México, Paraguai e Uruguai.

Países e posição na produção, exportação e consumo mundial de produtos de ganadaria

PAÍSES	PRODUÇÃO DE CARNE	EXPORTAÇÃO DE CARNE		CONSUMO CARNE/HABITANTE	PRODUÇÃO DE LEITE
		Volume (t)	Valor (\$US)		
ARGENTINA	4º	5º	6º	1º	15º
BRASIL	2º	1º	2º	6º	6º
MÉXICO	7º				17º
PARAGUAI		10º	11º	11º	
URUGUAI	19º	7º	9º	4º	

Fonte: SEGIB a partir de FAO (2010).

O estudo alerta também sobre os riscos que o setor enfrenta. Por um lado, a necessidade de garantir um maior abastecimento dos mercados internos assim como uma melhor inserção internacional, exige o passo a partir de um modelo de produção tradicionalmente extensivo para outro mais intensivo. Por outro lado, o passo para este esquema de produção implica riscos para o meio ambiente pois pressiona a degradação dos solos, a desflorestação e o consumo abusivo de água, entre outros. Tudo isto gera novos reptos, alguns muito relacionados com uma reconversão tecnológica, que necessita de fortes investimentos, difíceis de assumir num setor onde 60% da produção gira em torno de pequenos produtores e empresas de caráter familiar.

Quadro II.4. A ganadaria na cooperação agro-pecuária da Argentina, Brasil e México (continuação)

Neste contexto, a ganadaria é protagonista também de praticamente 15% dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiada no âmbito agro-pecuário. Destacam-se os executados por três dos dois países com maior peso mundial: Argentina, Brasil e México.

1. Os projetos que a Argentina promoveu em Cuba, Nicarágua e no México têm um perfil muito especializado em técnicas reprodutivas e genéticas, assim como de valorização de raças de gado.
2. México cooperou fundamentalmente na Nicarágua, com dois projetos fito-sanitários que afetavam tanto o diagnóstico como o tratamento de algumas doenças. Também transferiu algumas capacidades com um componente fortemente inovador para garantir a alimentação do gado em épocas de seca.
3. Brasil cooperou com Colômbia, República Dominicana e Panamá, basicamente em projetos sobre genética e sistemas de produção para Ovinos, Bovinos e Caprinos. Destaca, não obstante, o projeto para a implementação na Colômbia de tecnologias limpas na produção de gado.

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; FAO (2010)

No entanto no âmbito econômico e à margem do agro-pecuário, os projetos relacionados com os setores produtivos orientaram-se, na maioria, para o fortalecimento do Turismo, da Pesca e da Indústria, e, em menor medida, às Extrativas, a Silvicultura, a Construção e o Comércio. Também a cooperação técnica com perfil econômico completou-se com a execução de 51 projetos cujo objetivo foi apoiar a criação de infra-estruturas e serviços básicos para o correto funcionamento das economias nacionais. Destacar aqui que mais de um terço destes projetos relacionavam-se com a aplicação econômica de avanços científico-tecnológicos assim como com a criação de quadros normativos que favoreçam a inovação e a obtenção de patentes regionais. Também se registraram, em menor proporção, projetos orientados para garantir o abastecimento de energia, a promoção de empresas e a criação de emprego e estável e de qualidade.

Por fim, praticamente 40% dos 529 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral registrados no ano 2010 tiveram um propósito diferente do sócio-econômico. Em concreto e tal como se observa no Gráfico II.4.D, trataram-se de projetos, que, numa proporção superior aos 50% tiveram como objetivo fortalecer os Governos dos países ibero-americanos em questões tão diversas como os seus sistemas de Gestão pública, de Justiça, Segurança, Governabilidade, assim como com tudo o que se relaciona com uma questão tão relevante como é a da proteção dos Direitos Humanos dos seus cidadãos (Quadro II.5). O resto da cooperação registrada neste âmbito serviu para o apoio de iniciativas Culturais, do Meio Ambiente, de Prevenção de desastres e de Desenvolvimento rural e urbano, entre outras.

Quadro II.5. A garantia dos Direitos Humanos: esforços a partir da Cooperação Sul-Sul

O dia 10 de dezembro de 1948 constitui uma das datas mais importantes do século XX: nesse dia, os países membros das Nações Unidas, através da sua Assembleia Geral, aprovaram e proclamaram a Declaração Universal de Direitos Humanos. O consenso em torno desta Declaração tinha consequências sobre duas questões importantes: por um lado, implicaria um avanço sem precedentes na universalização de um ideal comum a respeito de tudo o que deve ser inerente à dignidade das pessoas; por outro lado, assentava as bases de um compromisso internacional em relação aos passos a dar para garantir a consecução destes direitos e desta dignidade a todas as pessoas do mundo, sem exceção.

- a) Com efeito, a própria Declaração entende que a dignidade garantir-se-á através do acesso a:
- Direitos Cíveis e Políticos (denominados de “primeira geração”), que incluem a liberdade de credo, de expressão, de reunião e manifestação ou de voto, entre outros.
 - Os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (de “segunda geração”) relacionados com o direito à saúde, habitação, educação, trabalho e segurança social, para destacar alguns.

Mais tarde, estas categorias foram-se complementando. Neste sentido, desde a década de setenta acrescenta-se a estes considerandos de “terceira geração”, como o Direito ao Desenvolvimento, à Paz ou ao Meio Ambiente.

- b) A proteção dos Direitos Humanos também requer o estabelecimento de um regime de Direito que obrigue ao seu respeito e cumprimento. Para além da Declaração Universal (cujo conteúdo tem o caráter de recomendação e cujo compromisso não é por isso juridicamente vinculativo), o referido regime de Direito foi-se construindo em torno de dois instrumentos básicos: os Acordos Internacionais de Direitos Humanos (em vigor desde 1976) e os Convênios Internacionais (Direitos das Crianças, da Mulher, proibição da tortura...)

Para além das adesões a estes Acordos e Convênios Internacionais, os países avançaram na proteção dos Direitos Humanos através de outro tipo de ferramentas, como, por exemplo, a implementação de políticas das adesões a estes Acordos e Convênios internacionais, os países avançaram na proteção dos Direitos Humanos através de outro tipo de ferramentas como, por exemplo, a implementação de políticas públicas coerentes com estes objetivos, o fortalecimento de quadros jurídicos de acordo com eles, e, inclusive, através da própria Cooperação para o Desenvolvimento. De fato, neste sentido e para o caso específico latino-americano, poder-se-ia afirmar que praticamente toda a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral promovida no ano 2010 orienta-se para a garantia dos Direitos Humanos. Ainda assim e devido ao modo como foi conceptualizada a classificação setorial aplicada a esta cooperação, existem algumas experiências que os países catalogaram explicitamente nesta rubrica. Pelas suas características, destacar-se-iam as seguintes:

- 1) Projetos orientados para a melhoria do quadro institucional e jurídico que devem garantir os Direitos Humanos. Tratam-se, por exemplo, das ações promovidas pelo México na Guatemala para fortalecer tecnicamente a Procuradoria dos Direitos Humanos do país da América Central; o apoio do Chile ao Equador relativamente à Sub-secretaria de Coordenação de Reabilitação Social do Ministério da Justiça, Direitos Humanos e Culto; ou o apoio da Argentina ao Paraguai com o objetivo de dotar as suas ações públicas de um Enfoque baseado no Desenvolvimento Social e Humano.
- 2) Girando em torno dos Artigos 3 e 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (direito à vida e proibição de torturas, penas ou tratamentos cruéis inumanos ou degradantes, respectivamente) enquadrar-se-iam as colaborações para apoiar, com técnicas forenses, a recuperação e identificação de corpos de desaparecidos durante os regimes militares e ditatoriais sofridos por alguns países do continente em diferentes momentos das décadas de 70 e 80. Situam-se aqui, fundamentalmente, os projetos de recuperação antropológica forense da Argentina e El Salvador, Bolívia e Paraguai.
- 3) Os Direitos das Mulheres e Crianças, assim como o cumprimento do Artigo 5 da Declaração Universal (proibição da escravatura, e maus tratos de pessoas) estão por detrás de outras cooperações como as que foram promovidas pelo Brasil e pela Argentina em El Salvador e Paraguai, respectivamente, acerca da criação de quadros jurídicos que protejam crianças e adolescentes vítimas de violência sexual assim como da implementação de políticas públicas que garantam a sua re-inserção social.

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Declaração Universal dos Direitos Humanos (http://www.un.org/es/comun/docs/?path=/es/documents/udhr/index_print.shtml); HEGOIA (www.dicc.hegoia.ehu.es)

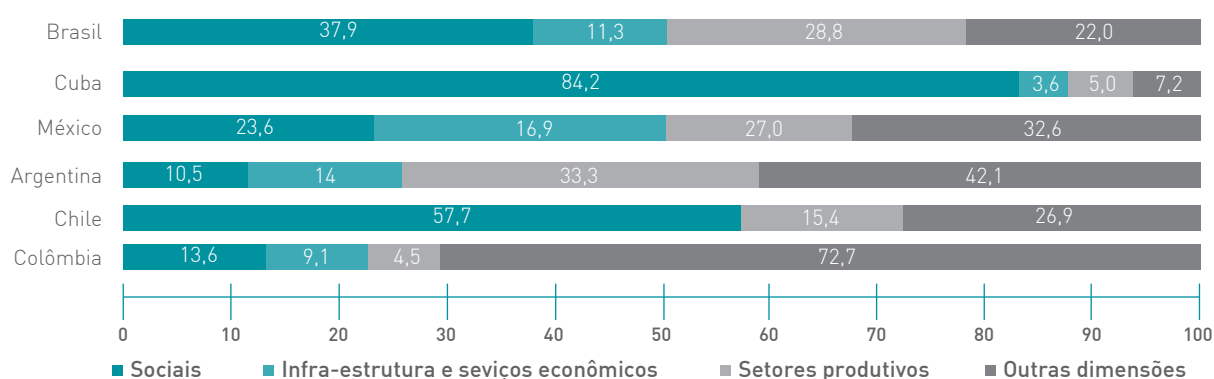
II.4.2. Perfil regional de capacidades e necessidades

Conhecer os perfis de capacidades e necessidades sobre os quais assentam a participação de cada um dos países ibero-americanos no intercâmbio de cooperação realizado ao longo de 2010 permite avançar para uma distribuição dos projetos que, ano após ano, seja progressivamente mais efetiva na consecução do pleno desenvolvimento da região.

Neste sentido e com o objetivo de identificar os referidos perfis, os projetos em que cada país participou, no exercício de ofertante ou receptor, conforme aplicável, dividiram-se por dimensões e setores de atividade, respectivamente. O resultado são quatro Gráficos (do II.5 ao II.8) cuja observação ilustra, primeiro, o tipo de capacidades em que se sustenta a cooperação dos principais ofertantes e, segundo, sobre a classe de necessidades às quais os principais receptores tratam de dar resposta com esta cooperação

Gráfico II.5. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, segundo dimensão de atividade. 2010

Em percentagem



Apenas os que participam num mínimo de 20 projetos.

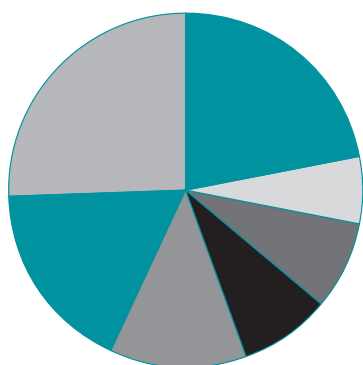
Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tal como se observa no Gráfico II.5, em 2010 os principais ofertantes de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral mostraram diferentes perfis de capacidades. Por um lado, a cooperação que o Brasil realizou nesse ano teve uma orientação muito sócio-econômica: 42% dos seus 177 projetos tiveram como propósito o fortalecimento dos setores produtivos e das condições básicas de funcionamento das economias dos países receptores; e cerca de 38% foram orientados para as melhorias sociais. Entretanto, Cuba e Chile foram os que mostraram um perfil mais marcadamente social, pois 84.2% e 57.7% do total da sua cooperação, respectivamente, localizou-se neste âmbito de atividade. Pelo seu lado, o México e a Argentina basearam os seus projetos na transferência de capacidades na maior parte econômicas (44% e 47%), apesar de combinadas com outras de perfil bem diferente, com propósitos à margem do sócio-econômico (32% e 42%, em cada caso). Do mesmo modo, este último tipo de capacidades são as que primaram no caso colombiano, pois chegaram a representar praticamente três quartos da sua cooperação final.

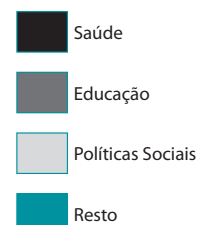
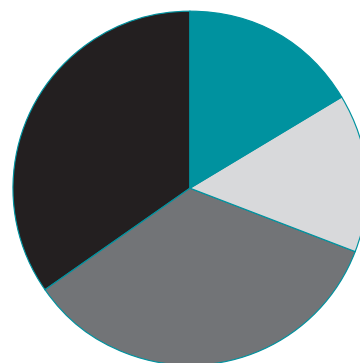
Gráfico II.6. Perfil de capacidades dos principais oferentantes, segundo o setor de atividade. 2010

Em porcentagem

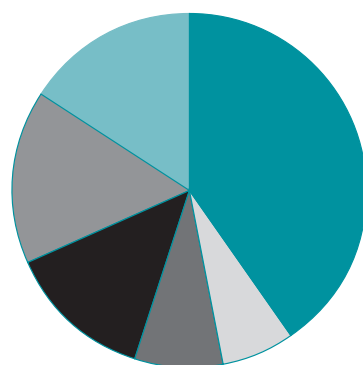
II.6.A. Brasil



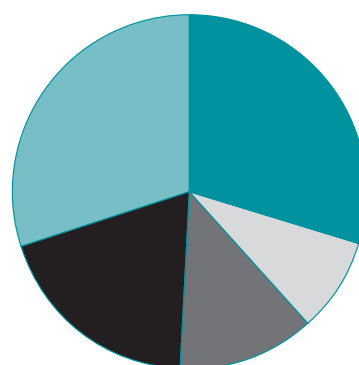
II.6.B. Cuba



II.6.C. México



II.6.D. Argentina



Nota: Para que os resultados sejam significativos, só se consideram os países que registraram mais de 50 projetos
Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Pelo seu lado, o Gráfico II.6 oferece um maior pormenor dos perfis anteriores, pelo menos para os países que realizaram um mínimo de 50 projetos. A sua observação sugere que o perfil sócio-econômico do Brasil se construiu sobre a transferência de capacidades em Agricultura, Educação, Saúde e Saúde Reprodutiva. Observa-se também que os projetos destinados ao fortalecimento das instituições governamentais assim como do meio ambiente tiveram um peso importante.

Assim e devido à relevância da agricultura (representa um quarto do total executado por este país) importa aqui desenvolver dois dos projetos. Como demonstração de força setorial, os selecionados perseguem a melhoria de determinadas técnicas de cultivo mas servem objetivos diferentes: o primeiro, executado em Cuba, pretende servir a segurança alimentar da ilha; o segundo, executado na Costa Rica entre os anos de 2008 e 2010, à obtenção de biocombustíveis que garantam ao país a utilização de energias limpas e renováveis (Quadro II.6)

Quadro II.6. Aplicações das técnicas de cultivo brasileiras: uma ilustração a partir da cooperação com Cuba e Costa Rica

Uma das características do Brasil como potência agro-pecuária tem sido a sua capacidade para desenvolver técnicas de cultivo que facilitam uma múltipla utilização dos produtos obtidos. Como exemplo, o Brasil desenvolveu técnicas que potenciaram a produção de bens destinados a garantir a segurança alimentar da população, mas também técnicas que possibilitem, a partir de produtos como a soja, a iúca, o trigo ou o girassol, a obtenção de bio-combustíveis de forneçam fontes de energia limpa e renovável. Exemplos relativos a esses diferentes fins encontram-se em dois dos projetos que o Brasil realizou em 2010 em Cuba e na Costa Rica.

1. Projeto para o estímulo da produção de soja e milho em Cuba

O sector agro-pecuário em Cuba vive uma situação especialmente sensível. Segundo a ONE (2010), apenas o 60% da superfície agrícola da ilha está dedicada ao cultivo; o resto dedica-se a pastagem ou permanece sem utilização. As deficiências que envolve em termos de produção, conjuntamente com os aumentos que têm vindo a registrar os preços dos produtos alimentares nos mercados internacionais, levaram a economia cubana a ter de enfrentar uma fatura de importação de produtos alimentares, que ronda anualmente entre os 1.500 e os 2.00 milhões de dólares; um valor que pode chegar a representar mais de 20% da fatura total de bens importados.

Às dificuldades em termos de produção e importação há que acrescentar as derivadas da perda de importância relativa que o principal produto agro-pecuário de exportação, a cana de açúcar, registrou nos últimos anos: em concreto, nos finais dos anos oitenta, este produto representava praticamente 75% das entradas em divisas; um decênio depois, 40%; e no biênio 2008-9, a sua participação tinha-se reduzido para pouco menos de 8%.

Perante este cenário, para inverter a situação, o Governo cubano está há uma década a promover uma política que facilite a reconversão de terras tradicionalmente destinadas ao açúcar para outros cultivos que permitam uma maior autonomia alimentar. Parte desta política de reconversão executa-se através da cooperação.

Um projeto de especial interesse que afeta a introdução da soja e do milho iniciou-se a partir de uma primeira experiência piloto com o Canadá. Esta país colaborou na introdução dos referidos cultivos em terras ociosas antes pertencentes a um intelectual da província de Ciego de Ávila. O Canadá assessorou tecnicamente a compra de sementes e maquinaria, cultivo do solo, formas de regadio... Mas a experiência foi avaliada negativamente: não gerou os resultados esperados e além disso foi muito dispendiosa, pois foi realizada a preços internacionais.

A rejeição de se continuar com esta colaboração coincidiu com uma visita a Cuba do então Presidente do Brasil Lula da Silva que ofereceu a Cuba a possibilidade de promover um projeto de cooperação para o cultivo de soja e milho através de Embrapa, uma empresa brasileira especializada em Investigações Agro-pecuárias. O resultado foi um Convênio de Colaboração Bilateral para o período 2009-2011 que incluiu assessoria, assistências técnicas e formações em todas as fases do processo (lavra, cultivo, colheita e pós-colheita). Contrariamente ao que aconteceu com o Canadá, as recomendações de compras estabeleceram-se sem condicionalismos, o que dito de outro modo significa que o Brasil recomendou e Cuba decidiu a quem comprar as sementes, a maquinaria ou o que fosse necessário, atendendo à informação recebida. As formações também se realizaram com intercâmbios de especialistas e os custos assumidos foram compartilhados.

Os resultados foram notáveis: em dois anos Cuba conseguiu uma melhoria nos rendimentos (de 0,7 para 1,97 toneladas de soja por hectare) equivalentes ao conseguido por Brasil em 20 anos de experiência. Os produtos obtidos foram além disso processados na ilha e permitiram introduzir na dieta cubana leite para crianças e para adultos maiores, iogurte, azeite, feijões, carne... de uma qualidade superior ao que se obtia com grão importado. A intenção agora é prorrogar o Convênio até 2014 e conseguir, com o apoio brasileiro e na medida do possível, de forma também autónoma, replicar a experiência noutras províncias cubanas, desenvolver capacidades para obter variantes próprias de sementes, e introduzir outros cultivos como milho, com grande potencial alimentício.

Quadro II.6. Aplicações das técnicas de cultivo brasileiras: uma ilustração a partir da cooperação com Cuba e Costa Rica (continuação)

2. Projeto Alternativas para a Produção de Bio-combustíveis na Costa Rica

A agenda setorial de cooperação internacional da Costa Rica 2007-2010 visa, entre outros objetivos, fortalecer o seu setor energético. O fim último é avançar no estabelecimento de formas de energia confiáveis, seguras e eficientes, obtidas através da utilização sustentável de recursos naturais renováveis.

No quadro dessa agenda assim como do Acordo de Cooperação Técnica que a Costa Rica mantém desde o ano de 1997 com o Brasil, em julho de 2008, ambos os países assinaram um Acordo Complementar para a implementação do Projeto de Alternativas de Produção de Biocombustíveis. O referido projeto baseia-se na formação de técnicos da Costa Rica do Instituto Nacional de Inovação e Transferência em Tecnologia Agro-pecuária (INTA), para aumentar a produtividade dos cultivos de iúca e rícino, para posterior obtenção de etanol.

A escolha da iúca e de rícino entre outros cultivos (como a cana de açúcar) que a priori têm um rendimento maior de etanol, foi feita depois do Brasil ter realizado um estudo de avaliação das condições dos diferentes cultivos agrícolas na Costa Rica. Através deste estudo constatou que a exploração da cana de açúcar destinada à obtenção de bio-combustíveis na Costa Rica, requeria fortes investimentos em novas tecnologias. Ao planejar um cultivo alternativo apostou-se na iúca, um produto mais fácil de apoiar com a tecnologia já existente, com enorme capacidade de produção e relativamente fácil de desviar até à obtenção de etanol, pois só 15% do seu volume de produção atual tem como destino o consumo interno.

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Escritório Nacional de Estatísticas de Cuba (ONE) (2010); entrevista a pessoal da União Agro-pecuária Militar (UAP), empresa estatal cubana.

Entretanto e ainda a partir da observação do Gráfico II.6 pode afirmar-se que o perfil de Cuba radica o seu esforço na transferência para outros países as suas conquistas nos âmbitos da Educação, da Saúde e das Políticas Sociais. O México, pelo seu lado, apoiaria o fortalecimento de diferentes instituições governamentais, especialmente no seu enquadramento geográfico mais próximo (ver Quadro II.7) e completaria o seu perfil de um modo heterogêneo, com projetos que afetam tanto setores econômicos (Agricultura e Ciência e tecnologia) como sociais (Educação e Saúde). Por fim, a cooperação da Argentina seria determinada por dois dos seus reconhecidos pontos fortes: o setor agro-pecuário e uma sólida institucionalidade pública.

Quadro II.7. México: apoiando o fortalecimento institucional dos países da América Central

Praticamente 90% dos projetos que o México executou em 2010 com o propósito de apoiar o fortalecimento das instituições dos governos ibero-americanos tiveram lugar em quatro países da América Central:

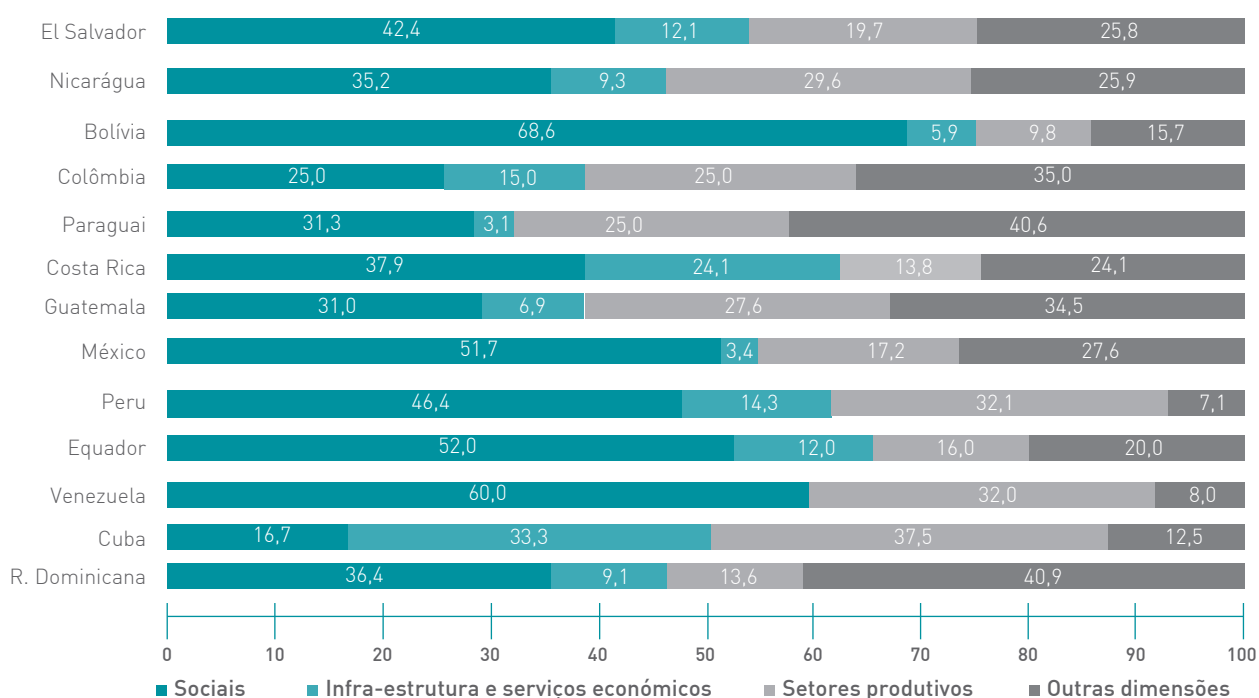
1. Na Guatemala, o México apoiou tecnicamente diferentes instâncias governamentais: a própria Presidência do Governo; as Secretarias de Estado em Planificação (SEGEPLAN) e de Assuntos Agrários; e a Procuradoria de Direitos Humanos, entre outras. Parte dos projetos orientara-se para questões de caráter geral (serviços públicos), enquanto que outros se orientaram para questões mais específicas (competências laborais dos diferentes organismos, formulação dos projetos para que fixem o seu objetivo na resolução de problemas para a população sem recursos, arbitragens para a resolução de conflitos).
2. Os projetos mexicanos na Costa Rica concretizaram-se na realização de assistências técnicas, formações e intercâmbios de experiências que afetavam a segurança (fortalecimento da polícia), o poder judicial (transferência de novas tecnologias para facilitar o seu funcionamento), assim como a consolidação de uma rede de informação e divulgação para a projeção e fortalecimento da imagem institucional.
3. O México também cooperou com a Nicarágua e o Panamá: no primeiro dos casos, fortalecendo a administração e a gestão dos governos territoriais das populações indígenas e afro-descendentes nas regiões autônomas do país; e no segundo, com um projeto que apoia a elaboração das contas ambientais.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

No que diz respeito ao perfil de necessidades, a observação conjunta dos Gráficos II.7 e II.8 permite agora agrupar os países de acordo com o âmbito que procuram fortalecer:

- O primeiro grupo, referente a El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Peru, compartilharia a necessidade de fortalecer tanto as suas capacidades sociais como as econômicas. Neste sentido, para estes quatro países os projetos com propósitos sócio-econômicos representaram entre 75% e 90% da cooperação recebida. Assinalar também que nos casos de El Salvador e Nicarágua (os países que foram o destino preferencial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que teve lugar na região durante o ano de 2010), as capacidades que mais apoio receberam foram as relacionadas com a Educação, a Saúde e a Agricultura.
- A Bolívia, México, Equador e a Venezuela, pelo seu lado, apresentaram um perfil de necessidades marcadamente social: com efeito, os projetos destinados a este fim registraram pesos relativos sobre o total dos recebidos entre 50 e 70%. O caso mais marcado é o boliviano (terceiro receptor da região), pois neste país a percentagem relativa a projetos em Saúde e Educação subiu para 65%.
- Entretanto, no Paraguai, Guatemala e na República Dominicana prevaleceram os projetos orientados para o fortalecimento de capacidades que se classificam à margem do sócio-econômico (entre 35 e 40% dos projetos executados em cada país). O resto dos projetos recebidos mantiveram diferentes distribuições: de um 50-50% entre os sócio-econômicos e os sociais para o caso do Paraguai e da Guatemala; proeminência dos sociais sobre os econômicos, no caso do país caribenho.
- De entre todos os selecionados (países que receberam um mínimo de 20 projetos), só a Colômbia e Cuba concentraram a maior parte da sua cooperação a fortalecer as suas capacidades econômicas, e, ainda assim, em percentagens e condições diferentes: no caso colombiano, 40% da cooperação nesta área de atividade foi combinada com 25% de projetos sociais e 35% na rubrica de outras dimensões; pelo seu lado, 70% do que foi recebido por Cuba foi destinado ao desenvolvimento tanto dos setores produtivos como das condições de funcionamento da economia e apenas 30% a qualquer outra atividade.

Gráfico II.7. Perfil de capacidades dos principais receptores, segundo dimensão de atividade. 2010
Em percentagem



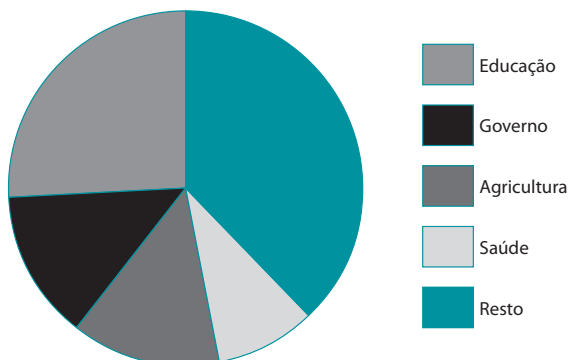
Apenas os que participam num mínimo de 20 projetos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

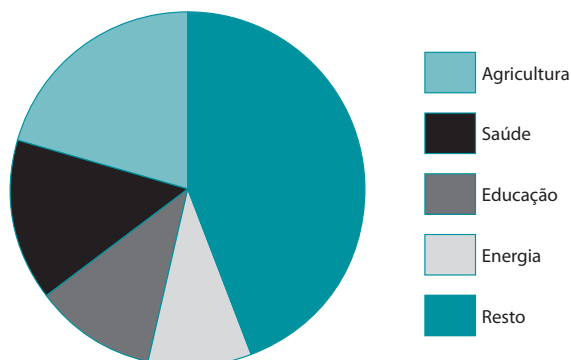
Gráfico II.8. Perfil de necessidades dos principais receptores, segundo setor de atividade. 2010

Em porcentagem

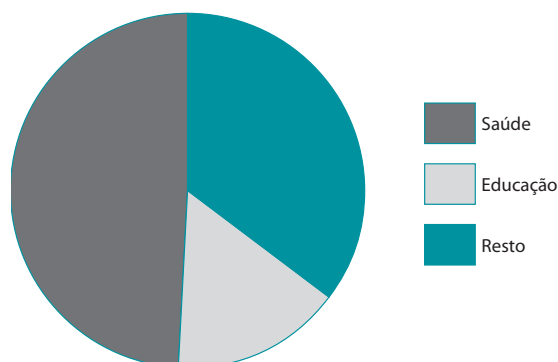
II.8.A. El Salvador



II.8.B. Nicarágua



II.8.C. Bolívia



Nota: Para que os resultados sejam significativos, só se consideram os países que registraram mais de 50 projetos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

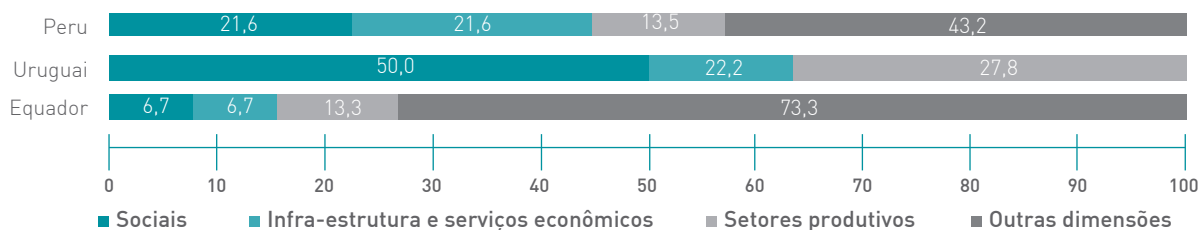
Por fim, importa aqui assinalar que, ao longo deste Capítulo, as diferenças de dimensão que existem entre os projetos e as ações de cooperação, conduziram a uma análise que fez prevalecer um enfoque relativamente ao primeiro dos instrumentos. No entanto, deste enfoque não se deve deduzir a ideia de que as ações são uma ferramenta marginal: pelo contrário, constituem uma parte importante da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e são, devido à sua menor dimensão, a ferramenta que permite aos países começarem a transferir as suas capacidades.

Nesta seção quis-se fazer um reconhecimento do esforço que isto representa. Por esse motivo, elaborou-se o Quadro II.8, que analisa o perfil setorial de três países, Equador, Peru e Uruguai, que ao longo de 2010, começaram a destacar-se como ofertantes de ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. A aparição de novos países a exercerem este papel tem vários significados: ratifica a crescente potenciação e auge da Cooperação Sul-Sul na região; valida as possibilidades que no quadro Sul-Sul o princípio de reciprocidade oferece; e reconhece, também o potencial que todos os países têm para transferir alguma das suas capacidades.

Quadro II.8. O perfil de capacidades dos novos ofertantes: Equador, Peru e Uruguai

Ao longo de 2010, o Peru, Uruguai e o Equador executaram, noutros países latino-americanos, um total de 70 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (praticamente um quarto - 22,5% - das 313 finalmente registradas). Este dado sugere que estes países não só desenvolveram capacidades setoriais como também, sobretudo, conseguiram começar a transferir parte desses pontos fortes para outros países da região.

Perfil setorial das ações de cooperação, segundo ofertante. 2010.



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

A tabela superior ilustra o perfil de capacidades transferido por cada país:

1. No caso do Peru (37 ações), a Cooperação Bilateral orientou-se para o fortalecimento de áreas e instituições de Governo, especialmente em aspetos relacionados com a Justiça, a Superintendência, a Inteligência Estratégica e a própria Cooperação Internacional. Estas ações complementaram-se com outras nos âmbitos econômico (intercâmbios de experiências sobre certificações laborais, tratamento do emprego dos migrantes, sistemas de rega agrícola, pesca e aqua-cultura e indústria artesanal) assim como social (workshops educativos em saúde, apoio a técnicas de laboratórios e intercâmbios de experiências em políticas de transferência monetária condicionada).
2. Pelo seu lado, o Uruguai (18 ações), concentrou metade das ações na área social: cooperação na expansão de tecnologias aplicadas à educação básica, workshops sobre economia da saúde, apoio à construção de políticas públicas para cuidados integrais do cancro e intercâmbios de especialistas em transplantes, entre outros. Também houve intercâmbios em avanços tecnológicos de aplicação econômica.
3. Por fim, o Equador (15 ações) promoveu formações, workshops e estágios orientados para fortalecer diferentes aspetos dos sistemas de Gestão das entidades públicas e receptoras. Também se registraram outras ações nos setores do Meio-Ambiente e Cultura.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

II.5. O custo econômico da cooperação técnica: uma primeira aproximação

Tal como se referiu anteriormente, as Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos são a principal fonte de dados deste Relatório.

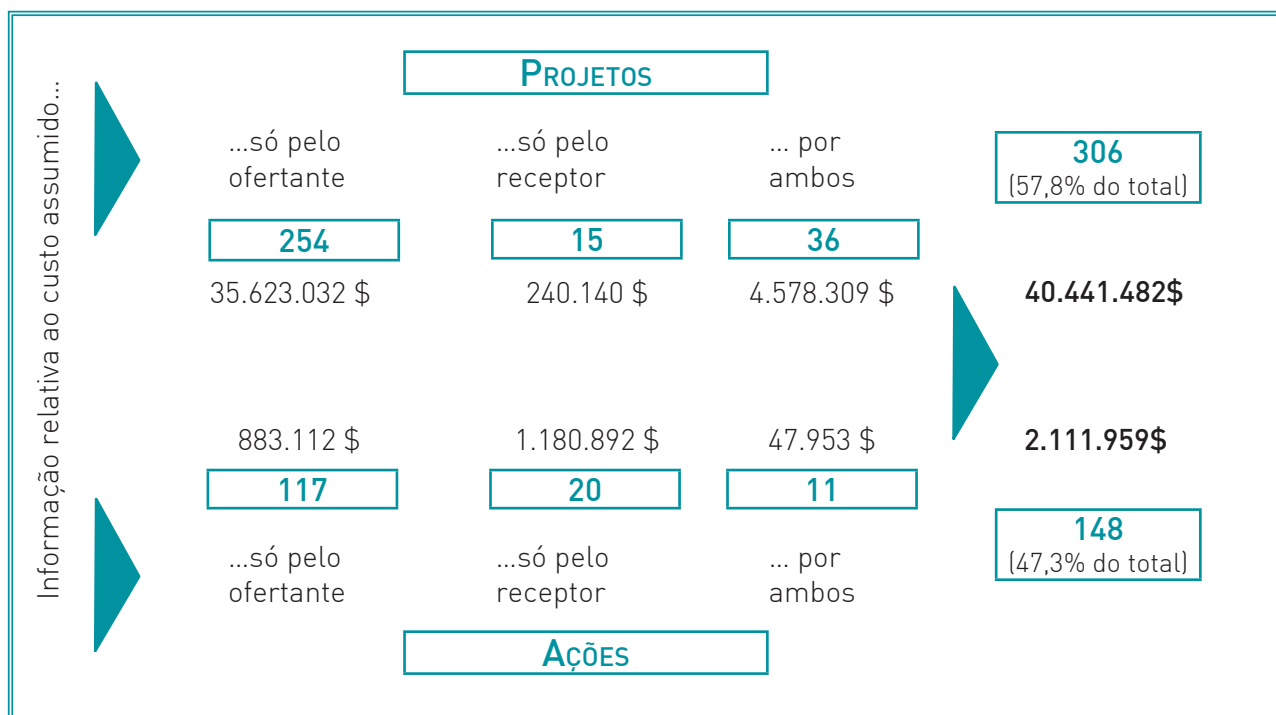
Estas instâncias governamentais não são só as que registram e/ou re-compilam os dados: são também as que, de acordo com os seus objetivos e avanços que experimentam os seus respectivos Sistemas de Informação sobre Cooperação, decidem se reportam alguma informação nova. Para esta edição, a novidade reside na decisão (adotada em Lima, em março de 2011) de recolher e reportar o máximo de informação possível acerca do *custo econômico* em que se incorreu ao cooperar. Em relação a esta decisão, importa assinalar que:

1. Trata-se de realizar uma primeira aproximação ao *custo* da cooperação e não ao seu *valor*, ainda pendente de estimativa. Neste sentido, o *custo* refere-se ao valor a que ascendem as contribuições (em dólares) realizadas pelos diferentes atores (ofertantes e receptores), para fazer frente aos gastos (de transportes, viagens, hospedagem, administrativos ou outros) tornados efetivos ao executar a cooperação (SEGIB e PIFCSS, 2010).¹⁴ O *valor* tinha contemplado, além do anterior, “o que custa” o trabalho realizado pelos profissionais do setor público que dedicaram as suas horas à transferência de capacidades. A questão é muito relevante porque se trata de uma Cooperação Sul-Sul que, na sua dimensão técnica, tem o seu grande ponto forte no que é contribuído pelos profissionais que não geram um gasto diretamente imputável ao *custo económico*. Ao não se realizar esta imputação, o valor da contribuição realizada por estes profissionais, não fica registrado, torna-se “invisível”. O custo económico torna-se pois um indicador necessário mas insuficiente para informar da autêntica dimensão desta cooperação.

2. De qualquer modo e conforme a vontade expressa, os países latino-americanos reportaram informação sobre o *custo económico*. A referida informação é mais elevada do que a reportada para edições anteriores, mas, ainda assim continua a ser parcial e incompleta. O problema foi que (Esquema II.2):

- Nem todos os países (faltaram 4 de 19) reportaram dados sobre o custo dos projetos e as ações em que participaram no ano de 2010.¹⁵
- Não houve dados para toda a cooperação (apenas para 306 projetos – equivalente praticamente a 58% dos 529 executados – e para 148 ações – menos de metade das 313 registradas).
- Para cada um destes projetos e ações, não se dispõe de informação sobre o que todos os cooperantes contribuíram (às vezes apenas só informação correspondente ao receptor; e em poucas ocasiões, o que ambos contribuíram).¹⁶

Esquema II.2. Caracterização da Informação disponível sobre o custo económico



Fonte: SEGIB.

-
3. O resultado é uma informação que dá uma ideia da quantidade de dinheiro que, como mínimo, se mobilizou para custear os gastos derivados da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2010. O valor final obtido (muito abaixo do que obteria com um *valorizado*) não é tão relevante como a sua divisão por componentes. Este último exercício permitirá conhecer, por exemplo, o esforço econômico relativo que cada um efetuou e como se estabeleceu a divisão de responsabilidades; informações estas orientadas para facilitar aos tomadores de decisões a sua gestão da Cooperação Sul-Sul.

Em definitivo e ainda que seja de uma forma aproximada, considerando toda a informação disponível pode afirmar-se que, a execução de pelo menos uma parte da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral do ano 2010, implicou um gasto mínimo de 42,5 milhões de dólares. A desagregação deste dado realizou-se a partir das Tabelas II.1, II.2 e II.3:

1. A primeira, a II.1, inclui informação sobre o custo econômico total dos projetos, obtido após a soma das contribuições realizadas por cada um dos cooperantes. Apesar de se referir a apenas 36 dos 529 projetos registrados, é a tabela mais completa porque a análise dos seus componentes permite tirar as conclusões mais significativas.
2. A II.2 resume a informação relativa aos projetos (254) para os quais só existe informação do que o país que transfere a capacidade contribuiu. Ao cobrir praticamente metade dos projetos do ano 2010, os resultados da análise têm, pelo menos em termos de ofertantes, uma elevada representatividade.
3. Por fim, a Tabela II.3 é a que apresenta os resultados menos conclusivos. De qualquer modo, refere os 15 projetos (apenas 3% do total) para os quais apenas existem dados econômicos do que contribui quem desempenha o papel de receptor.

A partir da observação da Tabela II.1,¹⁷ destaca-se o seguinte:

1. Os países têm ainda à sua frente um enorme desafio em termos de registro dos custos. Como já se comentou, com os dados disponíveis, só se pode estimar o custo econômico de 36 projetos, equivalentes a menos de 7% do total de projetos executados.
2. Os 36 projetos em que participaram a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México, no papel de ofertantes; o próprio México novamente, Costa Rica, El Salvador e Panamá, Colômbia, Equador e Peru, conjuntamente com Paraguai e Uruguai, no papel de receptores; geraram em 2010 um gasto superior a 4,5 milhões de dólares.
3. O custo médio dos referidos projetos superou os 125.000 dólares. Este dado esconde, no entanto, uma realidade muito diversa e tendenciosa pelo peso dos valores mais altos. Com efeito, a maioria dos projetos registraram custos médios abaixo desses 125.000: 55% situaram-se abaixo dos 15.000 dólares; outros 17% entre os 16.000 e os 125.000; e apenas 28% de projetos, ficou acima desse valor.
4. O Brasil foi o ofertante nos 10 projetos que registraram um custo médio superior aos 125.000 dólares. Os mais significativos (8 projetos) foram executados com o Paraguai e representaram um gasto total próximo dos 2 milhões de dólares. Atendendo à participação que cada um dos cooperantes teve no referido gasto (53% Brasil e 47% Paraguai) a responsabilidade, pelo menos em termos de esforço econômico realizado, foi compartilhada e praticamente igualitária.

Tabela II.1. Custo econômico de projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2010

Projetos, em unidades; custo econômico, em dólares; contribuições para o custo total, em percentagem.

PAÍS OFERTANTE	PAÍS RECEPTOR	NÚMERO PROJETOS	CUSTE						CUSTO MÉDIO POR PROJETO (\$)
			CONTRIBUIÇÃO DE CADA COOPERANTE						
			EM DÓLARES			EM PERCENTAGEM			
			Ofertante	Receptor	Total	Ofertante	Receptor	Total	
Argentina	México	6	36.344	33.680	70.023	51,9	48,1	100,0	11.671
Brasil	Paraguai	8	1.023.567	923.154	1.946.721	52,6	47,4	100,0	243.340
Brasil	Colômbia	5	113.046	54.433	167.479	67,5	32,5	100,0	33.496
Brasil	Costa Rica	1	128.160	36.900	165.060	77,6	22,4	100,0	165.060
Brasil	Equador	1	72.725	12.500	85.225	85,3	14,7	100,0	85.225
Brasil	Uruguai	1	177.070	1.894.400	2.071.470	8,5	91,5	100,0	2.071.470
Chile	El Salvador	1	6.806	6.000	12.806	53,1	46,9	100,0	12.806
Colômbia	México	1	8.500	1.200	9.700	87,6	12,4	100,0	9.700
Colômbia	Panamá	1	4.500	8.400	12.900	34,9	65,1	100,0	12.900
Colômbia	Peru	1	1.033	714	1.747	59,1	40,9	100,0	1.747
México	Colômbia	5	11.854	8.379	20.233	58,6	41,4	100,0	4.047
México	El Salvador	2	2.000	5.759	7.759	25,8	74,2	100,0	3.879
México	Costa Rica	1	1.800	1.000	2.800	64,3	35,7	100,0	2.800
México	Equador	1	1.956	419	2.375	82,4	17,6	100,0	2.375
México	Peru	1	1.213	800	2.013	60,2	39,8	100,0	2.013
Total		36	1.590.572	987.737	4.578.309	34,7	65,3	100,0	127.175

Nota: A informação refere-se exclusivamente a projetos para os quais existem dados do que foi contribuído economicamente tanto pelo país que desempenha o papel de ofertante como para o que exerce o papel de receptor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

- A distribuição do custo dos 36 projetos de acordo com o assumido por cada parte (conjunto dos ofertantes e dos receptores, respectivamente) não é representativa, pois mostra uma participação menor aos primeiros (35%) em relação aos segundos (65%). Esta distorção deve-se ao peso que sobre o resultado final tem o projeto executado pelo Brasil no Uruguai. Com efeito, o referido projeto tem um forte componente científico-tecnológico (pois consiste em fortalecer o Sistema Nacional Uruguaio de Sangue e Hemo-derivados), o que elevou o seu valor para mais de 2 milhões de dólares, dos quais o Uruguai, sendo o receptor, assumiu mais de 90%.
- Entretanto, a divisão posterior e agrupamento dos projetos de acordo com a distribuição de custos é mais realista. Neste sentido, 42% dos projetos mostram uma distribuição de custo por cooperante muito próxima dos 50-50%; a maioria 47%, sugerem uma maior assunção de custo por parte do ofertante (entre 60% e 85%); e 11% destaca-se porque quem assume a maior parte do custo é justamente o país que atua como receptor (entre 65% e inclusivamente um caso de 90%).

Tabela II.2. Contribuição econômica de países que exercem o papel de ofertantes. Projetos de CHSSB. 2010 Dados econômicos, em dólares; projetos, em unidades; participações, em percentagem

PAÍS OFERTANTE	PAÍS RECEPTOR	NÚMERO DE PROJETOS EXECUTADOS PELO OFERTANTE NESSE PAÍS EM 2010	NÚMERO DE PROJETOS A QUE SE REFERE ESTA INFORMAÇÃO ECONÔMICA	PERCENTAGEM DE PROJETOS A QUE SE REFERE A INFORMAÇÃO ECONÔMICA	CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA REALIZADO PELO OFERTANTE PARA ESTES PROJETOS	CONTRIBUIÇÃO MÉDIA REALIZADA PELO OFERTANTE PARA CADA PROJETO
Argentina	Bolívia	4	4	100,0	35.799	8.950
	Brasil	4	4	100,0	38.379	9.595
	Colômbia	2	2	100,0	11.577	5.789
	Cuba	10	10	100,0	57.815	5.782
	El Salvador	1	1	100,0	19.306	19.306
	Guatemala	4	3	75,0	29.752	9.917
	Nicarágua	5	1	20,0	11.228	11.228
	Paraguai	12	12	100,0	152.024	12.669
	Peru	5	5	100,0	41.626	8.325
	R. Dominicana	3	2	66,7	9.201	4.601
	Resto países	7				
Subtotal 1		57	44	77,2	406.708	9.243
Brasil	Argentina	6	6	100,0	745.276	124.213
	Bolívia	12	10	83,3	1.923.633	192.363
	Colômbia	20	15	75,0	2.367.119	157.808
	Costa Rica	11	10	90,9	651.807	65.181
	Cuba	10	10	100,0	1.173.270	117.327
	El Salvador	29	26	89,7	9.495.877	365.226
	Guatemala	1	1	100,0	9.115.235	9.115.235
	México	10	9	90,0	803.274	89.253
	Nicarágua	13	7	53,8	1.091.360	155.909
	Panamá	5	5	100,0	478.371	95.674
	Paraguai	14	6	42,9	2.131.106	355.184
	Peru	11	8	72,7	883.546	110.443
	R. Dominicana	13	13	100,0	686.686	52.822
	Uruguai	7	5	71,4	1.613.187	322.637
Venezuela	9	9	100,0	1.099.281	122.142	
Resto países	7					
Subtotal 2		178	140	78,7	34.259.028	244.707
Chile	Bolívia	9	5	55,6	217.642	43.528
	Colômbia	1	1	100,0	9.752	9.752
	Costa Rica	1	1	100,0	3.785	3.785
	Cuba	1	1	100,0	15.413	15.413
	Equador	5	4	80,0	144.467	36.117
	Guatemala	1	1	100,0	5.704	5.704
	México	2	1	50,0	305.599	305.599
	Paraguai	3	3	100,0	22.379	7.460
Resto países	3					
Subtotal 3		26	17	65,4	724.740	42.632
Colômbia	Guatemala	1	1	100,0	668	668
	Honduras	5	5	100,0	6.342	1.268
	Peru	3	1	33,3	797	797
	Resto países	13				
Subtotal 4		22	7	31,8	7.807	1.115

Tabela II.2. Contribuição econômica de países que exercem o papel de ofertantes. Projetos de CHSSB. 2010 Dados econômicos, em dólares; projetos, em unidades; participações, em percentagem (continuação)

PAÍS OFERTANTE	PAÍS RECEPTOR	NÚMERO DE PROJETOS EXECUTADOS PELO OFERTANTE NESSE PAÍS EM 2010	NÚMERO DE PROJETOS A QUE SE REFERE ESTA INFORMAÇÃO ECONÔMICA	PERCENTAGEM DE PROJETOS A QUE SE REFERE A INFORMAÇÃO ECONÔMICA	CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA REALIZADO PELO OFERTANTE PARA ESTES PROJETOS	CONTRIBUIÇÃO MÉDIA REALIZADA PELO OFERTANTE PARA CADA PROJETO
México	Bolívia	7	5	71,4	23.517,3	4.703
	Brasil	5	4	80,0	54.483,8	13.621
	Chile	2	2	100,0	8.705,0	4.352
	Costa Rica	14	10	71,4	74.825,0	7.483
	Cuba	3	2	66,7	6.406,7	3.203
	Equador	7	5	71,4	14.738,7	2.948
	El Salvador	8	3	37,5	5.549,5	1.850
	Guatemala	13	9	69,2	19.300,8	2.145
	Nicarágua	18	1	5,6	3.961,8	3.962
	Panamá	2	2	100,0	3.134,6	1.567
	Peru	2	1	50,0	1.652,7	1.653
	Uruguai	2	2	100,0	8.473,7	4.237
	Resto países	6				
Subtotal 5		89	46	51,7	224.750	4.886
TOTAL		372	254	68,3	35.623.032	140.248

Nota: A informação refere-se exclusivamente a projetos para os quais só existem dados do que foi contribuído economicamente pelo país que desempenha o papel de ofertante. **Fonte:** SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tabela II.3. Contribuição econômica de países que desempenham o papel de receptores. Projetos de CHSSB. 2010 Dados econômicos, em dólares; projetos, em unidades; participações, em percentagem

PAÍS OFERTANTE	PAÍS RECEPTOR	NÚMERO DE PROJETOS EXECUTADOS PELO OFERTANTE NESSE PAÍS EM 2010	NÚMERO DE PROJETOS A QUE SE REFERE ESTA INFORMAÇÃO ECONÔMICA	PERCENTAGEM DE PROJETOS A QUE SE REFERE A INFORMAÇÃO ECONÔMICA	CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA REALIZADO PELO OFERTANTE PARA ESTES PROJETOS	CONTRIBUIÇÃO MÉDIA REALIZADA PELO OFERTANTE PARA CADA PROJETO
Equador	Brasil	6	4	66,7	163.685	40.921
	Venezuela	1	1	100,0	6.000	6.000
	Resto países	18				
Subtotal 1		25	5	20,0	169.685	33.937
El Salvador	Colômbia	8	3	37,5	5.910	1.970
	México	8	1	12,5	1.650	1.650
	Peru	3	1	33,3	1.400	1.400
	Resto países	47				
Subtotal 2		66	5	7,6	8.960	1.792
México	Chile	2	1	50,0	20.000	20.000
	Costa Rica	3	1	33,3	7.348	7.348
	Resto países	24				
Subtotal 3		29	2	6,9	27.348	13.674
Nicarágua	Cuba	15	1	6,7	20.000	20.000
	México	18	1	5,6	12.000	12.000
	Resto países	21				
Subtotal 4		54	2	3,7	32.000	16.000
Uruguai	Brasil	7	1	14,3	2.147	2.147
	Resto países	8				
Subtotal 5		15	1	6,7	2.147	2.147
TOTAL		189	15	7,9	240.140	67.550

Nota: A informação refere-se exclusivamente a projetos para os quais apenas existem dados do que foi contribuído economicamente pelo país que desempenha o papel de receptor. **Fonte:** SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Por outro lado, a observação conjunta das Tabelas II.2 e II.3 fornece informação complementar acerca do modo como os países geriram em 2010 as suas contribuições econômicas para a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Apesar dos resultados serem mais representativos para o caso dos ofertantes do que para o caso dos receptores, pode afirmar-se que:

1. No momento de registrar dados relativos ao custo econômico, os países, em conjunto e nos seus diferentes papéis, mostraram capacidades bem diferentes: com efeito, enquanto que os registros que a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México realizaram como ofertantes (Tabela II.2) deram cobertura a quase 70% da cooperação que executaram; os correspondentes ao Equador, El Salvador, Nicarágua, México e Uruguai no papel de receptores (Tabela II.3) apenas permitiram referir-se a 8% dos seus projetos.
2. Por países, a capacidade para registrar este tipo de dados também diferiu:
 - a. No caso dos ofertantes, a sua capacidade oscilou entre o mínimo da Colômbia (dados que se referem a um terço dos seus projetos) e os máximos da Argentina e Brasil (informação para mais de 75% da cooperação que executaram).
 - b. No caso dos receptores, o máximo foi ostentado pelo Equador, com 20%.
3. O esforço econômico relativo que cada um realizou foi também variável.
 - a. Do lado da oferta, o custo médio dos projetos que a Colômbia, México e Argentina executaram noutros países manteve-se abaixo de 10.000 dólares; o do Chile, superou os 40.000; e o do Brasil, aproximou-se dos 250.000.
 - b. Do lado da recepção, as contribuições médias oscilaram em três franjas de valor: abaixo dos 10.000 dólares (El Salvador e Uruguai); entre 10.000 e 20.000 dólares (México e Nicarágua); e até 35.000 dólares (Equador).
4. Por fim e ainda com cautela, a combinação dos diferentes dados permite uma aproximação à quantidade mínima de recursos econômicos mobilizados por cada país:
 - a. De novo da parte dos ofertantes, os valores do México, Argentina e Chile (numa franja entre os 250.000 e os 750.000 dólares) contrastaram com os do Brasil (acima de 35,2 milhões de dólares).
 - b. Entretanto e como receptor, o Equador, que combina a contribuição média maior com a percentagem máxima de projetos recebidos para os que existe alguma informação econômica, teria mobilizado, para o ano de 2010 e no exercício desse papel, um financiamento mínimo próximo dos 170.000 dólares.

Em síntese, a informação de que hoje se dispõe para conhecer a quanto ascende o custo econômico total da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral executada pelos países latino-americanos é ainda incompleta. Ainda assim, a sua análise por componentes proporciona informação que pode ter efeitos positivos sobre a gestão que os países fazem da sua cooperam. Ficam, no entanto, muitos desafios pendentes: o mais imediato reside em avançar para uma maior e mais completa informação sobre o custo econômico da Cooperação Sul-Sul, o outro, de médio/longo prazo, implica dar o saldo da medição em termos de *custo* para uma que informe sobre o *valor*. Neste último caso será necessário desenvolver uma fórmula de valorização da cooperação técnica, que, se podendo ser utilizada por todos os países, aproxime à autêntica dimensão regional desta cooperação.

II.6. Ajuda Humanitária e de Emergência na América Latina e no Haiti

A cooperação bilateral que os países ibero-americanos executaram ao longo do ano de 2010 foi acompanhada por outro tipo de atuações de caráter solidário: as intervenções de Assistência Humana perante as diversas situações de Emergência vividas na região. De fato, o ano de 2010 será recordado por ter registrado dois dos piores terremotos das últimas décadas, assim como uma das temporadas ciclônicas de maior intensidade. Em concreto:

1. No dia 12 de janeiro de 2010 o Haiti sofria do que fora classificada como “*uma das catástrofes humanitárias mais graves da história recente*”: um terremoto de 7 graus na Escala de Richter com epicentro a 15 quilômetros da capital, Porto Príncipe. Seguido em poucas horas por mais de 100 réplicas de diferente intensidade, o tremor sentiu-se também na República Dominicana, Cuba, Jamaica, Puerto Rico, Bahamas e inclusivamente no Estado da Florida (Estados Unidos) e na cidade de Caracas (Venezuela). Entre as suas trágicas consequências contabilizaram-se 250.000 mortos, 300.000 feridos e um milhão e meio de pessoas (15% população) sem casa, vivendo em acampamentos provisórios e campos de desalojados; ao temos de somar 190.000 habitações e 23% de escolas destruídas e a geração de 20 milhões de metros cúbicos de escombros (www.iberoamericaporhaiti.com).
2. Apenas um mês e mais tarde, no dia 27 de fevereiro, outro tremor de terra semeava o pânico, desta vez no Sul, na costa do Pacífico chileno: tratava-se do segundo sismo de maior intensidade na história daquele país, de 8.8 graus na mesma Escala de Richter e cujo raio de ação chegou a sentir-se em Buenos Aires (Argentina) e em São Paulo (Brasil). Com réplicas de uma intensidade próxima de 7 graus, o seu epicentro marítimo provocou aos 35 minutos um forte tsunami. Dada a magnitude do que sucedeu e a densidade da população que habita o local (85% dos chilenos residem na costa) o balanço de vítimas (525 mortos) foi relativamente menor. Ainda assim, os estragos sofridos por cerca de 500.000 habitações deixaram um elevado número de feridos, quase 2 milhões de pessoas.
3. A partir do mês de março, as emergências mudaram de perfil: os efeitos das alterações climáticas fizeram-se sentir com a brusca mudança de fortes secas para chuvas intensas e torrenciais que, por vezes transformadas em tempestades tropicais, alimentaram um ano de intensa atividade ciclônica. O resultado final foram graves inundações que afetaram, sobretudo, as regiões andina e da América Central. Assim e mais especificamente, em março o fenômeno do Niña (ligado à alteração do padrão climático nas águas do Pacífico Equatorial provocou inundações na Colômbia e na Venezuela; em maio, a tempestade Agatha fazia o mesmo nas Honduras e na Guatemala; em julho, outra tempestade tropical de nome Colin, abateu-se novamente sobre as Honduras. Durante os meses de novembro e dezembro, a Colômbia e a Venezuela sofreram a sua segunda temporada de chuvas; e um último ciclone, Tomas, voltou a afetar El Salvador, Costa Rica e Panamá (www.redhum.com).
4. Outros fenômenos vieram complicar a situação de alguns países, especialmente na América Central: assim, na Guatemala, as inundações de maio coincidiram com a erupção do vulcão Pacaya (situado a apenas 47,5 quilômetros da capital); nas Honduras e na Nicarágua, durante os meses de junho e outubro, respectivamente e em parte devido às chuvas e às águas paradas, registraram-se surtos de epidemias de dengue e leptospirose.

Perante estas emergências, a resposta da comunidade ibero-americana foi contundente. Seguramente, um dos exemplos que melhor ilustra o grau de compromisso e de solidariedade mantido pelos países da região foi o modo como estes responderam ao terremoto do Haiti.¹⁸ Neste sentido e como se pormenoriza no Quadro II.9, todos os países da América Latina, sem exceção e de acordo com as suas capacidades, prestaram a sua ajuda: bem como através do envio de toneladas de alimentos, medicamentos e equipamentos; bem como o seu apoio técnico, logístico e financeiro à realização de diversas tarefas (entre outras, à eliminação dos escombros, transportes de bens, procura de sobreviventes e assistência médica a feridos). Como se explica também no

mesmo quadro, o referido apoio não ficou limitado à resposta de emergência mas foi acompanhado ao longo de todo o ano de 2010, da execução de projetos de cooperação que facilitassem tanto a reconstrução do país como o seu futuro desenvolvimento.

Para além do carácter de exceção do caso haitiano, não obstante, o que aconteceu em torno do resto das eventualidades não faz mais do que reforçar essa ideia de compromisso. Mais especificamente:

- a. Uma observação dos países que participaram na Ajuda Humanitária (Tabela II.4) mostra como muitos mantiveram relativamente às emergências um papel duplo: em concreto, pelo menos dos sete que foram ajudados (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Panamá, Colômbia, Venezuela e Chile), responderam solidariamente quando foram os outros que necessitaram de ajuda. A prestação de assistência quando o país ainda se está a recuperar da sua própria adversidade, sugere sem dúvida um forte compromisso em termos de solidariedade. Também foram igualmente solidários os países que, não tendo tido de enfrentar grandes adversidades em 2010, não hesitaram em responder perante as emergências dos outros (casos do México, Cuba, Equador, Peru, Brasil, Argentina e Uruguai).
- b. Pelo seu lado, tratou-se de uma ajuda grande, diversa e com um conteúdo específico muito adaptado que precisava de atender. Aconteceu, por exemplo, nos casos dos envios de técnicos colombianos e costarriquenhos após o terramoto do Chile para proceder à avaliação do estado das edificações; de geólogos também colombianos para a Guatemala para avaliar riscos nas zonas afetadas pela erupção vulcânica; da instalação por parte do México, Peru e Venezuela de pontes na mesma Guatemala para facilitar a recuperação do trânsito de pessoas e veículos durante as inundações; ou das toneladas de raticidas que Cuba forneceu à Nicarágua para que pudesse fazer frente à praga de roedores que, após as intensas chuvas, provocaram um surto de leptospirose.
- c. Importa também destacar o esforço económico feito pelos países. Para além do valor a que ascenderam as ajudas técnicas e em espécie (como ilustração, os quase 80.000 dólares que custaram as Unidades Potabilizadoras de Água que o Uruguai transferiu para o Chile ou os mais de 300.000 dólares que o Equador destinou a custear os alimentos e o material que enviou para a Colômbia e Venezuela), houve também transferências apenas financeiras. A maioria delas, não obstante, vieram do Brasil, e foram condicionadas pela compra de produtos específicos e foram canalizadas para outros organismos no terreno, como pode ser o caso do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas.
- d. Por fim, assinalar alguns aspetos relativos à operação sobre a qual se articulou a Ajuda Humanitária. Neste sentido e de forma homóloga ao que aconteceu com o Haiti (Quadro II.9) em torno da assistência tornada efetiva a partir da ativação de equipamentos e profissionais que já estavam no terreno no momento da emergência, destacar a forma como o México articulou a sua resposta perante o terramoto sofrido pelo Chile. Em concreto e tal como se explicou na edição anterior deste Relatório,¹⁹ ambos os países dispõem, desde 2006, de um mecanismo de co-financiamento da sua cooperação: o Fundo Conjunto México-Chile, cujo orçamento anual ascende aos dois milhões de dólares. Apesar do seu objetivo prioritário ser a cooperação, após o tremor de terra ambos os países decidiram reorientar a utilização dos seus recursos para tarefas de recuperação: em concreto (Tabela II.4), gastaram-se do Fundo 3.5 milhões de dólares, primeiro na elaboração de uma votação de avaliação da situação sócio-económica em que ficou a população afetada; segundo, na reparação das infra-estruturas e património cultural danificados pelo terramoto (escolas, zonas costeiras e pinturas murais).²⁰

Quadro II.9. A Ibero-América pelo Haiti: Emergência, Reconstrução e Desenvolvimento

Após o forte terremoto sofrido pelo Haiti, os países Ibero-Americanos demonstraram a sua solidariedade e promoveram neste país ações com objetivos bem diferenciados: algumas, as mais imediatas, de curto prazo, orientaram-se para conseguir o rápido re-estabelecimento da normalidade e da vida quotidiana da população após a Emergência; outras, de médio e longo prazo, tinham como propósito facilitar tanto a sua Reconstrução como o retorno a um caminho de Desenvolvimento.

Resumo da Assistência Humanitária prestada após o terremoto. 2010

PAÍSES	TIPO DE AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA. BREVE DESCRIÇÃO	
	Em espécie	Técnica
ARGENTINA	Medicamentos, água, alimentos, plantas potabilizadoras, tendas...	Assistência médica a partir da ativação do Hospital Militar Relocável das Forças Armadas na MINUSTAH; apoio aviões para deslocação de ajuda procedente do Paraguai
BOLÍVIA	Fornecimentos Médicos e Hemo-derivados	Assistência médica
BRASIL	500 t de alimentos e água; equipamento de resgate; hospitais de campanha	Apoio a voos e navios para deslocação; envio de pessoal médico e de bombeiros para apoio de resgate
CHILE	Medicamentos, alimentos, água, tendas, equipamentos purificadores, material higiénico e sanitário...	
COLÔMBIA	3.202 toneladas de alimentos e 372.552 litros de água potável	Apoio em várias tarefas (busca e resgate, avaliação de riscos e de edificações, adequação de infra-estrutura...)
COSTA RICA		Brigada de 60 funcionários para busca e resgate em espaços reduzidos
CUBA	10 t de alimentos, fornecimentos médicos e água; bolsas de soro e plasma; 2 hospitais de campanha	Ativação das Brigadas Médicas que Cuba mantém no país
EQUADOR	450 t de produtos (enlatados, água pura engarrafada, artigos de limpeza...); 12 t de fornecimentos médicos e alimentos...	38 especialistas em busca e resgate; 36 profissionais de saúde; 1 técnico de riscos. Custo total: 405.617 dólares
EL SALVADOR	Entrega de 6.633 medicamentos; 1.200 colchões, 1.000 cobertores, 119 caixas de sardinhas, 3.285 caixas de Incaparina, 70 tendas de campanha e 98 fardos de água	O Corpo de Bombeiros realizou tarefas de busca e resgate de vítimas, prestou-se assistência aérea e médica
GUATEMALA	Medicamentos, água, alimentos, tendas, artigos de necessidade...	Envio de bombeiros e militares para apoio a tarefas de resgate
MÉXICO	15.000 t de fornecimentos (alimentos, água, medicamentos, artigos de higiene pessoal); 51.627 tendas de campanha	2 cozinhas comunitárias: envio de 1.300 profissionais (médicos, resgate, engenheiros...); assistência em voos e buscas
NICARÁGUA	Alimentos	Envio de Unidade Humanitária de Resgate, equipamento de busca, salvamento e resgate. Cuidados médicos
PANAMÁ	Leite em embalagens tetrapack avaliado em 1 milhão de dólares	Transformou um aeroporto como Centro para Operações de Emergência para que os países da região prestassem assistência ao Haiti
PARAGUAI	400 cobertores; 591 kits de alimentos; 3000 chapas de zinco; 2 kits de medicamentos e fornecimento hospital; 4 tendas negras	2 especialistas em desastres e resgate; 1 em Logística de Emergência; 2 Cirurgiões em traumatologia, 8 especialistas em resgate, 1 elemento de segurança
PERU	1.795 caixas de Conservas de peixe (12,5 t)	
REPÚBLICA DOMINICANA	Medicamentos, alimentos, água, roupa, geradores elétricos...	Ativação de serviços dominicanos (cantinas, hospitais, serviços de vacinação...) para a população haitiana
URUGUAI	Envio de 2 Unidades Potabilizadoras de Água (UPA) no valor de 170.500 dólares	Envio de vários funcionários para a instalação, implementação e formação de operários e revisão de funcionamento UPA
VENEZUELA	5.500 t de alimentos, medicamentos, água, produtos cirúrgicos, combustível...	Envio de bombeiros, profissionais médicos e outros para apoio a tarefas de resgate e assistência médica

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Quadro II.9. A Ibero-América pelo Haiti: Emergência, Reconstrução e Desenvolvimento

A tabela seguinte resume a resposta que as nações latino-americanas deram à emergência haitiana. Enumera, país a país, as principais contribuições em espécie em termos de produtos (toneladas de alimentos, medicamentos, água, produtos vários de primeira necessidade...) e de equipamentos (fábricas potabilizadoras de água, hospitais de campanha e geradores de eletricidade, entre outros); assim como um maior pormenor à assistência técnica e logística prestada (envio de helicópteros, aviões e navios para transporte de ajuda; apoio às tarefas de busca e resgate, limpeza de escombros; assistência médica e sanitária, para referir algumas).

A sua observação pormenorizada revela algumas ideias interessantes acerca do modo como se deu esta resposta:

1. Por um lado, confirma que todos os países ibero-americanos de rendimento médio, sem qualquer exceção e proporcionalmente às suas diferentes capacidades, responderam solidariamente perante a emergência haitiana.
2. Por outro lado, no âmbito técnico-logístico, alargaram-se forma de apoio muito particular:
 - a. Argentina e Cuba, por exemplo, aproveitaram as suas capacidades no Haiti para as ativar e coloca-las ao serviço da emergência. Em concreto, a Argentina colocou o seu Hospital Militar Relocável (destinado às Forças Armadas argentinas que integram a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - a MINUSTAH-) ao serviço da população afetada; também Cuba mobilizou as brigadas que já tem no país para ajudar na cooperação em saúde, assim como os médicos e estudantes haitianos formados na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) de Havana.
 - b. A Cooperação Sul-Sul influenciou também o modo como a região respondeu, a forma como alguns países colaboram entre si para tornar possível fazer chegar a ajuda ao Haiti com a máxima celeridade e eficiência possível. Foi o caso da Argentina, que emprestou os seus aviões e aeroportos para o transporte da ajuda procedente do Paraguai; e do Panamá que, aproveitando a sua estratégica localização geográfica, disponibilizou também um dos seus aeroportos para criar um Centro para Operações de Emergência que facilitaria a outros países mais longínquos a chegada e o transporte da ajuda.
 - c. Menção à parte merece o caso da República Dominicana. A sua condição de fronteira com o Haiti explica por si só a dimensão da sua resposta e do seu envolvimento. Neste sentido e especialmente nas regiões fronteiriças, a República Dominicana compartilhou os seus serviços básicos com os haitianos afetados. Isto refletiu-se em diferentes áreas, entre as quais se destacaram: a saúde (cuidados hospitalares básicos, campanhas de vacinação, armazenamento e distribuição de medicamentos...), a alimentação (fornecimento de cantinas públicas) e inclusivamente, por vezes, o fornecimento de água e energia.
3. Pelo seu lado, a Assistência traduziu-se em importantes desembolsos de dinheiro. A partir dos dados disponíveis, por exemplo, as fábricas potabilizadoras que o Uruguai enviou custaram cerca de 175.000 dólares; o apoio logístico do Equador superou os 400.000; e os envios em espécie do Panamá ascenderam a 1 milhão. No caso da República Dominicana, os serviços prestados a cargo do seu setor público foram de 21.254.800 dólares.

À margem, importa acrescentar que todas estas contribuições foram frequentemente acompanhadas de contribuições financeiras, muitas vezes canalizadas através de organismos supra-nacionais. Foram os casos do: Brasil, que contribuiu com 20.000.000 de dólares para o Fundo de Emergência da ONU; da Colômbia, com contribuições para os Fundos do Banco Mundial, da União Sul-Americana das Nações (UNASUR) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU que rondaram os 7.000.000 de dólares; e o Paraguai, que contribuiu com 163.751 dólares para o Fundo de Solidariedade com o Haiti de UNASUR, cujo orçamento efetivo é já de 70 milhões de dólares (Prensa Latina, 12 de julho de 2011).

Quadro II.9. A Ibero-América pelo Haiti: Emergência, Reconstrução e Desenvolvimento

Mas a solidariedade ibero-americana não se limitou à emergência. Quando esta foi de novo necessária (em outubro o Haiti sofreu uma epidemia de cólera que veio a complicar a situação já de si dramática), os países voltaram a responder positivamente (Cuba, Equador e México enviaram fornecimentos médicos e novo apoio sanitário). Entretanto, ao longo de 2010, o compromisso para com o Haiti complementou-se com a promoção de projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que, como já se referiu, perseguem um objetivo duplo: por um lado, facilitar a Reconstrução do país; continuar a trabalhar, e, por outro, a sempre presente tarefa de promover o Desenvolvimento.

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Haiti. 2010.

PAÍSES OFERTANTES	NÚMERO DE PROJETOS	DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS POR SETORES (PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL)				CUSTO ECONÔMICO ASSUMIDO PELO OFERTANTE (EM DÓLARES)
		<i>Sociais</i>	<i>Infra-estruturas e serviços econômicos</i>	<i>Setores produtivos</i>	<i>Outras dimensões</i>	
ARGENTINA	3				100%	30.436
BRASIL	22	23%	18%	41%	18%	19.793.104
CHILE	2	50%			50%	490.892
COLÔMBIA	1				100%	800.000
CUBA	19	32%	5%	42%	21%	nd
MÉXICO	5	60%			40%	8.081.211
TOTAL	52	29%	10%	33%	29%	29.195.643

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

A Tabela anterior caracteriza os projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que se executaram em 2010 no Haiti.* Trata-se de um total de 52 projetos, distribuídos como se segue:

- 1) Os países que executaram esta cooperação coincidem com os que lidaram com o que aconteceu em termos regionais. Assim, Brasil e Cuba, com 22 e 19 projetos respectivamente, são quem impulsionou mais projetos. A alguma distância seguiram-se o México, Argentina, Colômbia e Chile que somaram, em conjunto, mais 11 projetos.
- 2) O perfil setorial foi muito condicionado pelo peso que imprimiram os dois principais ofertantes. Neste sentido, os projetos foram principalmente orientados (33%) para o fortalecimento dos setores produtivos relacionados com a nutrição e a segurança alimentar (agricultura e pesca, fundamentalmente). Destacaram também (29%) das ações realizadas para fortalecer as instituições públicas haitianas, um objetivo em que se concentraram todos os ofertantes. A mesma importância relativa tiveram os projetos de caráter social, muito orientados para a saúde e a educação. Menos (10%) foram os projetos destinados à recuperação das condições econômicas (vias de transporte e telecomunicações).
- 3) A execução destes projetos exigiu fortes desembolsos econômicos. Destacaram os quase 500.00 dólares assumidos pelo Chile; os 800.000 dólares da Colômbia, assim como os 8 e quase 20 milhões de dólares que o México e o Brasil, respectivamente, mobilizaram para tornar possível a execução da sua cooperação.

* Nota: Um pormenor exaustivo desses projetos pode encontrar-se na Tabela A.3 em anexo. Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; portal de Iberoamérica por Haití (www.iberoamericaporhaiti.com); notas tomadas em entrevista com o Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana

Tabela II.4. Principais operações de Ajuda Humanitária e de Emergência. 2010

MÊS	TIPO DE EMERGÊNCIA	PAÍS AFETADO	PAÍS QUE ASISTE	PAÍS QUE AJUDA	BREVE DESCRIÇÃO
02	TERREMOTO	CHILE	COLÔMBIA	Financeira	100.000\$US para o Programa chileno de Reconstrução Seamos Barrio
				Em espécie	7 t de ajuda (equipamentos elétricos e de comunicação para re-estabelecer luz e telefonia)
				Técnica	Aviões de apoio para deslocações, técnicos para redes de distribuição; engenheiros para avaliação de estruturas; cuidados psico-sociais e nutricionais
			COSTA RICA	Técnica	Brigada de engenheiros de estruturas para a avaliação do estado das edificações
			EQUADOR	Em espécie	11 t de ajuda (fornecimentos médicos, material de higiene, alimentos,...); 120 t de água
				Técnica	17 profissionais de saúde para cuidados de doentes devido ao desastre
			MÉXICO	Financeira	3.414.353 de dólares do Fundo de Cooperação México-Chile
			PERU	Em espécie	200 camas, 180 colchões e 200 tendas, 200 bidões de plástico, 1000 cobertores...
				Técnica	Envio de um Hospital de Campanha: deslocação, instalação, implementação e assistência
			URUGUAI	Em espécie	1 Unidade Potabilizadora de Água (78.435 \$US)
Técnica	5 funcionários viajaram para instalar, colocar em funcionamento e formar				
03	INUNDAÇÕES	COLOMBIA	URUGUAY	Em espécie	Açúcar (7000 kg), arroz (1000 kg), corned beef (1500 kg)
		VENEZUELA		Em espécie	Açúcar (3000 kg), penicilina (1/2 t), cobertores (200), fraldas (3700), arroz (4000 kg), corned beef (5000 kg)
05	TEMPESTADE TROPICAL AGATHA	EL SALVADOR	BRASIL	Financeira	250.000 dólares para a compra de alimentos a produtores locais e entrega a famílias afetadas
	ERUPÇÃO DE VULCÃO E INUNDAÇÕES POR TEMPESTADE TROPICAL	GUATEMALA	ARGENTINA	Em espécie	20 caixas de pastilhas potabilizadoras e 1.500 cobertores
			BRASIL	Financeira	Contribuição de 250.000 dólares para o PMA das Nações Unidas
			COLOMBIA	Financeira	15.000 dólares
				Em espécie	10 t de bienestarina e 300 kg de medicamentos
			Técnica	Aeronave para apoio 30 dias; envio geólogo apoio Redução de Desastres e avaliação de zonas instáveis	
			CUBA	Técnica	14.000 consultas médicas e mais de 10,000 atividades educativas em coordenação com organismos de saúde
			EL SALVADOR	Técnica	Cessão temporal da utilização do Aeroporto de Comalapa para o transporte de pessoas que precisavam de ajuda
			MÉXICO	Em espécie	4.320 despensas
				Técnica	2 helicópteros; 2 pontes Bailey (emprestados por 6 meses); missão de especialistas em estudos do subsolo
			PERÚ	Em espécie	360 camas, 360 colchões e 200 tendas familiares, com capacidade para 6 pessoas
				Técnica	Uma ponte Bailey de 51,82 metros de longitude
			VENEZUELA	Em espécie	12 t de ajuda (alimentos, água, fraldas, colchões e roupa variada)
Técnica	Uma ponte Bailey de 100m de longitude				

**Tabela II.4. Principais operações de Ajuda Humanitária e de Emergência. 2010
(continuação)**

Mês	Tipo de Emergência	País Afetado	País que assiste	País que ajuda	Breve descrição
06	EPIDEMIA DE DENGUE	HONDURAS	MÉXICO	Técnica	Dois especialistas médicos realizaram atividades de formação em hospitais e centros de saúde de Tegucigalpa
07	TEMPESTADE TROPICAL	HONDURAS	COLÔMBIA	Financeira	15.000 dólares
10	SURTO DE LEPTOSPIROSE	NICARÁGUA	CUBA	Em espécie	23 t de raticidas (Biorat)
11 / 12	INUNDAÇÕES	COLÔMBIA	ARGENTINA	Em espécie	0,4t (Pastilhas potabilizadoras de água e medicamentos)
			BRASIL	Financeira	Contribuição de 500.000 dólares para o PMA das Nações Unidas
			CHILE	Em espécie	7,6 t de ajuda (tendas, colchões, cobertores...)
			GUATEMALA	Em espécie	3 t de ajuda (alimentos, kits de limpeza e fraldas)
			EQUADOR	Em espécie	4.000 rações de alimentos por 156.000\$US; 76 t (mercados, tanques de água e colchões)
				Técnica	Voos avaliados em 86.000 \$US
			MÉXICO	Em espécie	20,7t (2000 despensas, 4000 cobertores, 966 colchões)
	VENEZUELA	Em espécie	15 t de ajuda (alimentos, medicamentos...)		
	TEMPESTADE TROPICAL	COSTA RICA	ARGENTINA	Em espécie	30 caixas de pastilhas de cloro
			COLÔMBIA	Em espécie	2 helicópteros; 1 caminhão para transporte de carga
				Técnica	Equipa médica e especialistas em trabalhos de socorro e resgate
			GUATEMALA	Técnica	Equipa de busca e resgate
	PANAMÁ	Técnica	Apoio temporal de 1 helicóptero		
	INUNDAÇÕES PROVOCADAS PELA TEMPESTADE IDA	EL SALVADOR	ARGENTINA	Em espécie	Pastilhas potabilizadoras de água; sabão em barra, pasta de dentes, papel higiênico
			BRASIL	Em espécie	10 tendas grandes de campanha
			COSTA RICA	Em espécie	Feijão; açúcar em sacos; cobertores; leite...
			EQUADOR	Em espécie	Cobertores
			PERU	Em espécie	Colchões; camas dobráveis
	INUNDAÇÕES	VENEZUELA	BOLÍVIA	Em espécie	135 t (arroz, água, colchões...)
			EQUADOR	Em espécie	41 t (2.000 rações; Colchões; Cobertores.; Tendas e tanques de água) avaliados em 156.000 \$US
MÉXICO			Em espécie	1.807 colchões, 3.962 despensas y 1.500 cobertores	
INUNDAÇÕES	PANAMÁ	EQUADOR	Em espécie	13.206 kg de produtos (1.008 garrafas de 500cc; 1.000 gal; galões de água, 500 kits de alimentos)	

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

NOTAS

- 1- O programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) realizou no ano de 2010 um mapeamento acerca do estado dos Sistemas de Informação em Cooperação dos países membros. O documento resultante, cuja relevância biográfica é (PIFCSS, 2010), mostra os avanços conseguidos nestes últimos anos, especialmente aqueles que foram realizados por países como o Equador, El Salvador, Guatemala e Uruguai. Não obstante, o estudo sugere também que fica muito por fazer e que os sistemas nacionais hoje disponíveis podem classificar-se de acordo com o seu grau de desenvolvimento bem distantes entre si (em termos de desenho, implementação ou de consolidação do sistema).
- 2- As Honduras foram suspensas como membro da Conferência em julho de 2009, após o golpe de Estado sofrido pelo seu Presidente Manuel Zelaya. A readmissão das Honduras nesta comunidade de países demorou até junho de 2011, coincidindo com as negociações que permitiram o regresso de Zelaya ao seu país. Neste sentido e dado que os países reportam a sua informação sobre Cooperação Sul-Sul entre os meses de abril a junho, as Honduras não dispuseram nem dos meios nem dos prazos necessários para re-compilar e reportar a sua cooperação.
- 3- Na Reunião de Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana realizada em Assunção (Paraguai) entre os dias 15 e 17 de junho de 2011, a República Bolivariana da Venezuela transmitiu ao resto dos países a sua decisão de não reportar informação para o presente relatório.
- 4- O Workshop celebrado em Lima (Peru) entre os dias 3 e 4 de março de 2011, teve entre os seus resultados o estabelecimento de uma maior delimitação conceptual entre Ações e Projetos de Cooperação. Assim e como fica definido na SEGIB e PIFCSS (2011):
 - a) Um Projeto de cooperação refere-se a um conjunto de ações inter-relacionadas com o propósito de satisfazer um objetivo comum para um destinatário específico através da sua execução no quadro de um ou vários setores e/ou temas. Possui os elementos seguintes: período de execução definido, orçamento, resultados esperados, programa em que se insere; e deve igualmente prever um mecanismo de seguimento e avaliação. Terá sido aprovado num quadro de cooperação (comissão mista, acordo inter-institucional, acordos gerais de cooperação ou similares.
 - b) Uma Ação pontual representa uma expressão concreta e limitada da cooperação internacional. Executa-se pontualmente, uma só vez, através de modalidades específicas (assessoria, estágio, investigação conjunta, missão de diagnóstico, seminários, etc.).
- 5- No caso concreto da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por exemplo, o modo como os países reportaram a informação permitiu obter uma Base de Projetos e Ações em formato Access que inclui a diversidade dos dados referentes à cooperação executada em 2010: nome de cada projeto e/ou ação, países que participam e o papel exercido, setor de atividade em que se localizam, custo económico assumido por cada parte e total, entre outros aspectos.
- 6- Recordar que cada caixa da Matriz informa relativamente:
 - a) Ao número de projetos/ações intercambiadas por cada par de cooperantes; na correspondente horizontal identifica-se o número do país que exerce o papel de *ofertante*; na vertical, o que atua como receptor.
 - b) As caixas da última fila e coluna informam quanto ao total de projetos/ações em que cada país participou: de novo como *ofertante* ou *receptor*, respectivamente.
 - c) A soma final da última coluna e da última fila coincide e refere-se ao número total de projetos/ações executadas durante esse ano.
- 7- Ver novamente a Nota 4, com as definições de Ações e Projetos.
- 8- Com efeito, no seu papel de ofertante, a Venezuela registrou, para o ano de 2009, 179 projetos, um número que contrasta com os 4 registrados em 2010. Este só contraste (entre o obtido para 2009 em relação à Venezuela e o obtido em 2010 sem o referido reporte) explicaria já cerca de 50% (175 projetos menos) da queda de 352 projetos no total do oferecido na região entre esses dois anos. Se a estes se somarem os que não foram reportados em relação a Cuba (em 2009 Cuba executou na Venezuela 106 projetos frente aos 16 registrados em 2010) poder-se-iam somar aos anteriores outros 90 projetos. Junto somariam 265 projetos e explicariam 75.3% da queda experimentada pela região.
- 9- Em concreto e tal como já se assinalou em edições anteriores, para agregar um projeto ou uma ação "bi-direcional" a uma matriz o referido projeto ou ação deve ser entregue a um só dos países ou então ser entregue a ambos, esta última opção obriga a incorrer numa contabilidade dupla.

-
- 10- Recordar que para construir um mapa estimam-se as percentagens de participação que os países tiveram sobre o total de projetos/ações oferecidos ou recebidos, segundo se aplique. Organizam-se em seguida os referidos valores por franjas de intensidade (menos de 2,5%; entre 2,6 e 5,0%; entre 5,1% e 7,5%; entre 7,6% e 10,0% e acima de 10,1%) e atribui-se a cada franja uma cor. Os mapas resultantes permitem visualizar com rapidez quais os países da região que concentraram os maiores e os menores níveis de atividade de oferta e recepção de cooperação.
 - 11- Importa acrescentar aqui a Venezuela, mas ao não dispor de dados fiáveis sobre o seu volume real de cooperação de 2010, opta-se por excluí-la do grupo e não tratar explicitamente o seu papel como ofertante
 - 12- Do mesmo modo, os dados parecem sugerir que a cooperação Colômbiana é determinada pelo setorial (apoio a países que sofreram conflitos como El Salvador e Honduras). Seria difícil, devido à sua dimensão e forma altamente homogênea como estão distribuídos os seus projetos, sugerir um padrão de cooperação para o Brasil. De fato, existe um dado interessante que corrobora esta percepção: o Brasil coopera com 16 países; com 7 fronteiros; estes países limítrofes representam cerca de 43,7% dos países em que o Brasil está presente; também o peso dos projetos executados nestes países (79) sobre o total dos projetos executados pelo Brasil (177) alcança um número semelhante, 44.4%.
 - 13- A classificação setorial completa e detalhada pode encontrar-se na Tabela A.1 do Anexo.
 - 14- Em algumas ocasiões o referido custo pode incluir também: a) a contribuição das doações (em espécie ou financeiras; 100% concessionais) que se realizaram para tornar possível a cooperação; b) a contribuição dos créditos a preços preferenciais que se outorgaram para executar a ação ou o projeto correspondente.
 - 15- Os países que, por diferentes razões, não reportaram informação acerca do custo econômico são: por um lado, Honduras e Venezuela; por outro, Bolívia e Cuba.
 - 16- A isto importa acrescentar também, que em algumas ocasiões, as contribuições não se referiram ao que foi executado no ano de 2010, mas ao que foi orçamentado para o período previsto da duração do projeto.
 - 17- Para ver a distribuição da informação projeto a projeto, consultar a Tabela A.2 do anexo.
 - 18- Tal e como já se comentou no princípio do Capítulo, o Haiti não é membro pleno da Conferência Ibero-Americana. Ainda assim, o fato de se tratar de uma das nações mais pobres da região, explica que os países ibero-americanos tenham dirigido a este país de forma preferencial, a sua solidariedade e cooperação. Ambas as coisas se intensificaram após o terrível impacto do terremoto no início de 2010.
 - 19- Ver Quadro II.10 da página 58 do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010* (SEGIB, 2010)..
 - 20- Em concreto, dedicaram-se 800.000 dólares à elaboração, por parte do Ministério de Planificação (MIDEPLAN), da Encosta Painel CASEN pós terremoto 2010; 600.000 à restauração da zona costeira na zona de Dichato; quase 850.000 à reparação das Escolas Chile; e cerca de 1.15 milhões à restauração dos murais de dois artistas mexicanos, David Siqueiros e Xavier Guerrero, na Municipalidade de Chillán, no centro sul do Chile.

CAPÍTULO III
A COOPERAÇÃO SUL-SUL
TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA

III.1. Introdução e notas metodológicas

Nos últimos anos, coincidindo com um crescente protagonismo da Cooperação Sul-Sul Triangular, abriram-se em torno desta modalidade uma série de debates. Uma parte deles referem-se a causas subjacentes ao seu surgimento e progressivo dinamismo (papel dos países emergentes; alterações da arquitetura da Cooperação Internacional;...); outros relacionam-se com os seus aspetos mais conceptuais (terminologia com que se identificam os atores; definição do papel atribuído a cada um deles; tipo de relacionamento estabelecido;...) e uma terceira série refere-se às questões mais operativas desta modalidade de cooperação (como se produz a gênese concreta de cada projeto; como se distribuem os papéis entre os cooperantes; quem lidera; como se negocia, formula e executa cada um dos projetos; ou que tipo de quadro institucional lhes dá cobertura; entre outros).

Ao longo de 2011, o interesse que este último bloco temático suscita na região evidenciou-se no trabalho realizado através do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). Com efeito, e tal como se pormenoriza no Quadro III.1, o PIFCSS, no quadro da sua quarta Linha de trabalho (a linha dedicada à discussão e à tomada de posições entre os Responsáveis de Cooperação) promoveu um Seminário-Workshop em que os países membros, conjuntamente com outros atores extra-regionais participantes na Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América (como a Alemanha e o Japão), refletiram acerca das aprendizagens e dos desafios que os países enfrentam relativamente à sua gestão.¹

O Relatório quis entrar também nesta linha de discussão. Assim, o presente capítulo sobre Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América acrescentou ao seu enfoque habitual, mais centrado nos aspetos quantificáveis desta modalidade de cooperação (número de projetos, participação dos países e papel, peso dos setores e custo económico), uma visão mais qualitativa, que aprofunde alguns dos seus aspetos operativos.

Para tal, o presente capítulo, estrutura-se da forma seguinte:

1. Em primeiro lugar, identificam-se as características mais importantes da Cooperação Sul-Sul Triangular que teve lugar na região durante o ano de 2010: número de ações e projetos; países participantes; papel exercido; grau de participação. Também se analisam algumas questões relacionadas com o custo económico desta cooperação. Na realidade, os dados económicos são ainda parciais e incompletos. Por este motivo a sua utilização não pretende tanto conhecer os resultados finais, mas mais contribuir para matizar conclusões, que, tomando como indicador exclusivo o número de projetos, podem ser tendenciosas.
2. Em seguida, os projetos e as ações, por país e por papel, são classificados segundo o setor e a dimensão da atividade a que se referem. A partir deste exercício obtêm-se um primeiro perfil de capacidades e necessidades, tanto regional como de cada um dos cooperantes. Importa aqui assinalar que ambas as seções são abordadas a partir da informação incluída nas Tabelas III.1, nas quais os projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular do ano 2010 estão pormenorizados de acordo com os países participantes, o seu setor de atividade e o seu custo económico.

3. Em terceiro lugar, abordam-se alguns aspetos operativos da Cooperação Sul-Sul Triangular. Neste sentido e a partir da informação disponível, o capítulo explora a casuística que acompanha o modo como esta cooperação se articula; por outras palavras, estuda, a partir de uma amostra de casos ainda pequena, a forma como nasce cada intervenção assim como o tipo de quadro institucional em que se regula a relação entre os seus diferentes participantes.
4. Por fim, o terramoto do Haiti e a resposta ibero-americana voltam a ser uma questão de tratamento obrigatório. Assim, a última seção faz referência ao modo como os países da região articularam respostas, de caráter triangular, ao drama vivido no país das Antilhas. Como se verá, a referida resposta combina a Ajuda Humanitária e de Emergência com a continuidade dos Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento.

Quadro III.1. Cooperação Sul-Sul Triangular: Aprendizagens e Desafios de Gestão

Nos dias 25 e 26 de julho de 2011, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) conjuntamente com o Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana convocaram, em Santo Domingo, o Seminário-Workshop “Cooperação Triangular: Aprendizagens e desafios da gestão. A este Seminário-Workshop assistiram técnicos de 16 dos 19 países ibero-americanos que aderiram ao Programa, além de representantes das Agências de Cooperação da Alemanha (GIZ), Japão (JICA) e Espanha (AECID).

Com a sua celebração pretendia-se gerar um espaço para o intercâmbio de experiências e lições aprendidas que permitisse aliviar as particularidades próprias da gestão e tratamento dos procedimentos que os diferentes atores devem enfrentar ao desenhar, executar e avaliar um projeto de Cooperação Sul-Sul Triangular (CSST). Em concreto, este espaço de discussão deveria servir para:

- o Conhecer as experiências dos atores e os diferentes momentos presentes nos projetos de CSST;
- o Identificar os desafios que enfrentam os profissionais/técnicos que os gerem.

Estes resultados esperados deveriam poder-se resumir, por sua vez, com base nas experiências realizadas e com contribuições de todos os participantes, numa matriz DAFO (Debilidades, Ameaças, Pontos Fortes e Oportunidades) da Cooperação Sul-Sul Triangular na qual participaram os países da região. Da sua análise retiraram-se parte das principais conclusões desta atividade, agrupadas por blocos temáticos:

- Conceptuais e de Gestão. A CSST na Ibero-América está ainda num processo de construção conceptual, instrumental e metodológicas, e torna-se necessário procurar uma definição compartilhada que parta da experiência e que se adapte às diferentes particularidades que a CSST assume na Ibero-América. Assim:
 - a. Torna-se necessário sistematizar experiências de CSST com a finalidade de aproveitar as lições aprendidas, capitalizar o conhecimento gerado e fortalecer o debate permanente.
 - b. Em relação à sua gestão e uma vez que a CSST implica três burocracias de diferente origem, é necessário harmonizar procedimentos nas diferentes fases do projeto (identificação, formulação, seguimento e avaliação). Para tal, é fundamental criar e acordar definições, metodologias, procedimentos, indicadores e normas comuns entre os diferentes atores relacionados com projetos de CSST, assim como dar visibilidade aos seus custos de transação.

Quadro III.1. Cooperação Sul-Sul Triangular: Aprendizagens e Desafios da Gestão (continuação)

- Pontos fortes, oportunidades e desafios. Um dos principais desafios para a região consiste em superar a concepção clássica da CSST, que gira em torno de um doador tradicional que proporciona apenas recursos financeiros; um país em desenvolvimento que contribui com recursos humanos e técnicos; um terceiro país de menor desenvolvimento relativo, concebido apenas como receptor. Para avançar nesta direção e conseguir ao mesmo tempo projetos de maior envergadura e impacto, é necessário:
 - a. Conseguir que os três atores se envolvam desde a origem na construção destes projetos. Este fato favorecia a horizontalidade, a igualdade de condições entre os parceiros e a sua contribuição para a aprendizagem mútua, para além de assegurar a sua adequação aos planos de desenvolvimento e apropriação por parte do país receptor. Idealmente os países receptores deveriam ser quem lideram este processo.
 - b. Fortalecer as agências e unidades gestoras da cooperação nos diferentes países, potenciando a sua capacidade de coordenação inter-institucional.
 - c. Conseguir que tantos os Países de Rendimentos Médios/doadores emergentes como os doadores tradicionais tenham uma visão e estratégia definida em termos de CSST; uma visão e estratégia que incorpore também as necessidades e procuras dos países parceiros/receptores.
- Ameaças e riscos. A direção que a CSST tomar na Ibero-América vai ser determinada por:
 - a. O enfoque que se adaptar em relação a ela. Assim, a CSST pode ser entendida a partir de três ópticas bem diferentes: como um meio para a transferência dos recursos; uma estratégia dos doadores tradicionais para permanecer nos Países de Rendimento Médio, ou uma associação para o desenvolvimento.
 - b. A posição que se tomar relativamente a alguns debates sobre a CSST. Neste sentido, é importante pensar respostas a questões a respeito de se a CSST cumpre os princípios estabelecidos na Agenda sobre Qualidade e Eficácia da Ajuda; se deveria fazê-lo; sobre se é uma modalidade de cooperação complementar à Norte-Sul e aos esforços da Sul-Sul ou se é uma modalidade totalmente diferente; ou se é uma “estratégia de saída” da região dos doadores tradicionais.
 - c. O estabelecimento de estratégias, procedimentos, papéis e responsabilidades claras entre parceiros, que dêem conta da divisão de tarefas e a existência de um fluxo de comunicação permanente entre eles.
 - Situações (ilustradas a partir do “cavalo de Tróia”) nas quais o doador tradicional tente impor a um receptor a sua agenda temática. A referida agenda teria sido previamente rejeitada pelo receptor, mas o doador tradicional poderia chegar a impô-la através da triangulação, através de um país parceira com o qual mantivesse boas relações.
 - A desnaturação de algumas relações bilaterais, ao retirar os programas de cooperação entre estes países suspendendo em prol da obtenção de financiamento através da triangulação.

Tudo o que foi desenvolvido até aqui, tem contribuições para o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul o qual, conjuntamente com os países ibero-americanos, continuará a trabalhar a partir de 2012 no desenvolvimento conceptual e operativo da Cooperação Sul-Sul Triangular. Os resultados que se vão obtendo deste trabalho, continuarão a ser incorporados nas futuras edições do presente Relatório.

Patricia González
Gerente da Unidade Técnica
do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Tabela III.1. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2010

III.1.A. Chile

SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO/AÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
				PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
Alemanha	Colômbia	Resíduos Perigosos	Meio Ambiente	11.302	7.069	nd
		Proteção ao Consumidor	Governo	3.635	3.305	nd
		Desenvolvimento de tecnologia para a produção de Vieras no Dpto. do Magdalena	Pesca (aquicultura)	70.000	100.000	nd
	El Salvador	Projeto de Triangulação sobre Proteção Social	Políticas sociais	nd	nd	nd
	Nicarágua	Fortalecimento de Capacidades Institucionais para o Fomento da Gestão Florestal Sustentável	Silvicultura	7.176	78	nd
	Paraguai	Fortalecimento do Serviço Nacional de Habitação (SENAVITAT)	Políticas habitação	17.682	5.869	nd
	R. Dominicana	Emprego e Juventude	Emprego	24.920	3.521	nd
Uruguai	Tráfico de Pessoas	Governo	15.274	12.727	nd	
Alemanha/Austrália	Paraguai	Projeto Paraguai entre Todos. Desenvolvimento Social articulado no Território	Desenvolvimento social	16.793	nd	31.176
Espanha	Paraguai	Fortalecimento da Gestão e Desenvolvimento de pessoas Setor Público ao Serviço da Cidadania	Governo	113.541	370.801	48.163
Estados Unidos	El Salvador	Missão de Exploração/Diagnóstico em matéria de Sanidade Vegetal	Agricultura	20.224	nd	nd
		Proteção social	Políticas sociais	7.396	nd	nd
	Paraguai	Apoio à Implementação do Sistema de Proteção Social Sãso Pyhau	Políticas sociais	8.415	nd	nd
		Auditoria Interna Alfandegária	Governo	10.091	nd	nd
		Apoio à Gestão Pública	Governo	3.792	nd	nd
Apoio ao REDIEX	Comércio	5.095	nd	nd		
Japão	Bolívia	Projeto de Reabilitação Inclusiva para pessoas com Incapacidades	Políticas sociais	31.283	nd	nd
	Colômbia	Desenvolvimento do Cultivo de Vieiras	Pesca (aquicultura)	41.764	nd	nd
	Equador	Gestão Integral da Bacia Hidrográfica da Província de Chimborazo	Meio Ambiente	6.406	nd	nd
	Paraguai	Fortalecimento dos Serviços de Cuidados Prévios (SAT)	Saúde	27.649	nd	nd
Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas (NU)	Bolívia	Atividades do Projeto Caripuyo/Etapa de produção de alimentos		3.804	2.500	nd
	Guatemala	Programa de Segurança Alimentar/Estruturação de uma agenda de intervenções	Agricultura	5.703	nd	nd
	Equador	Apoio à Direção de Nutrição do Ministério da Saúde do Equador	Saúde (nutrição)	3.603	nd	nd
	R. Dominicana	Seguimento da implementação de recomendação missão E. Atalah	Saúde (nutrição)	4.506	3.600	nd
	Paraguai	Fortalecimento do Programa Nacional de Assistência Alimentar Nutricional	Saúde (nutrição)	3.439	1.300	nd
Projeto de implementação de Políticas Públicas de Alimentação		Saúde (nutrição)	8.032	nd	nd	
Projeto de Inocuidade Alimentar		Saúde (nutrição)	37.504	nd		

Tabla III.1. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2010 (continuação)

III.1.B. Brasil

SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO/AÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
				PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
ALEMANHA	PERU	Centro de tecnologias Ambientais	Meio Ambiente	2.822.832	1.300.000	1.200.000
CANADÁ	BOLÍVIA	Aquicultura em Peixes Amazônicos	Pesca (Aquicultura)	157.056	nd	nd
ESPAÑHA	BOLÍVIA	Projeto em matéria de recursos hídricos e saneamento.	Abastecimento e saneamento de água		nd	nd
JAPÃO	PARAGUAI	Fortalecimento da Transparência e do Desenvolvimento de Capacidades dos Governos Locais	Governo	120.420	nd	nd
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)	EQUADOR	Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil	Emprego	724.689	75.400	nd

III.1.C. Resto de países

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO/AÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
					PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
COLÔMBIA	ALEMANHA/SUÉCIA	GUATEMALA	Intercambio de experiências em desenvolvimento Municipal	Governo	1.397	Alemania: 6.422	nd
	ARGENTINA	COSTA RICA	Projeto de intercâmbio de experiência em Guardas de Parques	Meio Ambiente	1.908	nd	5.250
CUBA	ORG. PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS)	EQUADOR	Projeto de Cooperação Técnica entre Países em matéria de saúde (gestão de equipamentos; redes de serviços e desenvolvimento de um modelo de cuidado integral; gestão tecnológica e cuidados a grupos vulneráveis).	Saúde	OPS Cuba: 25.250	OPS Ecuador: 49.750	nd
MÉXICO	ALEMANHA	EQUADOR	Segunda geração de promotores ambientais para a gestão integral de resíduos sólidos	Meio Ambiente	327.820	nd	nd
		R. DOMINICANA	Segunda geração de promotores ambientais para a gestão integral de resíduos sólidos	Meio Ambiente	nd	nd	nd
	JAPÃO	EL SALVADOR	Melhoramento da Tecnologia para a Construção e Sistema de Difusão da Habitação Social Resistente a Sismos	Prevenção de desastres	nd	nd	nd
			Obtenção de proteína unicelular com levedura de <i>Torula</i> em substrato de polpa de café e melado de cana de açúcar	Agricultura	nd	nd	nd
			Diagnóstico e formulação de planos operativos e locais de gestão de risco de desastres para a área florestal	Agricultura	nd	nd	nd
	GUATEMALA	Gestão de lixo e resíduos sólidos	Meio Ambiente	nd	nd	nd	
	PARAGUAI	Produção de sementes de sêsamo para pequenos produtores	Agricultura	nd	nd	nd	

n.d.* Não disponível **Fonte:** SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabla III.2. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2010

III.2.A. Chile

SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO/AÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
				PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)	PERU	Estágio à Secretaria da Fazenda para conhecer a experiência do SIGFE (Sistema de Informação para a Gestão do Estado) como aprendizagem na implementação do SIAF II	Banca e finanças	5.030	nd	nd
COREIA DO SUL	NICARÁGUA	I Diplomado Governo Eletrônico para a América Latina e Caribe	Governo	nd	nd	nd
ESTADOS UNIDOS	PARAGUAI	Missão de Exploração/Diagnóstico em matéria de Sanidade Vegetal	Agricultura	32.977	nd	nd
		Fomento Produtivo	Indústria	578	nd	nd
JAPÃO	NICARÁGUA	I Curso Internacional: "Produção de Sementes de Moluscos Bivalves"	Pesca (aquicultura)	nd	nd	nd
		II Curso Internacional: "Produção de Sementes de Moluscos Bivalves"	Pesca (aquicultura)	nd	nd	nd
		V Curso Internacional "Políticas de Reabilitação e Estratégias de Inclusão Social para Pessoas com Incapacidade: Uma Visão Integral"	Políticas sociais	nd	nd	nd
		V Curso Internacional "Produção Bovina Sustentável para a Pequena e Média Agricultura"	Agricultura	nd	nd	nd

III.2.B. Brasil

SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO/AÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
				PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)	Peru	Workshop de Melhores práticas organizado por REGULATEL (Regulador estatal de telecomunicações)	Comunicações	nd	nd	nd
BANCO MUNDIAL (BM)	Bolívia	Vídeoconferencias: Modelo Estratégico de Minas Gerais	Bancas e finanças	nd	nd	nd
ESPANHA-FAO	Equador	Workshops de intercâmbio de experiências de articulação dirigidas a reduzir a pobreza e a desnutrição crônica infantil na América Latina	Saúde	nd	3.189	nd
	Paraguai		Saúde	nd	1.743	nd
	Peru		Saúde	nd	1.446	nd
JAPÃO	Nicarágua	Curso de formação para o cuidado e serviço de partos humanos	Saúde	nd	nd	nd
		Curso de formação básica para a monitorização da selva tropical	Meio Ambiente	nd	nd	nd
		Curso internacional sobre gestão urbana	Governo	nd	nd	nd
		Curso de formação sobre produção sustentável de hortaliças	Agricultura	nd	nd	nd
	Curso sobre o desenvolvimento de imunidade biológica em saúde pública	Saúde	nd	nd	nd	
	Peru	Visita de reconhecimento à fábrica de medicamentos de FIOCRUZ	Saúde	nd	nd	nd

Tabla III.2. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2010 (continuação)

III.2.B. Brasil

SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO/AÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
				PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
JAPÃO	R. Dominicana	Curso Internacional sobre Cuidados Humanizados à Mulher e ao Recém-Nascido	Saúde reprodutiva	nd	nd	nd
		Curso Internacional de Formação em Sistemas de Trens Urbanos	Transporte e armazenamento	nd	nd	nd
		V Curso Internacional sobre Produção de Hortaliças Biológicas	Agricultura	nd	nd	nd
		I Curso Internacional sobre Técnicas de Gestão e Operação de Sistemas para Redução e Controlo de Fugas de Água	Abastecimento e saneamento de água	nd	nd	nd
		Curso Internacional sobre Desenvolvimento de Imunobiológicos para a Saúde Pública	Saúde	nd	nd	nd
		Curso Internacional en Prácticas de Gestión Urbana	Desarrollo Urbano	nd	nd	nd

III.2.C. Resto de países

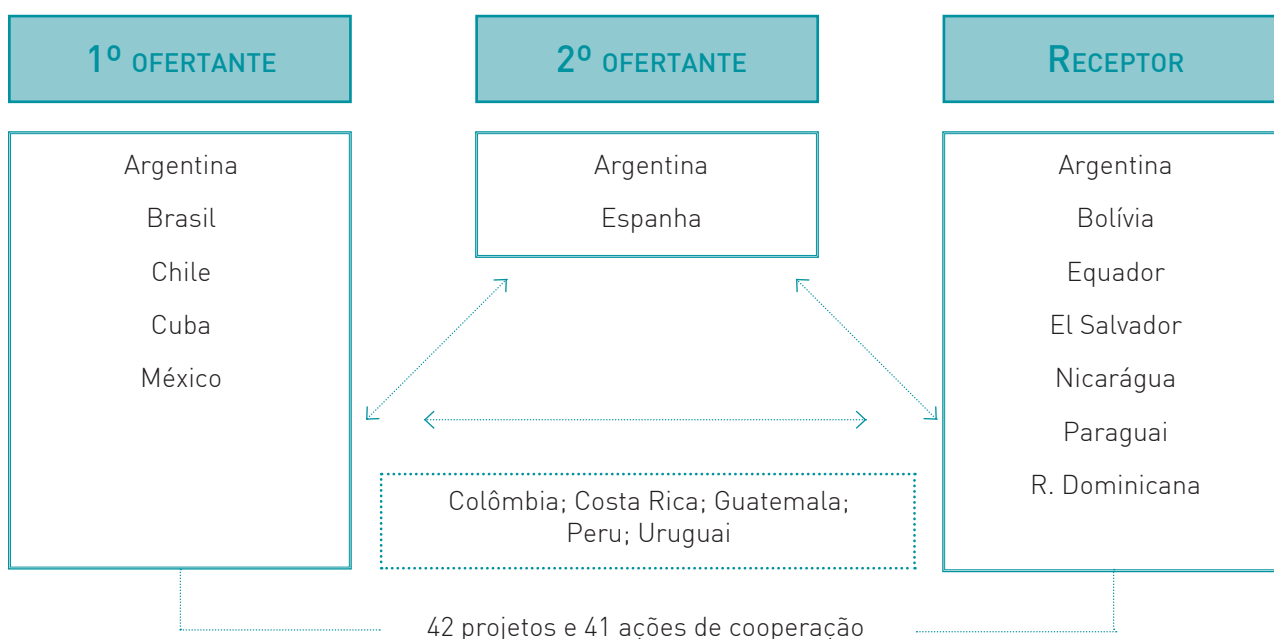
PRIMER OFERENTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO/AÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
					PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
ARGENTINA	JAPÃO	NICARÁGUA	VI Curso Internacional para Guardas de Parques da A. Latina e el Caribe	Meio Ambiente	nd	nd	nd
			V Curso Internacional de Formação Sensores Remotos Dados ASTER	Extrativas	nd	nd	nd
		R. DOMINICANA	VI Curso Internacional para Guardas de Parques da A. Latina e Caribe	Meio Ambiente	nd	nd	nd
COLÔMBIA	ALEMANHA	GUATEMALA	Intercâmbio de Experiência	Governo	nd	nd	nd
	BID	PERU	Estágio para conhecer experiência bem sucedida em gestão de desastres	Prevenção de desastres	nd	17.095	nd
	OPS	PERU	Formação e intercâmbio de experiências indicadoras de Saúde Ocupacional	Saúde	nd	nd	2.000
COSTA RICA	JAPÃO	NICARÁGUA	Curso Internacional sobre Reformas do Sistema de Justiça Penal na América Latina Fase II	Governo	nd		nd
GUATEMALA	OEAS-UNESCO	COLÔMBIA	Fomento às Músicas Tradicionais de Marimba	Cultura	nd	8.300	nd
MÉXICO	BANCO MUNDIAL	BOLÍVIA	Vídeo-conferências: Desenho, Monitorização e Avaliação de Programas de Transferências Monetárias	Banca e finanças	nd	nd	nd
	BID	PERU	Estágio melhores práticas auditores externos no setor público	Banca e finanças	nd	12.320	nd
	JAPÃO	NICARÁGUA	IV Curso Internacional sobre proteção civil e prevenção de desastres	Prevenção desastres	nd	nd	nd
			IV Curso Internacional sobre prevenção e controlo do cancro cervical uterino	Saúde	nd	nd	nd
			Workshop estratégia de adaptação às alterações climáticas em Yucatán	Prevenção desastres	nd	nd	
PERU	ESTADOS UNIDOS	BOLÍVIA	Formação provas de consumo de combustível de cozinhas melhoradas com lenha, no campo	Energia	4.000	9.000	2.000
	OAS	EQUADOR	Análise da situação sanitária	Saúde	nd	nd	nd
URUGUAI	JAPÃO	ARGENTINA	Intercâmbio académico	Educação	nd	nd	nd

n.d.* Não disponível **Fonte:** SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

III.2. A Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América: principais características

Ao longo do ano de 2010 (Tabelas III.1), os países ibero-americanos promoveram na região um total de 83 intervenções de Cooperação Sul-Sul Triangular (42 projetos e 41 ações). Este número dobrou praticamente o registro do ano anterior, quando a soma de intervenções em esquemas triangulares ascendeu a 46. O anterior sugere uma aposta renovada da Ibero-América nesta modalidade de cooperação. O Esquema III.1 mostra os 17 países que protagonizaram este novo impulso, classificados de acordo com o papel que exerceram.²

Esquema III.1. Países ibero-americanos na Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo papel. 2010



Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

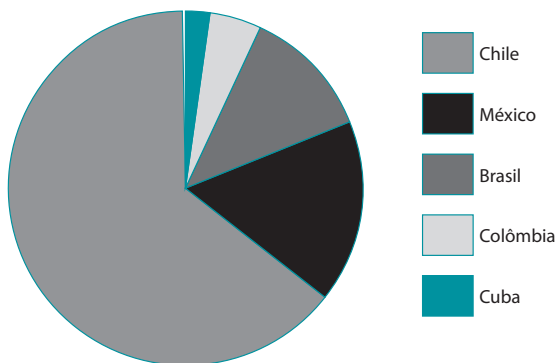
Pela sua dimensão diferente, não obstante, os 42 projetos e as 41 ações não são equiparáveis. Assim o confirma a sua ponderação em termos econômicos. Com efeito e como sucedia no capítulo anterior, para a Cooperação Sul-Sul Triangular dispõe-se de informação que se refere exclusivamente ao custo (não ao *valor*) e que por isso é parcial e incompleta (não existe relatório de todos os países; nem de todos os projetos e ações; nem de todos os cooperantes que participam nas ações e projetos para os quais existem algum dado econômico). Para apesar destas deficiências, a sua utilização ilustra as diferenças que se pretendem mostrar. Neste sentido, pode-se afirmar que, ao longo de 2010, as 42 implicaram um desembolso mínimo de 100.000 dólares; número que contrasta com o mínimo de quase 8 milhões com que se pagaram os gastos dos 42 projetos.

Atendendo à diferente dimensão entre ações e projetos, a importância relativa que os países mantiveram na promoção da Cooperação Sul-Sul Triangular de 2010 observa-se, principalmente, através do seu peso de acordo com os instrumentos. O Gráfico III.1 mostra a participação de cada país sobre o total dos projetos executados, de acordo com o papel. Da sua observação conclui-se que:

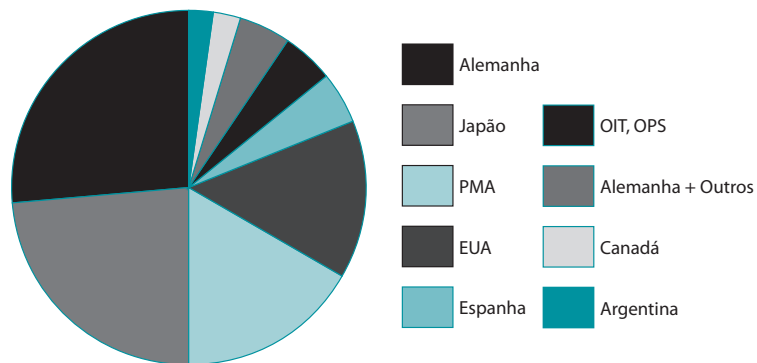
Gráfico III.1. Peso dos cooperantes nos Projetos de Cooperação Triangular, segundo papel. 2010

Em percentagem

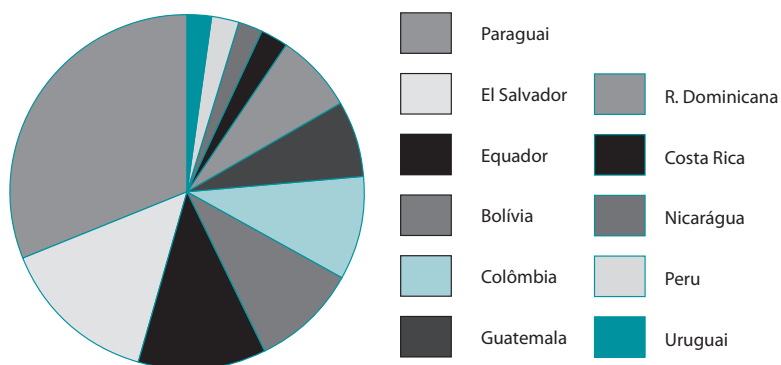
III.1.A. Primeiro Ofertante



III.1.B. Segundo ofertante



III.1.C. Receptor



Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

1. No exercício de primeiros ofertantes, transferindo capacidades, destacaram-se o Chile, México e o Brasil. Com participações relativas sobre os 42 projetos de 64%, 17% e 12%, estes países explicaram 93% da cooperação realizada. Com um caráter mais pontual, Colômbia e Cuba complementaram os anteriores com 5% e 2,5%, respectivamente.
2. Apoiando sobretudo com contribuições financeiras, os segundos ofertantes que realizaram mais projetos foram a Alemanha (26%) e o Japão (24%). O peso da Alemanha aumentaria outros 5 pontos, se, ao anterior, se somassem as experiências em que este país participou conjuntamente com a Austrália e a Suécia, com quem manteve acordos de cooperação.³ Exercendo também este papel estiveram o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas e Estados Unidos, com pesos de 17 e 14%, respectivamente. Em termos de projetos, Espanha mostrou uma participação incipiente, representando 5% do total. Com registros de 2,4%, em cada caso, encontrar-se-iam a Organização Pan-americana de Saúde (OPS), a Internacional do Trabalho (OIT), Canadá e Argentina.
3. Por fim, mais de uma dezena de países foram destinatários da transferências de capacidades através da triangulação. Destacaram-se o Paraguai (quase um terço do total dos projetos); El Salvador (14%) e três países andinos (Equador, Bolívia e Colômbia que somam, conjuntamente, um pouco mais de 30%). Completam os receptores, os da América Central Guatemala, Costa Rica e Nicarágua (7,1% e 2,4% para cada um dos últimos casos), conjuntamente com a República Dominicana, Peru e Uruguai (2,4% cada um).

Esquema III.2. Alteração da posição relativa dos primeiros ofertantes, segundo critério. 2010



Nota: As proporções derivadas dos números aqui incluídos devem interpretar-se como orientação pois, por vezes (*) incluem dados econômicos que não se referem exclusivamente ao exercício 2010. **Fonte:** SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Não obstante, as conclusões diferem de novo quando o critério de medição muda da quantidade de projetos para as contribuições econômicas. Assim, assumindo que os dados são parciais e incompletos,⁴ identificam-se alguns exemplos sobre o anteriormente exposto. Para ilustrá-lo, elaborou-se o Esquema III.2. Tal como se observa, os 5 projetos em que o Brasil participou como primeiro ofertante implicaram um desembolso mínimo superior aos 6.4 milhões de dólares; um número este que multiplica por seis o registrado para os 27 projetos do Chile (quase 1,1 milhões de dólares). Estabelece-se a mesma relação ao avaliar as quantidades assumidas por cada um: cerca de 2.825.000 dólares no caso de Brasil; um pouco mais de 500.000 no caso do Chile. A conclusão é imediata: de acordo com o primeiro dos critérios, o Chile situa-se como o principal ofertante; utilizando os segundos esses lugar pertence ao Brasil, anteriormente em terceiro lugar

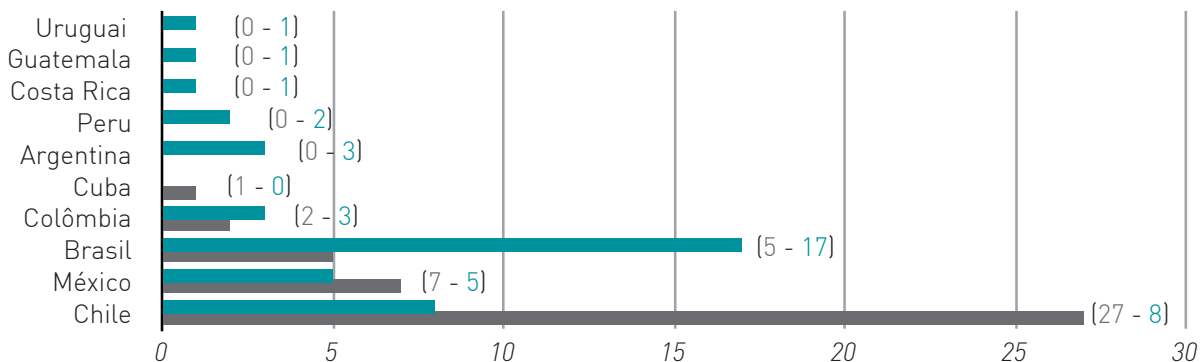
Por fim, algumas questões relativas às 41 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular registradas em 2010. Neste sentido e de acordo com os Gráficos III.2:

1. Cooperantes como o Brasil e o Japão, entre os principais primeiros e segundos ofertantes de projetos, continuaram a combinar estes (5 e 10, respectivamente) com um elevado número de ações (17 e 24), através da sua aposta nos workshops e cursos para terceiros países.
2. Como acontecia com a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, as ações transformam-se, por vezes, no instrumento que facilita a alguns países a possibilidade de começar a transferir as suas capacidades para outros. No caso da triangulação, este poderia em ser o caso da Argentina, Peru, Costa Rica, Guatamala e Uruguai, que no ano de 2010 participaram como primeiros ofertantes em entre 1 a 3 ações de caráter triangular.
3. Por último, o enfoque formativo que geralmente estão associados às ações, parece estar subjacente ao interesse que nele possam ter receptores como o Peru, Nicarágua, e, em menor medida, a República Dominicana, que combinaram, 7, 16 e 7 ações com menos de 3 projetos.

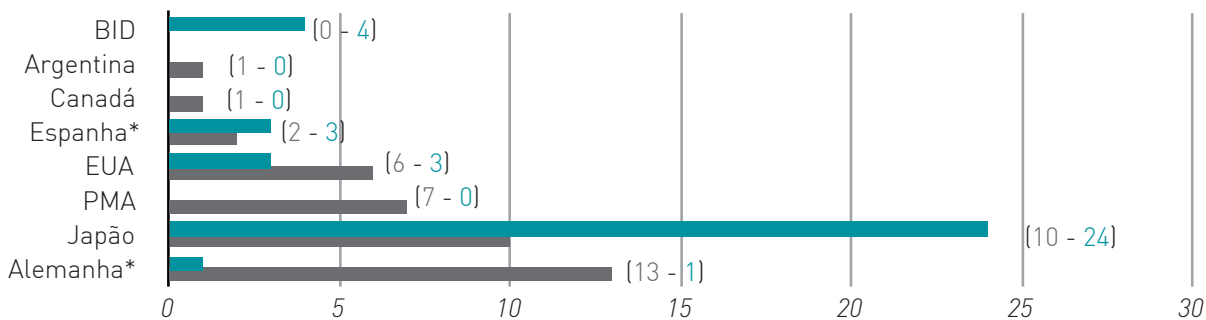
Gráfico III.2. Peso de Ações e Projetos na CSS Triangular dos países, segundo o papel. 2010

Ordem crescente, de menos para mais projetos por país. Entre parêntesis, número de projetos e número de ações.

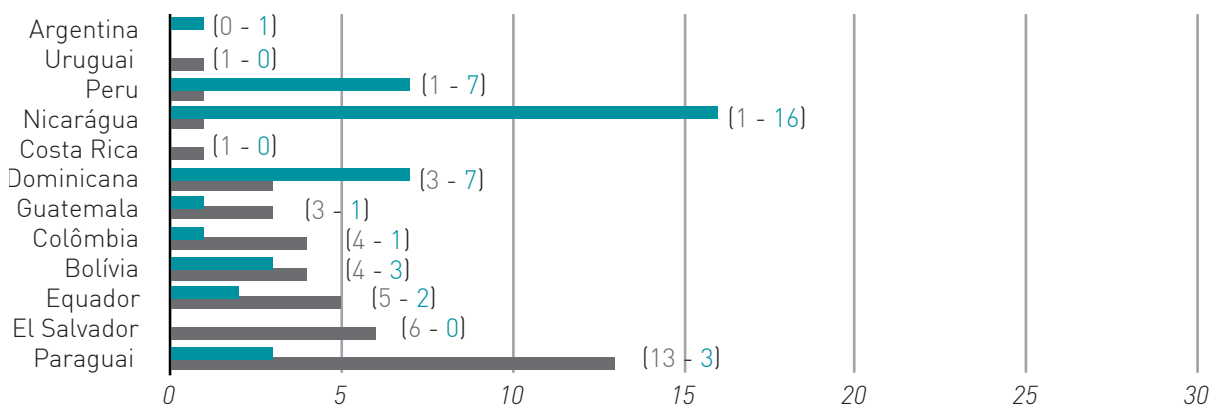
III.2.A. Primeiros ofertantes



III.2.B. Principais segundos ofertantes



III.2.C. Receptores



■ AÇÕES ■ PROJETOS

Nota: No caso de Espanha*, incluem-se as ações conjuntamente à FAO; no da Alemanha*, dois projetos nos quais o país se associou com a Austrália e com a Suécia. Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Em síntese, no ano de 2010, as intervenções em Cooperação Sul-Sul Triangular (42 projetos e 41 ações) praticamente duplicaram relativamente ao ano anterior (um total de 46). A alternância na utilização de unidades de medida como o número de ações e/ou projetos ou o seu custo econômico, permitiram constatar o diferente peso que cada instrumento teve sobre o conjunto das triangulações. A referida alternância permitiu, também, uma melhor aproximação à participação que os países mantêm sobre a Cooperação Triangular no exercício dos diferentes papéis, assim como ao esforço que para tal assumem. Por último, uma revisão ao modo como se distribuíram as ações, voltou a mostrar o potencial deste instrumento para a formação assim como para facilitar a emergente participação de novos ofertantes.

III.3. Perfil regional de capacidades e necessidades

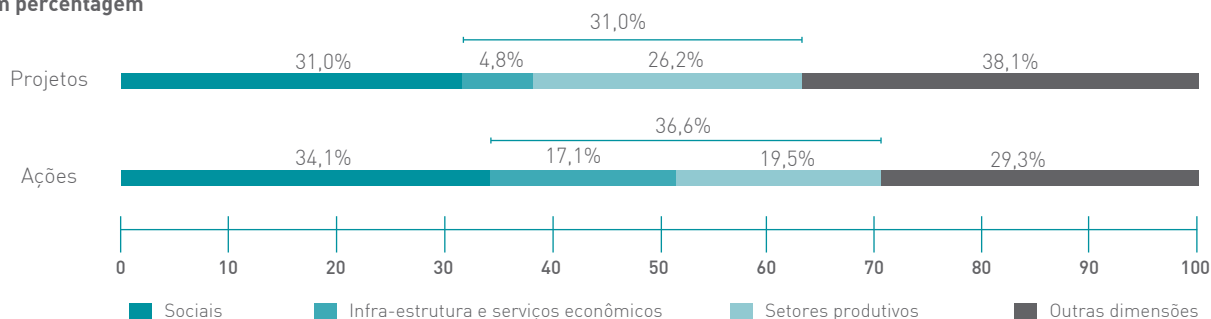
Uma informação relevante acerca de Cooperação Sul-Sul Triangular refere-se ao seu perfil setorial. Trata-se, em concreto, de identificar em que setores se concentram tanto o conjunto da cooperação como a participação de cada ofertante e receptor. Esta informação permite conhecer quais são as capacidades de que se dispõe assim como as necessidades que se cobrem. De fato, ao abordar uma cooperação fundamentalmente técnica, baseada na transferência e intercâmbio de capacidades, o conhecimento deste perfil é imprescindível para uma adequada e mais ágil gestão desta modalidade de cooperação.

Neste sentido e para os efeitos de abordar, em primeiro lugar, o perfil setorial correspondente ao conjunto da Cooperação Sul-Sul Triangular que teve lugar na região em 2010, elaboraram-se os Gráficos III.3 e III.4. A sua observação conjunta revela que:

1. No caso dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, a maioria (um pouco mais de 60%) relacionaram-se com áreas de caráter social e econômico. Ambas as áreas, além disso, mantiveram entre elas uma proporção 50-50%. O resto dos projetos, quase 40%, mantiveram um perfil diferente, no quadro de Outras dimensões de atividade.
2. Também na área Social prevaleceram os projetos em Saúde (17%), assim como os relacionados com a promoção das Políticas Sociais (12%), destacando entre este os que se orientaram para os sistemas de proteção social e para a garantia do acesso à habitação.

Gráfico III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2010

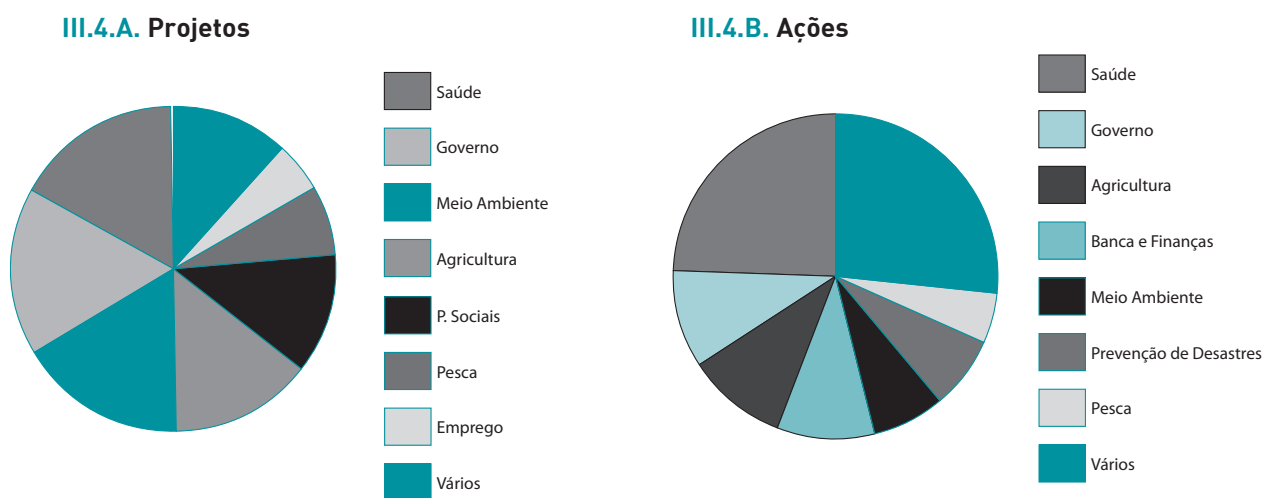
Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Gráfico III.4. Cooperação Sul-Sul Triangular, por setores. 2010

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

- Por outro lado, o desenvolvimento dos Setores produtivos explicou 85% do que ocorreu na área econômica (cerca de 30% sobre os 42 totais). Em concreto, registraram-se uma maioria de projetos nos setores Agrícola (14%) e Pesqueiro (7%) muito relacionados com a Segurança alimentar; o desenvolvimento de técnicas fito-sanitárias para garantir a Sanidade Vegetal e Animal; e os cultivos de aquicultura. Os projetos destinados à criação de infra-estruturas e serviços para o funcionamento das economias nacionais foram menos representativos (5% do total e 15% dos econômicos) e referem-se sempre às políticas de emprego para jovens e as políticas destinadas à erradicação do trabalho infantil.
- Já nas áreas que não se classificam no sócio-econômico, prevalecem dois tipos de projetos: os destinados ao fortalecimento das instituições de Governos e os projetos do meio ambiente. Com participações idênticas (17%) sobre o total dos projetos da Cooperação Sul-Sul Triangular de 2010, tratou-se de uma cooperação orientada, por um lado, para a formação de instâncias governamentais em diferentes aspetos da gestão pública e de serviço à cidadania; e por outro, para a gestão de bacias hidrográficas, espaços naturais protegidos e resíduos sólidos. Pelo seu grau de complexidade científico-tecnológica e pelo seu caráter multisetorial (combina a questão meio-ambiental com a aplicação de tecnologia à economia produtiva), importa destacar o projeto que o Brasil e a Alemanha começaram no Peru, para apoiar este país andino no desenho implementação de um Centro de Tecnologia Ambiental (CTA) (Quadro III.2).
- No que refere às ações, a distribuição entre as de orientação sócio-econômica e o resto manteve esta vez uma proporção de 70%-30%. A divisão entre o social e o econômico, por sua vez, voltou a ser paritária (cerca de 35% em ambos os casos). Também o sector com maior representação foi o da Saúde, que chegou a explicar uma quarta parte do total das ações triangulares em 2010. Trataram-se de formações, cursos, workshops e intercâmbios em temáticas como o tratamento do cancro cérvico uterino, a saúde materno-infantil, a desnutrição ou a imunidade biológica, entre outros. Outros dois quartos explicaram-se, também, em proporções iguais, desde as ações dedicadas, por um lado, ao fortalecimento dos Governos, do Meio Ambiente e a Prevenção de desastres; e por outro, a atividades econômicas de perfil diferente como a Agricultura, as Pescas e o setor Bancário-financeiro. Os restantes 25% das ações foram dirigidas em torno de vários setores, sem que nenhum deles sobressaísse em relação aos outros.

Quadro III.2. Brasil, Alemanha e Peru: apostando nas Tecnologias Limpas

Durante as duas últimas décadas do século XX, duas datas marcaram o debate sobre a possibilidade de avançar para um modelo de desenvolvimento econômico que conciliasse o aumento da produção relativamente ao meio ambiente: 1897, quando, através da publicação do relatório *O Nosso Futuro Comum* (ou “*Relatório Brutland*”) das Nações Unidas, conceptualizou-se o denominado *Desenvolvimento Sustentável*; 1992, coincidindo com a celebração, no Rio de Janeiro, (Brasil) e no quadro da mesma ONU, da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Lamentavelmente e apesar dos esforços, praticamente vinte anos depois da *Cúpula do Rio*, avançar na conciliação entre desenvolvimento e respeito meio-ambiental um dos grandes desafios da economia. Um desafio maior, se possível, para as economias em desenvolvimento, com menor capacidade para a geração autônoma de Tecnologias Limpas, adequadas à consecução deste fim.

Neste quadro e com o objetivo de ajudar o setor produtivo nacional (especialmente o das Pequenas e Médias Empresas – PME) a conciliar produção e meio ambiente, o Peru decidiu promover a constituição de um Centro de Tecnologias Ambientais (CTA). Trata-se de um Centro que deverá proporcionar serviços de formação, investigação aplicada e assessoria técnica em tecnologias ambientais e eficiência energética à parte da indústria nacional que dela necessite. Com a sua implementação, o Peru pretende ainda outros dois objetivos: ajudar as empresas a ajustar o seu modelo produtivo das condições impostas através da recém promovida Lei do Sistema Nacional de Avaliação Ambiental e Fiscalização (2009); facilitar que os produtos peruanos cumpram os requisitos ambientais exigido pelo mercado internacional e propiciar assim uma maior e melhor inserção das suas exportações.

Para avançar na constituição deste CTA, o Peru apoiou-se em dois países com reconhecida experiência nesta matéria: o Brasil e a Alemanha. Nasceu assim um Projeto de Cooperação Triangular para a implementação de um Centro de Tecnologias Ambientais. Do seu processo de identificação, negociação e implementação, importa destacar:

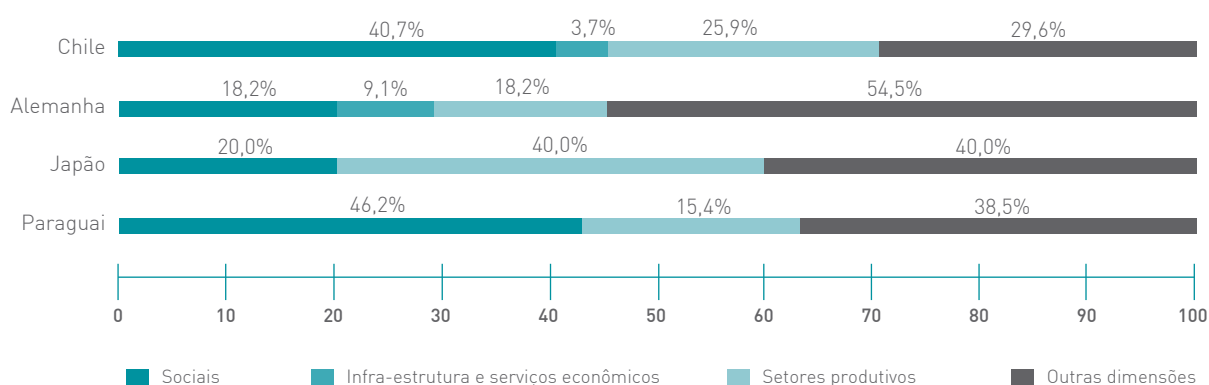
- Apesar do Peru ter dirigido inicialmente o seu pedido de apoio ao Brasil, a existência de um acordo bilateral entre o mesmo Brasil e a Alemanha para a cooperação com terceiros países, tornou possível a triangulação.
- Os três países trabalharam coordenadamente na formulação da proposta. O referido trabalho foi sempre guiado pelas necessidades expressas pelas autoridades peruanas e pela consecução do consenso.
- O projeto previu trabalhar durante 4 anos (2010-2013) e em torno de três grandes eixos: a estruturação da organização e o espaço físico do CTA; o desenvolvimento e execução dos programas de formação; a identificação e programação das assessorias técnicas, análise de laboratório e investigações aplicadas à promoção. Parte do trabalho previsto afetava diretamente o projeto, pois previa também a sua Monitorização e Avaliação.
- Na execução do projeto existe uma distribuição compartilhada de responsabilidades: o Brasil e a Alemanha assumiram as assistências técnicas; o Peru disponibilizou a infra-estrutura física, o pessoal técnico e o apoio logístico para a execução das atividades previstas. Além disso, todos eles contribuem para pagar o custo econômico total, superior a 5 milhões de dólares (2,8 milhões a cargo de Brasil; 1,2 milhões de dólares, em cada caso, para a Agência Alemã e para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENATI) do Peru.
- Os países prevêem que o projeto deixe uma capacidade instalada: o próprio Centro, com uma equipa especializada na formação em matéria ambiental de técnicos de qualquer ramo industrial. Se este resultado fosse efetivamente conseguido, estar-se-ia a contribuir também para assentar as bases da sua sustentabilidade.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Realizado a análise acerca do perfil setorial sustentado pelo conjunto das ações dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2010, falta identificar os perfis de capacidades e necessidades sobre os quais os países ibero-americanos basearam a sua participação. O fato de que nos 42 projetos triangulares terem participado mais de vinte atores diferentes, dificulta a identificação de perfis representativos. Neste sentido, a análise fica circunscrita aos países (apenas quatro) que participaram, no mínimo, numa dezena de projeto. Com a informação setorial relativa a estes países (o Chile como primeiro ofertante; a Alemanha e o Japão como segundos; e o Paraguai como receptor), elaborou-se o Gráfico III.5.

Gráfico III.5. Perfil setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular. Principais cooperantes. 2010

Em percentagem



Nota: Consideram-se os países que, nos exercícios dos papéis de primeiro ofertante, segundo ofertante e receptor, participaram num mínimo de 10 projetos. Foi o caso do Chile, com 27 projetos como primeiro ofertante; da Alemanha e do Japão (11 e 10 projetos como segundos ofertantes); e do Paraguai, onde se executaram 13 projetos de Cooperação Triangular.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

De acordo com o que se observa no gráfico referido:

1. As capacidades transferidas pelo Chile foram muito relacionadas com o Social (40%) e, dentro desta área, com a Saúde e as Políticas Sociais. Os restantes 60% dos seus projetos combinaram o perfil Econômico com o derivado de Outras atividades, entre as quais se destacaram as relacionadas com o fortalecimento das instituições de Governo.
2. Os pontos fortes da Alemanha e do Japão coincidiram com o tema meio-ambiental, um setor que teve uma representação importante para ambos os países. Para o primeiro, de fato, representou 36% dos seus projetos, o que, somado ao que foi executado no âmbito do fortalecimento governamental, permitiu classificar mais de metade dos seus projetos em atividades não estritamente sócio-econômicas. Para o segundo, os projetos meio-ambientais vieram a completar-se com os projetos destinados à Agricultura, que foram maioritários.
3. Para o Paraguai, a Cooperação Sul-Sul Triangular recebida permitiu reforçar as suas capacidades em várias áreas chave para o país: Saúde e Educação (cerca de metade dos projetos executados em 2010); fortalecimento das instituições públicas (30%).

Por fim e respeitando a mesma lógica de mínimos para garantir a representatividade, importa destacar o papel que a Saúde desempenhou nas ações de Cooperação Sul-Sul Triangular em que participaram dois dos seus principais ofertantes: o Brasil e o Japão. Mais especificamente, para ambos os países as ações nesta área foram as mais numerosas chegando a representar, para cada um deles, 40% e 20% do total das que executaram em 2010.

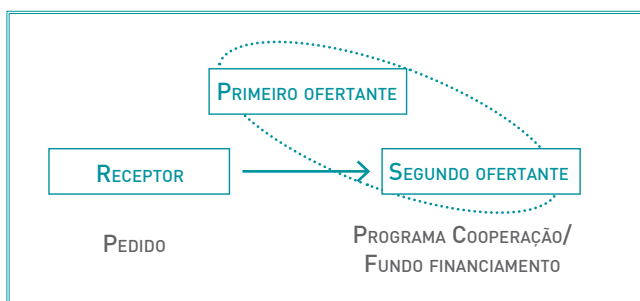
III.4. A Cooperação Sul-Sul Triangular: modos de articulação

Como já se afirmou no início deste capítulo, um dos desafios no âmbito da Cooperação Sul-Sul Triangular é conseguir um melhor conhecimento sobre alguns aspetos relativos à sua operação. Assim, e de acordo com a informação que os países reportaram este ano, um primeiro passo consiste em aprofundar no que se poderia chamar as suas “formas de articulação”: quer dizer, no que se refere ao modo como nasce um projeto de Cooperação Sul-Sul Triangular; e como consegue envolver os cooperantes; e o quadro institucional sob o qual se regulam tanto as relações entre os participantes como os papéis exercidos por cada um deles.

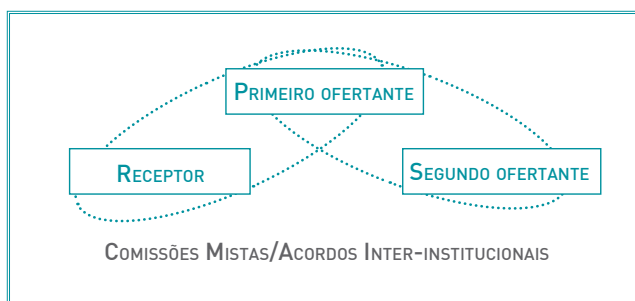
Esquema III.3. Variantes de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo gênese e quadro institucional

Variantes ordenadas de modo decrescente, de maior para menor representatividade

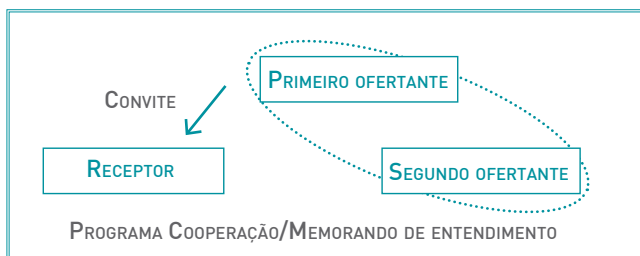
III.3.A. Variante 1



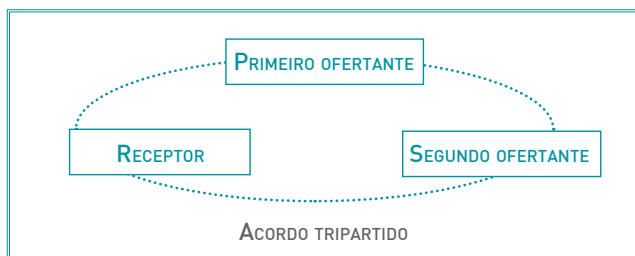
III.3.B. Variante 2



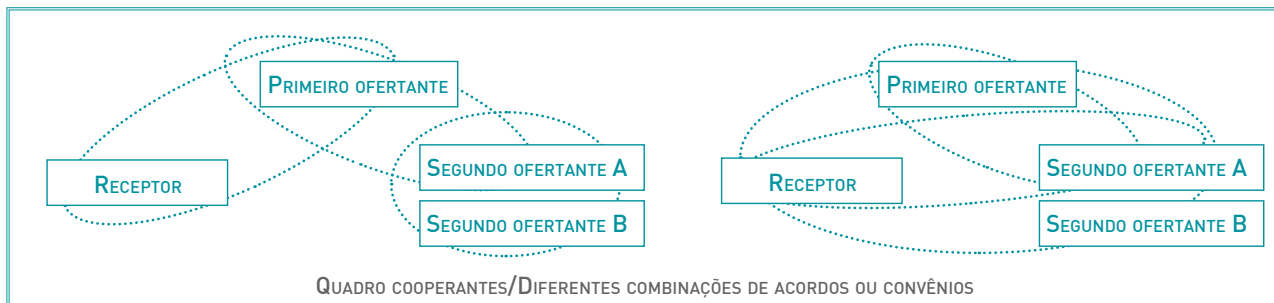
III.3.C. Variante 3



III.3.D. Variante 4



III.3.E. Variante 5



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, o que aborda aqui é um estudo de casos a partir da informação de que se dispõe para alguns dos 42 projetos e 42 ações registradas em 2010. Isto significa que as conclusões que se possam obter devem interpretar-se como o que são: parciais. Mas ainda assim, servem para ilustrar o modo como se está a articular esta cooperação na região assim como para apontar algumas tendências.

De fato, a análise realizada permite identificar pelo menos 5 ou 6 “variantes” nas fórmulas de articulação Cooperação Sul-Sul Triangular. A partir da observação do Esquema III.3 conclui-se que:

1. A *variante 1*, associada a quase uma dezena de experiências, refere-se aos casos em que a Cooperação Sul-Sul Triangular nasce de um pedido do receptor aos ofertantes; alguns ofertantes, por sua vez, dispõem já de um acordo ou quadro institucional bilateral para a cooperação em terceiro países (um Programa, um Fundo de Financiamento ou outros). A articulação de uma resposta conjunta de dois ofertantes ao pedido de um receptor aconteceu, por exemplo nos projetos e ações protagonizados pelo Peru e Brasil assim como Alemanha ou Japão; e de El Salvador ou Paraguai relativamente ao México e Japão.
2. A segunda das *variantes* registrou-se também em numerosas ocasiões. Associa-se aqueles projetos que se constroem sobre um duplo acordo institucional: o primeiro entre o receptor e o primeiro ofertante (sob a fórmula de Comissões Mistas, Convênios inter-institucionais ou Programas de Cooperação Científico-Técnica); e o segundo entre o primeiro e o segundo ofertante (de novo através de Programas ou Fundos de Cooperação com terceiros). Foi o que aconteceu em projetos em que o Paraguai ou El Salvador compartilharam com o Chile e os seus parceiros alemães e japoneses; assim como com os executados através do entendimento entre a Guatemala e o México, por um lado e entre este e o Japão, por outro.
3. A *variante 3* resulta do procedimento inverso ao 1 e é muito comum nas ações triangulares baseadas em cursos e workshops internacionais: nascem agora de uma proposta dos ofertantes (associados através de um Programa de Cooperação conjunta ou de um Memorando de Entendimento) a um terceiro país. Esta fórmula foi muito utilizada, por exemplo, pela Nicarágua, que beneficiou assim das formações promovidas pelo Chile e pelo Japão, na maioria das ocasiões, ou pelo Chile e pela Coreia ou Argentina e Japão, em menos casos. Também aconteceu assim noutras ações protagonizadas pela República Dominicana (no quadro do Programa que o Brasil mantém com a cooperação japonesa); ou da Bolívia (aproveitando o Memorando de Entendimento entre o próprio Brasil e Espanha).
4. A *variante 4* apenas explica um par de projetos: aqueles em que o acordo institucional implica simultaneamente as três partes; um quadro que sem dúvida facilita uma identificação, negociação, formulação e execução tripartida. Trata-se dos projetos de fortalecimento do setor público ao serviço da cidadania (Chile-Espanha-Paraguai) e do projeto da Reabilitação inclusiva para pessoas com incapacidade (Chile-Japão-Bolívia).
5. Por fim, a *variante 5* destaca-se, como a anterior, por ser das menos comuns. Trata-se de uma Cooperação Sul-Sul Triangular “quadrangular” protagonizada por quatro atores (um receptor, um primeiro ofertante e dois segundos ofertantes). De fato, a sua ilustração baseia-se em dois exemplos: um protagonizado pelo Chile, Alemanha-Austrália e Paraguai; o outro pela Colômbia, Alemanha-Suécia e Guatemala. Tal como se observa no Esquema III.4, ambos se articulam sobre dois convênios combinados de formas bem diferentes, que agrupam os países aos pares, à exceção de um último acordo institucional no segundo dos projetos que a ação conjunta dos quatro atores cooperantes abarca.

Em resumo, o exercício realizado a partir da informação disponível para uma parte da Cooperação Sul-Sul Triangular do ano 2010, permite obter um primeiro panorama acerca do modo como esta se articula. As

diretrizes mais gerais referem-se, sobretudo, ao quadro de institucionalidade sob o qual esta cooperação é executada. Neste sentido, os acordos que regulam de forma conjunta a relação entre todos os cooperantes são os menos frequentes. O mais normal é que se dê uma combinação simultânea de vários convênios ou acordos, em subgrupos de dois. Em qualquer caso, isto é só uma primeira aproximação. O desafio para futuras análises, é, por um lado, aumentar a informação de casos para abarcar um universo mais amplo que permita identificar, efetivamente, que tipo de fórmulas de articulação são as mais gerais; por outro lado, identificar também o que facilita o estabelecimento destas fórmulas relativamente a outras, assim como quais são as suas vantagens e inconvenientes na hora de conseguir que a Cooperação Sul-Sul Triangular executada seja o mais efetiva possível.

III.5. Cooperação Triangular com o Haiti: Projetos e Ajuda de Emergência

Sem sombra de dúvida, o ano de 2010 vai ficar associado no imaginário coletivo ao terrível terremoto que o Haiti sofreu no mês de janeiro. Neste sentido e tal como aconteceu a partir do âmbito bilateral, não se pode deixar de abordar o referido ano sem analisar a resposta que a comunidade ibero-americana deu, neste caso concreto através das triangulações. A Tabela III.2 recolhe a informação a esse respeito, relativa aos investimentos que se fizeram no país das Antilhas. Como se observa, as referidas intervenções dizem respeito à Ajuda Humanitária e de Emergência enviada após o terremoto, mas também aos próprios projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular (alguns deles em continuidade de outros anteriores) que pretendem a reconstrução, através de uma aposta no fortalecimento da institucionalidade haitiana.

Da observação da Tabela III.2, destacam-se algumas questões relacionadas com as participações da Argentina, México e Espanha:

1. Após o terremoto, a Argentina continuou a apostar naquele que, desde 2005, é o seu Programa de Cooperação mais bem sucedido, o Pro-Huerta, com resultados positivos contrastados no *"fomento da produção comunitária de alimentos frescos para a população"* (IICA, 2008; p.1). Baseado na formação, a construção de hortas demonstrativas, a entrega de sementes e as Assistências Técnicas, este Programa, que se iniciou a partir do Bilateral, foi somado a outros atores, o que permitiu tanto a sua articulação em torno de triangulações como a ampliação dos seus propósitos de ação. Em concreto:

- Com o Brasil, a coordenação de esforços permitiu incorporar novas espécies de cultivos vegetais, assim como mecanismos de captação e conservação de água potável em zonas com fortes déficits hídricos.
- Com o Canadá e com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Argentina conseguiu juntar trabalhos para conseguir uma maior cobertura em termos de Segurança Alimentar, assim como para introduzir outras espécies de fácil armazenagem como víveres.
- A colaboração com Espanha permitiu dar ao Programa Pro-Huerta um enfoque de atuação mais orientado para a recuperação e preservação do Meio Ambiente (IICA, 2008).
- Pelo seu lado, o Japão juntou-se a estas triangulações recentemente, em setembro de 2010, com o propósito de aprofundar algumas experiências de aplicação de tecnologias de produção agro-ecológicas na auto produção de alimentos.⁵

De acordo com os dados disponíveis (sempre parciais), no ano de 2010, todas estas triangulações geraram um desembolso económico mínimo próximo dos 1.4 milhões de dólares, que foram pagos em proporções mais ou menos iguais pela Argentina e o resto dos parceiros.

Tabela III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular dos países ibero-americanos com o Haiti. 2010

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO/AÇÃO	SECTOR DE ATIVIDADE	CUSTO ECONÔMICO (DÓLARES)		
				PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR
ARGENTINA	BRASIL	Auto produção de Alimentos Frescos-Pro-Huerta	Agricultura Meio Ambiente	nd	nd	nd
	CANADÁ	Auto produção de Alimentos Frescos-Pro-Huerta	Agricultura	508.000	320.000	nd
	ESPANHA	Auto produção de Alimentos Frescos-Pro-Huerta	Agricultura	104.300	15.600	nd
		Ajuda humanitária para as vítimas do terremoto	Ajuda Humanitária	nd	331.700	nd
	FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA)	Auto produção de Alimentos Frescos-Pro-Huerta	Agricultura	37.000	nd	nd
	JAPÃO	Auto produção de Alimentos Frescos-Pro-Huerta	Agricultura	nd	78.000	nd
BRASIL (VIA PMA)	ESPANHA	Assistência alimentar às vítimas do terramoto	Ajuda Humanitária	nd	17.646.440	nd
COLÔMBIA	ESPANHA	Contribuição para a gestão integral das Bacias Hidrográficas	Meio Ambiente	Aporte técnico	517.023*	nd
CUBA	ESPANHA	Fortalecimento das capacidades do sistema de saúde do Haiti	Saúde	nd	1.326.800	nd
MÉXICO	ESPANHA (CONJUNTAMENTE COM A PMA)	Implementação de uma cozinha escolar na comunidade de Carrefour	Ajuda Humanitária	51.106	51.106	nd
	JAPÃO	Formação de recursos humanos e desenvolvimento de ferramentas na construção resistente a sismos no Haiti.	Prevenção de desastres	2.077.000	nd	nd

n.d.* Não disponível. *Este dado está relacionado com o que foi orçamentado para dois anos. Nota: a conversão para dólares dos números correspondentes às contribuições de Espanha, foi efetuado aplicando a taxa de câmbio média do ano de 2010 (1,3257 dólares por euro) proporcionada pelo Banco Central Europeu (BCE).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

2. No caso do México, o projeto de Cooperação Sul-Sul Triangular promovido com o Japão resulta de uma réplica de outro projeto bem sucedido: o *Taishin* ou de Melhoramento da Tecnologia para a Construção de Difusão da Habitação Popular Sismo-Resistente.

Com efeito, o Japão e o México são um foco de movimentos sísmicos. A sua vulnerabilidade perante este tipo de desastres levou-os a desenvolver um enorme potencial tecnológico na construção de habitações com capacidade de resistência perante qualquer movimento da terra. O Projeto Taishin transfere esta tecnologia mas foca-a, além disso, em populações em risco de exclusão social. Com o tempo, os bons resultados obtidos foram transformando as suas modalidades de intervenção: primeiro tratou-se de um projeto bilateral (do Japão para o México); depois, uma vez que o México se sentiu com capacidade para transferir as capacidades aprendidas, transformou-se numa triangulação com El Salvador; por fim, numa resposta de prevenção perante possíveis novos terremotos no Haiti.

Importa também assinalar que a elevada complexidade tecnológica do Projeto Taishin é acompanhada também de um orçamento elevado. Especificamente, conhece-se, apesar dos dados serem parciais, que apenas a contribuição mexicana superou os 2 milhões de dólares.

3. Especial atenção requer o caso de Espanha, cujas intervenções triangulares com o Haiti geraram desembolsos num valor mínimo superior aos 20 milhões de dólares:

-
- No âmbito da Ajuda Humanitária e de Emergência, a cooperação espanhola combinou a resposta bilateral com outras realizadas através da triangulação. Neste sentido:

o Espanha enviou um carregamento de alimentos e medicamentos avaliado em mais de 330.000 dólares ao Haiti com o apoio da Argentina, país esse que se encarregou do seu transporte para Porto Príncipe (*EFE*, 17 de janeiro de 2010);

o Também numa triangulação de quatro atores, Espanha colaborou com o Brasil e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas para fazer chegar alimentos ao Haiti. Esta experiência baseou-se numa “fórmula” ensaiada por estes mesmos atores desde 2009, numa resposta conjunta ao impacto dos furacões Ike e Gustav no Haiti, Cuba e Honduras. Neste tipo de triangulação, o papel de cada ator está perfeitamente definido: o Brasil encarrega-se da doação dos alimentos (por vezes excedentes do seu Programa Fome Zero); Espanha da logística para fazer chegar a doação (custo de armazenagem, transporte, gestões aduaneiras e outros); e o Programa Mundial de Alimentos aproveita a sua infra-estrutura local para a distribuição no destino (*El País*, 21 de junho de 2011). Nas operações associadas à Ajuda que por esta via se fez chegar ao Haiti em 2010, o gasto assumido apenas por Espanha superou os 15.5 milhões de dólares.

o No entanto no quadro da Ajuda Humanitária e de Emergência e na resposta imediata ao terramoto, o México promoveu uma cozinha escolar na comunidade de Carrefour, para garantir alimentação diária a 5.000 crianças de 11 centros educativos. O impacto positivo desta iniciativa levou a considerar a possibilidade de prolongar o seu funcionamento. A este prolongamento juntou-se Espanha, que assumiu a doação de alimentos de novo via PMA. O custo desta colaboração ascendeu a 100.000 dólares assumidos entre Espanha e México em 50% cada.

- Por fim, a Espanha continuou a participar em diferentes Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular. Ao já referido programa Pro-Huerta articulado com a Argentina, há que acrescentar o Programa de Gestão integral de Bacias Hidrográficas com a Colômbia e o fortalecimento das capacidades do sistema de saúde haitiano com Cuba. Atendendo aos dados de que se dispõe, na sua contribuição para estes três projetos, Espanha realizou uma contribuição de mais de 1.5 milhões de dólares.

NOTAS

1- Os conteúdos do Quadro III.1 resultam de uma síntese das apresentações e opiniões dos oradores e participantes do Seminário-Workshop “Cooperação Triangular: Aprendizagens e desafios da gestão” (Santo Domingo, 25 e 26 de julho de 2011). As apresentações de cada um dos oradores, assim como mais pormenores sobre os conteúdos abordados neste Seminário-Workshop, estão disponíveis na página digital www.cooperacionsursur.org.

2- Em concreto: Brasil, Chile, Cuba e México participaram pelo menos numa ocasião como primeiros ofertantes, os países da América Central e andinos (El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Equador), conjuntamente com a R. Dominicana e o Paraguai participaram sempre como receptores; combinaram ambos os papéis a Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Peru e Uruguai; a Espanha participou sempre como segundo ofertante; e a Argentina foi o único país que participou em projetos e ações exercendo qualquer dos papéis.

3- Como se verá posteriormente, uma das novidades do presente exercício reside na identificação de triangulações com quatro cooperantes, dois deles compartilhando o papel de segundos ofertantes.

4- Alguns dos números devem ser interpretados com cautela porque não se referem ao que foi gasto no ano de 2010 mas ao que foi orçamentado para os vários anos de duração do projeto.

5- <http://noticias.terra.com.ar/>

CAPÍTULO IV
COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL

IV.1. Introdução e Metodologia

O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) centra parte dos seus esforços no apoio aos países no seu exercício de delimitação conceptual desta cooperação. Ao longo de 2011, um desses esforços concretizou-se no Workshop de discussão metodológica celebrado durante o mês de março em Lima (Peru). Tal como se avançou no Quadro II.2, no referido Workshop os países participantes (quase todos membros do Programa), avançaram relativamente a várias questões conceptuais. A esse respeito, uma destas questões afetou a definição da modalidade abordada neste Capítulo: a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Assim, os países acordaram que esta modalidade classifica a cooperação que cumpre simultaneamente as seguintes condições (PIFCSS y SEGIB, 2011):

1. Participam nesta, conjuntamente com outros possíveis parceiros, um **mínimo de 3 ou mais países em desenvolvimento**, independentemente da sua função (cooperante, coordenador, administrador...);
2. Tem um **enfoque regional**, no sentido que **tanto o objetivo** (a integração e/ou o desenvolvimento da região) **assim como a estratégia**, são compartilhados por ofertantes e receptores;
3. A cooperação é **acordada e concebida de forma conjunta** por todos os países participantes; e executa-se sob um **quadro de institucionalidade**. Este quadro pode apresentar-se sob diferentes variantes, entre outras:
 - Esquema de integração tradicional (ALBA, CAN, Conferência Ibero-Americana, MERCOSUR, Projeto Meso-americano, SICA...);
 - Programa promovido pelos países (nascem bilaterais ou triangulares mas participam vários países após um trabalho de identificação e formulação conjunta);
 - Esquemas de concertação setorial (COMJIB, OEI, OPS, ...);
 - Apoio de um banco de desenvolvimento (BID, Banco do Sul, Banco do ALBA...).
4. Para além do anteriormente referido, instrumentaliza-se através de **Programas de Cooperação**, entendendo-se por isto um conjunto de projetos orientados para um mesmo objetivo.

Como vem vindo a acontecer nos capítulos anteriores, uma maior delimitação em termos conceptuais traduziu-se num registro de informação mais preciso e sistematizado. Na realidade, o que foi reportado por catorze dos países ibero-americanos ajusta-se notavelmente à definição pré-estabelecida. Neste sentido, reportam-se maioritariamente (apesar de não exclusivamente) Programas de Cooperação cuja característica mais importante entre estes radicou no quadro de institucionalidade sob o qual foram executados. De fato e a respeito deste último aspeto, a Tabela IV.1 mostra que tipo de Programas reportou cada um desses países. A sua observação permite distinguir entre:

1. Programas País, quer dizer, Programas bilaterais de carácter regional, com um ofertante e vários receptores, que se caracterizam pela formulação conjunta, com um objetivo, uma estratégia e uma execução concebida e acordada por todas as partes;
2. Programas de Cooperação Triangular (Regional) executados em vários países;
3. Programas integrados em diferentes esquemas de concertação regional (Aliança Bolivariana as Populações da Nossa América –ALBA-; MERCOSUR; Organismos andinos e ibero-americanos; o Sistema de Integração Centro-americano (SICA); e a União das Nações do Sul –UNASUR-);
4. Outros Programas (e por vezes apenas projetos), ligados a organismos ou alianças setoriais como podem ser a Organização Pan-americana da Saúde (OPS) ou a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana), entre outros.

Tabela IV.1. Relatório de Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, segundo país. 2010.

Países	Tipologia Programa, segundo quadro de atuação									
	Programa País	Cooperação Triangular	Esquema concertação							Outros
			ALBA	MERCOSUR	OEA	Organismos andinos (CAN, OAS...)	Organismos Ibero-Americanos	SICA	UNASUR	
Bolívia										
Brasil										
Chile										
Colômbia										
Costa Rica										
Equador										
El Salvador										
Espanha										
Guatemala										
México										
Nicarágua										
Peru										
R. Dominicana										
Uruguai										

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

De qualquer modo e apesar destes esforços, o enfoque usado neste Capítulo para o estudo da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional continua a ser limitado, como em edições anteriores, à análise de experiências. Não obstante, existe uma melhoria relativa importante no tratamento da informação: por um lado, porque maioritariamente analisam-se Programas de Cooperação (não Projetos); por outro, porque se dispõe de mais informação para cada um deles, o que permite aprofundar num tema tão importante como o seu funcionamento; e, por fim, porque a maior sistematização na recolha e reporte da informação permite que, em alguns dos âmbitos regionais, os casos de análise poder ser acompanhados por uma listagem de Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, o que até agora não podia acontecer.

Devido ao acima exposto, o presente Capítulo estrutura-se da forma seguinte:

1. Em primeiro lugar, realiza-se a análise de casos. Dado o ênfase que alguns países colocaram no seu relatório, selecionaram-se as experiências Meso-americana e Ibero-Americana; assim como outras ocorridas nas sub-regiões Andina e Sul-Americana.
2. Após a revisão de alguns aspetos relativos tanto à sua gênese (como nasceram) como ao seu funcionamento (como se forjou a sua institucionalidade ou o modo como se formularam ou financiaram) extraem-se algumas lições, parte das quais afetam o seu funcionamento mais geral, enquanto outras permitem continuar a iluminar alguns dos seus aspetos conceptuais.
3. Finalmente e como já aconteceu no Relatório precedente, aborda-se, através do caso de Espanha, o modo como a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) pode contribuir para o fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. De novo e como vem sucedendo ao longo da presente edição do Relatório, os aspetos operativos ocuparão um espaço relevante.

IV.2. Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: análise de experiências

Para desenvolver a presente seção selecionaram-se vários casos de estudo. O critério de eleição respondeu, em parte, à possibilidade que a visão combinada destas diferentes experiências oferece para cobrir, por um lado, todos os países membros da comunidade ibero-americana; e por outro, praticamente todas as variantes de institucionalidade sob a qual se está a executar esta cooperação. Em concreto, abordam-se as seguintes experiências:

1. O Programa Meso-americano de Cooperação,¹ relativo à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional entre o México e outros nove países da região;
2. Os Programas Ibero-Americanos de Cooperação, cada um deles participado pelos países membros da Conferência que o tenham solicitado, comprometido e apoiado;
3. Diferentes Programas e Projetos relacionados bem como as cooperações do Brasil e do Chile na região; bem como quadros de concertação como a Comunidade Andina e a União Sul-americana de Nações (CAN y UNASUR, respectivamente).

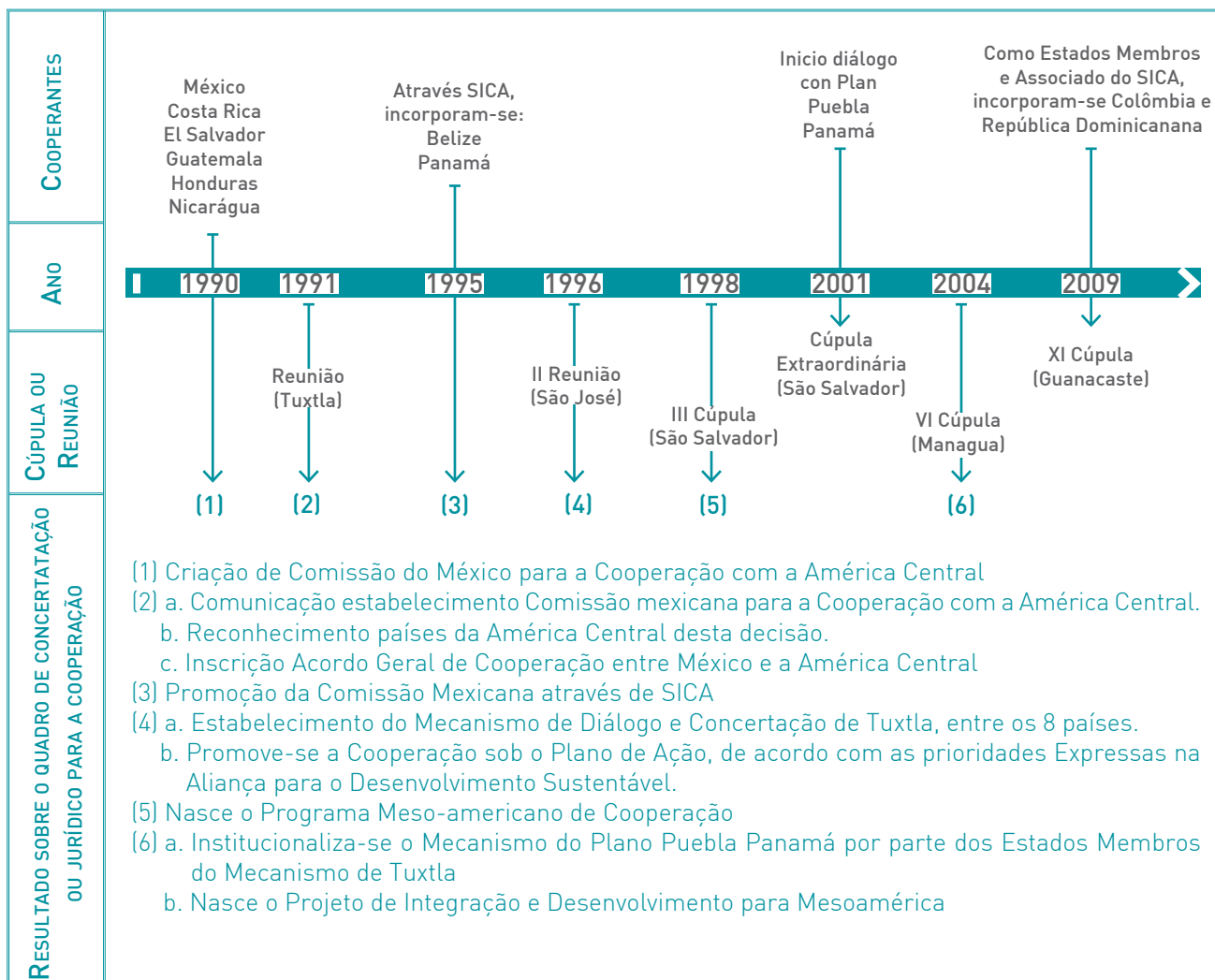
IV.2.1. Programa Meso-americano de Cooperação

O Programa Meso-americano de Cooperação é o quadro programático desde que o México, a partir de 1998, promove a sua Cooperação Técnica com os países da América Central. Articulado em torno de um conjunto de projetos, o Programa apoia o desenvolvimento desta sub-região através do intercâmbio de conhecimentos e experiências, assim como o fortalecimento das capacidades destes países nas seguintes áreas de interesse prioritário: Agricultura e Ganadaria; Educação e Cultura; Meio Ambiente; Saúde; Turismo e Prevenção de desastres.

O Esquema IV.1 resume qual foi a evolução deste Programa: tanto os seus antecedentes como a sua formalização no final dos anos noventa, como o modo como através dos anos foi tendo o seu quadro jurídico e institucional. Desta trajetória, importa destacar:

1. Já no ano de 1990, o México decidiu criar uma Comissão para a Cooperação com os países da América Central. Um ano depois, durante a primeira Reunião de Chefes de Estado e de Governo de Tuxtla (Chiapas), a boa recepção desta iniciativa por parte dos países vizinhos acabou dando origem à assinatura conjunta do que se considera o primeiro quadro jurídico do futuro Programa Meso-americano: o *Acordo Geral de Cooperação* entre os Governos da Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e México.
2. Alguns anos depois, em 1995, a negociação país a país foi substituída por uma bilateral entre o México e o conjunto dos países da América Central através da sua representação no Sistema de Integração da América Central (SICA). Além de mudar a fórmula de diálogo e negociação, este passo permitiu aumentar o raio de ação da cooperação mexicana a dois novos países, Belize e Panamá, ambos membros deste organismo.
3. No ano seguinte, em 1996, o México promoveu de novo uma Reunião regional em São José (Costa Rica) que se considera dar continuidade ao passo dado em 1991: nasceu então o denominado *Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla*. Este Fórum, o de maior nível político entre o México e os países da América Central e segundo de constata a partir da própria Declaração de São José, foi construído com quatro propósitos,² um dos quais faz referência explícita ao estabelecimento de acordos sobre “ações de cooperação regional, em todos os âmbitos (e) o apoio ao desenvolvimento sustentável da área” (Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla, 1996; p.2).

Esquema IV.1. Processo de institucionalização da Cooperação do México com a América Central



Fonte: SEGIB a partir das Declarações das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla; página digital da Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria de Relações Exteriores do México (http://dgctc.sre.gob.mx/html/coop_int_mex/fichas.html)

4. A mesma Declaração da Cúpula de 1996 estabeleceu para os Programas de Cooperação que resultassem deste compromisso, uma articulação entre “*as prioridades dos países do isto centro-americano, expressas na Aliança para o Desenvolvimento Sustentável, com as possibilidades de oferta de cooperação do Governo do México*” (Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla, 1996; p. 6). As referidas prioridades ficaram por sua vez pormenorizadas no Plano de Ação que emanou da Reunião e que foi elaborado na Reunião de Ministros de Relações Exteriores de Tegucigalpa, em 1997.

5. Com estes antecedentes e conforme as prioridades setoriais estabelecidas no Plano de Ação, nasceu em 1998, durante a Cúpula de São Salvador, o *Programa Meso-Americano de Cooperação*. A partir desta data, o Programa articulou-se em torno de Projetos e Ações (com o México como principal ofertante), cujas características mais importantes são:

-
- a. Devem ser acordados no quadro das Reuniões Cúpula, entre as instituições mexicanas (funcionários e especialistas) e os seus homólogos da América Central, assim como entre os Responsáveis de Cooperação dos oito países participantes.
 - b. Devem ser concebidos, negociados, concebidos e executados em conjunto entre as instituições contrapartes, em virtude dos benefícios que repercutem para todos eles.
6. Após esta data e durante a década seguinte, não acontecem alterações significativas neste quadro programático. Dos fatos, no entanto, relacionam-se com:
- a. No ano de 2001, o Mecanismo de Tuxtla deu a sua cobertura ao Plano Puebla Panamá (PPP). Fruto do diálogo entre ambas as partes, no ano de 2004, coincidindo com a celebração da VI Cúpula em Manágua (Nicarágua), nasceu o *Projeto Meso-américa*. Apesar das suas semelhanças em termos de denominação, este *Projeto* não deve ser confundido com o *Programa Meso-Americano*. Neste sentido, perante a Cooperação Técnica e o financiamento governamental mexicano que caracterizam o *Programa*, o *Projeto Meso-América* articula-se, fundamentalmente, em torno a investimentos em infra-estruturas que frequentemente são financiados com o apoio de créditos internacionais procedentes de instituições como o BID, o BCIE ou a CAF.
 - b. A partir do ano de 2009 e através da sua incorporação no SICA como Estados Membro e Associado, a Colômbia e a República Dominicana, respectivamente, passaram a participar também no Programa Meso-americano. A mais destacável destas incorporações é que, sob este mesmo quadro programático, a Colômbia começa a promover novos projetos de cooperação para os seus países parceiros. Para diferenciar o ofertante, a denominação do Programa Meso-americano começa a distinguir entre o “Componente México” e o “Componente Colômbia”.³

Em qualquer dos casos, a Tabela IV.2 enumera nove dos Projetos mexicanos que, no quadro do Programa Meso-americano e de acordo com o que os países relataram, estavam vigentes em 2010. A tabela enumera os projetos, descreve os seus principais componentes e objetivos e assinala quais os países que participaram em cada um deles. Como se observa, alguns referem-se à Educação (à Distância, Inclusiva ou Inter-cultural); a Saúde (âmbito da Incapacidade); o Meio Ambiente (Gestão de Bacias Hidrográficas); a Agricultura e a Pesca (Inocuidade e agro-alimentar e técnicas de cultivo aquícolas, respectivamente); o Turismo (apoio à comercialização de bens e serviços); e a Prevenção de desastres (Fortalecimento das capacidades estatísticas na área da cartografia).

Por fim, o Quadro IV.1 desenvolve um desses projetos: o da Educação inclusiva, em implementação desde já há uma década (2001-2011) e que tem como objetivo avançar na integração de pessoas com incapacidade na escola regular. A escolha desta experiência reside nas possibilidades que oferece para ilustrar em torno de duas questões bem diferentes: o grau de participação de todos os atores nas fases de negociação, formulação e execução dos projetos; o projeto de articulação que se estabelece entre o próprio projeto e outros quadros institucionais e estratégicos, como são o Programa e o Plano.

Tabela IV.2. Programa Meso-americano de Cooperação (componente México), por Projetos e Países cooperantes. 2010

PROJETOS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL	COMPONENTES E OBJETIVOS	PAÍSES COOPERANTES								
		IBERO-AMERICANOS								OUTROS
		COLÔMBIA	COSTA RICA	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	MÉXICO	NICARÁGUA	PANAMÁ	R. DOMINICANA
Atualização em Prevenção e Reabilitação da Incapacidade	Atualizar recursos humanos que contribuam para a prevenção e reabilitação de incapacidades. Requer implementar ações para evitar e controlar todas as circunstâncias susceptíveis de gerar incapacidade, entendendo por esta todas as que limitem ou impeçam as atividades rotineiras de qualquer pessoa.									
Apoio ao setor Turismo em Desenvolvimento e Comercialização de Produtos	Apoiar as Administrações Nacionais de Turismo (ANT) da Região da América Central no desenvolvimento de produtos culturais, eventos internacionais e categorização de empresas turísticas.									
Formação para Aquicultores da América Central de Pequena e Média Escala	Formar as comunidades ribeirinhas da América Central em técnicas de preparação, construção e gestão de métodos de aquicultura, a fim de satisfazer as suas necessidades de consumo e alcançar um nível comercial de espécies aquícolas.									
Formação Internacional em Geografia, Estatística e Informática	Fortalecer a formação de recursos humanos das instituições governamentais da América Central relacionadas com a geração e análise de informação estatística, econômica e cartográfica									
Educação à Distância	Formar recursos humanos e assessorar na criação de Centros de Educação à Distância da região, para apoiar a utilização de tecnologias da informação e da comunicação para a produção coordenada de conteúdo para a educação média superior e superior à distância									
Educação Inclusiva	Contribuir para o fortalecimento da Educação Inclusiva nos países da região da América Central, através do intercâmbio de práticas inclusivas nos diversos âmbitos da gestão educativa.									
Educação Inter-cultural Bilingue (Educação Indígena)	Contribuir para elevar a qualidade da educação que se oferece à população indígena através do fortalecimento, desenho, desenvolvimento e assessoria para a definição de propostas educativas pertinentes e adequadas cultural e linguisticamente para a população indígena, sob o enfoque da inter-culturalidade e do bilinguismo.									
Gestão das Bacias Hidrográficas	Propiciar o intercâmbio de experiência na gestão integral da água por bacias hidrográficas. Requer: 1. Conhecer, rever e analisar as estruturas, formas de organização e quadro legal. 2. Fomentar a participação de utilizadores, autoridades do governo e sociedade organizada, para que apoiem tanto na identificação dos problemas como na procura das suas alternativas de solução.									
Matéria de Inocuidade Agro-alimentar, Aquícola e Pesqueira	Fortalecer o quadro normativo dos países da América Central em matéria de inocuidade agro-alimentar, aquícola e pesqueira. Isto requer: 1. Conhecer e analisar a legislação e a capacidade técnica de cada país em inocuidade; 2. Fortalecer o quadro normativo; 3. Definir critério técnicos comuns, que favoreçam entre eles um maior intercâmbio comercial.									

Quadro IV.1. A Educação Inclusiva na Região da América Central

No ano de 2001, México, conjuntamente com Belize, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá decidiram promover, no quadro do Programa Meso-Americano de Cooperação, um projeto que facilitasse a integração educativa dos menores com incapacidades. Apesar de em termos gerais a maioria dos países da América Central dispor de quadros legais adequados a esse enfoque, o projeto foi concebido para construir um quadro comum que promovesse ações concretas e efetivas em relação à inclusão educativa destas pessoas.

Desde o seu início, a identificação, negociação, formulação e execução do projeto contou com o trabalho conjunto de todos os seus participantes, destacando entre eles o da Direção de Educação Especial da Secretaria de Educação Pública do México e suas instituições homólogas no resto dos países. Construído sobre a identificação e o intercâmbio de boas práticas, assim como sobre a colaboração dos especialistas, as suas diferentes fases de execução revelam o modo como se articulou a participação conjunta de todos os atores. Em concreto:

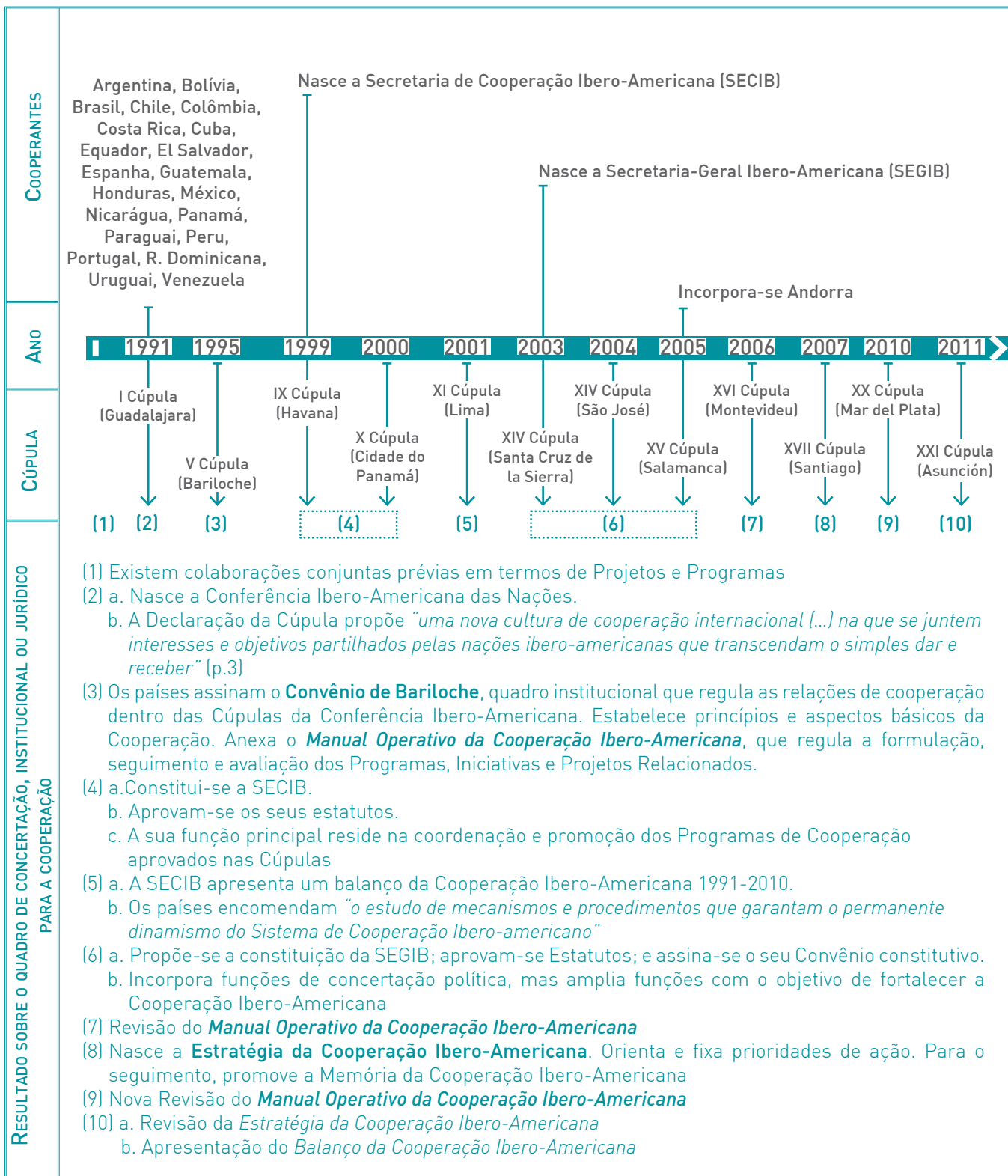
- Durante os primeiros anos (2001-04), o objetivo foi começar a assentar as bases para ligar a Educação Inclusiva à Educação Regular, de acordo com uma estratégia que favorecesse a atenção educativa dos menores com incapacidade na escola regular. Com esse propósito, o projeto concentrou-se em três aspetos:
 - A promoção da Rede Meso-Americana de Educação Inclusiva (REMEI). Com a participação de Diretores de Educação Especial e as suas equipas técnicas, realizou ações dirigidas a formar e assessorar com base em critérios de integração o pessoal envolvido nas diferentes instâncias da educação básica.
 - A elaboração, para cada um dos países, de acordo com as suas necessidades específicas e as lições extraídas dos intercâmbios realizados, de uma série de recursos pedagógicos (materiais didáticos, manuais para a orientação de docentes e pais, estratégias didáticas, entre outros).
 - A assinatura, em setembro de 2004, da Declaração Meso-Americana de Educação Inclusiva, referência substantiva para o projeto e para a rede de profissionais.
- A partir do ano de 2005, iniciou-se o trabalho de transformar em realidade os compromissos enumerados na Declaração. Para este efeito, os países elaboraram:
 - O Plano de Ação Meso-americano para a Educação Inclusiva; com novas linhas estratégicas;
 - O Programa Regional de Educação Inclusiva (PREI).

Ambos os instrumentos partiram de uma análise sobre a situação da educação inclusiva dos serviços educativos de cada país; e investigaram numa estratégia cada vez mais estrutural, que tem como preceito base a necessidade de entender que a Educação Inclusiva não é uma tarefa da Educação Especial mas do Sistema Educativo no seu conjunto e particularmente das diferentes instâncias da Educação Básica.

- Durante o biênio 2007-2008, começou-se a atuar articuladamente entre o Plano, o Programa e a Rede. As ações dos especialistas orientaram-se para os aspetos mais técnicos e operativos da integração da Escola Básica nos critérios e enfoque da Educação Inclusiva. Avançou-se para um quadro operativo comum, apesar de cada país, de acordo com o seu diagnóstico, ter decidido promover o seu Programa Operativo (POP), priorizando assim necessidades, objetivos, metas e ações a desenvolver.
- No biênio 2009-2010, o ênfase colocou-se na possibilidade de dispor de uma capacidade de diagnóstico e avaliação cada vez maior, que permitisse ir redefinindo as ações do PREI de acordo com o necessário. Para tal promoveram-se duas ferramentas chave:
 - Um Sistema de Informação Regional de Educação Inclusiva (SIREI)
 - Uma Biblioteca Digital onde consultar os principais documentos legislativos e normativos da região.O projeto é avaliado e revisto de dois em dois anos. Neste sentido, e após uma década de trabalho continuado, os avanços conseguidos, a participação de numerosos atores de todos os países, o financiamento mexicano e o fato de que foi realizado ser mais conforme com as normas internacionais, parecem ser um garante da sua continuidade.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Esquema IV.2. Processo de institucionalização da Cooperação Ibero-Americana



Fonte: SEGIB a partir das Declarações das diferentes Cúpulas Ibero-Americanas (www.segib.org)

Tabela IV.3. Seleção de Programas Ibero-Americanos de Cooperação. Caracterização e...
IV.3.A. Principais características e resultados

PROGRAMAS IBERO-AMERICANOS	CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO EM QUE FOI APROVADO	OBJETIVOS
Televisão Educativa e Cultural Ibero-americana (TEIB)	II Cúpula Madrid, 1992	Contribuir para o desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Cultura na Ibero-américa, através da utilização da televisão e demais TIC.
Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED)	V Cúpula São Carlos de Bariloche, 1995	Fomentar a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.
IBERMEDIA	VI Cúpula Santiago e Viña del Mar, 1996	Fortalecer o espaço áudio-visual ibero-americano através de 2 convocatórias anuais de ajudas financeiras a projetos áudio-visuais.
IBERARCHIVOS (ADAI)	VIII Cúpula Porto, 1999	Ajudas para a preservação, conservação e restauração de arquivos assim como bolsas para formação e assistência técnica.
Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas (PIA)	XVI Cúpula Montevideú, 2006	Universalizar a alfabetização em toda a região antes de 2015, favorecendo a educação básica de jovens e adultos.
IBERESCENA	XVI Cúpula Montevideú, 2006	Promover o Teatro e a Dança na Ibero-América através de uma convocatória anual de ajudas para a formação, produção, co-produção, autoria e criação de obras e Festivais de artes cénicas.
Bancos de Leite Humano (IBERBLH)	XVII Cúpula Santiago do Chile, 2007	Reduzir a mortalidade infantil através da implantação de Bancos de Leite em cada um dos países ibero-americanos.
Mobilidade Acadêmica de pós-graduação Pablo Neruda	XVII Cúpula Santiago do Chile, 2007	Promover a mobilidade acadêmica de estudantes e docentes em pós-graduações de excelência.
Gestão Integrada de Resíduos Hídricos	XVIII Cúpula São Salvador, 2008	Formação e transferência de tecnologia em matéria de gestão de recursos hídricos.
Gestão Territorial (PROTERRITORIOS)	XVIII Cúpula São Salvador, 2008	Melhorar a qualidade, eficiência e impacto das políticas e despesas públicas no desenvolvimento dos territórios.
Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul	XVIII Cúpula São Salvador, 2008	Fortalecer e dinamizar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Ibero-Americana; contribuir para a qualidade e impacto das suas ações, assim como para a extensão de boas práticas associadas às mesmas.

...balanço dos últimos anos (2005-2010)

Ordenados por ordem cronológica de aprovação

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	PAÍSES PARTICIPANTES																						
	ANDORRA	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	COLÔMBIA	COSTA RICA	CUBA	EQUADOR	EL SALVADOR	ESPAÑA	GUATEMALA	HONDURAS	MÉXICO	NICARÁGUA	PANAMÁ	PARAGUAI	PERU	PORTUGAL	R. DOMINICANA	URUGUAI	VENEZUELA	
→ Conta com 71 canais de TV. Destaca, no canal NCI de Notícias Culturais, a emissão de 4.960 peças áudio-visuais; e no NCIwebTV, a emissão de 12.221 vídeos. No quadro da formação, a TEIB formou em temas áudio-visuais mais de 100 especialistas.																							
→ Através do CYTED, mantêm-se atualmente em vigência mais de 60 redes temáticas de investigação (em saúde, ecossistemas, TIC, energia, agro-alimentação, desenvolvimento industrial, desenvolvimento sustentável, ciência e sociedade). Permitiu além disso 238 projetos de inovação conjunta entre empresas e organismos públicos e privados de I+D (IBEROEKA).																							
→ Concederam-se 1.291 ajudas a projetos áudio-visuais através de um investimento de mais de 50 milhões de euros. Apoiaram-se filmes que obtiveram o Oscar para o melhor filme estrangeiro, assim como Prêmios em festivais como Sundance, Cannes e Rotterdam. A IBERMEDIA TV também contribui para a difusão do cinema ibero-americano em televisões públicas.																							
→ Apoio a 439 projetos num montante de 2,2 milhões de euros, em áreas relacionadas com direitos humanos, mulher, indígenas e afro-descendentes, entre outros.																							
→ O índice de analfabetismo na região reduziu em cerca de 13%. Conseguiu-se também que a retenção de crianças no ensino básico se aproximasse ou superasse os 90% na maioria dos países.																							
→ Concederam-se 723 ajudas através de um investimento equivalente a 3,1 milhões de euros.																							
→ Implantaram-se 237 Bancos de Leite e 47 estão em fase de implementação. Com o leite materno recolhido nos referidos Bancos, atende-se uma média anual de 150.000 recém-nascidos.																							
→ O projeto piloto mobilizou 164 estudantes e docentes e envolveu 30 universidades. A previsão é acabar por contar com a participação de 105 Universidades e realizar 595 mobilidades académicas em temas como energia, ciências agrárias e do meio ambiente, engenharias, TIC, educação, entre outros.																							
→ Formaram-se 738 técnicos com um custo de 1.650.000 euros. Proximamente criar-se-á um Centro de Experimentação e Formação em Canalones (Uruguai) que favorecerá o desenvolvimento tecnológico.																							
→ Criou-se o Observatório Ibero-Americano de Políticas Públicas Territoriais para o seguimento das legislações, estruturas institucionais e avaliação do investimento público, assim como um Banco de intercâmbio de experiências territoriais. Através dos cursos, formaram-se 320 técnicos e forneceu-se assessoria técnica a vários governos da região que o solicitaram.																							
→ Registraram-se avanços metodológicos, conceptuais e procedimentais de acordo com as características da Cooperação Sul-Sul; construíram-se novas capacidades e formaram-se profissionais e técnicos das Unidades Técnicas de Cooperação dos países; reduziram-se bolsas entre os países em termos de sistemas de informação, registro e cômputo da Cooperação Internacional e da Cooperação Sul-Sul.																							

(*) Os países da América Central participam também no Programa de Mobilidade Acadêmica de Pós-graduação Pablo Neruda, mas aderiram como região, e não a título individual. **Fonte:** Elaboração de Natalia Royo, Direção de Planificação da Secretaria para a Cooperação da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), com base no documento *Balanço da Cooperação Ibero-Americana e Sul-Sul*, apresentado na XX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Assunção (Paraguai), nos dias 28 e 29 de outubro de 2011.

IV.2.2. Programas da Cooperação Ibero-Americana

Os programas Ibero-americanos de Cooperação constituem um dos instrumentos (conjuntamente com as Iniciativas e os Projetos Relacionados) em torno dos quais tem lugar a cooperação entre os países membros da Conferência Ibero-Americana. Dotados desde o seu início de uma horizontalidade que lhes permite “*transcender o simples dar e receber*” (Cúpula Ibero-americana, 1991; pág. 3), tratam-se de Programas formulados e executados conjuntamente por todos os países, e nos quais contribuem com recursos técnicos e/ou financeiros, de acordo com as suas capacidades.

De forma homóloga como sucedia com o Programa Meso-Americano, desde o início dos anos noventa até hoje, os Programas Ibero-americanos foram-se dotando de um quadro jurídico e institucional. O Esquema IV.2 resume os passos dados nos últimos 20 anos e destaca entre eles os que afetam o reconhecimento dos Programas; a sua articulação em torno de uma Estratégia; e a promoção de tudo aquilo (*Convênio, Manual Operativo* e nascimento da própria SEGIB) que estabelece as características e diretrizes que devem acompanhar a sua formulação, execução e conclusão. Mais especificamente:

1. Antes da I Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo celebrada em Guadalajara, México, em 1991, os países ibero-americanos (21 dos atuais exceto Andorra, incorporada em 2005) já tinham promovido entre eles alguns Programas e Projetos de cooperação. A Declaração da Cúpula de Guadalajara reconhece estas iniciativas e inicia o caminho para a sua institucionalização em torno do princípio de horizontalidade, no que se constitui como uma firme aposta numa “*nova cultura de cooperação*” (Cúpula Ibero-americana, 1991; pág. 3)
2. De acordo com estas intenções, quatro anos mais tarde, coincidindo com a V Cúpula celebrada em Bariloche (Argentina) nasce o que se transforma no quadro de referência de todo o Programa Ibero-Americano: o *Convênio de Bariloche*, através do qual se regulam as relações de colaboração entre os países e que é acompanhado pelo *Manual Operativo* sobre o qual se estabelecem as suas bases de formulação, seguimento e avaliação. De fato:
 1. O Convênio de Bariloche foi a resposta à necessidade de gerar um quadro institucional que regulasse relações de cooperação que, em 1995, já apresentavam um elevado grau de desenvolvimento. Este Convênio promoveu a figura do Responsável de Cooperação; validou uma cooperação baseada fundamentalmente no intercâmbio de experiências e capacidades, a formulação e transferência da tecnologia; e estabeleceu os requisitos de formulação de todo o Programa, entre os quais se destacam a adesão mínima de 7 países, a assunção de compromissos financeiros e/ou técnicos por parte de cada um deles, a sua elevação e aprovação em Cúpulas Ibero-Americanas, assim como a sua adaptação ao Manual Operativo que se anexou à Declaração desse ano.
 2. O Manual Operativo nasceu, fundamentalmente, para estabelecer os procedimentos que deveriam acompanhar as diferentes fases de execução de um programa, desde a sua identificação e aprovação até o seu encerramento após um período mínimo de três anos; assim como para fixar os requisitos que garantam a sua execução sob critérios de qualidade. Com a sua aplicação, procura-se também que os Programas combinem a resposta a um repto regional com a adaptação e integração das estratégias e planos nacionais. Após diferentes revisões, a sua última versão data de 2010, coincidindo com a XX Cúpula celebrada em Mar del Plata (Argentina).

3. Após a Cúpula de Bariloche, o passo institucional mais importante dado pela Cooperação Ibero-americana tem a ver com o surgimento dos organismos encarregados de coordenar, fortalecer e dinamizar a referida cooperação: a Secretaria de Cooperação Ibero-Americana (SEGIB) e a sua posterior herdeira, com funções ampliadas, a própria Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), cujos Estatutos de constituição datam, respectivamente, das Cúpulas de Havana, Cuba (1999) e da de São José, Costa Rica (2004).
4. Por fim, na XVII Cúpula de Santiago do Chile, no ano de 2007, nasceu a *Estratégia da Cooperação Ibero-americana*, cuja última revisão data da XXI Cúpula de 2011. A referida Estratégia torna-se no quadro que desde 2007 orienta e fixa as prioridades de ação nas quais os Programas se devem central. Além disso e entre outras questões, constata a aposta por uma cooperação construída sobre a horizontalidade, estabelece como setores de ação primários a Educação, a Cultura e a Coesão Social, assim como todos aqueles que se promovem a partir das diferentes Cúpulas; racionaliza as colaborações entre países e fomenta a articulação e a busca de sinergias tanto com outros organismos ibero-americanos como com os Programas de Cooperação que já terminaram.

Esta mesma Estratégia estabeleceu as bases para a avaliação dos Programas, e promoveu a elaboração anual da *Memória da Cooperação Ibero-Americana*. Fruto do trabalho realizado neste novo quadro estratégico, dispõe-se agora de informação sistematizada de todos os Programas: países participantes, papéis de cada um, objetivos, resultados obtidos, aspetos operacionais susceptíveis de melhoria, entre outros. As Tabelas IV.3 descrevem parte dos Programas vigentes em 2010, ordenados cronologicamente a partir da data em que se celebrou a Cúpula onde foram aprovados. Dentro da informação incluída, destaca a que se refere aos principais resultados obtidos por cada um destes Programas durante 2006-2010. Trata-se, neste sentido, de um resumo do *Balanço da Cooperação Ibero-americana*, apresentado pela SEGIB na XX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Assunção (Paraguai) no final deste ano de 2011.

IV.2.3. Experiências andinas e sul-americanas

De acordo com o reportado pelas Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos, na zona andina e do sul do continente também se registraram dois distintos Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. A Tabela IV.4 e o Quadro IV.2 descrevem, de maneira sintética, seis destes Programas de Cooperação, selecionados por serem considerados representativos de outros quadros institucionais existentes na região.

A respeito destes Programas importa assinalar:

1. Em termos de institucionalidade, os seis Programas referem-se a quatro triangulações de carácter regional (três com o Brasil e uma com o Chile como primeiro ofertante) e a dois Programas promovidos sob o esquemas de concertação da CAN e de UNASUR.
2. Os outros ofertantes das triangulações diferem caso a caso. O Brasil associou-se com organismos internacionais e agências especializadas das Nações Unidas como a FAO, a OIT, ONUSIDA e a UNICEF. Por vezes, a relação não se estabeleceu unicamente com uma destas agências mas apoiou-se na colaboração com várias deles. O Chile também executou o seu Programa de cooperação em conjunto com a Alemanha.

-
3. Entre os receptores, pelo seu lado, não houve só países andinos e sul-americanos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, por um lado; os próprios Brasil e Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai por outro); mas a cooperação chegou à América Central (El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá), assim como a países que não fazem parte da comunidade ibero-americana (Jamaica, Guiana, Suriname e Timor Oriental).
 4. Na maioria dos Programas, os países ibero-americanos que exerceram o papel de ofertantes concentraram a sua atuação na transferência de capacidades, assistências técnicas, intercâmbio de experiências e formação. Os ofertantes que os acompanharam, especialmente no caso das agências especializadas das Nações Unidas, aproveitaram a sua experiência e o seu perfil para apoiar nas questões técnicas e também no apoio logístico no terreno, um recurso disponível sobretudo para as agências que têm algum escritório nos países receptores.
 5. Os Programas combinaram várias fórmulas de financiamento. Em concreto, registraram-se casos financiados com contribuições dos países (os Programas de UNASUR, e a triangulação do Brasil com a OIT); outros foram apoiados com Fundos de Financiamento (o Fundo de Cooperação Internacional Brasil-FAO e o Fundo para a Cooperação Triangular Alemanha-Chile); um quinto Programa, administrado pela CAN, recorreu ao apoio externo, procedente da cooperação finlandesa; e o último, o Programa do Brasil apoiado por ONUSIDA e UNICEF, combinou as contribuições dos três parceiros com as chamadas novas contribuições externas.
 6. Por fim, metade dos Programas nasceram da réplica regional de casos de cooperação que tinham sido bem sucedidos no âmbito bilateral (Alemanha-Chile e Finlândia-Peru) e inclusivamente nacional (a experiência brasileira na implementação e gestão de políticas de alimentação na escola). Em qualquer dos casos, não obstante, todos os Programas foram reformulados de acordo com as necessidades específicas de cada um dos países receptores e inclusivamente adaptados às estratégias e planos nacionais. Também se orientaram para a resolução de problemas comuns que decidiram enfrentar-se a partir de uma ação regional. Uma revisão dos objetivos planeados a partir dos diferentes Programas ratifica a afirmação anterior. Mais especificamente, os Programas enfrentaram problemáticas regionais nos âmbitos da infância (nutrição e escolarização, por um lado; erradicação das piores formas de trabalho infantil, por outro); sistemas de saúde pública e resposta a doenças concretas como chagas e dengue e o Síndrome de Imunodeficiência Adquirida; a luta contra a pobreza através de uma melhor gestão da biodiversidade em territórios compartilhados como a Amazônia; a extensão de sistemas de medição de produtos e serviços para um melhor e maior intercâmbio comercial entre os países latino-americanos.

Tabela IV.4. Seleção de Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional (CHSSR), nas regiões andinas do Cone Sul. 2010

PROGRAMAS OU PROJETO DE CHSSR	QUADRO INSTITUCIONAL	ATORES E PAPEL		OBJETIVO	BREVE DESCRIÇÃO
		PRINCIPAIS COOPERANTES	OUTROS ATORES		
Projeto de Fortalecimento dos Programas Nacionais de Alimentação Escolar	Iniciativa <i>América Latina e Caribe Sem Fome 2025</i> – Fundo de Cooperação Internacional Brasil/FAO	Transferência técnica; Brasil; Supervisão e apoio a partir de Escritórios Regionais e Nacionais: FAO	Receptores ibero-americanos: Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Peru Outros receptores: Jamaica	Estabelecer uma nova visão da alimentação escolar, através de uma série de atividades que fortaleçam tanto o processo de institucionalização dos Programas de Alimentação Escolar como das Políticas de Segurança Alimentar relacionados com eles.	O Projeto tem duas linhas de trabalho: Linha 1, de Assessoria na implementação de Projetos educativos que liguem alimentação e nutrição; meio ambiente e aprendizagem; Linha 2 de Melhoria das políticas de produção e comercialização de alimentos para os Programas de Alimentação, através da compra direta da agricultura familiar. Para isso realizam-se cursos, assessorias, assistências técnicas; implementam-se pomares escolares...
Programa para a Cooperação Sul-Sul nas áreas da Segurança Social e Trabalho Infantil	Agenda Hemisférica de Trabalho Decente da OIT – Acordo complementar para a Cooperação Sul-Sul e Horizontal entre Brasil e a OIT	Transferência técnica e financiamento: Brasil; Transferência técnica e apoio logístico: OIT	Receptores ibero-americanos: Bolívia, Equador e Paraguai Outros receptores: Timor Oriental	Promover o trabalho decente; conseguir em 2015 a erradicação das piores formas de trabalho infantil; fortalecer a proteção social (aumento de 20% na cobertura entre os 2005 e 2015).	O Programa baseia-se no intercâmbio de experiências entre as instituições brasileiras e os seus contrapartes nos países. Os referidos intercâmbios realizam-se em estreito contacto com organizações de empregadores e de trabalhadores.
Programa Magnitude Força (ou de Melhoria de serviços meteorológicos)	Fundo para a Cooperação Triangular de Alemanha e Chile	Assistência técnica, formação e financiamento compartilhado: Chile e Alemanha.	Receptores ibero-americanos: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Panamá, Paraguai e Uruguai	Melhorar as capacidades dos serviços de metrologia dos países da região, especialmente no que diz respeito a produtos e serviços comercializados por Pequenas e Médias Empresas. A sua consecução afeta positivamente o intercâmbio comercial, que passa a adequar-se a normas de qualidade	O Programa nasce da réplica regional de um Projeto desenvolvido pela Alemanha no Chile. A Cooperação Técnica prestada serviu para dotar o Chile de uma rede de laboratórios de calibração e ensaio para a medição dos bens comercializáveis, assim como para formar os seus profissionais. Através do Programa, a Alemanha e o Chile prestam agora Assistência Técnica e intercambiam a sua experiência com os países receptores.
Programa <i>BioCAN</i> (ou de Biodiversidade nas Regiões Andino Amazônicas)	Programa Regional da Comunidade Andina de Nações (CAN) - Estratégia Regional de Biodiversidade para os Países do Trópico Andino (ERB)	Administração: CAN; Financiamento: Finlândia; Ofertantes: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru	Receptores ibero-americanos: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru	Melhorar a qualidade de vida dos países da CAN e em particular da população que reside na Amazônia, através de uma gestão sustentável da biodiversidade do seu território.	O Programa replica o BIODAMAZ, executado pela Finlândia na Amazônia Peruana. Adapta-se ao quadro da CAN (Estratégia Regional da Biodiversidade para os países do trópico andino e Agenda Ambiental Andina; assim como às Estratégias Nacionais dos países. Trabalha em torno de 4 componentes: Fortalecimento de capacidades para a gestão ambiental; Geração de um Sistema de Informação sobre Biodiversidade; Melhoria da planificação territorial; Incentivos à gestão sustentável dos recursos.
Programa do Instituto Sul-americano de Governo em Saúde (ISAGS)	União de Nações do Sul (UNASUR)	Todos os países membros de UNASUR são ofertantes e receptores. Ibero-americanos: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; Outros: Guiana e Suriname		Fortalecer la generación y consolidación de propuestas suramericanas en salud pública	Combina a colaboração para a identificação de problemas comuns e as suas respostas com a articulação de formações, workshops, assistências técnicas e assessorias sobre as referidas questões. Destacam o já realizado perante doenças como Chagas e Dengue.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; www.agci.cl e www.comunidadandina.org

Quadro IV.2. Programa Regional de Cooperação Técnica Horizontal em VIH-Sida

O Programa Nacional de VIH/SIDA do Brasil nasceu em meados dos anos oitenta. Baseado numa terapia inovadora que combinava as medidas de prevenção em grupos de risco com o tratamento através do fornecimento universal e gratuito de anti-retrovirais, o referido programa mostrou rapidamente a sua eficácia, tornando-se numa referência mundial.

Em reação a estas conquistas e a partir da década passada, o Brasil começou a acumular pedidos enviados por países em desenvolvimento que queriam conhecer a sua experiência, e, na medida do possível, reproduzi-la nas suas próprias realidades. Como resposta a esta procura, no ano de 2004, o Governo do Brasil decidiu unir esforços com a Agência das Nações Unidas especializada na prevenção, tratamento e cuidado a nível mundial da epidemia do VIH (ONUSIDA) e estabelecer em Brasília o Centro Internacional de Cooperação Técnica (CICT) em VIH/Sida. Este Centro (no qual hoje trabalham mais de 200 profissionais) articulou um Programa de Cooperação Técnica e Horizontal para fortalecer os Programas Nacionais de Luta contra a Sida dos países que o solicitaram. Os componentes deste Programa deveriam girar em torno de:

1. Formação (normalmente no próprio Brasil) de funcionários dos países parceiros;
2. Fornecimento gratuito de medicamentos anti-retrovirais (Brasil fabrica genéricos);
3. Envio de profissionais para apoiar ações nacionais de prevenção, tratamento e cuidados;
4. Prestação de assistência técnica e apoio logístico para aconselhamento e análises voluntárias;
5. Fornecimento de publicações relevantes para a formação do pessoal de saúde;

A UNUSIDA e mais recentemente também a UNICEF acompanharam o Brasil prestando apoio técnico e logístico no terreno, através dos seus escritórios locais e regionais. Também proporcionaram apoio financeiro, tanto através dos seus próprios fundos como dos seus apelos a outras agências das Nações Unidas para que realizassem contribuições.

Os países que solicitaram esta cooperação, formularam um Plano Inicial de acordo com as suas necessidades e prioridades concretas. Após uma exposição individual destes Planos, iniciou-se um trabalho conjunto. Em concreto, o Brasil e os solicitantes acordaram as necessidades a atender assim como os componentes do Programa de Cooperação que se executaria em cada um dos países, de acordo com o seu contexto e realidade nacional. Todos os contrapartes, por sua vez, comprometeram-se a fortalecer os seus Programas Nacionais de Luta contra a Sida assim como dar prioridade, dentro destes Programas, ao tratamento de crianças, adolescentes, mulheres grávidas e seus parceiros.

No ano de 2010, o Centro Internacional de Cooperação Técnica (CICT) estava a desenvolver o seu Programa de Cooperação em sete países: três latino-americanos (Bolívia, Nicarágua e Paraguai); quatro africanos e asiáticos, com o denominador comum de partilhar o português como língua oficial (Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor Leste, São Tomé e Príncipe). Após vários anos de execução, os bons resultados alcançados em alguns casos propiciaram cooperações posteriores entre estes mesmos países. Foi o que aconteceu com os receptores da América Latina que, no mesmo ano de 2010, registraram um intercâmbio de experiências, pois a Nicarágua partilhou com a Bolívia e com o Paraguai o seu protocolo clínico de abordagem ao VIH/SIDA, elaborado graças à cooperação procedente do Brasil.

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; ligante com a página digital do Ministério da Saúde do Brasil (<http://www.aids.gov.br/es/noticia/centro-internacional-de-cooperacion-tecnica-en-hiv/sida-cictsida-0>)

IV.2.4. Lições aprendidas

A maior precisão conceptual aplicada este ano à Cooperação Horizontal Sul-Sul regional, fruto das discussões mantidas no Workshop metodológico de março de 2011 em Lima (Peru) permitiu identificar melhor as atividades regionais que reuniam todos os componentes requeridos. Neste sentido de uma revisão dos casos finalmente estudados tiraram-se diversas aprendizagens. Em concreto e atendendo aos critérios em torno dos quais se formou a nova definição:

1. Os **Programas de Cooperação** consolidam-se como o instrumento através do que se identifica o que acontece no âmbito da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. A sua utilização não só torna homogêneo o conteúdo do que é relatado mas também permite avançar para uma primeira listagem de experiências, passo prévio para uma sistematização que permita inclusivamente uma medição em termos de “unidades”. Não obstante, nem tudo o que foi relatado pelos países foram Programas. Também se relataram Projetos, por vezes sem haver uma fronteira de divisão nítida entre ambos, o que sugere que se deve continuar a avançar para uma maior delimitação conceptual destes dois instrumentos.
2. Em todos os Programas participaram **um mínimo de três países em desenvolvimento**, cada um deles com papéis diferenciados. Em alguns casos, como no dos países Meso-americanos e ibero-americanos, as instâncias governamentais dos países foram os principais cooperantes. Em outras experiências, pelo seu lado, desempenharam também um papel importante governos de outras nações e incluindo agências inter-governamentais. Também se identificaram experiências nas quais participaram outros atores não governamentais, maioritariamente organizações pertencentes à sociedade civil.
3. O **enfoque regional** primou **tanto em termos de objetivos como de estratégia**. De fato, as problemáticas enfrentadas foram comuns a todos os países participantes. Além disso e em numerosas ocasiões, o carácter regional dos problemas no modo como os referidos Programas se adequaram tanto aos planos e estratégias nacionais como a outros acordos mais amplos nos quais, por consenso prévio dos países, se estabeleceram estas mesmas prioridades. Uma das consequências derivadas desta adequação foi o enorme grau de articulação registrado entre os Projetos, o Programa e os Planos ou Estratégias mais gerais.
4. A cooperação foi também **acordada e concebida de forma conjunta** por todas as partes. Neste sentido, pode afirmar-se que a participação de todos os atores nas diferentes fases dos Programas, desde a sua identificação até à sua formulação e execução, foi uma constante na Cooperação Horizontal Sul-Sul revista nesta seção.
5. Por último, os **Programas geraram-se sob um quadro de institucionalidade**, mais ou menos elaborado mas sempre presente. As maiores diferenças em termos desta característica afetaram a fórmula final sobre a qual se construiu a referida institucionalidade, a qual varia, pelo teor do que foi analisado, desde os programas bilaterais e triangulares de âmbito regional, até outros executados sob o chapéu dos esquemas de concertação.

IV.3. Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: o caso de Espanha

Na edição anterior deste Relatório, a análise da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional foi abordado, pela primeira vez, a partir de uma nova perspectiva: a que se relaciona com a importância que os fundos tradicionais de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) podem ter no fortalecimento desta outra modalidade de cooperação. Esta possibilidade ilustrou-se a partir do caso de Espanha. Neste sentido, realizou-se um exercício a partir do qual se identificava, entre o total dos fundos que Espanha destinou aos Organismos Regionais relacionados com a América Latina, aquela parte (em concreto e para 2009, cerca de 35 milhões de dólares) destinados explicitamente a apoiar projetos de caráter regional, horizontal e sul-sul (SEGIB, 2010).

Com a mesma lógica, a presente edição do Relatório revê o que aconteceu no ano de 2010 em torno da AOD que Espanha destinou aos seguintes organismos ibero-americanos (COMJIB, OEI, OIJ, OISS e SEGIB) assim como a outros sub-regionais (CAN, MERCOSUR e SICA). Os pormenores daqueles Programas e Projetos que, nos referidos quadros de concertação, reuniram os requisitos para serem considerados de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, são apresentados nas Tabelas IV.5. Estas Tabelas incluem também e para cada um dos mecanismos referidos, informação relativa a:

Na edição anterior deste Relatório, a análise da Cooperação Horizontal Sul-Sul foi abordada, pela primeira vez, a partir de uma nova perspectiva:

- O volume dos fundos recebidos a partir da cooperação espanhola destinados explicitamente ao fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional;
- Os quadros jurídicos e/ou institucionais nos quais os referidos fundos foram aprovados;
- Os mecanismos em torno dos quais se executou esta cooperação (entre outros: intercâmbios de experiências, assessorias, assistências técnicas, formações, coordenação de políticas inter-governamentais, réplica de boas práticas e apoio a políticas públicas).

Também, e como se deduz a partir da sua observação, o total das contribuições da AOD espanhola destinadas a este fim no ano de 2010 superou os 28 milhões de dólares: cerca 22.125.000 de dólares para o âmbito ibero-americano e cerca de 6.050.000 para outros organismos.

Com o objetivo de aprofundar um pouco mais, não só o destino específico desta AOD mas sim o modo como se articulou este tipo de cooperação, elaboraram-se, de forma complementar, as Tabelas IV.6. Ordenada novamente a informação relativa a cada um dos organismos regionais considerados, as tabelas resultantes (IV.6.A para os ibero-americanos e IV.6.B para o resto) referem-se agora ao modo como estes Programas e Projetos concretos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional foram identificados, negociados, formulados e finalmente financiados com o apoio da AOD espanhola. Neste sentido, a sua leitura mostra como o papel de Espanha não ficou limitado à transferência de fundos, mas que a sua contribuição financeira realizou-se sob um quadro de relações que garantiu por sua vez a participação, juntamente com o resto dos seus contrapartes, em cada uma das fases de execução da cooperação.

Tabela IV.5. Apoio de Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através do seu AOD. 2010
IV.5.A. Organismos Ibero-Americanos

ORGANISMO/ MECANISMO DE CONCERTAÇÃO REGIONAL RECEPTOR DOS FUNDOS	FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL			
	VOLUME DE FUNDOS (DÓLARES)	QUADRO DE APROVAÇÃO DOS FUNDOS	MECANISMOS DE FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL	LISTA DOS PLANOS/PROGRAMAS E PROJETOS APOIADOS COM OS REFERIDOS FUNDOS
Programas Ibero-americanos e Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)	14.490.881	Cúpula de Chefes de Estado e Governo; Comissão Mista; Memorando de Entendimento entre a SECI e a SEGIB (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio de experiências em políticas públicas • Coordenação de políticas inter-governamentais • Assistências Técnicas entre países • Formação de funcionários, técnicos e responsáveis políticos • Coordenação de políticas inter-governamentais 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa para a consolidação do Espaço Ibero-Americano de Conhecimento (EIC) • Programa para a Formação e Transferência Tecnológica em matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos • Projeto relacionado da União Ibero-Americana de Municipalistas (UIM) • Programa IBERMUSEOS • Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul • Centro de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) • Programa de Gestão Territorial - PROTERRITOS • Programa IBERPYME • Programa Cooperação Bibliotecas Públicas (PICBIB) • Programa Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) • Programa Ibero-Americano de Alfabetização (PIA) • Programa Ibero-Americano de Inovação
Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI)	6.667.701	Memorando de Entendimento AECID-OEI (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio de experiências em políticas públicas • Assistências Técnicas entre países • Formação de profissionais • Réplica de boas práticas • Cooperação institucional, fomento e fortalecimento das capacidades de formação 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Desenvolvimento e modernização da Educação Técnico Profissional na Ibero-América • Programa Ibero-Americano de "Apoio à Qualidade da Educação Básica" • Projeto ibero-americano de Inclusão Educativa • Programa Metas Educativas 2021 • Plano de Cooperação em matéria cultural • Programa de desenvolvimento do Centro de Altos Estudos Universitários-OEI • Programa de Cooperação científica para o desenvolvimento sustentável da Ibero-América. • Programa Ibero-Americano de Divulgação e Cultura Científica. • Programa Pablo Neruda de Mobilidade Acadêmica. • Programa para a consolidação do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC)
Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB)	782.892	Memorando de Entendimento entre MAEC e COMJIB (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Técnica entre países • Coordenação de políticas inter-governamentais • Intercâmbio de experiências em políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de cuidados à mulher vítima de violência de gênero na Bolívia • Programa de Harmonização da legislação contra o crime organizado • Simplificação da extradição • Convênio Ibero-Americano sobre a Utilização da Vídeo-conferência na Cooperação Jurídica entre Sistemas de Justiça • Programa de Reforma dos Sistemas Penitenciários. Componentes: Direitos Humanos; Gênero na prisão; Pulseiras eletrônicas • Programa Iberred • Observatório da Justiça
Organização Ibero-Americana da Segurança Social (OISS)	132.680		<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de políticas inter-governamentais 	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio Ibero-Americano de Segurança Social
Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ)	49.064		<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio de experiências em políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Ibero-Americano de Indicadores de Juventude - IBEROSTAT
Total Ibero-americanos	22.123.218	-	-	-

Tabela IV.5. Apoio de Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através do seu AOD. 2010

IV.5.B. Outros Organismos Sub-regionais

ORGANISMO/ MECANISMO DE CONCERTAÇÃO REGIONAL RECEPTOR DOS FUNDOS	FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL			
	VOLUME DE FUNDOS (DÓLARES)	QUADRO DE APROVAÇÃO DOS FUNDOS	MECANISMOS DE FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL	LISTA DOS PLANOS/PROGRAMAS E PROJETOS APOIADOS COM OS REFERIDOS FUNDOS
Sistema de Integração Econômica da América Central (SICA)	3.401.180	III Comissão Mista do Fundo Espanha-SICA	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de mecanismos negociação conjunta • Intercâmbio de experiências em políticas públicas • Fortalecimento políticas públicas • Assistências técnicas e Assessorias • Geração de capacidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de Melhoramento da Gestão e Informação Regional em Saúde • Projeto de Fortalecimento Institucional para a implementação do Plano Ambiental da Região da América Central • Plano de apoio aos diferentes componentes da estratégia de segurança da América Central e México: a. Cooperação jurídica; b. Fortalecimento e modernização das instituições policiais; c. Segurança turística; • Plano de apoio às estratégias regionais em agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar. Componentes: a. Fortalecimento Institucional; b. Apoio à execução da ECADERT; c. Programa Regional de Qualidade de Café; d. Projeto Corredor do Mangle
Comunidade Andina de Nações (CAN)	1.326.800	Memorando de Entendimento entre a SGCAN e a AECID (2006). Renovado em julho de 2010	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciam-se os Projetos e ações bilaterais (país a país), articulando e desenvolvendo ações que gerem valor e incidência regional 	<p>A Cooperação Espanhola, conjuntamente com a CAN, executa o Programa Regional Andino (PRA). Entre as atividades de 2010 destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio de experiências de Projetos trans-fronteiriços no tema de lixos sólidos. Ofertantes: Equador e Colômbia; Receptores: Bolívia e Peru; • Estágio de produtores de papa. Ofertante: Colômbia; Receptores: Bolívia e Peru; • Intercâmbio de experiências em segurança alimentar com populações indígenas. Ofertante: Peru; Receptores: Bolívia, Colômbia e Equador; • Projeto de Agricultura Familiar Agro-ecológica Campesina. Ofertante: Equador; Receptores: Bolívia, Colômbia e Peru; • Intercâmbio de experiências em estratégias para a superação da pobreza e desnutrição infantil. Ofertantes: Bolívia, Equador e Colômbia; Receptor: Peru; • Projeto Conta Satélite de Turismo (todos foram ofertantes e receptores); • Projeto de Análise da dinâmica de mudança de utilização da terra de [todos foram ofertantes e receptores]; • Aplicação dos instrumentos sócio laborais. Ofertante: Peru; Receptores: Bolívia, Colômbia e Equador; • Projeto de Apoio à Comunidade Andina na Área de Drogas Sintéticas. Ofertante: Peru; Receptores: Bolívia, Colômbia e Equador; • Projeto de Apoio à Coesão Econômica e Social na Comunidade Andina (todos foram ofertantes e receptores);
Mercado Comum do Sul (MERCOSUR)	1.326.800	Memorando de Entendimento MERCOSUR-AECID (2008). Projeto aprovado pelo Grupo Mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenho e instrumentalização de políticas públicas • Dotação de entradas, ferramentas e capacidades • Formação • Intercâmbio de experiências 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de promoção dos movimentos cooperativos do Cone Sul como instrumentos de inclusão social para a geração de trabalho digno • Projeto de integração produtiva setorial territorial no quadro do Observatório Permanente de Integração Produtiva do MERCOSUR • Fortalecimento da institucionalidade e a perspectiva de gênero no MERCOSUR • Projeto de implementação de um Sistema de Informação Ambiental para o MERCOSUR • Projeto de implementação de um Observatório MERCOSUR de Sistemas de Saúde
Total Outros	6.054.780	-	-	-

Nota: Os fundos aqui incluídos não se referem ao total das contribuições da Cooperação Espanhola para os Organismos Regionais referidos, mas apenas a parte das contribuições espanholas que se dirigiram em 2010 a Projetos e/ou Programas executados numa modalidade de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional **Fonte:** SEGIB a partir da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Tabela IV.6. Identificação, negociação, formulação e financiamento dos Programas de CHSSR apoiados pela AOD espanhola, segundo quadro de concertação

IV.6.A. Organismos Ibero-americanos

QUADRO DE CONCERTAÇÃO RECEPTOR DOS FUNDOS	RELATIVAMENTE AOS PROGRAMAS DE CHSSR APOIADOS COM OS FUNDOS ESPANHÓIS			
	<i>GÊNESE E IDENTIFICAÇÃO</i>	<i>NEGOCIAÇÃO</i>	<i>FORMULAÇÃO</i>	<i>FINANCIAMENTO</i>
Programas Ibero-americanos e Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)	<ul style="list-style-type: none"> Nascem de propostas dos Responsáveis de Cooperação, Reuniões Ministeriais ou outras instâncias; Na maioria das ocasiões, estas propostas transformam-se em Mandatos da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, onde se aprovam os Programas Ibero-Americanos 	Os Programas são negociados entre os países participantes através dos seus Comitês Inter-governamentais; mas as contribuições específicas da Cooperação espanhola procedem de Ministérios Setoriais que são parte, ou da Agência Espanhola de Cooperação	Os programas são formulados conjuntamente por todos os países membros do Programa, através da sua Secretaria Técnica	É financiado com as contribuições atribuídas a cada país membro
Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI)	Nascem da OEI e dos próprios países participantes	São negociados na Comissão Mista AECID-OEI	A formulação está a cargo da OEI e dos próprios países ibero-americanos que participam, por vezes em coordenação com os Ministérios de Educação desses mesmos países	É financiado com as contribuições do Fundo Espanha-OEI
Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB)	<p>Os Programas passam por várias fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> Por Mandato dos Ministros de Justiça, estabelecem-se as Linhas de Trabalho da COMJIB (“Aceso à justiça”, “Reforma dos Sistemas Penitenciários” e “Novas Tecnologias aplicadas à Administração da Justiça”, entre outras); Os países decidem a que Linha aderem Uma vez constituídas as Linhas, os países integrantes de cada um decidem qual os Programas que promovem 	<p>Os Programas são negociados entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os países participantes na Linha de Trabalho correspondente, estabelecendo eles mesmos os seus objetivos e bases; A COMJIB e os Ministérios de Justiça dos países membros 	Os programas baseiam-se numa formulação conjunta entre a COMJIB e os Ministérios de Justiça dos países participantes	É financiado com as contribuições do fundo AECID-COMJIB
Organização Ibero-Americana da Segurança Social (OISS)	Nasce a partir da decisão tomada na V Conferência de Ministros e Máximos Responsáveis de Segurança Social, celebrada no ano de 2005 em Segóvia (Espanha)	Os termos do Convênio foram negociados entre os países ibero-americanos com acompanhamento da OISS	A formulação recaiu sobre a OISS, em conjunto com os Ministérios de Segurança Social de todos os países participantes	É financiado com as contribuições do fundo AECID-OISS
Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ)	Nascem dos Mandatos das Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo	Participam os países ibero-americanos membros do Programa através das Reuniões de Ministros da Juventude	No caso concreto do Programa promovido em 2010, as decisões tomadas nas reuniões ministeriais foram desenvolvidas por um grupo de trabalho formado pela OIJ, CEPAL e UNFPA, conjuntamente com o México, Chile, Espanha e R. Dominicana	É financiado com as contribuições do fundo AECID-OIJ

Tabla IV.6. Identificação, negociação, formulação e financiamento dos Programas de CHSSR apoiados pela AOD espanhola, segundo quadro de concertação

IV.6.B. Outros Organismos Sub-regionais

QUADRO DE CONCERTAÇÃO RECEPTOR DOS FUNDOS	RELATIVAMENTE AOS PROGRAMAS DE CHSSR APOIADOS COM OS FUNDOS ESPANHÓIS			
	<i>GÊNESE E IDENTIFICAÇÃO</i>	<i>NEGOCIAÇÃO</i>	<i>FORMULAÇÃO</i>	<i>FINANCIAMENTO</i>
Sistema de Integração Econômica da América Central (SICA)	Os Programas e Projetos do ano 2010 nascem do processo de Avaliação do Fundo Espanha-SICA 2006-2009 e da Negociação do Fundo 2010-2013. Todos respondem, além disso, ao quadro estratégico e programático do próprio SICA, de acordo com o setor. Assim, a Cooperação de 2010, por exemplo, respondia a: <ul style="list-style-type: none"> • Agenda de Saúde para a América Central e República Dominicana do Conselho de Ministros de Saúde; • Plano Ambiental Regional III (PARCA) da Comissão da América Central do Meio Ambiente e Desenvolvimento; • Política da América Central de Gestão Integrada de riscos; • Estratégia de Segurança da América Central; • Estratégia da América Central de Desenvolvimento Rural Territorial 	<ul style="list-style-type: none"> • As negociações estabelecem-se com diferentes atores, dependendo do caso: Secretaria do Conselho de Ministros; Comissão de Segurança da América Central; Secretaria do Conselho Agro-pecuário da América Central, entre outros. • Inicia-se um processo de identificação, consulta e formulação conjunta entre o contraparte do SICA e a Cooperação Espanhola. • As prioridades identificadas são coerentes com os documentos de estratégia; • Conforme as mesmas, selecionam-se os apoios da Cooperação espanhola; • A negociação encerra-se em Comissão Mista entre ambas as partes. 	Identificam-se diferentes variantes, de acordo com o tipo de contraparte. Dois exemplos: <ul style="list-style-type: none"> • Caso da Secretaria Técnica do Conselho de Ministros. A formulação é realizada pela Secretaria a partir da seleção das prioridades definidas pelas estratégias do setor. Aplica-se em seguida um modelo comum de gestão por resultados, a partir da proposta da AECID; • Caso das Comissões setoriais. Celebra-se um workshop de identificação de prioridades; encomenda-se um rascunho de formulação a assessores externos; a Comissão aprova-o após várias reuniões de revisão e consulta. 	Todos os Projetos são financiados através do Fundo Espanha-SICA 2010-2013
CAN	O Programa Regional Andino AECID-CAN nasce após o II Plano Diretor 2005-2008, no qual se estabelece a conveniência de desenvolver um programa de Cooperação na área andina	Aproveitou-se a estrutura institucional existente: <ul style="list-style-type: none"> • A interlocução que já existia com os países andinos; • Os Programas Bilaterais que a Cooperação Espanhola mantinha com a Bolívia, Equador, Peru, e, sobretudo, com a Colômbia ("país de atenção focalizada"); • Dava-se num contexto de aumento dos fundos a organismos multilaterais. Neste contexto, considerou-se relevante solicitar estas ações num Programa de Cooperação que complementa o que já se realizava e que fortalecesse a visão da problemática de desenvolvimento sub-regional.	Contratou-se um especialista em formulação de Projetos. Esta contratação foi financiada com fundos do Programa de Cooperação AECID-CAN	Subvenção do Estado a um Organismos Internacional
MERCOSUR	Os Programas e Projetos nascem a partir dos diferentes contrapartes de MERCOSUR (Reunião Especializada da Mulher –REM-, de Cooperativas –RECM- ou sobre Agricultura Familiar –REAF-; Reuniões de Ministros –RM-; Grupo de Integração Produtiva –GIP-; e Subgrupos de Trabalho –SGT-, entre outros), a partir de propostas concretas: das suas Secretarias Técnicas, de membros da sociedade civil que fazem parte destas instâncias, ou de Ministérios de algum país membro.	Segue-se o processo seguinte: <ul style="list-style-type: none"> • Realizam-se encontros e workshops; • A partir dos seus resultados, definem-se os conteúdos e as prioridades do Projeto; • A versão final é aprovada pelo Grupo Mercado Comum (GMC) 	<ul style="list-style-type: none"> • Participam diferentes agentes do contraparte de MERCOSUR: representantes, técnicos/as governamentais, delegados das organizações da sociedade civil... • A formulação do Programa ou Projeto é encomendada a um especialista: por vezes os fundos para esta contratação são facilitados pelo Programa de Cooperação MERCOSUR-AECID; noutras ocasiões são os organismos governamentais dos países membros que pagam a esse especialista. 	Os Programas e Projetos são financiados no quadro do Programa MERCOSUR-AECID (2008-2011). Por vezes, a estes fundos juntam-se contribuições dos países membros ou de outros organismos (por exemplo, a Corporação Andina de Fomento –CAF-)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Relativamente ao anterior importa destacar o seguinte:

1. Existe todo um **marco institucional e jurídico** que regula a colaboração de Espanha com estes organismos regionais, tanto no que se refere à concessão de fundos como à sua participação em todas as fases de execução dos projetos. Neste sentido, a relação com os contrapartes instrumentalizou-se na maior parte das ocasiões, através da assinatura de Memorandos de Entendimento; a celebração de Comissões Mistas; o estabelecimento de Fundos de Cooperação entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e os organismos correspondentes; assim como a promoção e gestão de Programas Regionais.
2. Em quase todos os processos a **gênese e identificação** dos diferentes Programas e Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional apoiados a partir da AOD espanhola, identificam-se dois denominadores comuns:
 - a. As iniciativas concretas muitas vezes são a proposta dos organismos regionais, conforme o decidido em algumas das suas instâncias, como podem ser as reuniões dos Responsáveis de Cooperação ou as Reuniões Ministeriais, no caso dos ibero-americanos; as Comissões setoriais e os Conselhos de Ministros, para o SICAM os Grupos de Trabalho, as Reuniões Especializadas e inclusivamente Ministérios de países membros, no caso do MERCOSUR.
 - b. As propostas são geralmente elevadas a instâncias de decisão superior, onde são revistas e aprovadas. No caso ibero-americano, estas instâncias superiores são as Cúpulas dos Chefes de Estado e de Governo; em outros âmbitos como MERCOSUR; por exemplo, esse espaço é o Grupo Mercado Comum (GMC).
3. As **negociações** estabelecem-se entre a AECID e a instância correspondente do contraparte. Os resultados das referidas negociações estão duplamente delimitados. Os limites mais visíveis afetam as estratégias setoriais previamente fixadas por ambas as partes e recolhidos nos quadros institucionais e jurídicos que regulam a sua colaboração. Assim, por exemplo, os referidos quadros recolhem, por um lado, as linhas setoriais de apoio da cooperação espanhola e, por outro, as prioridades de atuação dos organismos.
4. A **formulação** dos Programas e dos Projetos finalmente acordados difere de acordo com o tipo de organismo:
 - a. No caso dos ibero-americanos, a formulação tende a realizar-se através de um trabalho conjunto entre os próprios organismos (ou Secretarias Técnicas dos Programas) e os países, através dos seus representantes (geralmente os Ministérios relacionados com o setor de atividade em questão).
 - b. Quando a formulação afeta o resto dos organismos regionais acontecem diferentes variantes, mas a tendência que mais se destaca comina duas fases de atuação: a primeira refere-se à fixação das linhas gerais e das grandes prioridades do Programa e recai em todos os participantes (que se reúnem e inclusivamente convocam Workshops de discussão); a segunda afeta a sua concretização técnicas e em várias ocasiões "externaliza-se" (quer dizer, encarrega-se a assessores ou especialistas externos financiados por Espanha, ou incluindo técnicos dos países membros).
5. Por fim, o **financiamento** repõe ao acordado em geral nas Comissões Mistas atendendo ao que está estabelecido nos quadro jurídicos e institucionais comuns. A principal fonte de recursos são geralmente os Fundos que a AECID estabelece para os referidos organismos, apesar de por vezes as contribuições poderem chegar por outra via, como os Ministérios espanhóis participantes ou as subvenções estatais para estes organismos.

NOTAS

- 1- Como se verá mais adiante, o Programa Meso-Americano (parte do Mecanismos Tuxtla, baseado na Cooperação Técnica entre México e a América Central) não deve confundir-se com o Projeto Meso-América (herdeiro do Plano Puebla Panamá e baseado na cooperação em infra-estruturas).
- 2- Em concreto, a página 2 da Declaração estabelece os seguintes propósitos: *“Analisar de forma periódica e sistemática os múltiplos assuntos regionais, hemisféricos e mundiais de interesse comum; concertar posições conjuntas perante os diversos fóruns multilaterais; avançar para o estabelecimento de uma zona de comércio livre; promover projetos econômicos conjuntos e acordar ações de cooperação regional, em todos os âmbitos, em apoio ao desenvolvimento sustentável da área”* (Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla, 1996).
- 3- Neste quadro, a cooperação colombiana começa a propor projetos de cooperação relacionados com: 1. O fortalecimento dos sistemas de focalização e/ou identificação de beneficiários de programas sociais (SISBEN); 2. Formações e apoio às autoridades responsáveis pela luta contra as drogas; 3. Um encontro de especialistas para a formulação de uma proposta de projeto para o estudo dos aquíferos trans-fronteiriços da América Central

CAPÍTULO V
SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS
DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL
E TRIANGULAR

V.1. Apresentação

A Linha de Ação número 5 do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) tem como objetivo promover a sistematização de experiências da Cooperação Sul-Sul Bilateral e Triangular entre países do espaço Ibero-americano. Apoiando esta sistematização, o Programa pretende contribuir para melhorar a capacidade dos seus países membros no que diz respeito a:

- A visibilidade da sua cooperação.
- A geração de memória institucional.
- A complementaridade dos processos quantitativos de registro de informação.
- A identificação de aprendizagens para futuras experiências.

O presente capítulo resume os avanços feitos até à data na referida Linha de ação:

- A definição de critérios comuns e de uma metodologia para sistematizar experiências;
- A sistematização de nove casos (sete de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e dois de Triangular); e
- As aprendizagens preliminares que se retiram da análise destes casos.

V.2. Critérios e metodologia e experiências sistematizadas

Durante o ano de 2010, a Unidade Técnica do Programa construiu doze critérios e uma metodologia para a sistematização de experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul bilateral e Triangular. Estes critérios foram definidos a partir das discussões e dos acordos prévios sobre as características deste tipo de cooperação entre os Responsáveis de Cooperação da Ibero-América. Também se organizaram de acordo com as diferentes fases dos projetos:

- Fase 1: identificação da cooperação;
- Fase 2: formulação e negociação;
- Fase 3: implementação do projeto;
- Fase 4: relativa aos resultados obtidos.

Os critérios relacionados com as três primeiras fases procuram refletir a horizontalidade nas relações. Os critérios da quarta fase esperam mostrar a sua eficácia. Para cada critério estabeleceu-se uma definição que permitia um entendimento comum. Tanto os critérios como as definições foram compartilhados com todos os países membros para os seus comentários, contribuições e retro-alimentação. É importante destacar que, ambos, são pontos de partida e não de chegada ao estarem em constante revisão e ajuste a partir das contribuições dos países e dos acordos entre os Responsáveis de Cooperação.

*Autoria principal: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (Patricia González, Gestora da Unidade Técnica e María Clara Sanín, consultora).

Tabela V.1. Critérios para sistematizar experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e Triangular

FASE	CRITÉRIO	DEFINIÇÃO
Identificação	Pedido do solicitantes perante uma necessidade estratégica	A cooperação técnica gera-se pelo pedido do país solicitante para responder a temas prioritários definidos no plano de desenvolvimento do país, leis ou outros documentos oficiais como planos setoriais, institucionais ou regionais.
	Capacidade do ofertante no tema	A experiência que compartilha o país ou os países ofertantes é considerada bem sucedida, e tem (têm) interesse e capacidade para a compartilhar.
Formulação e negociação	Horizontalidade na negociação	O país ou os países ofertantes e o solicitante estabelecem a cooperação de forma voluntária, sem exigir condições e/ou imposições políticas ou comerciais.
	Consenso na planificação	Os objetivos, atividades e recursos necessários para a cooperação são definidos por consenso entre todos os países e ficam formalizados num documento oficial.
	Adaptabilidade ao contexto	O país ou os países ofertantes consideram as particularidades do contexto e das instituições do solicitante ao planificar os mecanismos para compartilhar e adaptar a sua experiência.
Implementação	Responsabilidade compartilhada	Todos os países contribuem com recursos humanos, materiais e financeiros para cumprir os cronogramas e atividades estabelecidas. A cooperação não depende completamente de especialistas e/ou materiais do ou dos ofertantes nem gera dependência posterior.
	Economia	O custo de realizar a cooperação é inferior ao que custaria desenvolver essa capacidade no país solicitante por outro meio..
	Inovação	A experiência utiliza meios ou metodologias novas para compartilhar ou transferir as suas capacidades.
	Transparência	A informação sobre esta cooperação, incluindo os recursos investidos, está disponível ao público geral.
Resultados	Capacidade instalada e benefício mútuo	Os objetivos do projeto são alcançados, deixando capacidades instaladas no solicitante. A experiência deixa ao país ou países ofertante(s) aprendizagens valiosas para a sua instituição e para futuras experiências de cooperação.
	Sustentabilidade dos resultados	O país solicitante desenvolve mecanismos para garantir a continuidade no tempo dos resultados obtidos.
	Replicabilidade	O país solicitante é capaz, após a execução do projeto, de oferecer as suas novas capacidades a outros países que delas necessitem, ou de replicá-las no seu país.

Fonte: Reprodução da SEGIB (2010)

A metodologia de sistematização parte destes critérios e procura ser de fácil aplicação, baixo custo e combinar a perspectiva do ofertante e do solicitante. A informação recolhe-se em sessões de entrevistas com as pessoas relacionadas com a negociação e a implementação do projeto nos países participantes. O entrevistador utiliza um guia de perguntas orientadoras para cobrir as diferentes fases da experiência e os critérios associados a cada uma delas. Esta informação é complementada com a documentação disponível sobre o projeto.

Ao longo de 2010 a metodologia foi provada em dois casos pilotos¹. Em 2011 o Programa promoveu a sistematização de mais sete casos, cinco da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e dois de Cooperação Sul-Sul Triangular, cobrindo um total de nove experiências que envolvem quinze países membros do Programa². As experiências sistematizadas foram selecionadas entre os casos reportados pelos países como tendo sido bem sucedidas em anteriores versões deste Relatório, procurando a maior representação e cobertura dos membros do Programa. Uma condição para a sua sistematização foi que todas as partes envolvidas estiveram interessadas em fazê-lo.

Durante os processos de sistematização, o Programa relacionou profissionais das Unidades Técnicas de cooperação dos países participantes para que conhecessem a metodologia e contribuíssem para o processo de recolha de informação. O propósito era iniciar a transferência e adaptação da metodologia por parte dos países e que no futuro sejam eles quem realize as sistematizações.

V.3. Experiências sistematizadas

Em seguida apresenta-se um resumo de cada um dos casos sistematizados pelo Programa no ano de 2011. Os casos completos, com a sua respectiva análise para cada um dos critérios, estão disponíveis na página web do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (www.cooperacionsursur.org).

Os primeiros cinco casos expostos correspondem à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, os últimos correspondem aos casos de Cooperação Sul-Sul Triangular.

Tabela V.2. Casos sistematizados pelo Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). 2010 e 2011

	OFERTANTE	SOLICITANTE	PROJETO
COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL	COLÔMBIA	URUGUAI	Compartilhando mapas de cooperação entre Ação Social e o Escritório de Planificação e Orçamento do Uruguai*
	EL SALVADOR	GUATEMALA	Apoio à capacidade exportadora da mini, pequena e média empresa através do FOEX FONDEPRO*.
	ARGENTINA	BOLÍVIA	Apoio da Equipa Argentina de Antropologia Forense (EAAF) na identificação de vítimas do terrorismo de estado para a procura da verdade, da memória e da justiça.
	COLÔMBIA/ COSTA RICA	COLÔMBIA/ COSTA RICA	Colaboração empresarial para o intercâmbio de conhecimento e experiências tecnológicas relacionadas com a prestação de serviços públicos entre as Empresas Públicas de Medellín (EPM) e o Instituto Costa-riquenho de Eletricidade (ICE).
	CUBA	PANAMÁ E NICARÁGUA	Apoio na adaptação e implementação do método de alfabetização "Eu, sim posso".
	CHILE	BOLÍVIA	União dos hospitais pediátricos EL Niño de La Paz e Exequiel González Cortés de Santiago de Chile.
	MÉXICO	PANAMÁ	Fortalecimento da Aquicultura no Panamá mediante a produção de sementes de moluscos e cultivos no mar.
COOPERAÇÃO TRIANGULAR	ESPAÑA CHILE	PARAGUAI	Fortalecimento da gestão e do desenvolvimento das pessoas do setor público ao serviço da cidadania do Paraguai.
	MÉXICO ALEMANHA	REPÚBLICA DOMINICANA	Apoio à criação da Rede Giresol na República Dominicana para a promoção da gestão integral dos resíduos sólidos.

*Casos sistematizados em 2010. Fonte: PIFCSS a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.
Fonte: PIFCSS a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

V.3.1. Argentina e Bolívia: construindo capacidades para esclarecer a verdade

O Governo de Evo Morales fortaleceu o Conselho Interinstitucional para o Esclarecimento dos Desaparecimentos Forçados (CIEDEF) em cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo da Bolívia ao ratificar a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas e a Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contras os Desaparecimentos Forçados. Com isto propôs-se avançar nos processos de reconstrução da verdade e da justiça dos crimes políticos cometidos durante as ditaduras militares. Para tal fim iniciaram-se em 2006 trabalhos de exumação de vítimas. Porém, a Bolívia não contava com especialistas que garantissem a idoneidade deste processo e apresentara a referida evidência como especialista reconhecido nos tribunais por estes crimes.

Para garantir um processo devido, a Associação de Familiares de Detidos, Desaparecidos e Mártires pela Libertação Nacional (ASOFAMD) solicitou ao Governo da Bolívia que estas exumações fossem organizadas pelos peritos da Equipa Argentina de Antropologia Forense (AAF), organização não governamental com reconhecimento internacional pela sua aplicação das ciências forenses na investigação de violações dos Direitos Humanos. A partir desse pedido o Governo da Bolívia solicitou apoio urgente ao Ministério de Assuntos Exteriores da Argentina.

Para o Governo Argentino promover processos de memória, verdade, justiça e reparação no quadro dos Direitos Humanos é um eixo fundamental da sua política de Estado e da sua política exterior. O pedido boliviano respondia assim a duas prioridades da sua cooperação: Direitos Humanos e cooperação com países limítrofes. Nestas circunstâncias os Ministérios da Justiça de ambos os países assinaram um Memorando de Entendimento que permitiu ao Fundo Argentino de Cooperação Horizontal (FO-AR) co-financiar o apoio técnico à Bolívia. Este caso combina as prioridades de política exterior da Argentina, os recursos do FO-AR, o apoio logístico da Embaixada argentina na Bolívia e a perícia de uma organização da sociedade civil para dar resposta a um pedido de cooperação de um país vizinho.

A partir do apoio do EAAF no levantamento e análise de restos do Mausoléu de ASOFAMD, Bolívia solicitou novos apoios relacionados com restos da guerrilha de Teoponte e outros encontrados no edifício do Ministério do Governo. Além dos processos de exumação, análises dos restos e acompanhamento na entrega dos resultados aos familiares, os técnicos da EAAF apoiaram a Bolívia com a utilização dos seus laboratórios, assessoria para a investigação de fontes testemunhais de documentais, formação técnica ao Instituto de Investigações Forenses da Bolívia e deram legitimidade ao processo perante familiares das vítimas e tribunais internacionais.

Na última Comissão Mista assinada entre a Argentina e a Bolívia em 2011, este processo fortaleceu-se com um projeto de apoio técnico e formação por parte do EAAF ao pessoal do Instituto de Investigações Forenses da Bolívia. Desta forma, uma cooperação que se iniciou com um pedido de apoio técnico de urgência, foi-se transformando num processo de desenvolvimento de capacidades para consolidar uma equipa técnica local que enfrente o repto da identificação de vítimas e que sejam especialistas reconhecidos nos julgamentos correspondentes. Para o EAAF o trabalho na Bolívia permitiu apoiar o esclarecimento da verdade e ampliar o seu banco de informação genética para a identificação de pessoas desaparecidas durante as ditaduras na América Latina.

V.3.2. Colômbia e Costa Rica: inovando com cooperação entre empresas públicas

Os protagonistas deste caso são duas empresas públicas: as Empresas Públicas de Medellín (EPM) na Colômbia, um grupo formado por 44 empresas de prestação de serviços públicos, 24 das quais operam na América Central, Estados Unidos e Espanha; e o Instituto Costa-riquenho de Eletricidade (ICE) na Costa Rica, a empresa maior deste país. Ambas as empresas são líderes nas suas zonas de funcionamento, contam com importantes desenvolvimentos tecnológicos e pessoal altamente formado.

Em matéria de eletricidade têm especialidades que as distinguem e complementam. Por exemplo, o ICE enfrenta o repto da abertura energética no quadro da integração da América Central, com poucas capacidades do seu pessoal sobre mercado elétrico, enquanto que EPM continua a competir desde há quinze anos nesta matéria. Pelo seu lado, ICE é líder regional em energias alternativas como a biomassa e geotérmica, temas onde EPM ainda não tem desenvolvimentos profundos.

Perante a identificação desta e de outras áreas nas que podiam complementar o seu conhecimento (controlo interno, manutenção, sistemas de informação, projetos hidro-elétricos, gestão ambiental, gestão humana, etc.), ambas as empresas procuraram um acordo de cooperação para promover um intercâmbio bidirecional de capacidades. Este interesse responde a uma visão estratégica de aprofundar os seus vínculos que poderia de futuro ajudá-los a expandir a sua oferta de serviços na região da América Central.

EPM e ICE contam com escritórios consolidados de cooperação internacional que funcionam em estreita relação com as autoridades nacionais de cooperação. Estes escritórios recompilaram os pedidos das diferentes áreas das suas empresas e apresentaram-nos na Comissão Mista de Cooperação Técnica e Científica entre a Costa Rica e a Colômbia em fevereiro de 2009. Na Comissão aprovou-se o projeto, assim como o apoio financeiro do Fundo de Cooperação e Assistência Internacional da Colômbia (FOCAI) para o desenvolvimento das suas atividades.

O objetivo era que ambas as partes fossem tanto solicitantes como ofertantes nos temas em que expressaram interesse. As atividades desta cooperação foram principalmente visitas por pedido dos técnicos para conhecer na prática as estratégias e desenvolvimentos das diferentes unidades de negócios. Na Comissão Mista seguinte entre ambos os países em 2011, este projeto foi aprovado novamente para continuar com os intercâmbios.

Os técnicos que participaram nas atividades consideraram que o grande valor desta cooperação está no seu caráter bidirecional e no acesso a conhecimentos especializados que não existiam nas suas empresas. Para eles foi uma oportunidade privilegiada participara em diálogos transparentes entre pares para partilhar os pontos em que acertaram e os seus erros através de visitas no terreno. Nas visitas, os técnicos identificavam possibilidades de melhorias nas suas áreas, apesar de a decisão de as incorporar nas suas empresas depender dos seus chefes. Uma vez que se tratavam de organizações tão grandes, alguns diretores entendiam o valor destes intercâmbios no desenvolvimento da inovação e geração de poupança em formação e consultoria externa, mas outros não. Uma lição da implementação deste projeto é que os processos de aprendizagem bidirecionais geram valor nas empresas a um custo muito baixo, mas requerem apoio decidido das diretivas para serem estratégicos e não apenas espaços de diálogo entre técnicos.

V.3.3. Cuba e a aposta na erradicação do analfabetismo: “Eu, sim, posso” no Panamá e na Nicarágua

O método cubano de alfabetização “Eu, sim, posso” foi criado no ano de 2001 pela pedagoga Leonela Relys para apoiar a cooperação cubana em matéria de alfabetização. Este método procura alfabetizar as pessoas em sete semanas, mediante a associação do conhecido, dos números, com o desconhecido, as letras. As pessoas que querem aprender formam círculos de aprendizagem que são acompanhados por um facilitador que se encarrega de apoiar o processo de aprendizagem e acompanhá-los na utilização do material (livros e material rádio ou audiovisual). Os círculos de aprendizagem podem realizar-se em qualquer lugar sem necessidade de deslocamentos a centros educativos e os seus membros definem o lugar de encontro e os horários que mais se ajustam às suas atividades diárias. O método “Eu, sim, posso”, complementa-se com outros dois programas: “Já sei ler”, que procura consolidar a aprendizagem inicial e “Eu, sim, posso continuar” que permite aos participantes obter uma formação equivalente à educação básica.

A cooperação cubana neste método baseia-se no trabalho articulado com as organizações solicitantes para adaptar os materiais ao contexto social, cultural, institucional e econômico das comunidades a que chegará. Tanto os livros como o material de rádio e audiovisual são contextualizados entre as duas partes de acordo com os referentes locais. Posteriormente este material é validado com comunidades piloto, para passar ao seu processo de massificação. Os técnicos cubanos não realizam o processo de alfabetização, a sua contribuição consiste em transferir a metodologia aos nacionais e acompanhar a assessorar os formadores e facilitadores na implementação em campo, durante missões de dois anos.

Atualmente o Instituto Pedagógico Latino-americano e Caribenho (IPLAC), instituição do Ministério de Educação da República de Cuba, oferece cooperação neste método a 28 países da América Latina, África e Oceania. O exercício de sistematização realizou-se para o caso da Nicarágua e do Panamá. Ambos os países mostram resultados muito satisfatórios na sua implementação, mas esquemas diferentes na sua cooperação.

- No caso da Nicarágua, o método começou a implementar-se em 2002 por organizações civis e governos locais sandinistas, procurar diminuir os elevados índices de analfabetismo no país, sob o pensamento que a cultura torna o ser humano livre. A sua implementação iniciou em duas municipalidades, conseguindo em dois anos que 11 emissoras emitissem os programas gratuitamente. No ano de 2005, governos locais sandinistas assinaram convênios com o IPLAC e chegou ao país uma brigada de colaboradores cubanos para apoiar a apropriação do método e a contextualização do material.

Com a chegada à Presidência da Frente Sandinista de Libertação Nacional em 2007, este programa, que tinha surgido a partir das bases locais, é adotado como política pública e inicia-se a Campanha Nacional de Alfabetização “De Marti a Fidel” para erradicar o analfabetismo na Nicarágua. Para este fim, cria-se o Ministério da Educação (MINED) a Direção Geral de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DGAEJA) que implementam também “Eu já sei ler” e “Eu, sim, posso continuar” de forma articulada com base de voluntários em todo o país e com profissionais cubanos. Adicionalmente, o Governo da Nicarágua articulou este Programa com outras iniciativas no quadro do ALBA, somando recursos financeiros. Os técnicos na Nicarágua consideram que o trabalho com Cuba não é apenas cooperação técnica, mas também cooperação humana ao apoiar o fortalecimento da solidariedade na sua sociedade.

- No Panamá, o Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES) opera o Programa de alfabetização “Mexete pelo Panamá”, utilizando a metodologia e apoio técnico de Cuba, como parte da sua estratégia integral de luta contra a pobreza. Ao implementar os seus programas de subsídios às populações mais vulneráveis (idosos, famílias em situação de pobreza e pobreza extrema) o MIDES identificou um alto nível de analfabetismo entre os seus beneficiários e decidiu implementar o método cubano aproveitando a sua capacidade de chegar às comunidades e habitações das pessoas mais vulneráveis em todo o território do Panamá.

Em 2007 inicia-se a contextualização do método e um piloto em duas províncias. No ano de 2009 o Programa já estava nas nove províncias do país e as três comarcas indígenas, com o método contextualizado nas suas culturas e traduzido nas suas línguas. O programa funciona a partir da Direção Nacional de Alfabetização do MIDES composta por 230 pessoas, 16 coordenações regionais e uma rede de voluntariado de mais de 11.500 pessoas. Além disso conta com o apoio de uma coordenadora cubana e um grupo de técnicos cubanos que acompanham no campo os formadores. No Panamá o trabalho conjunto de voluntários, MIDES, governos locais, organizações comunitárias e inclusivamente artistas que apoiaram o processo de convocatória de voluntários e de contextualização do material permitiu a erradicação do analfabetismo nunca visto como uma conquista do país.

V.3.4. Cultivo de moluscos, um repto conjunto entre México e Panamá

Um dos reptos da aquicultura no Panamá é promover a diversificação de espécies de cultivo que nos torne menos dependentes do camarão. Neste caso procurava-se que o Panamá desenvolvesse a capacidade de cultivar e produzir moluscos como a cabeça de prego rosa, uma espécie com alta procura comercial, que desapareceu das costas do Panamá devida ao excesso de exploração.

O projeto foi acordado numa Comissão Mista entre o México e o Panamá em 1998, mas foi em 2001 que a Secretaria de Relações Exteriores do México (SRE) convocou o Centro de Investigações Biológicas do Noroeste (CIBNOR) para apoiar o Ministério de Desenvolvimento Agropecuário do Panamá neste aspeto. O CIBNOR é um centro de investigação que pertence ao Sistema de Centros Públicos no Estado da Baixa Califórnia Sul, reconhecido nacional e internacionalmente pelo seu trabalho em aquicultura e ecologia pesqueira e com cerca de cinquenta projetos de cooperação em curso.

A primeira fase de implementação do convênio estava focada na formação e transferência de metodologias para o cultivo de moluscos aos técnicos do Panamá. Este trabalho inicial permitiu a ambas as partes dimensionar os reptos que este desenvolvimento significava. A partir disto, formularam-se duas fases posteriores do projeto orientadas para que o CIBNOR acompanhasse os técnicos do Panamá do Ministério de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Panamá (posteriormente Autoridade de Recursos Aquáticos do Panamá – ARAP -) no desenvolvimento das capacidades necessárias para a produção de sementes de moluscos em laboratório, prospecção de sítios de cultivo, geração de trabalhos de colaboração com empresas privadas e cooperativas de pescadores e transferência deste conhecimento a universidade locais.

O desenvolvimento destes cultivos requereu processos de longo prazo para garantir os avanços científicos e investigativos. A continuidade e dedicação dos técnicos panamenhos, apesar das mudanças institucionais que aconteceram (passagem do tema aquífero do MIDA para uma nova instituição: o ARAP), foram determinantes para avançar no trabalho e para que o CIBNOR continuasse a apoiar o processo, inclusivamente por vezes sem os recursos necessários por parte do Governo do Panamá.

O CIBNOR contribuiu continuamente com assessoria científica do seu pessoal em visitas técnicas ou por meio telefônico, material biológico e apoio para algumas adequações de instalações. As jornadas de trabalho foram-se planejando de acordo com as necessidades que iam identificando durante o desenvolvimento do projeto. A vocação de ensino e curiosidade científica dos profissionais do CIBNOR foram uma constante fonte de conhecimento e motivação para os seus pares no Panamá, em processos que requerem prova e erro para obter resultados.

Os cerca de oito anos de trabalho constante entre os técnicos do ARAP e do CIBNOR conseguiram um interessante avanço científico no Panamá: conta-se com pessoal especializado no tema e metodologias para o cultivo de moluscos. Este conhecimento, que não existia anteriormente no país, está a ser incorporado na formação de aquicultura das universidades locais e aplicado ao desenvolvimento de projetos que procuram gerar opções produtivas nas comunidades de pescadores. Conseguir maiores avanços depende dos investimentos da ARAP nos seus laboratórios, a incorporação da produção no mercado e a capacidade de manter as alianças com as cooperativas de pescadores. Por este apoio, o CIBNOR recebeu um reconhecimento pela sua contribuição científica contra a pobreza e estabeleceu contatos para replicar esta prática em países como Cuba e Costa Rica.

V.3.5. União hospitalar chileno-boliviana: as crianças em primeiro lugar

Em agosto de 2008, no quadro do Memorando de Entendimento Mútuo entre os Ministérios da Saúde da Bolívia e do Chile, assinou-se um Convênio de União Hospitalar entre o Hospital del Niño de La Paz Dr. Ovidio Aliaga Uria e o Hospital Dr. Exequiel González Cortés de Santiago do Chile. O Convênio surgiu a partir do trabalho de voluntariado que a Mulheres Chilenas de La Paz realizavam no hospital boliviano conseguindo doações de medicamentos oncológicos. Nesse contexto, o Consulado do Chile em La Paz tramitou o referido pedido em reiteradas ocasiões ao Ministério da Saúde do Chile. Nesse quadro, ambos os ministérios da saúde procuraram passar de um apoio de doação para um apoio técnico e trabalharam na elaboração de um projeto para ser apresentado para financiamento à Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI).

As atividades de cooperação basearam-se no modelo de União Hospitalar em temas de gestão hospitalar que o hospital chileno havia desenvolvido durante mais de doze anos com um hospital francês. O início da união pediátrica chileno-boliviana em saúde começaram por intercâmbio de estadias dos diretores de ambos os hospitais para conhecer os processos e a sua cultura. Neste intercâmbio identificaram temas críticos nos quais poderiam intercambiar experiências e compartilhar conhecimento, o que mostraram num plano de trabalho a três anos.

No Hospital del Niño o trabalho de união permitiu melhorar os seus cuidados em áreas tão diversas como a gestão de: urgência, cuidados intensivos, queimados, hemodiálise, cirurgias não invasivas, vigilância epidemiológica, nutrição, laboratório, farmácia, enfermaria, desenho da nova sede do hospital, entre outros. Além disso, enviaram-se doentes para outro país para terem cuidados gratuitos e fizeram-se doações de equipamento médico e material didático. Por outro lado o hospital chileno teve a oportunidade de conhecer o modelo de cuidados com enfoque inter-cultural que se desenvolve no hospital boliviano.

O compromisso por parte dos diretores dos hospitais foi fundamental para o êxito desta cooperação. Os profissionais puderam dedicar tempo nos estágios, formações e assistências, num clima de transparência onde se compartilharam experiências bem sucedidas e também os erros e gerando vínculos de amizade e confiança entre o pessoal e um trabalho em rede que supera os acordos políticos entre os governos.

V.3.6. Paraguai: transformando a função pública com o apoio do Chile e de Espanha

Um dos eixos prioritários do Plano de Governo do Paraguai do Presidente Fernando Lugo (eleito em 2008) foi a modernização do Estado. Para enfrentar este repto solicitou cooperação à sua homóloga do Chile, Michelle Bachelet. Ambos os países realizaram uma mesa de trabalho de alto nível para definir os aspetos em que o Chile poderia contribuir a partir da sua experiência: o fortalecimento da função pública foi um dos temas prioritizados.

Paralelamente a este processo, o Chile estava a conceber com Espanha o seu Programa de Cooperação Triangular que incluía a criação de um fundo misto para a sua implementação. Perante o pedido de cooperação do Paraguai, a AGCI convidou o Escritório Técnico de Cooperação (OTC) no Chile da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) a unir-se a esta iniciativa. O propósito era conseguir somar ao projeto recursos financeiros e capacidades espanholas e ter uma oportunidade para colocar em prática os acordos de triangulação e contribuir para a construção das suas metodologias de trabalho conjunto.

Com a vinculação de Espanha ao projeto, técnicos espanhóis e chilenos viajaram para o Paraguai para acordar com a Secretaria da Função Pública do Paraguai (SFP) os objetivos específicos da cooperação. O processo de formulação foi uma construção a três mãos para acordar um projeto que respondesse às prioridades e possibilidades dos três países. O projeto estabeleceu o fortalecimento da gestão e desenvolvimento das pessoas do setor público ao serviço da cidadania do Paraguai mediante o apoio ao desenvolvimento do modelo de concursabilidade com visão de igualdade e inclusão e a formação de formadores na função pública, durante 27 meses. Apesar da planificação ter sido mais longa do que o previsto, esse tempo foi fundamental para gerar confiança e diálogo entre as três partes o que facilitou a posterior implementação do projeto.

Os recursos acordados para a implementação do projeto ascenderam a 401.345 euros (cerca de 520.000 USD). As contribuições do Chile (21%) e de Espanha (70%) foram administrados pela AGCI através do Fundo Misto Chile-Espanha, de acordo com os alinhamentos de contratação pública do Chile. Os gastos que se realizaram no Paraguai foram pagos através da Embaixada do Chile, procedimento que requer melhorias para agilizar os tempos.

A implementação do projeto iniciou no princípio de 2010. A SFP, a AGCI e a OTC coordenam e fazem seguimento técnico e político do projeto através de reuniões periódicas presenciais ou por tele-conferência. Adicionalmente, a Direção de Cooperação da SFP articula este trabalho com a sua estratégia institucional, e, com o apoio da Embaixada do Chile no Paraguai e da OTC no Paraguai, organiza os ciclos de formação de formadores e as visitas e assessoria técnica no Paraguai.

Pelo seu lado, a Direção Nacional do Serviço Civil do Chile (DNSC) dá apoio técnico sobre concursabilidade e a AGCI encarregou-se do processo de licitação pública para a contratação de uma entidade de alta excelência académica sobre função pública para desenvolver o componente de formação de formadores. A OTC no Chile cumpriu um importante papel de apoio metodológico no desenvolvimento do processo (construção participativa, enfoque de projeto, adaptação do técnico à visão de cooperação para o desenvolvimento). Além disso contribuiu com informação e apoio de uma especialista em temas de inclusão laboral na função pública.

Até à data esta cooperação facilitou o desenvolvimento de um modelo e um manual de concursabilidade aliado à macro política de Sistema de Carreira e um plano de igualdade e não discriminação na função pública, no processo de aprovação do Presidente. Além disso, formaram-se quarenta funcionários como formadores em

função pública. Contar com o apoio de Espanha e do Chile deu à SFP argumentos técnicos e políticos para defender os seus avanços institucionais. Para o Chile e Espanha este projeto permitiu-lhes avançar, a partir dos seus êxitos e erros, na construção das suas estratégias de triangulação.

V.3.7. República Dominicana, México e Alemanha: tecendo redes para gerir os resíduos sólidos

A Rede de Promotores Ambientais para a Prevenção e Gestão Integral dos Resíduos Sólidos (Rede Giresol) é uma iniciativa que surgiu no México em 2004 no quadro de um projeto de cooperação bilateral entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do México (SERMANAT) e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ). O objetivo da Rede é promover a gestão integral dos resíduos sólidos através do intercâmbio de experiências, geração de informação e formação de promotores ambientais nas comunidades.

Perante os resultados positivos da Rede, a Alemanha e o México decidiram apoiar terceiros países na sua implementação, como parte do acordo de cooperação triangular focado em imitar casos bem sucedidos da sua cooperação bilateral noutros países da América Latina. Em 2006 organizou-se um evento no México para apresentar a Rede a países da região e definiu-se a primeira experiência de triangulação com a Guatemala. No evento participou um técnico do hoje Ministério do Ambiente e Recursos Naturais da República Dominicana, que evidenciou o valor desta Rede para o seu país devido ao escasso desenvolvimento institucional neste tema.

Perante o pedido da República Dominicana para criar a sua Rede Giresol, a Secretaria de Relações Exteriores (SRE) do México e a GIZ no México acordam desenvolvê-la em conjunto e consultam a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do México (SEMARNAT) quanto à sua disponibilidade de técnicos para oferecer as formações. A partir disto, técnicos de ambos os países deslocaram-se até à República Dominicana para definir com o hoje Ministério do Ambiente os recursos com que cada um contribuiria e as instituições que deviam ser vinculadas para a sua implementação local. O projeto formulou-se formalizou-se em 2007 sobre a base do documento de triangulação previamente acordado com a Guatemala, com adequações ao contexto dominicano.

Estabelecer a Rede Giresol requeria formar um Comitê Coordenador Nacional (CCN) encarregado da sua coordenação e promoção e que articulasse as diferentes organizações vinculadas à gestão de resíduos sólidos. Na República Dominicana, esta rede formou-se pelo hoje Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais, a Comissão Nacional da Reforma do Estado, a Federação Dominicana de Municípios, e o hoje Vice-ministério de Cooperação Internacional. Para fortalecer a articulação inter-institucional destas entidades, a GIZ facilitou um workshop de planificação estratégica, onde os membros do CCN definiram a missão e objetivos da Rede e as funções de cada um na sua implementação. Este exercício foi chave para a apropriação da Rede por parte das instituições e técnicos dominicanos e para a construção de vínculos de confiança e complementaridade no seu trabalho.

Técnicos mexicanos formaram 37 dominicanos como promotores ambientais. Este processo contemplou três momentos que combinaram os temas de gestão integral de resíduos sólidos com aptidões para ser promotores. Uma segunda fase do projeto em 2009 formou instrutores dominicanos no México para que fossem eles os encarregados da formação de novos promotores, e atualizou os promotores da primeira geração. Os resultados positivos da primeira fase facilitaram o apoio econômico e político das instituições dominicanas, processo que não tinha sido fácil na primeira fase.

Os resultados da Rede foram fundamentais para incorporar o tema de gestão de resíduos sólidos na agenda política na República Dominicana. Para o México e para a Alemanha esta cooperação permitiu-lhes identificar fortalezas e debilidades da cooperação triangular, como melhorar a articulação das entidades técnicas dos dois países ofertantes para conseguir uma maior complementaridade e trabalho em equipa durante a implementação.

Tabela V.3. Resumo das aprendizagens, por critérios e casos

	CRITÉRIO	ALGUMAS APRENDIZAGENS DESTACADAS, POR CASO SISTEMATIZADO		
		ARGENTINA E BOLÍVIA DIREITOS HUMANOS	COLÔMBIA E COSTA RICA EMPRESAS PÚBLICAS	MÉXICO E PANAMÁ CULTIVO DE MOLUSCOS
IDENTIFICAÇÃO	Pedido do solicitante perante necessidade estratégica	O pedido de cooperação procurava aceder a conhecimentos técnicos, assim como contribuir com credibilidade aos processos.	O pedido de cooperação procurava uma relação bidirecional onde cada parte solicita e oferece em processos de aprendizagem mútua.	O pedido de cooperação procurava trabalhar temas nos quais não havia desenvolvimentos no país, mas existia potencial.
	Capacidade do ofertante no tema	A oferta de cooperação articulou a política de cooperação do país com a oferta de capacidades técnicas da sociedade civil.	A oferta de cooperação deu-se entre instituições com capacidades complementares para criar relações bidirecionais desde o início.	A oferta de cooperação através de centros de investigação permitiu combinar investigação, formação e assessoria.
FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO	Horizontalidade na negociação	A negociação de cooperação entre ministérios articulou necessidades e capacidades da sociedade civil.	A negociação da cooperação entre empresas requereu que fossem explícitos os interesses em participar para gerar confiança.	A negociação da cooperação considerou desde o início os técnicos que participariam nela para agilizar a sua implementação.
	Consenso na planificação	A planificação conjunta para o desenvolvimento de capacidades foi mais fácil após a cooperação prévia entre as partes.	A planificação conjunta requer passar da planificar atividades no nível técnico para passar a planejar resultados estratégicos na direção.	A planificação conjunta fortaleceu-se em cada nova fase do projeto pois havia um melhor entendimento mútuo das prioridades a trabalhar.
	Adaptabilidade ao contexto	A adaptação em cooperação de métodos científicos consistiu em responder aos contextos onde se aplicaram.	A adaptação na cooperação da aprendizagem bidirecional requer o compromisso diretivo para passar do conhecimento à aplicação.	A adaptação nos processos de investigação científica procurou vincular os resultados com melhorias na qualidade de vida da população local.
IMPLEMENTAÇÃO	Responsabilidade compartilhada	As responsabilidades de cada parte estavam bem definidas (no setorial e na cooperação) o que facilitou o seu cumprimento.	As responsabilidades de cada parte estavam bem definidas (no aspeto setorial e no aspeto da cooperação) o que facilitou o seu cumprimento.	A confiança e trabalho em equipa entre os técnicos de ambos os países facilitaram a implementação da cooperação.
	Economia	A cooperação permitiu uma poupança (não contabilizada) em formação científica e acesso a especialistas jurídicos.	A cooperação permitiu uma poupança (não contabilizada) no acesso ao conhecimento e melhoria de processos.	A cooperação permitiu uma poupança (não contabilizada) em formação científica dos seus técnicos e acompanhamento.
	Inovação	Esquemas de cooperação entre organizações da sociedade civil e ministérios em ambos os países.	Esquemas de cooperação entre empresas públicas baseados na aprendizagem mútua para ampliar o negócio.	Cooperar em desenvolvimentos científicos orientados para gerar opções produtivas em comunidades vulneráveis.
	Transparência	Visibilidade através de publicações do país e da organização ofertante.	A informação está disponível nos escritórios de cooperação, mas tem baixa difusão.	A informação está disponível nos escritórios de cooperação, mas tem baixa difusão.
RESULTADOS	Capacidade instalada e benefício mútuo	Os resultados satisfatórios permitiram ampliar o processo de acompanhamento e desenvolvimento de capacidades.	Ambas as empresas cumpriram as atividades e superaram as suas expectativas.	O caso permitiu ampliar o conhecimento científico aplicado à produtividade de ambos os países.
	Sustentabilidade dos resultados	O apoio técnico acompanhado de processos de formação permite deixar capacidades no país.	Depende da vontade das diretivas de incorporar o que foi aprendido.	O projeto mostrou resultados mas requer apoio orçamental do país para avançar.
	Replicabilidade	É possível mas requer primeiro fortalecer capacidades no país.	Sem uma opinião formada e este respeito.	Começaram por replicar o conhecimento nas universidades locais.

Tabela V.3. Resumo das aprendizagens, por critérios e casos (continuação)

	CRITÉRIO	APRENDIZAGENS DESTACADAS, POR CASO SISTEMATIZADO	
		CHILE E BOLÍVIA UNIÃO DE HOSPITAIS	CUBA, PANAMÁ E NICARÁGUA “EU, SIM, POSSO”
IDENTIFICAÇÃO	Pedido do solicitante perante necessidade estratégica	O pedido de cooperação procurava gerar processos contínuos de aprendizagem e intercâmbio de informação entre duas instituições semelhantes.	O pedido de cooperação surge do governo nacional, de governos locais ou de associações da sociedade civil para garantir o direito à educação.
	Capacidade do ofertante no tema	A oferta de cooperação deu-se entre instituições com desafios semelhantes em contextos diferentes.	A oferta de cooperação é um método de alfabetização concebido para ser difundido através da cooperação.
FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO	Horizontalidade na negociação	A negociação de união requereu assegurar o compromisso diretivo para garantir tempo do pessoal para o seu desenvolvimento.	A negociação de um programa de cooperação que se realizou com mais de vinte países tem bem definidos os requisitos, independentemente do parceiro ser um governo nacional, local ou uma organização da sociedade civil.
	Consenso na planificação	A planificação conjunta dá-se com cada novo interesse de uma parte para definir como avançar nos aspetos práticos.	A planificação conjunta do plano de implementação do método é chave para definir a cooperação.
	Adaptabilidade ao contexto	A adaptação em cooperação de aprendizagem bidirecional requer o compromisso diretivo para passar do conhecimento à aplicação.	A chave do método é a adaptação à realidade de cada país.
IMPLEMENTAÇÃO	Responsabilidade partilhada	O pessoal de ambos os hospitais está comprometido em partilhar o seu conhecimento e procurar meios para o fazer em cada novo tema que se identifica.	Um programa de cooperação com ampla experiência que tem bem definidas as contribuições e os apoios que se oferecem e as responsabilidades do solicitante.
	Economia	A cooperação permitiu uma poupança (não contabilizada) no acesso ao conhecimento e melhoria de processos.	A cooperação permitiu uma poupança (não contabilizada) ao conseguir cobrir mais população e prazos menos nos processos de alfabetização.
	Inovação	A cooperação permitiu a transferência de doentes para aproveitar as capacidades do outro hospital.	Desenvolver um programa de alfabetização altamente efetivo, concebido para ser aplicado em esquemas de cooperação
	Transparência	A informação está disponível nos escritórios de cooperação, mas tem baixa difusão.	Os três países têm documentação pública extensa sobre os programas.
RESULTADOS	Capacidade instalada e benefício mútuo	Continuou o intercâmbio e aprendizagem que se aprofunda na medida em que se identificam novos aspetos a trabalhar juntos.	Os resultados esperados foram alcançados, incluindo que o Programa se transforme em política pública.
	Sustentabilidade dos resultados	O compromisso dos diretores somado à utilidade dos resultados assegura a sua sustentabilidade.	Resultados massivos em pouco tempo e a baixo custo, somado com o envolvimento dos governos nacionais, regionais, locais e da sociedade fazem com que seja considerado um sucesso do país e não só de um governo.
	Replicabilidade	Da parte da Bolívia vê-se o desafio de influenciar na política de saúde do país a partir do que aprendeu no projeto.	É um projeto bandeira cubano, vem da replicabilidade no país.

Tabla V.3. Resumo das aprendizagens, por critérios e casos (continuação)

	CRITÉRIO	APRENDIZAGENS DESTACADAS, POR CASO SISTEMATIZADO	
		PARAGUAI, CHILE E ESPANHA FUNÇÃO PÚBLICA	REPÚBLICA DOMINICANA, MÉXICO E ALEMANHA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
IDENTIFICAÇÃO	Pedido do solicitante perante necessidade estratégica	O pedido de cooperação procurava dar resposta a uma agenda de cooperação Sul-Sul acordada ao mais alto nível para acompanhar o desenvolvimento do Plano de Governo.	O pedido de cooperação procurava dar resposta a um pedido que tem origem numa reunião técnica sobre a gestão de resíduos sólidos.
	Capacidade do ofertante no tema	A oferta de cooperação combinou as capacidades setoriais com o interesse de promover a cooperação triangular.	A oferta de cooperação procurava replicar uma cooperação prévia da Alemanha com o México, através de cooperação triangular.
FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO	Horizontalidade na negociação	A negociação da cooperação deu-se em diferentes espaços: um Sul-Sul para definir prioridades, outro entre os ofertantes para definir a triangulação e outro entre os três países para acordar o projeto.	A negociação da cooperação teve dois espaços: um entre os ofertantes sobre os seus interesses e modelo de triangulação; e outro com o solicitante para acordar o projeto.
	Consenso na planificação	A planificação conjunta, com tempo adequado e visitas prévias para as partes se conhecerem permitiu construir confiança e precisar os alcances do projeto.	A planificação conjunta baseou-se na adaptação de um acordo prévio desta mesma cooperação triangular com outro país.
	Adaptabilidade ao contexto	A adaptação e contextualização no Paraguai foi um pedido explícito no documento do projeto.	A adaptação em cooperação focada em replicar um programa consistiu em fazer as adaptações ao contexto por parte das instituições locais, o que além disso permitiu que sentissem o programa como seu.
IMPLEMENTAÇÃO	Responsabilidade compartilhada	Contar com papéis diferenciados e articulados para cada ator que participa numa cooperação triangular é fundamental para não gerar duplicidades ou conflitos.	A cooperação triangular requer uma boa articulação entre as instituições de cooperação e técnicas de três países para evitar conflitos entre as partes.
	Economia	A cooperação permitiu uma poupança (não contabilizada) ao dar credibilidade a um processo fácil de mudança no país.	A cooperação permitiu uma poupança (não contabilizada) no acesso ao conhecimento e na construção de redes colaborativas de trabalho inter-institucional no país.
	Inovação	Administrar os recursos da triangulação num Fundo Misto e utilizar a Embaixada no terceiro país para realizar pagamentos.	Contar com um componente do projeto focado em formar em como ser multiplicador de conhecimento.
	Transparência	O projeto contempla um processo de avaliação ao seu financiamento.	A cooperação foi sistematizada pela GIZ.
RESULTADOS	Capacidade instalada e benefício mútuo	O projeto ainda está em execução. Até à data avançou nos recursos planeados e gerou um valioso conhecimento a partir da prática sobre cooperação triangular.	Os resultados propostos foram alcançados e deixou aprendizagens aos ofertantes para fortalecer no futuro a coordenação e diálogo entre as partes envolvidas.
	Sustentabilidade dos resultados	Existe a normatividade e quadro institucional no Paraguai necessário para a sua sustentabilidade.	O projeto ajudou a mostrar resultados e colocar o tema na agenda política, mas requer um quadro normativo e orçamental.
	Replicabilidade	Ainda não se terminou a implementação.	Consideram que primeiro é mais importante fortalecer os processos no país.

Fonte: PIFCSS a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação, assim como o resto das fontes entrevistadas

Tabela V.4. Resumo das aprendizagens dos casos, por critérios

	CRITÉRIO	ALGUMAS APRENDIZAGENS DESTACADAS DOS CASOS SISTEMATIZADOS
IDENTIFICAÇÃO	Pedido do solicitante perante necessidade estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • O pedido dos países foca-se em complementar um programa ou projeto específico com as capacidades de outro país. • Este pedido pode vir da parte dos técnicos, ou da parte dos políticos: ambos os casos podem ser bem sucedidos, mas tomam caminhos diferentes. • Os países solicitam dois tipos de cooperação técnica. a) apoio na adaptação de um programa bem sucedido de outro país; b) assessoria na formulação dos seus programas a partir da experiência do outro país. • Os eventos setoriais da região são espaços onde surgem frequentemente pedidos de cooperação técnica.
	Capacidade do ofertante no tema	<ul style="list-style-type: none"> • Os ofertantes dão principalmente cooperação a países que são prioritários na sua política exterior. • Em alguns casos os país já ofereceram cooperação nos temas específicos do pedido e contam com um plano de orientação tanto para as suas próprias instituições, como para o solicitante. • Quando os países se envolvem em projetos de cooperação triangular, têm dois interesses: compartilhar a experiência setorial e fortalecer as suas ferramentas e procedimentos neste tipo de cooperação.
FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO	Horizontalidade na negociação	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum dos projetos teve condicionamentos, para além de contribuir com os recursos e cumprir as atividades estabelecidas na formulação. • A negociação baseou-se na definição do valor agregado do país ofertante aos planos estratégicos do solicitante.
	Consenso na planificação	<ul style="list-style-type: none"> • Destinar tempo para gerar processos participativos de planificação e formulação facilita a implementação e gera confiança entre as partes. • Os documentos de formulação tem o desafio de serem instrumentos que facilitem a implementação e seguimento dos projetos.
	Adaptabilidade ao contexto	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a experiência em campo antes da cooperação permite compreender a magnitude dos processos de adaptação. • Os processos de formulação são apropriados, apesar de não serem suficientes, para definir os mecanismos de adaptabilidade das experiências.
IMPLEMENTAÇÃO	Responsabilidade compartilhada	<ul style="list-style-type: none"> • A implementação dos projetos recai principalmente sobre os técnicos solicitantes com o apoio técnico dos ofertantes. • Conseguir vínculos de confiança, respeito e credibilidade entre os técnicos setoriais é um fator chave para promover a implementação. • Fazer Cooperação Horizontal requer não só conhecimentos setoriais como aptidões para apoiar o desenvolvimento de capacidades.
	Economia	<ul style="list-style-type: none"> • O valor do conhecimento é um custo invisível desta cooperação; não considera as poupanças que gera no país solicitante em: reduzir consultorias externas, gerar competências que não existiam no país, reduzir tempos de aprendizagem e contar com atores reconhecidos que legitimam as transformações em curso. • Não se registra em nenhum documento o valor que gerou no país solicitante a cooperação. • A Cooperação Sul-Sul Bilateral pode contar com recursos de outros países ou organismos para o desenvolvimento de alguma das suas atividades, sem que por isso as partes o considerem um projeto de triangulação.
	Inovação	<ul style="list-style-type: none"> • As novas tecnologias são mecanismos chave para implementar a CSS, mas têm baixa visibilidade nos documentos e relatórios dos projetos.
	Transparência	<ul style="list-style-type: none"> • A informação dos projetos está nos escritórios das organizações participantes, em poucos casos está disponível ao público ou está disponível apenas informação descritiva do projeto.
RESULTADOS	Capacidade instalada e benefício mútuo	<ul style="list-style-type: none"> • O valor da Cooperação Horizontal está em ter acesso ao conhecimento e a ferramentas inovadoras de trabalho que permita aos países encurtar tempos e reduzir custos nos processos de mudança institucional. • Cada projeto de Cooperação Horizontal deixa novas aprendizagens sobre a gestão da cooperação, mas estes conhecimentos não se sistematizam. • As experiências servem para gerar ou promover iniciativas mais ambiciosas. • A Cooperação Horizontal fortalece redes de trabalho e de confiança entre as partes envolvidas.
	Sustentabilidade dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Os riscos de sustentabilidade são diversos mas podem-se prever nos processos de formulação.
	Replicabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Os países solicitantes consideram que replicar o aprendido nos seus países é um grande desafio, e por agora preferem concentrar-se em consolidar este processo e não replicá-lo noutros países.

Fonte: PIFCSS a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

V.4. Algumas aprendizagens a partir dos casos

Os casos sistematizados até à data deixam aprendizagens valiosas para a gestão da cooperação. Em seguida apresenta-se um primeiro inventário destes ordenados nas fases de identificação, negociação e formulação, implementação e resultados. Encontra-se um resumo dos mesmos nas Tabelas V.3 e V.4.

V.4.1. Identificação

Nos casos sistematizados pode identificar-se uma tendência geral: todos tiveram origem num pedido do país solicitante para dar resposta a necessidades estratégicas quer sejam setoriais, nacionais ou regionais. O pedido foi dirigido especificamente ao país ofertante devido à sua experiência nos temas em questão.

Além disso, os casos sistematizados deixam alguma lições interessantes para futuras experiências:

- **A motivação inicial para participar em projetos de Cooperação Horizontal pode surgir do nível técnico ou do nível político; ambos os casos podem ser bem sucedidos.** Entre os casos sistematizados identificou-se uma diferença entre os identificados e promovidos a partir do nível técnico setorial do país solicitante e aqueles acordados pelos mais altos níveis políticos. Nos últimos, o compromisso político gerou o apoio suficiente para que os técnicos setoriais desenvolvessem a cooperação, e inclusivamente foi um incentivo para eles ver reconhecido o seu trabalho pelo nível político. Os casos promovidos a partir do nível técnico setorial necessitam de ganhar o apoio de quem toma as decisões, mas a dedicação dos técnicos permitiu mostrar resultados concretos que facilitaram elevar estes temas à agenda política.
- **Os pedidos de cooperação dividiram-se entre adaptar um programa ou modelo que mostrou ser útil noutro país e pedir um acompanhamento e assessoria em processos de alterações institucionais.** Nos casos sistematizados evidenciaram-se ambos os tipos, assim como o caso de pedidos de adaptação de um programa a acompanhamentos institucionais.
- **Os eventos setoriais são espaços privilegiados para identificar possíveis experiências de cooperação.** Em quatro dos casos sistematizados, a cooperação teve origem quando o pessoal do país solicitante conhecia a experiência de outros países em eventos setoriais. Estes espaços permitiram contactar especialistas temáticos que conhecem as necessidades dos seus países e podem identificar experiências que se adaptam aos seus contextos.
- **A cooperação dos países ofertantes orienta-se para países prioritários na sua política exterior.** Os países ofertantes entrevistados concordam que a sua prioridade de cooperação são os países da América Latina, em linha com a sua política exterior.
- **Os casos de cooperação triangular combinam dois interesses: um setorial por conseguir uma melhoria específica, e um metodológico por avançar em modelos conjuntos de triangulação.** Nestes casos existe um interesse tanto da parte do solicitante como da parte do ofertante pelo setorial e a intenção dos dois países ofertantes em melhorar as suas estratégias de triangulação.

V.4.2. Formulação e negociação

Os projetos sistematizados apoiam ou complementam a implementação de uma estratégia nacional, regional ou setorial do país solicitante. Estes procuram na cooperação apoios ou complementos para os seus processos ou necessidades institucionais. Neste sentido, a negociação e formulação dos casos sistematizados foram processos de trabalho conjunto nos quais as partes procuraram identificar como o país ofertante poderia trazer valor às estratégias do país solicitante.

Estes processos deixam reflexões interessantes:

- **Destinar tempo para gerar processos participativos de planificação e formulação é um investimento em facilitar a implementação e adaptabilidade das experiências e em gerar relações de confiança entre as partes.** Os casos mostram que os processos de formulação requerem tempo para assegurar que as atividades e recursos estabelecidos nesta etapa sejam adequados à dimensão do apoio solicitado e as partes vinculadas sintam o projeto como seu.
- **Conhecer a experiência em campo antes da cooperação permite identificar a sua relevância e os objetivos específicos, assim como entender a magnitude dos processos de adaptação.** Um primeiro passo que vários países realizaram para a planificação dos projetos foi uma visita prévia para conhecer as experiências. Em alguns casos, os ofertantes visitaram as instituições que solicitavam a cooperação, noutros, os solicitantes conheceram a experiência no país ofertante. Isto ajudou a que os técnicos setoriais reconhecessem o projeto como próprio e não como importado ou imposto.
- **Os documentos de formulação têm o repto de ser instrumentos que facilitem a implementação e seguimento dos projetos.** Na maioria dos casos sistematizados os documentos de formulação não refletem a dimensão dos recursos e atividades que implicou a sua implementação ou dos resultados que se alcançaram.
- **Os processos de formulação são apropriados, apesar de não serem suficientes, para definir os mecanismos de adaptabilidade das experiências.** Todos os atores planearam que os processos de formulação contemplassem reflexões sobre a adaptabilidade dos projetos, mas foi durante a implementação que se evidenciou a magnitude deste repto. Os desafios da adaptabilidade implicaram mais tempo e recursos humanos do que o que estava estabelecido na formulação. Por isso, concordam que a adaptabilidade deve considerar-se como um critério transversal a todo este processo.

V.4.3. Implementação

A implementação dos projetos é tão diversa como os temas e atores envolvidos. Do processo de sistematização dos casos retiram-se algumas reflexões:

- **A implementação dos projetos recai principalmente sobre os técnicos dos países solicitantes com o acompanhamento ou apoio técnico dos técnicos ofertantes.** Isto não significa que os técnicos dos países ofertantes tenham pouca importância na implementação. Quanto maior for o compromisso institucional e pessoal dos técnicos que solicitaram o projeto, maior será a procura de apoio que façam durante a implementação ao país solicitante e vice-versa.

-
- **Conseguir obter vínculos de confiança, respeito, credibilidade entre os técnicos setoriais dos países é um fator chave para promover a implementação da cooperação.** Apesar da cooperação ser um compromisso institucional, as qualidades das pessoas envolvidas nos projetos são chaves para o seu êxito. A capacidade de entrega e entusiasmo dos técnicos setoriais pela iniciativa marcaram a diferença ao fazer um balanço dos resultados obtidos. Identificar líderes para a implementação dos apoios técnicos foi um fator de êxito na implementação.
 - **O valor do conhecimento é um custo invisível da Cooperação Horizontal:** As pessoas entrevistadas estão conscientes da falta de relação entre os custos que se estabelecem no projeto e o valor do trabalho desenvolvido. Concordam que a valorização desta cooperação deveria considerar a poupança que gera em acesso ao conhecimento ao: a) diminuir a contratação de consultorias externas para conceber programas ou resolver problemas; b) gerar competências que não existiam no país e que exigiriam a formação dos técnicos no exterior; c) reduzir os tempos de aprendizagem ao aprender a partir dos processos e dos erros de outros países; d) contar com atores externos reconhecidos que legitimam as transformações em curso. Reconhecem que não se registraram nos relatórios ou nos documentos de seguimento do projeto estes aspectos, o que dificultou identificar o valor da cooperação.
 - **A Cooperação Sul-Sul Bilateral pode contar com recursos de outros países ou organismos que permitam o desenvolvimento de alguma das suas atividades, sem que por isso as partes o considerem um projeto de triangulação.** Algumas atividades no quadro da CSS foram cobertas com recursos de outros cooperantes que apoiavam o solicitante nessa mesma estratégia. Como estes recursos se centraram em cobrir custos de atividades e não incluíram um processo conjunto de reflexão e acordos entre as partes, não consideram que se tenha transformado num projeto triangular.
 - **As novas tecnologias são mecanismos chave para implementar a Cooperação Horizontal, mas têm baixa visibilidade nos documentos e relatórios dos projetos.** A maioria dos apoios técnicos que ficam registrados na formulação dos projetos são estágios, visitas técnicas ou processos de formação. Isto indicia que a Cooperação Horizontal se realiza basicamente nestes espaços. No entanto, destas atividades surgem novas consultas ou perguntas entre os técnicos que são respondidas por correio eletrónico e telefone. Grande parte do valor dos projetos que os técnicos setoriais identificaram foi esta oportunidade de ter canais permanentes de consulta e diálogo. Estes dois tempos, recurso humano e resultados não contabilizaram dentro da planificação ou relatórios do projeto.
 - **Fazer Cooperação Horizontal requer não só ter conhecimentos técnicos sobre o tema da cooperação, mas também aptidões para apoiar o desenvolvimento das capacidades nos outros países.** Apesar das entidades que oferecem a cooperação serem especialistas nos temas setoriais específicos, muitos dos técnicos envolvidos para realizar a cooperação não participaram em processos de cooperação ou não têm tempo nas suas instituições para preparar os materiais e metodologias que utilizarão na cooperação.
 - **O acesso público à informação pormenorizada sobre os projetos continua a ser um déficit da Cooperação Horizontal.** A informação dos projetos está nos escritórios das organizações participantes, em poucos casos está disponível ao público ou não está.

V.4.4. Resultados

As instituições participantes nos casos sistematizados consideraram que alcançaram os resultados planejados nos processos de formulação dos projetos. Além disso, identificam outros resultados de grande valor para os países que não estão a ser registrados nos documentos ou relatórios dos projetos.

- **O valor da Cooperação Horizontal consiste em ter acesso a conhecimento especializado e a ferramentas inovadoras de trabalho que permite aos países poupar tempo e reduzir custos nos processos de mudanças institucionais.** Para além do cumprimento das atividades e objetivos propostos, os países vêem neste ponto o real valor da Cooperação Horizontal.
- **Cada projeto de Cooperação Horizontal deixa novas aprendizagens sobre a gestão da cooperação, mas estes conhecimentos não se sistematizam.** Tanto os países ofertantes como os solicitantes da Cooperação Horizontal concordam com a ideia de que a experiência lhes deixou valiosas aprendizagens para futuras cooperações. No entanto, não os sistematizam nem geram espaços de retro-alimentação entre as partes envolvidas que permitam futuras réplicas.
- **As experiências servem para geral ou promover iniciativas mais ambiciosas.** O fortalecimento de redes e a geração de confiança facilita novas iniciativas orientadas para uma relação estratégica de benefício mútuo.
- **A Cooperação Horizontal fortalece redes de trabalho e confiança entre as partes envolvidas.** Estas redes facilitam que os intercâmbios se prolonguem no tempo e ampliem o planeado no projeto. Além disso, geram relações de amizade entre pessoas de diferentes países, o que é altamente valorizado pelos técnicos.
- **Os riscos de sustentabilidade são diversos mas não se podem prever.** Os casos sistematizados mostraram que cada contexto traz consigo riscos diferentes para a sustentabilidade dos projetos. Estes podem estar relacionados com o quadro jurídico, as mudanças de governo, a rotação de funcionários, a disponibilidade orçamental, entre outros. Por isso, durante a fase de formulação é importante identificar estes riscos para construir estratégias para os enfrentar.

V.5. Reptos para o futuro

Para o Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul o avanço nesta linha de trabalho permitiu trazer às unidades técnicas de cooperação dos seus países membros uma metodologia de sistematização de fácil aplicação e compreensão e identificar pontos relevantes de trabalho futuro. Até agora a sistematização de experiências não é uma prática frequente nos países, ou realiza-se unicamente a partir da visão de um dos participantes. A ferramenta mostrou que o trabalho de sistematização conjunto permite identificar com maior clareza as lições e desafios dos projetos para cada uma das partes e para cada uma das suas fases.

O grande repto que temos pela frente é promover a apropriação do exercício de sistematização nos processos de cooperação das Unidades Técnicas de Cooperação. Para esse fim o PIFCCS realizará no mês de novembro de 2011 um workshop na cidade de Bogotá com representantes de todos os países membros com o objetivo de que:

-
- As Unidades Técnicas de Cooperação dos países membros do Programa tenham pessoal formado em sistematização de experiências e possam adaptar a metodologia aos seus sistemas de gestão de Cooperação Horizontal.
 - Os resultados da sistematização dos nove casos sejam debatidos entre todos os membros para identificar lições concretas que permitam melhorar a sua gestão da Cooperação Horizontal e propor ao Programa temas que requeiram ser aprofundados de acordo com as suas linhas de trabalho.

Espera-se que este trabalho, somado ao apoio do Programa durante o próximo ano, permita aos países contar com mecanismos próprios e constantes para sistematizar e identificar lições num trabalho conjunto com os seus parceiros de cooperação. Isto permitirá melhorar o acesso à informação sobre como se está a realizar a cooperação no espaço ibero-americano, e aos países melhorar os seus mecanismos de gestão do conhecimento, que se repercutam numa melhor gestão da cooperação.

NOTAS

- 1- Para a descrição completa da metodologia e destes dois casos, ver capítulo V do Relatório 2010
- 2- A metodologia foi concebida para sistematizar projetos e não ações de Cooperação.

CAPÍTULO VI
A IBERO-AMÉRICA NA AJUDA OFICIAL
AO DESENVOLVIMENTO (AOD)
MUNDIAL

VI.1. Introdução

O presente capítulo analisa a evolução dos fluxos de Ajuda oficial ao Desenvolvimento (AOD) em que participaram os países da Ibero-América durante o biênio 2009-2010. Contextualizado no quadro da década iniciada no ano 2000, trata-se de um biênio muito marcado pela aproximação da data em que deveriam ter alcançado os ODM (2015), assim como pela crise econômica internacional e pela resposta de ajuste fiscal dada pelos principais doadores. Dentro deste quadro de análise, o capítulo estrutura-se da forma seguinte:

1. Em primeiro lugar realiza-se uma comparação das evoluções mantidas ao longo do referido decênio por dois fluxos mundiais de AOD: o dirigido ao conjunto dos países em desenvolvimento e o destinado aos países ibero-americanos que se classificam como receptores. Este exercício é acompanhado ainda pela divisão da AOD destinada à região, em função do peso mantido tanto pelos receptores como pelos doadores.
2. Em segundo lugar estudam-se os fluxos de AOD que tiveram lugar nos países membros da comunidade ibero-americana: em concreto e por importância em volume relativo, desde Espanha, Portugal e Andorra até aos 19 países da América Latina.

Também e como aconteceu em edições anteriores, utilizam-se duas fontes de dados: os estatísticos e os relatórios emitidos pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e as declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação dos países membros da Conferência.

VI.2. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) destinada à Ibero-América

A partir do ano 2000, a cooperação internacional foi marcada por duas questões: a possibilidade efetiva de conseguir, para o ano de 2015, as metas estabelecidas em torno aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); e a evolução dos esforços financeiros que a partir dos doadores devem realizar-se para acompanhar a sua consecução. A Tabela VI.1 apresenta os principais eventos regionais e internacionais em que, ao longo desta última década, se abordou a relação entre os ODM e o Financiamento ao Desenvolvimento. Como se observa, os debates em torno a ambas as temáticas giraram sobre uma série de preocupações:

- O lento avanço na consecução dos resultados esperados, especialmente nas regiões mais desfavorecidas, como em África;
- O modo como a concentração dos esforços financeiros para os Países Menos Adiantados (PMA) e de Rendimentos Baixo (PRB) afetou o apoio que a partir da Cooperação Internacional se possa prestar aos processos de desenvolvimento dos Países de Rendimento Médio (PRM); um impacto especialmente importante para o caso da América Latina, ao tratar-se da região do mundo que concentra o maior número de PRM;

Tabela VI.1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Financiamento ao Desenvolvimento. 2000-2010

Ano	Evento	Âmbito	Contribuições
2000 (09)	Cúpula de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Através da Declaração do Milênio os países comprometem-se a trabalhar para a consecução em 2015 de 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): 1. Erradicação da pobreza extrema e da fome; 2. Educação universal; 3. Igualdade entre gêneros; 4. Redução da mortalidade infantil; 5. Melhoria da saúde materna; 6. Combate ao VIH/SIDA; 7. Sustentabilidade do meio ambiente; 8. Fomentar uma associação mundial. No quadro deste último destaca o propósito de atender às necessidades dos países mais desfavorecidos, assim como o pedido para lhes outorgar mais e melhor ajuda.
2002 (03)	I Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento. Monterrey (México)	Multilateral/ Bilateral	Os doadores tradicionais assumem compromissos financeiros para com os ODM: em concreto, o aumento da AOD para 0,7% do seu PIB; assim como a sua concentração nos Países menos Adiantados (PMA) e de Rendimentos Baixos (PRB).
2003 (05)	XVI Reunião de Diretores de Cooperação Internacional da América Latina e Caribe. Cidade do Panamá (Panamá)	Regional inter-governamental (SELA)	Dedicada ao relacionamento entre "Financiamento ao Desenvolvimento e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)", insta a ratificar a importância dos ODM, assim como o compromisso da região com o seu cumprimento. Pede a otimização do emprego dos seus recursos provenientes da cooperação internacional.
2005 (07)	Cúpula do Grupo dos 8 (G8). Gleneagles (Canadá)	Multilateral/G8	Discute a forma de acelerar o avanço para os ODM, especialmente em África, onde os objetivos de 2015 estão longe de ser alcançados. Conforme esta preocupação, acorda-se para o período 2005-2010 duplicar a ajuda. De fato e de acordo com a própria OCDE, os países acordam aumentar a ajuda global em 50.000 milhões de dólares, dos quais, pelo menos 25.000, sejam destinados a África.
2005 (09)	Reunião Plenária de Alto Nível do 60º Período de Sessões da Assembleia Geral	Multilateral (Nações Unidas)	A Declaração final estabelece o compromisso firme e inequívoco de todos os Governos, tanto dos países doadores como dos países em desenvolvimento, de realizar os ODM para 2015. Estima que entre 2005 e 2010, é necessário uma contribuição de mais 50.000 milhões de dólares anuais para lutar contra a pobreza.
2007 (03)	Conferência Inter-governamental sobre Países de Rendimentos Médios (PRM). Madrid (Espanha)	Multilateral/ Bilateral (Nações Unidas/ Espanha)	Num contexto de deslocação dos PRM como receptores da ajuda perante a atenção prioritária que o sistema internacional outorga aos países menos desenvolvidos, abordam-se opções de resposta aos problemas que estes países enfrentam.
2007 (09)	II Conferência Inter-governamental sobre Países de Rendimento Médio. São Salvador (El Salvador)	Multilateral/ Bilateral (Nações Unidas/ El Salvador)	Aposta-se em avançar na consecução dos ODM e em contar para tal com um fortalecimento do apoio aos PRM, entre outras vias através do desenvolvimento de novas e inovadoras modalidades de cooperação ao desenvolvimento.
2008 (09)	Reunião de Alto Nível. Secretaria Geral das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Reunião realizada entre Governos, fundações, empresas e sociedade civil em torno ao apelo para reduzir a pobreza, a fome e a doença para o ano de 2015. Estabelecem-se novos compromissos para satisfazer os ODM, estimados em torno aos 16.000 milhões de dólares.
2008 (12)	Conferência internacional de seguimento dos compromissos da Cúpula de Monterrey (Qatar)	Multilateral	Reafirmam-se os Consensos de Monterrey e reflete-se sobre os riscos que a recente crise econômica e financeira internacional pode gerar sobre a consecução dos ODM. Ainda assim, tendo em conta as dificuldades que os doadores tradicionais enfrentam para liberar um maior volume de fundos, insta-se estes países a redobrar os seus esforços em prol de aumentar os seus fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).
2009 (07)	Reunião do G5 e G8. L'Aquila (Itália)	Multilateral (G5 e G8)	Reunião no quadro do Processo de Diálogo de Heiligendamm. Abordam-se algumas questões relativas à Cooperação para o Desenvolvimento. Destaca-se que, apesar dos tempos de crise econômica, deve manter-se uma aposta em continuar a melhorar a qualidade e eficácia da Cooperação Norte-Sul.
2010 (06/07)	Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (ECOSOC). Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Reflete sobre a relação entre Cooperação, Objetivos do Milênio (ODM), Transparência da Ajuda e Fortalecimento de novas formas de cooperação.
2010 (09)	Evento de Alto Nível sobre os Objetivos do Milênio. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	A Cúpula Mundial de 2010 revê o estado em que se encontram os Objetivos do Milênio (ODM). Assume progressos mas considera-os insuficientes. Assim, conclui com a aprovação do plano de ação mundial "Cumprir a promessa: unidos para conseguir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" e anuncia uma série de iniciativas para lutar contra a pobreza, a fome e as doenças.

Fonte: Elaboração própria a partir da SEGIB (2008, 2009 e 2010); e das páginas digitais seguintes (<http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/> e <http://www.g8.gov.uk/>).

- O reiterado compromisso por parte dos principais doadores e em diferentes fóruns (Monterrey, Gleneagles, Doha, L'Aquila e em várias ocasiões Nova Iorque, nos respectivos quadros da OCDE, o G5, G8 e as Nações Unidas) de comprometer-se financeiramente com as Metas de 2015. Isto apesar do contexto internacional de uma crise econômica mundial que desde 2008 e tal como refere o Banco Mundial (2009, p.1) "coloca em grave risco os progressos conseguidos com tanto esforço para promover o crescimento econômico e avançar nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio".

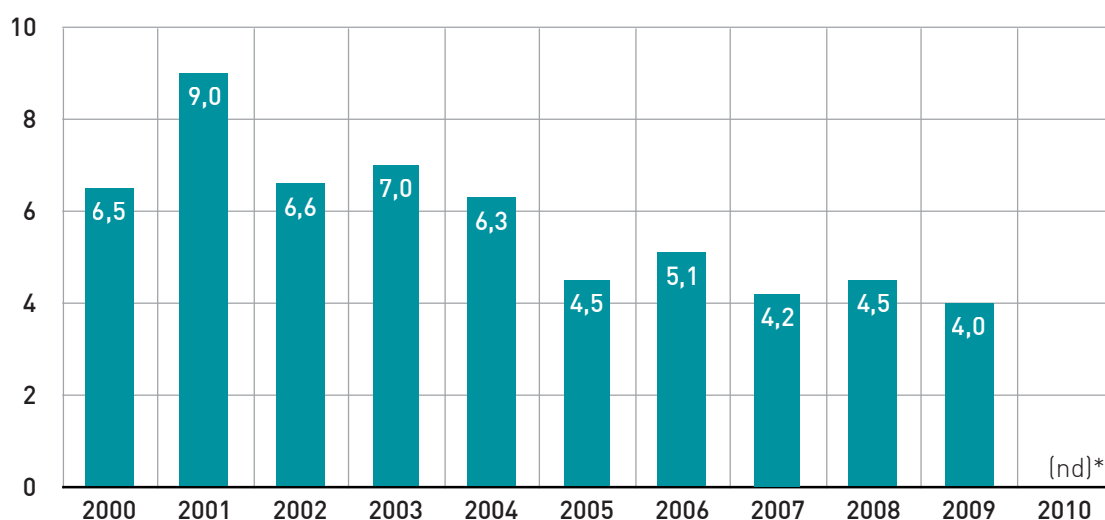
Gráfico VI.1. AOD líquida destinada a países ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2010

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

VI.1.A. Comparação tendências



VI.1.B. Participação da Ibero-américa na AOD mundial



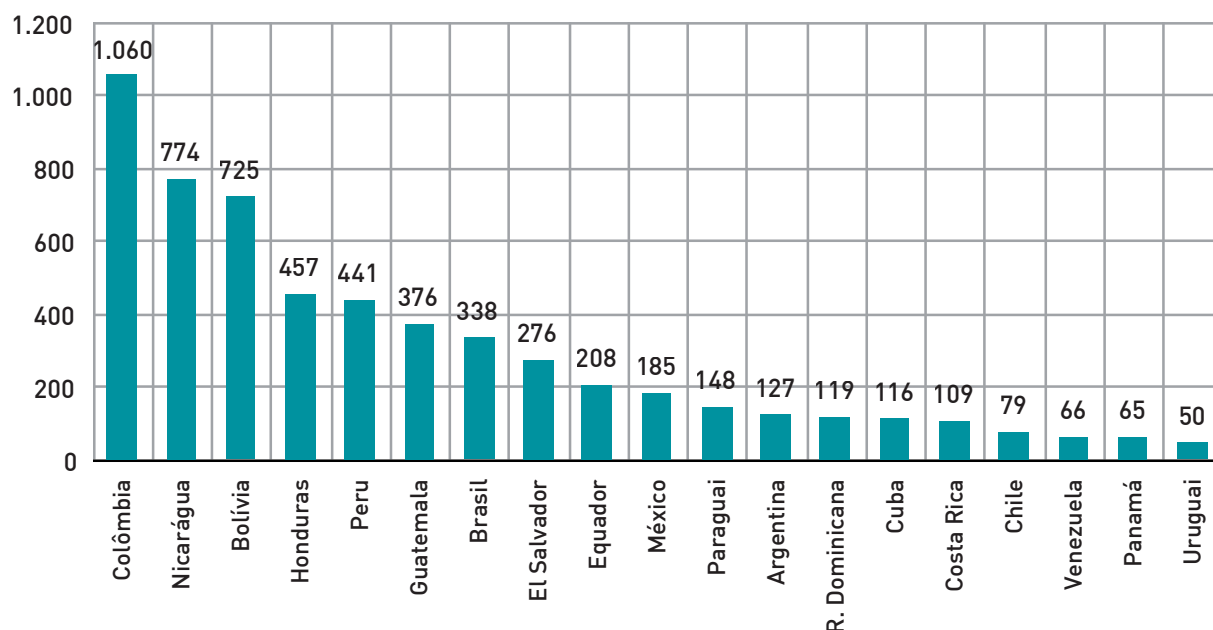
Nota*: Não se dispõe de dados relativos a AOD mundial destinada aos países ibero-americanos, nem a sua participação sobre o total destinado aos países em desenvolvimento. O único dado de que se dispõe para 2010 extrai-se do último Relatório do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. Trata-se de uma informação preliminar e refere-se exclusivamente à AOD dada pelos doadores que são por sua vez membros do CAD, quer seja de modo bilateral ou através das agências multilaterais de desenvolvimento. O valor não inclui as contribuições dos doadores no CAD. **Fonte:** SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Neste sentido, na linha superior do Gráfico VI.1.A apresenta-se a evolução da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial destinada aos países em desenvolvimento entre os anos 2000 e 2010. Tal como se observa, o crescimento mais intenso destes fundos estende-se até ao ano de 2008. Com efeito, o aumento médio de cerca de 13% ano, permitiu aumentar os fluxos totais de assistência desde os quase 50.000 milhões de dólares do ano 2000 para os cerca de 127 milhões de 2008. Durante o biênio seguinte, a taxa de crescimento foi de apenas 0,6%, pelo que a AOD mundial registrou um valor apenas pouco superior aos 127.500 milhões. Para o ano de 2010, situam o valor total da AOD mundial em torno dos 128.700 milhões de dólares¹. Apesar deste último dado poder finalmente ser superior, é certo que a crise econômica registrada pelos principais doadores não se traduziu, de momento, numa redução abrupta dos fluxos mundiais de AOD, apesar da sua paragem e do final do seu intenso crescimento.

Por outro lado, a linha inferior do mesmo Gráfico VI.1.A refere-se à AOD mundial destinada aos países ibero-americanos classificados como receptores. Da sua observação deduz-se que aconteceu um crescimento significativamente inferior dos fundos dirigidos à região (de 9,4% de média anual entre os anos de 2000 e 200 e de um negativo 1,6% no biênio seguinte, em relação aos 13% e 0,6% dos fluxos mundiais). Também e coincidindo com a crise, os anos 2008 e 2009 (último para o qual existem dados disponíveis) registraram uma tendência de paragem dos fundos em torno dos 5.750 milhões de dólares. Fruto destas dinâmicas, confirma-se tal como se apresenta no Gráfico VI.1.B, a progressiva deslocação da América Latina como receptora de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (a partir de um peso sobre o total mundial de cerca de 6,5% para 4,5% em 2009).

Gráfico VI.2. Distribuição do total da AOD à região, por receptor. 2009

Em milhões de dólares

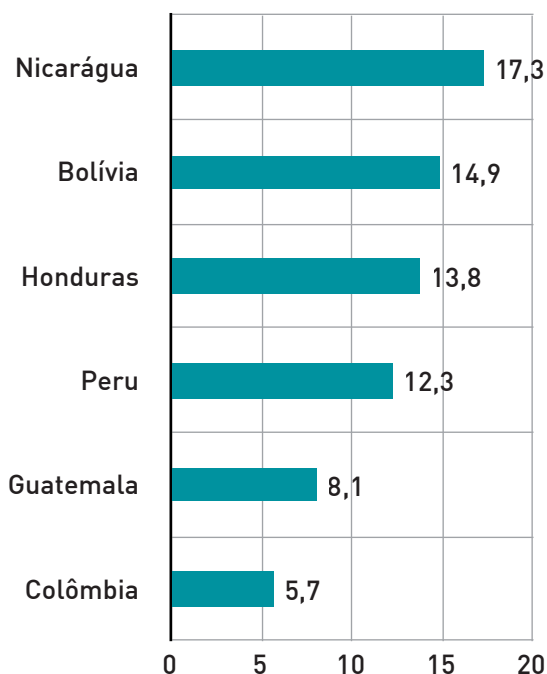


Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

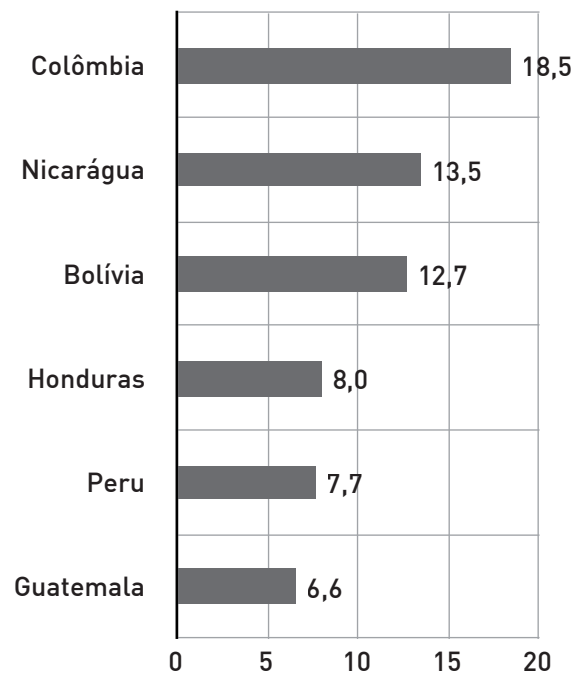
Gráfico VI.3. Evolução da AOD mundial destinada aos principais receptores. 2000-2009

Em milhões de dólares

VI.3.A. 2000



VI.3.B. 2009



Nota: Selecionaram-se os países que nos anos 2000 e 2009 registraram os 5 maiores volumes de AOD.

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

No que se refere à distribuição da AOD por receptores, o Gráfico VI.2 mostra, tal e como sucedia em anos anteriores, uma maior concentração de fundos nas sub-regiões andina e da América Central. Com efeito, praticamente 45% da Ajuda destinada à América Latina no ano de 2009 teve como principais receptores a Colômbia (o único país que superou a barreira dos 1.000 milhões de dólares) e a Nicarágua e o Peru (cerca dos 750 milhões, para cada um dos casos). Outros 30% tiveram como destino final, por um lado, as Honduras, Peru e Guatemala (que estiveram entre os 475 e os 350 milhões de dólares); e, por outro lado, El Salvador e Equador (277 e 209 milhões de dólares, respectivamente). Dentro destas margens de valores, também destacaram outros países: Brasil, que recebeu cerca de 340 milhões de dólares (quase 6% do total destinado à região); Paraguai e México (148 e 185 milhões). O resto dos países, de maior a menor peso relativo, não registraram, em nenhum dos casos, participações sobre o total da AOD destinada à América Latina superiores a 2,5% (Argentina, R. Dominicana, Cuba, Costa Rica, Chile, Venezuela, Panamá e Uruguai).

Como se observa por sua vez no Gráfico VI.3 e ainda em termos de receptores, entre os anos 2000 e 2009 não se registraram alterações muito significativas, pois em ambas as datas os 6 primeiros lugares foram ocupados pelos mesmos países: Colômbia, Bolívia e Peru, por um lado; Nicarágua, Honduras e Guatemala, por outro. A diferença mais significativa reside, no entanto, no papel desempenhado pela Colômbia, que nestes dez anos registrou a taxa de crescimento mais elevada da região (de cerca de 29,5% de média anual, mais de 20 pontos percentuais acima da média regional, de cerca de 8,1%); o que lhe permitiu mais que quintuplicar o fluxo de ajuda recebida (desde os 185 aos 1.060 milhões de dólares) e passar de registrar o sexto peso relativo mais importante para o primeiro.

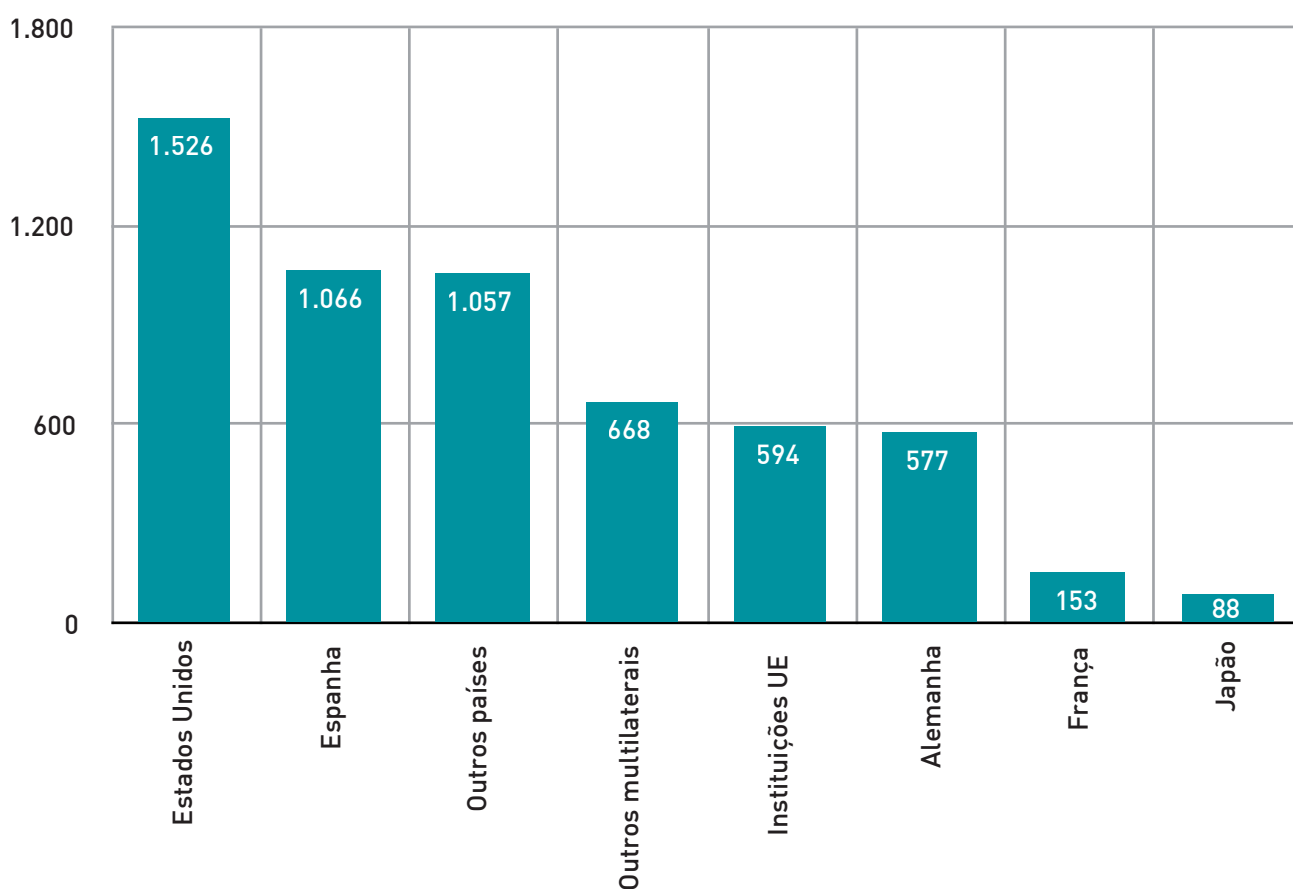
Sobre a dinâmica anterior, não obstante, influi a relação que a Colômbia manteve com o país que em 2009 se consolidou como primeiro doador à região: os Estados Unidos, que entre os anos 2000 e 2009 aumentou a sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento à América Latina em cerca de 18,3% da média anual, o que triplicou a sua contribuição desde os 500 até aos mais de 1.500 milhões de dólares. Importa aqui acrescentar e em referência ao parágrafo anterior que, no ano de 2009, cerca de 43% do total desses fundos americanos (mais de 650 milhões de dólares tiveram como destino específico a Colômbia; país para o qual representaram quase cerca de 62% do recebido(www.oecd.org/dac/stats/idsonline).

Neste sentido, o segundo doador, Espanha, foi na realidade quem fez o maior esforço para a região: a sua AOD registrou o maior ritmo de aumento, cerca de 28,4% anual (muito acima da média), alcançando um valor quase 5 vezes superior ao inicial (de cerca de 1.070 milhões de dólares em 2009 perante os 241 milhões do ano de 2000). No que se refere ao resto dos doadores e tal como se observa nos Gráficos VI.4 e VI.5, o grande deslocado foi o Japão (primeiro doador no ano de 2000), que desceu a sua assistência à região dos 750 milhões para os 88. Por fim, entre os bilaterais continuou a destacar-se a Alemanha e entre os multilaterais o conjunto das instituições da União Europeia (UE).

Em ambos os casos, a ajuda total de 2009 aos países latino-americanos ronda os 575 milhões de dólares, equivalentes, em cada caso, a cerca de 10% do total da ajuda que chegou à região.

Gráfico VI.4. Distribuição do total da AOD à região, por doador. 2009

Em milhões de dólares

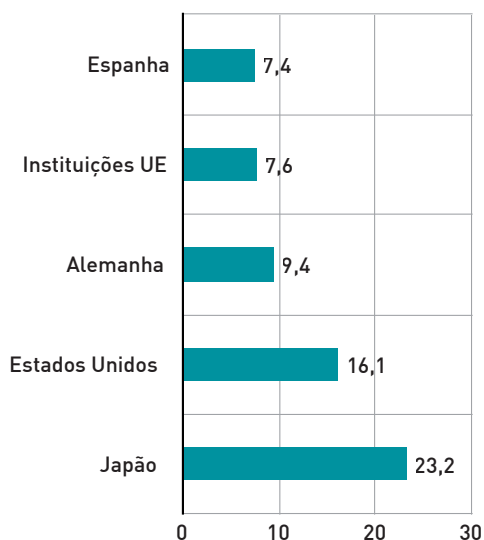


Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

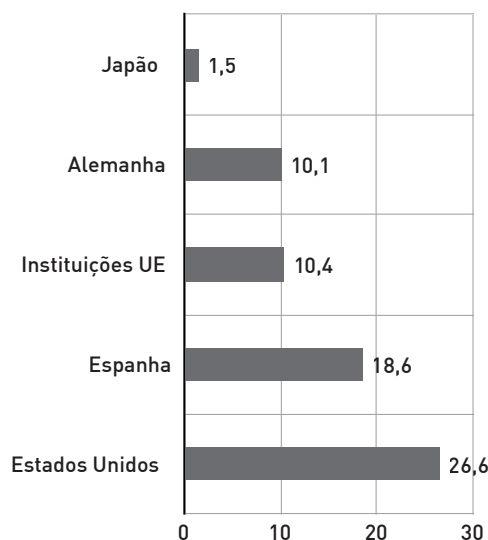
Gráfico VI.5. Peso dos doadores na AOD líquida destinada aos Países Ibero-Americanos. 2000 e 2009

Em milhões de dólares

VI.5.A. A. Participação no ano 2000



VI.5.B. Participação no ano 2009



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

VI.3. A AOD de Espanha, Portugal e Andorra para os seus parceiros ibero-americanos

No quadro dos países membros da Conferência Ibero-Americana, registram-se fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) a partir de Espanha, Portugal e Andorra para as nações classificadas de Rendimentos Médios da América Latina. Assim, e atendendo ao volume relativo da AOD mobilizada por cada um destes doadores, a presente seção analisa tanto o que aconteceu com estes fluxos nos anos 2009-2010, como a sua evolução desde 2000 até à última data. Tendo em conta ainda o atual contexto de crise econômica, realiza algumas previsões de futuro.

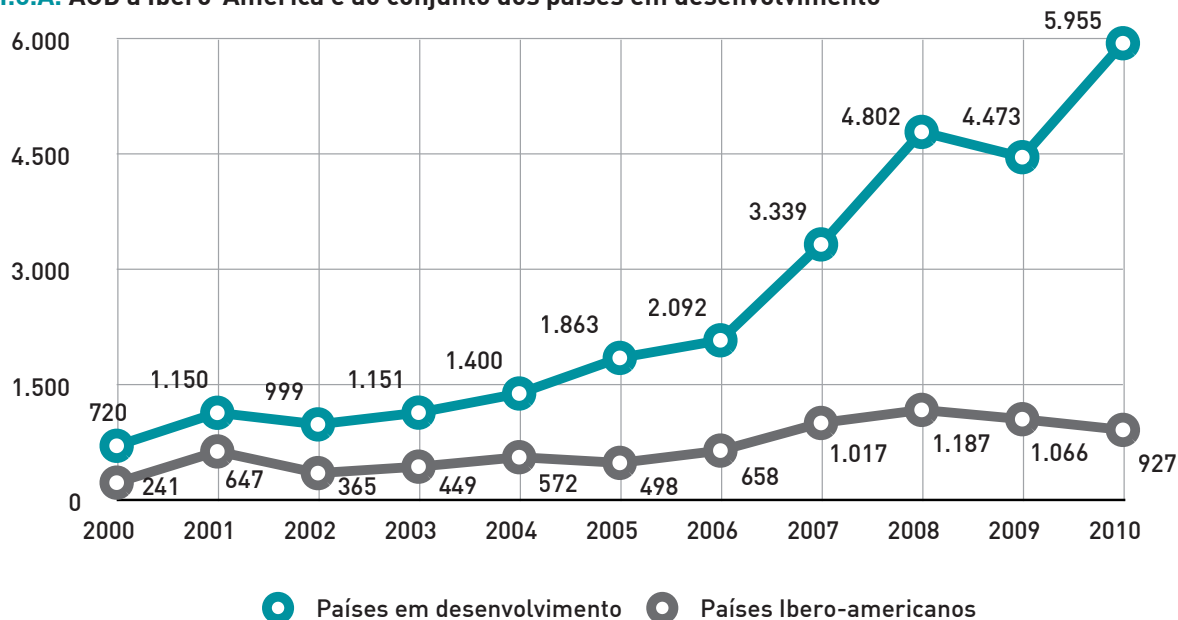
Neste sentido e pelo seu volume, a análise centra-se na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento procedente de Espanha. Assim, e tal como se observa a partir da linha superior do Gráfico VI.6.A, no ano de 2010, este país manteve o seu firme compromisso na luta contra a pobreza e, como vem fazendo desde o ano de 2005, voltou a aumentar o seu AOD para os países em desenvolvimento: cerca de 33% dos cerca de 4.500 milhões de dólares do ano 2009 até aos quase 6.000 milhões de 2010. As condições (crise econômica e ajuste fiscal) auguram, não obstante, que esta dinâmica de aumento será difícil de sustentar. Assim, o *Plano Anual de Cooperação Internacional* (PACI) para 2011 confirma que, após alguns anos de intenso aumento da AOD, a Cooperação Espanhola deverá “enfrentar o repto de alcançar os ODM a tempo em 2015 e fazê-lo (...) com recursos financeiros mais limitados” (DGPOLDE, 2011; p.10). Isto não implica que Espanha renuncie às metas defendidas nestes últimos anos; mas adia a sua consecução a partir de uma reprogramação do calendário de Ajuda: assim, o objetivo de alcançar uma proporção de AOD sobre o Rendimento Nacional Bruto (RNB) de 0.7% passa do ano 2012 para 2015; e para o ano de 2011, a AOD líquida cai para os 4.233 milhões de euros frente aos 4.491 milhões de 2010 (DGPOLDE, 2011 e 2010).

Esta reprogramação obriga também a recolocar-se em torno dos preceitos mais básicos da Declaração do Milênio e com ele uma nova concentração da Ajuda em torno dos países mais desfavorecidos; uma decisão que afeta diretamente os compromissos que Espanha sempre manteve de forma preferencial com a América Latina. De fato, e já desde o ano de 2008 (linha inferior do Gráfico VI.6.A), Espanha viu-se

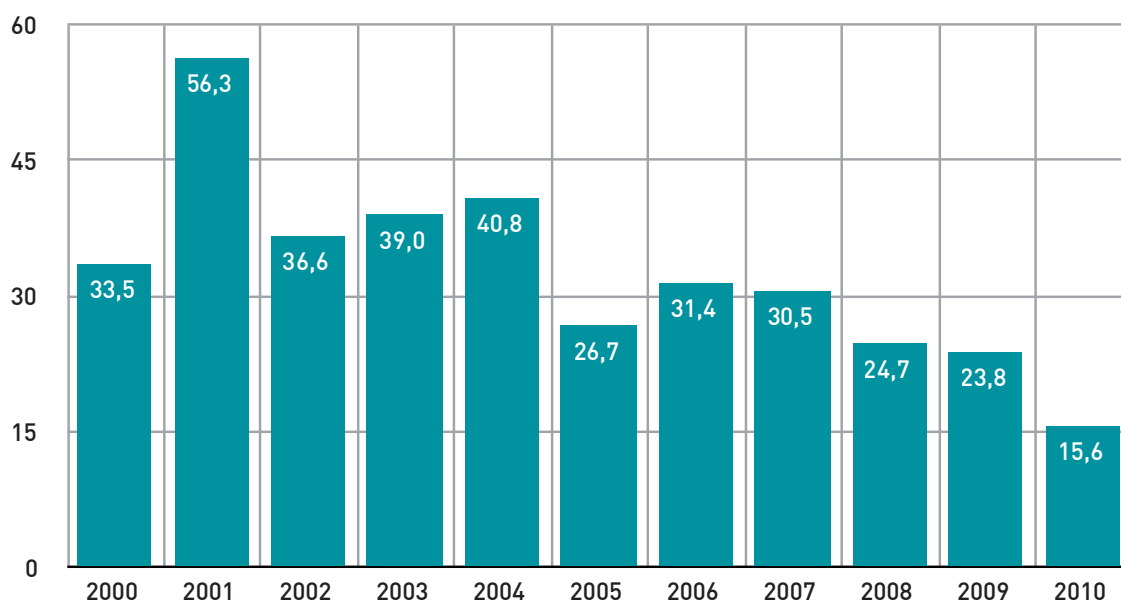
Gráfico VI.6. AOD líquida total que Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2010

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

VI.6.A. AOD à Ibero-América e ao conjunto dos países em desenvolvimento



VI.6.B. Participação da Ibero-América sobre o total da AOD líquida espanhola



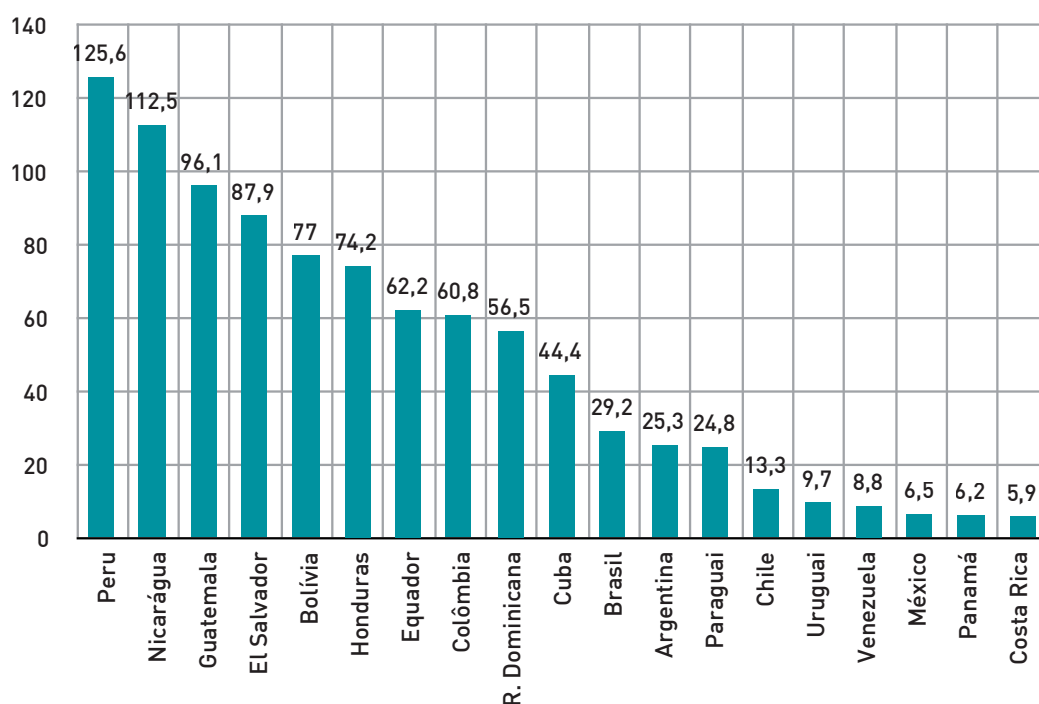
O dado correspondente ao total da AOD dada por Espanha no ano de 2010 foi facilitado pela Direção Geral de Políticas para o Desenvolvimento (DGPOLDE) do Ministério de Relações Exteriores de Espanha. O referido dado foi facilitado em euros e a sua conversão para dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano de 2010 (1€ = 1,3257 \$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu.

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID); e das estatísticas do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (www.oecd.org/dac/stats/idsonline).

obrigada a reduzir o seu volume de ajuda aos países da região: com efeito, em dois anos a queda acumulada aproximou-se aos 23%, o que reduziu o valor da AOD de 1.187 milhões de dólares em 2008 para os 927 milhões de 2010. A redução destes fundos perante o aumento ainda registrado pela AOD destinada a todos os países em desenvolvimento (de uma média de cerca de 13%) provocou que, pela primeira vez em toda a década, o peso relativo que a Ibero-América manteve sobre o total da AOD líquida espanhola se situa-se abaixo de 16% (Gráfico VI.6.B).

Gráfico VI.7. Distribuição do total da AOD espanhola à região, por receptor. 2010

Em milhões de dólares



Fonte: SEGIB a partir da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID).

Pelo seu lado e dentro desse marco ibero-americano, a distribuição da ajuda em termos de receptores seguiu uma orientação semelhante à da AOD mundial e concentrou-se, preferencialmente, nas sub-regiões andina e da América Central. Com efeito e tal como se observa a partir do Gráfico VI.7, dois países, Peru e Nicarágua, superaram no ano de 2010 a barreira dos 100 milhões de dólares e explicaram, entre ambos, mais de 25% do total da AOD que Espanha destinou à região. Próximo destes valores (96 e 88 milhões de dólares), encontravam-se outros dois países da América Central, Guatemala e El Salvador, os quais representaram, respectivamente, cerca de 10,4% e cerca de 9,5% da referida Ajuda. Seguiram-se, em importância relativa, Bolívia, Equador e Colômbia, por um lado; e Honduras por outro. Estes países receberam fundos que oscilaram entre os 60 e 75 milhões de dólares, e somaram-se outros 30% da AOD. Os 25% restantes dos 927 milhões de dólares que Espanha destinou à região em 2010, dividiram-se entre dois grandes grupos de países: em primeiro integra aqueles que receberam um fluxo de assistência de entre 25 e 55 milhões de dólares (República Dominicana, Cuba, Brasil, Argentina e Paraguai); o segundo refere-se aqueles receptores para onde Espanha destinou um máximo de 15 milhões (Chile, Uruguai, Venezuela, México, Panamá e Costa Rica).

Por fim, importa acrescentar mais duas questões: a primeira refere-se à composição setorial da Ajuda destinada à região em 2010; a segunda aos fundos extraordinários mobilizados esse ano a favor do Haiti. Mais especificamente:

1. A revisão que o PACI realiza relativamente à cooperação de 2010, coloca o ênfase em como a AOD finalmente mobilizada contribuiu para “*avançar num enfoque setorial das intervenções da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento*” (DGPOLDE, 2011; p.16). Por outras palavras, sobre como aprofundou em intervenções nas áreas da Saúde, Meio Ambiente e Alterações Climáticas; Gênero e Educação; assim como Água e Saneamento. A respeito deste último setor e para o caso específico ibero-americano, destacar que, no ano de 2010 e como se observa a partir da Tabela

VI.2, mais do que uma quarta parte da AOD destinada a Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras e República Dominicana teve como destino específico o denominado Fundo de Cooperação para a Água e o Saneamento, aprovado na XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Santiago do Chile em 2007 para colaborar no avanço da América Latina para a consecução da Meta 3 do ODM 7.

Tabla VI.2. Fundo de Cooperação para Água e Saneamento, segundo receptor. 2010

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

	CUBA	EQUADOR	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	R. DOMINICANA	TOTAL
Fundo Água	9,7	17,2	21,6	19,8	31,5	11,4	111,2
AOD espanhola	44,4	62,2	87,9	96,1	74,2	56,5	421,2
Participação	21,8	27,7	24,6	20,6	42,4	20,2	26,4

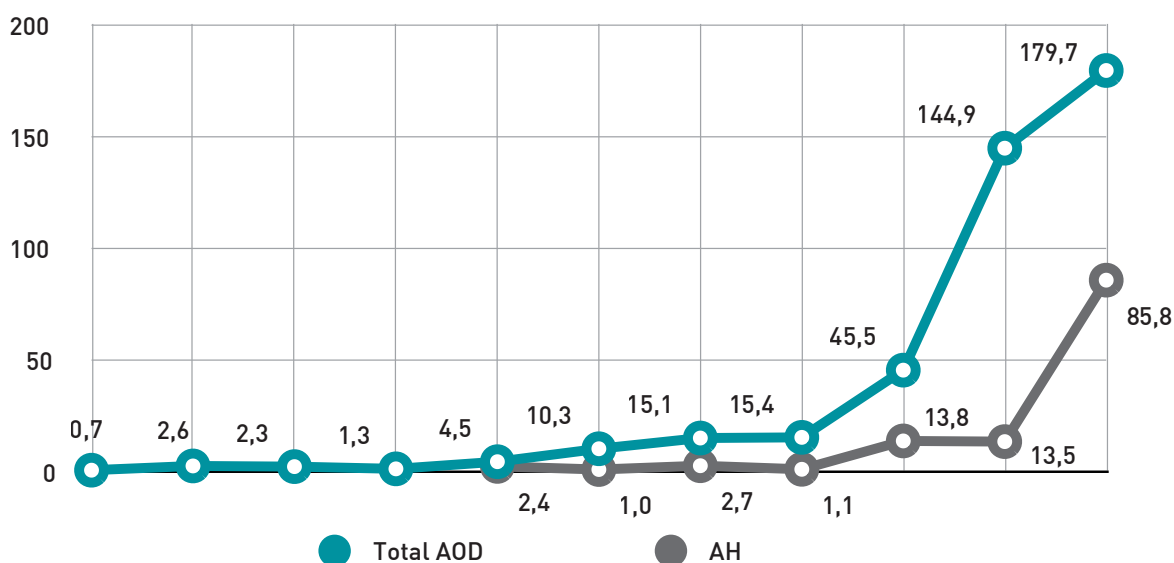
Nota: Os dados de 2010 obtiveram-se da AECID em Euros. A conversão para dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano de 2010 (1€ = 1,3257 \$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu.

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID).

2. Os valores de AOD do ano de 2010 estão marcados pelo impacto que sobre eles gerou a resposta de emergência perante o terremoto sofrido a 12 de janeiro pelo Haiti. Neste sentido, no ano de 2010, Espanha destinou ao Haiti cerca de 180 milhões de dólares, equivalentes praticamente à quinta parte do que destinou a todos os países ibero-americanos. Cerca de metade dessa AOD (Gráfico VI.8), deveu-se à resposta espanhola em termos de Ajuda Humanitária (mais de 85 milhões de dólares). De fato, a aposta de Espanha pelo desenvolvimento deste país das Antilhas data de 2008, quando confluíram dois fatores: a inclusão do Haiti como país prioritário da Cooperação Espanhola (*Plano Diretor 2005-2008*); outra resposta de emergência, neste caso para paliar os danos que causaram três devastadores furacões (o Gustav, o Ike e o Hanna). Fruto destas decisões, em poucos anos, Espanha consolidou-se como o terceiro doador bilateral para este país, apenas atrás dos Estados Unidos e Canadá (www.oecd.org/dac/stats/idsonline) (www.iberoamericaporhaiti.com).

Gráfico VI.8. AOD e Ajuda Humanitária (AH) espanhola destinada ao Haiti. 2000-2010

Em milhões de dólares

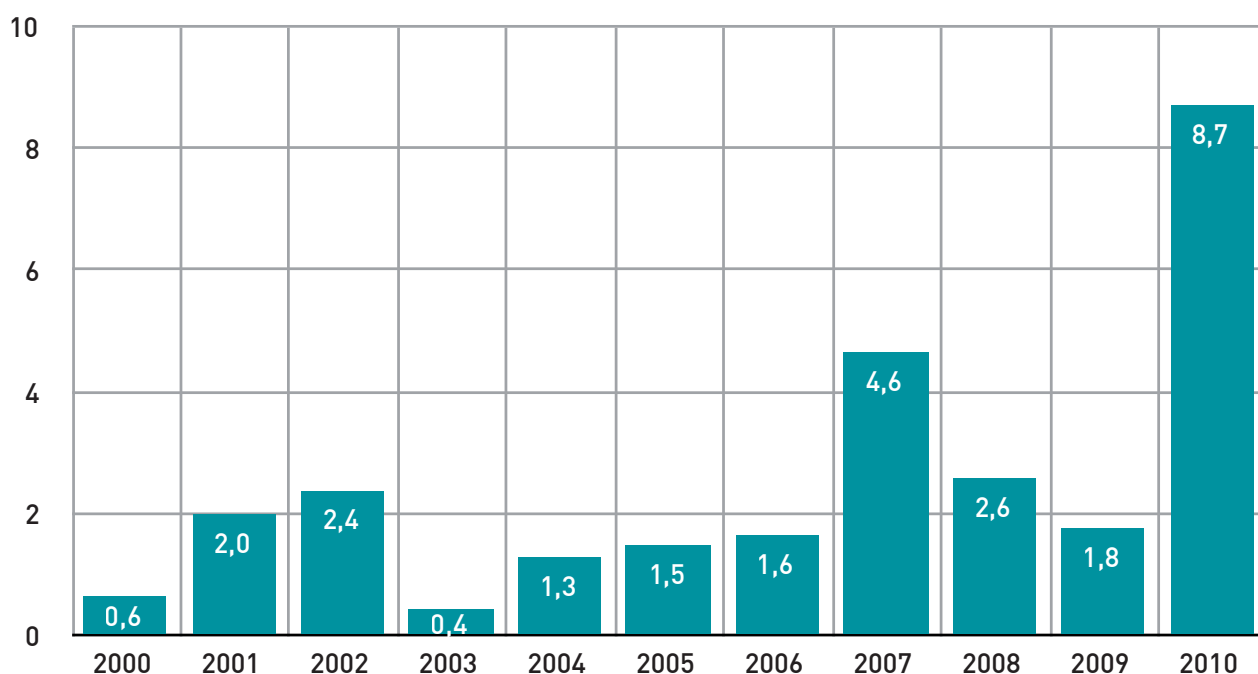


Nota: Os dados de 2010 obtiveram-se em euros; a sua conversão para dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano de 2010 (1€ = 1,3257 \$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu. Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID); e das estatísticas do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (www.oecd.org/dac/stats/idsonline).

No que se refere à cooperação de Portugal, importa destacar o importante aumento registrado pelos fundos destinados à região no ano de 2010 (Gráfico VI.9). Neste sentido e apesar de a América Latina não ser a região preferencial da cooperação portuguesa (são fundamentalmente – conjuntamente com o Brasil –, os países da Ásia e África com quem compartilham a língua), os fluxos de AOD para a América Latina cresceram de 1,8 milhões de dólares do ano 2009 para 8,7 em 2010. DE fato, a AOD portuguesa na região tende a manter-se abaixo dos 2,5 milhões de dólares e, ao longo de toda a década, apenas registra dois momentos de intenso aumento: o referido ao biênio 2009-2010; e um anterior correspondente aos anos 2006-2007. Ambos os picos se explicam pelo mesmo motivo, pois coincidem com a promoção a um Programa de Formação Avançada para Licenciados Universitários, que consiste numa bolsa de pós-graduações para que os cidadãos brasileiros estudem em Portugal. Apenas no ano de 2010, o referido Programa explicou 93% dos 8,7 milhões de dólares mobilizados.

Gráfico VI.9. AOD líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2010

Em dólares



Nota: O dado do ano 2010 procede da declaração do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em euros. A conversão para dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano de 2010 (1€ = 1,3257) proporcionada pelo Banco Central Europeu.

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e IPAD.

Por fim, no ano de 2010, Andorra continuou com os seus esforços por aumentar a sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Neste sentido, os fluxos de 2010 estiveram sempre relacionados com o envio de Ajuda Humanitária. Os valores a que ascendeu esta ajuda foram não obstante notáveis: mais de 1.275.000 dólares para o conjunto dos países em desenvolvimento; para além dos 200.000 para os países membros da Conferência (cerca de 16,5% do total anterior). Por ordem de importância relativa, os destinatários foram Bolívia (mais de 35.000); Chile, Guatemala e R. Dominicana (25.000 cada um); Costa Rica, Colômbia e Argentina (entre os 18.000 e os 11.000 dólares). Também importa destacar o esforço perante a emergência haitiana, à qual Andorra destinou mais de 160.000 dólares (equivalentes a 75% do total ibero-americano).

NOTAS

1- Importa aqui assinalar que este valor só considera os fluxos que se estima que tenham executado em 2010 os países membros do CAD; quer seja de modo bilateral ou através de agências multilaterais de cooperação. Relativamente aos números de anos anteriores não inclui a AOD que possa ter origem em doadores no CAD.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Alonso, Aguirre e Santander (2011). "A Cooperação Triangular: os doadores tradicionais perante a Cooperação Sul-Sul" em ICEI Paper nº 19, Instituto Complutense de Estudos Internacionais (ICEI), Madrid, 5pp
- Banco Mundial (BM) (2009). *Relatório sobre Seguimento Mundial 2009*. Banco Mundial, Washington, 14 pp.
- Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (2011). *Development Co-operation Report 2011*. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Paris, disponível em http://www.oecd.org/document/62/0,3746,en_2649_33721_42195902_1_1_1_1,00.html
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) (2011). *Balanço preliminar das economias da América Latina e Caribe*. CEPAL, Santiago do Chile
- Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (2010). *Tendências e avanços da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Relatório do Secretário Geral. Nova Iorque, 39 pp.
- Gómez Galán, Ayllón e Albarrán (2011). *Reflexões práticas sobre Cooperação Triangular*. Fundação CIDEAL de Cooperação e Investigação e Agência Espanhola para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Madrid, 128 pp.
- Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais (2011). *A Avaliação da Declaração de Paris. Resumo Executivo*. Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais, Dinamarca, 18 pp. Documento completo disponível em www.oecd.org/dac/evaluationnetwork/pde
- Instituto Inter-americano de Cooperação para a Agricultura (IICA) (2008). "Programa Auto-produção de alimentos frescos no Haiti. Pro-Horta 2005-2008" em *Revista Comunica*, segunda etapa, ano 4, janeiro-abril. IICA, pp. 31-37
- Escritório Nacional de Estatísticas (ONE) (2010). *Anuário Estatístico de Cuba*. ONE, Havana
- Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) (2010). *Ganadaria na América Latina. Cenário 2008-2009 e tendências do setor*. Santiago de Chile, 148 pp.
- Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (2011). "Cooperação Triangular: Aprendizagens e desafios da gestão". Relatório do Seminário-Workshop, Unidade Técnica do Programa, Santo Domingo (República Dominicana), 25 e 26 de julho, 27 pp.
- Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (2010). "Sistemas de Informação e registro da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: compartilhando experiências". Relatório do Seminário-Workshop, Unidade Técnica do Programa, Cartagena das Índias (Colômbia) 21-23 de julho, 37 pp.
- Santander Campos, G (coordenador) (2011). *Novos doadores e Cooperação Sul-Sul: estudo de caso*. Instituto Complutense de Estudos Internacionais (ICEI), Madrid, 180 pp.
- Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2011). *Balanço da Cooperação Ibero-Americana. Resultados dos Programas da Cooperação Ibero-Americana e Balanço de cinco anos de análises e Relatórios da Cooperação Sul-Sul*. Direção de Planificação da Secretaria para a Cooperação da SEGIB. AECID e SEGIB, Madrid, 22 pp.

- ----- (SEGIB) (2010a). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID). Madrid, 163 pp.
- ----- (SEGIB) (2010b). *Manual Operativo da Cooperação Ibero-americana aprovado na XX Cúpula Ibero-Americana de Mar del Plata*. SEGIB, Madrid, 29 pp.
- ----- (SEGIB) (2010c). *Memória da Cooperação Ibero-americana 2010*. SEGIB, Madrid, 84 pp.
- ----- (SEGIB) (2009). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2009*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID). Madrid, 151 pp.
- ----- (SEGIB) (2008). *II Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID). Madrid, 134 pp.
- ----- (SEGIB) e Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) (2011). "Orientações metodológicas" em *Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-américa 2011*. Madrid, 18 pp.

Declarações, resoluções e documentos oficiais

- Assembleia Geral das Nações Unidas (1978). *Resolução 33/134 relativa à Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD)* de 19 de dezembro, em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc>
- Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica para os Países em Desenvolvimento (1978). *Plano de Ação de Buenos Aires*, em <http://ssc.undp.org/ss-policy/policy-instruments/buenos-aires-plan-of-action/>
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) (2010). Resoluções aprovadas pelos estados membros da CEPAL no trigésimo terceiro período de sessões. Brasília, 18 pp.
- Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (2007). *Estratégia da Cooperação no quadro da Conferência Ibero-Americana*. 5 e 7 de novembro. Santiago do Chile, Chile, 17 pp.
- ----- (2003). *Declaração da XIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo*. 14 e 15 de novembro, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 11 pp.
- ----- (1995). *Convênio para a cooperação no quadro da Conferência Ibero-americana. V Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo*. 16 e 17 de outubro, São Carlos de Bariloche, Argentina, 4 pp.
- ----- (1991). *Declaração da I Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo*. I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo. 18 e 19 de julho, Guadalajara, México, 7 pp.
- Direção Geral de Planificação e Avaliação de Políticas de Desenvolvimento (DGPOLDE) (2011). *Plano Anual de Cooperação Internacional (PACI) 2011*, DGPOLDE e MAEC, Madrid, 146 pp.
- ----- (DGPOLDE) (2010). *Plano Anual de Cooperação Internacional (PACI) 2010*, DGPOLDE e MAEC, Madrid, 146 pp.

-
- (DGPOLDE) (2009). *Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2009-2012*. Aprovado pelo Conselho de Ministros em 13 de fevereiro de 2009. Madrid, 236 pp.
 - (2008). *Estratégia Multilateral da Cooperação Espanhola para o Desenvolvimento*. Resumo Executivo. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Madrid, 8 pp.
 - Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla (2009). *Declaração da XI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla*. 27 a 29 de julho, Guanacaste, Costa Rica, 13 pp.
 - (2004). *Declaração da VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla*. 25 de março, Manágua, Nicarágua, 7 pp.
 - (1998). *Declaração da III Cúpula de Chefe de Estados e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla*. 17 de julho, São Salvador, 15 pp.
 - (1996). *Declaração da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla*. 16 de fevereiro, São José, Costa Rica, 7 pp.
 - Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos em: http://www.un.org/es/comun/docs/?path=/es/documents/udhr/index_print.shtml
 - Reunião de Chefes de Governo do México e da América Central (1991). *Declaração de Tuxtla Gutiérrez "Tuxtla I"*. 10 a 11 de janeiro, Tuxtla, Chiapas, México, 9 pp.

Principales páginas digitales consultadas

- Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – www.abc.gov.br
- Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI) – www.agci.cl
- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) - <http://www.aecid.es/>
- Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) – www.apci.gob.pe
- Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI) - www.auci.gub.uy
- Aliança Bolivariana para as Populações da Nossa América (ALBA) - www.alianzabolivariana.org/
- Banco Mundial - <http://www.bancomundial.org/>
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) - <http://www.eclac.org>
- Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *International Development Statistics Online* – <http://www.oecd.org/dataoecd/idsoline>

-
- Comunidade Andina das Nações (CAN) – <http://www.comunidadandina.org/>
 - Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica (DGCTC) da Secretaria de Relações Exteriores (SRE) do México – <http://dgctc.sre.gob.mx>
 - Economic and Social Council (ECOSOC) – (<http://un.org/ecosoc>)
 - Fundo Argentino de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO-AR) - <http://www.cancilleria.gov.ar/portal/secin/dgcin/fo-ar.html>
 - A Ibero-América pelo Haiti – www.iberamericaporhaiti.com
 - Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional (HEGOA) - www.hegoa.ehu.es
 - Mercado Comum do Sul (MERCOSUR) – <http://www.mercosur.org.uy>
 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – <http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/>
 - Organização das Nações Unidas (ONU) - <http://www.un.org/>
 - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) - <http://www.fao.org>
 - Organização Mundial de Saúde (OMS) - <http://www.who.int/>
 - Organização Pan-americana da Saúde (OPS) - <http://www.paho.int/>
 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatórios sobre Desenvolvimento Humano - <http://hdr.undp.org/en/espanol/>
 - Programa Ibero-americano para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul – www.cooperacionsursur.org
 - Rede de Informação Humanitária para a América Latina e Caribe– www.redhum.com
 - Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) - <http://www.segib.org>
 - Secretaria Técnica para a Cooperação Internacional (SETECI) do Equador – www.seteci.gob.ec/
 - UNASUR – <http://www.pptunasur.com>
 - Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas. Dependência Especial do PNUD - <http://tcdc.undp.org/>

ANEXO

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2010

Em unidades

A.1.A. Dimensão social

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM -BAIXO						PRM -ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia																			0	
	El Salvador																			0	
	Guatemala																			0	
	Honduras																			0	
	Nicarágua																			0	
	Paraguai																			0	
PRM-ALTO	Argentina	3				2						2			2					9	
	Brasil	1	3										1		3	2	2			12	
	Chile		2					1				4					1			8	
	Colômbia			2		1					1						1	2		7	
	Costa Rica																			0	
	Cuba	1	1	1		1		1	1	1			1	1	1	2	1	3		16	
	Equador															1				1	
	México			1		7		4				1	1		2					16	
	Panamá																			0	
	Peru		2				1						4	1						8	
	R. Dominicana																			0	
	Uruguai							2	1	1	1		3							9	
Venezuela	1																	1	2		
TOTAL		6	8	4	0	9	3	2	7	2	2	0	2	15	3	4	7	4	9	1	88

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2010 (continuação)

Em unidades

A.1.B. Dimensão Econômica. Infra-estrutura e serviços

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL			
		PRM -BAIXO					PRM -ALTO															
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela	
PRM-BAIXO	Bolívia	1																			0	
	El Salvador		1																			0
	Guatemala			1											1							0
	Honduras				1																	0
	Nicarágua					1																0
	Paraguai						1															0
PRM-ALTO	Argentina			1		1	1		1			3		1	1						7	
	Brasil		2					1				2						1			6	
	Chile							1								1		1			0	
	Colômbia				2		1			2	2					1	1				9	
	Costa Rica									1											0	
	Cuba					2						1									2	
	Equador												1							1	1	
	México			1										1				1			3	
	Panamá														1						0	
	Peru				1		1		1				5								8	
	R. Dominicana																1				0	
	Uruguai		1				1		1				1						1		4	
Venezuela												4							1	4		
TOTAL		0	3	2	1	4	2	2	0	3	0	2	2	15	0	2	2	1	2	1	44	

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2010 (continuação)

Em unidades

A.1.C. Dimensão econômica. Setores produtivos

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL			
		PRM -BAIXO					PRM -ALTO															
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela	
PRM-BAIXO	Bolívia	1																			0	
	El Salvador		1																			0
	Guatemala			1											1							0
	Honduras				1																	0
	Nicarágua					1																0
	Paraguai						1															0
PRM-ALTO	Argentina	1				1	1	1	1				2			7	1				14	
	Brasil		2					1										2			4	
	Chile							1					1								1	
	Colômbia			2		3	1	1			3				2		1				13	
	Costa Rica										1										0	
	Cuba	1		1			1		2				1	2	1				1		10	
	Equador						1		1				1								2	
	México					1						1			1				1		4	
	Panamá															1					0	
	Peru		4	1																	5	
	R. Dominicana									1									1		2	
	Uruguai							1	1	1				1	1						5	
	Venezuela	1																			0	
TOTAL		1	6	4	0	5	4	2	4	2	2	3	1	4	3	5	7	2	5	0	60	

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2010 (continuação)

Em unidades

A.1.D. Outras dimensões

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM -BAIXO						PRM -ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia																			0	
	El Salvador																			0	
	Guatemala														1					1	
	Honduras																			0	
	Nicarágua																			0	
	Paraguai																			0	
PRM-ALTO	Argentina	4	1	1			9			1		1	3	1		3	1	1		26	
	Brasil	1	5												1			2		9	
	Chile	1						1					1			1		1		5	
	Colômbia		1	4	4	1					2				1	6	1			20	
	Costa Rica																			0	
	Cuba	1	1				1		1	2	1	1		3	1	1		1	1	15	
	Equador	2					3	1		1					3	1				11	
	México			4	1				1				1			7	2			17	
	Panamá				1															1	
	Peru	1	2	1		2	1	3			1				4		1			16	
	R. Dominicana																			0	
	Uruguai																			0	
	Venezuela																			0	
TOTAL		10	10	10	6	3	14	5	2	2	3	4	1	8	2	18	13	4	5	1	121

Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países classificaram-se segundo os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita. Em conformidade, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (INB per capita entre 976 a 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 a 11.905 dólares).

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tabela A.1. Classificação setorial aplicada aos projetos de Cooperação Sul-Sul

Dimensão Cooperação	Grupo CAD	Sector de atividade	Código	Descrição
Social	Infra-estrutura e serviços sociais	Educação	(11)	De básica a universitária. Políticas educativas, investigação, formação de professores, formação profissional...
		Saúde	(12)	Geral e básica. Política sanitária, serviços médicos, investigação médica, nutrição básica, infra-estrutura sanitária, educação sanitária, formação pessoal sanitário, cuidados sanitários básicos...
		População e saúde reprodutiva	(13)	Programas e política sobre população, cuidados de saúde reprodutiva, planificação familiar, luta contra DST, formação específica...
		Abastecimento e saneamento de água	(14)	Política de recursos hídricos, fornecimento e potabilização, desenvolvimento de bacias fluviais, formação...
		Outros	(15)	Serviços sociais, política de habitação...
Econômica	Infra-estrutura e serviços económicos	Energia	(21)	Geração e fornecimento. Política energética, produção energética, distribuição de gás, centrais térmicas, hidro-elétricas, energia solar, investigação energética...
		Transporte e armazenamento	(22)	Política de transporte, transporte por estrada, rodoviário, marítimo fluvial, aéreo, armazenamento...
		Comunicações	(23)	Política de comunicação, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e as comunicações...
		Ciência e tecnologia	(24)	Desenvolvimento científico e tecnológico, apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia...
		Banca e finanças	(25)	Política financeira, instituições monetárias, ensino serviços financeiros...
		Emprego	(26)	Política de emprego...
		Empresas	(27)	Serviços e instituições de apoio à empresa, desenvolvimento PME, privatizações, fortalecimento de processos de competência...
	Sectores produtivos	Extrativas	(2A)	Exploração e extração de recursos minerais e energéticos. Planificação e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais...
		Agricultura	(2B)	Política agrária, terras cultiváveis, reforma agrária, soberania alimentar, ganadaria, desenvolvimento agrário alternativo, cooperativas agrícolas...
		Silvicultura	(2C)	Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação em silvicultura...
		Pesca	(2D)	Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação pesqueira...
		Construção	(2E)	Política de construção
		Indústria	(2F)	Política industrial, indústrias por sectores...
		Turismo	(2G)	Política turística...
Outra	Multi-setorial	Governo	(31)	Fortalecimento institucional, planificação do desenvolvimento, gestão do setor público, modernização do Estado, governabilidade, Direitos Humanos (extensão de direitos de primeira, segunda e terceira geração), luta contra a impunidade, desmobilização, processos de consolidação da paz após conflitos (ONU), formação estatística...
		Sociedade civil	(32)	Fortalecimento da sociedade civil...
		Cultura	(33)	Cultura e ócio, bibliotecas, museus...
		Meio ambiente	(34)	Proteção do meio ambiente, políticas meio-ambientais, biodiversidade, sanidade animal, investigação meio-ambiental...
		Gênero	(35)	Programas e projetos que relacionem mulher e desenvolvimento, fomento e apoio a grupos e a organizações de mulheres...
		Prevenção de desastres	(36)	Apoio logístico à prevenção de desastres que tenham a sua origem em fenômenos sísmicos ou climatológicos
		Outros	(37)	Desenvolvimento rural, urbano, alternativo não agrário, comunitário...

Fonte: SEGIB a partir de CAD (novembro de 2004)

Tabela A.2. Custo Econômico de projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul-Bilateral. 2010

Projetos, Em unidades; custo, Em dólares.

PAÍS OFERTANTE	PAÍS RECEPTOR	PROJETOS (Nº)	CUSTO (\$)		
			OFERTANTE	RECEPTOR	TOTAL
Argentina	México		838,0	1.512,9	2.350,9
Argentina	México		777,0	2.311,6	3.088,6
Argentina	México		10.209,5	9.059,2	19.268,7
Argentina	México		11.011,7	6.756,8	17.768,5
Argentina	México		838,0	1.396,1	2.234,1
Argentina	México		12.669,5	12.643,2	25.312,7
Argentina	México	6	36.343,7	33.679,7	70.023,4
Brasil	Paraguai		154.160,0	154,2	154.314,2
Brasil	Paraguai		32.416,5	32.416,0	64.832,5
Brasil	Paraguai		69.990,0	69.990,0	139.980,0
Brasil	Paraguai		117.493,0	117.483,0	234.976,0
Brasil	Paraguai		120.040,0	120.040,0	240.080,0
Brasil	Paraguai		157.606,0	156.976,0	314.582,0
Brasil	Paraguai		143.780,0	143.780,0	287.560,0
Brasil	Paraguai		228.081,0	282.315,0	510.396,0
Brasil	Paraguai	8	1.023.566,5	923.154,2	1.946.720,7
Brasil	Colômbia		24.390,0	21.000,0	45.390,0
Brasil	Colômbia		20.285,0	5.000,0	25.285,0
Brasil	Colômbia		54.695,0	7.305,0	62.000,0
Brasil	Colômbia		3.136,0	8.928,0	12.064,0
Brasil	Colômbia		10.540,0	12.200,0	22.740,0
Brasil	Colômbia	5	113.046,0	54.433,0	167.479,0
México	Colômbia		4.785,7	5.981,0	10.766,7
México	Colômbia		2.194,1	57,0	2.251,1
México	Colômbia		1.349,5	87,0	1.436,5
México	Colômbia		2.174,8	2.167,0	4.341,8
México	Colômbia		1.349,5	87,0	1.436,5
México	Colômbia	5	11.853,6	8.379,0	20.232,6
México	El Salvador		800,0	1.758,5	2.558,5
México	EL SALVADOR		1.200,0	4.000,0	5.200,0
México	EL SALVADOR	2	2.000,0	5.758,5	7.758,5
BRASIL	COSTA RICA	1	128.160,0	36.900,0	165.060,0
BRASIL	EQUADOR	1	72.725,0	12.500,0	85.225,0
BRASIL	URUGUAI	1	177.070,0	1.894.400,0	2.071.470,0
CHILE	EL SALVADOR	1	6.805,9	6.000,0	12.805,9
COLÔMBIA	MÉXICO	1	8.500,0	1.200,0	9.700,0
COLÔMBIA	PANAMÁ	1	4.500,0	8.400,0	12.900,0
COLÔMBIA	PERU	1	1.033,0	714,0	1.747,0
MÉXICO	COSTA RICA	1	1.800,0	1.000,0	2.800,0
MÉXICO	EQUADOR	1	1.955,7	418,8	2.374,5
MÉXICO	PERU	1	1.212,6	800,0	2.012,6
		36	1.590.572	2.987.737	4.578.309

Nota: Trata-se daqueles projetos para os quais se dispõe de informação relativa tanto ao custo econômico assumido pelo ofertante como o assumido pelo receptor.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tabela A.3. Projetos ibero-americanos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral no Haiti. 2010

País ofertante e Projeto	Custo assumido pelo ofertante
Argentina	
Cooperação Técnica em Planificação, Economia e Finanças	25.026
Quantificação do gasto público dirigido à infância	3.008
Seminário Escravidão, religião e memória	2.402
	30.436
Brasil	
Fortalecimento Institucional para a Defesa e Reabilitação de Pessoas com incapacidades	6.206.000
Revitalização do Ministério de Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural	4.608.140
Centro de Formação Profissional para a Aprendizagem Industrial	4.013.751
Inclusão social através da prática desportiva do futebol	800.697
Formação da Polícia Nacional Haitiana – PNH Fase II	521.200
Criação de uma unidade de Demonstração e Validação de Tecnologias Agrícolas no Ministério	391.860
Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional	336.723
Apoio à implementação dos Bancos de Leite Humano	318.402
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Milho	303.070
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Arroz	303.070
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Feijão	303.070
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Batata doce	303.070
Construção de cisternas para Captação e Armazenamento de Água da Chuva	292.393
Promoção da sustentabilidade da Produção de Hortaliças na região de Kenscoff	232.550
Formação da Polícia Nacional Haitiana – PNH Fase III	228.530
Recuperação da infra-estrutura de estradas na zona metropolitana de Puerto Príncipe-Fase II	219.108
Recuperação da infra-estrutura de estradas na zona metropolitana de Puerto Príncipe. Fase I	172.565
Recuperação da infra-estrutura de estradas na zona metropolitana de Puerto Príncipe. Fase III	103.156
Formação na Escola Nacional de Talentos Desportivos e Estudo da Viabilidade Futuro Projeto	48.251
Pavimentação da via de acesso ao projeto de reciclagem de resíduos sólidos	46.361
Apoio a Iniciativas de Proteção da Infância. Fase II	27.842
Apoio a Iniciativas de Proteção da Infância. Fase I	13.296
	19.793.104
Chile	
Projeto Infância-Educação Pré-Escolar	375.112
Desenvolvimento Rural Local	115.78
	490.892
Colômbia	
Financiamento da fase de planificação, estudo e desenho do modelo de reconstrução de Cabaret	800.000
	800.000
Cuba	
Programa de segurança biológica na pesca	nd
Projeto de Modernização das Telecomunicações no Haiti	nd
Montagem e realização de workshops de reparação de equipamentos (transporte público, autocarros...)	nd
Programa de formação na construção e desenvolvimento de reservatórios para a aquicultura familiar	nd
Programa de aquicultura familiar	nd
Programa de Formação de médicos	nd
Missão Sorriso	nd
Operação Milagres	nd
Brigadas Emergentes	nd
Programa Alfabetização	nd
Pesca intensiva	nd
Reconstrução e implementação de Ingenio Darbonne	nd
Fortalecimento do Sistema de Saúde do Haiti	nd
Programa formação de recursos humanos em artes cénicas e música. Departamento de Mermelade	nd
Assessoria para o controlo sanitário animal	nd
Programa Integral de Saúde (PIS)	nd
Programa de Formação de recursos humanos (Agricultura)	nd
Programa de Formação de recursos humanos (Saúde)	nd

Tabela A.3. Projetos ibero-americanos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral no Haiti. 2010 (continuação)

País ofertante e Projeto	Custo assumido pelo ofertante
México	
Apoio ao fortalecimento institucional do governo do Haiti	5.000.000
Cooperação no quadro da Aliança Público-Privada México-Haiti	3.000.000
Programa de médio e longo prazo em matéria de saúde entre os governos do México e Haiti	76.414
Fortalecimento institucional do Observatório Nacional do Meio Ambiente	4.797
Apoio de instituições de educação superior mexicanas ao sistema universitário haitiano	nd
	8.081.211

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.4. AOD líquida mundial destinada aos países em desenvolvimento, segundo doadores. 2000-2009

Em milhões de dólares

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
CAD	36.195	35.282	40.964	49.982	54.635	82.895	77.269	73.378	87.199	83.670
No CAD	652	470	2.787	2.918	2.901	2.642	4.007	3.684	7.173	5.580
Multilaterais	12.680	16.276	17.966	18.130	22.282	22.904	25.273	29.712	32.517	38.385
P. EM DESENVOLVIMENTO	49.527	52.028	61.716	71.030	79.818	108.441	106.549	106.775	126.890	127.636

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

Tabela A.5. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo receptor. 2000-2009

Em milhões de dólares; peso, em percentagem. Ordem decrescente, segundo dados 2009

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Colômbia	185,9	384,4	438,4	800,4	514,8	620,5	1.005,2	722,8	972,0	1.060,2
Nicarágua	560,4	931,0	517,2	842,6	1.240,2	763,4	740,2	840,3	740,7	774,0
Bolívia	481,7	743,7	689,3	938,4	785,4	643,1	850,0	476,8	627,9	725,8
Honduras	448,3	657,1	461,4	393,8	657,9	690,1	594,4	464,3	564,3	457,1
Peru	396,8	450,6	488,5	516,9	463,5	450,5	463,4	308,5	463,0	441,9
Guatemala	263,1	234,3	249,6	246,8	217,1	256,6	484,3	454,4	536,0	376,2
Brasil	231,4	219,5	207,7	198,3	154,4	243,1	113,4	321,2	460,4	338,5
El Salvador	179,7	237,5	233,3	192,2	216,4	204,5	162,9	88,1	233,4	276,7
Equador	146,1	183,6	220,0	174,9	153,3	225,8	187,8	217,3	230,6	208,6
México	-57,8	118,0	125,0	123,0	107,8	180,4	269,7	113,3	149,0	185,5
Paraguai	81,6	61,4	56,8	51,2	22,4	50,7	56,0	108,0	133,5	148,3
Argentina	52,4	145,4	81,4	106,6	91,3	96,0	115,1	101,3	130,5	127,7
R. Dominicana	56,0	106,9	145,0	68,9	84,5	80,6	53,8	123,1	156,0	119,8
Cuba	44,0	53,7	63,7	75,0	103,5	88,4	93,7	92,8	127,5	116,4
Costa Rica	9,6	0,4	-0,3	29,0	12,8	25,8	31,7	58,2	66,1	109,3
Chile	48,9	75,3	-7,3	85,7	54,4	167,3	101,4	104,9	107,9	79,7
Venezuela	76,1	44,7	56,5	81,1	44,9	50,3	62,9	77,8	59,2	66,8
Panamá	15,4	26,1	20,4	27,4	22,6	26,7	31,0	-135,0	28,5	65,5
Uruguai	17,4	15,2	13,7	23,6	29,1	14,4	21,1	37,0	33,3	50,6
P. IBERO-AMERICANOS	3.237	4.689	4.060	4.976	4.976	4.878	5.438	4.575	5.820	5.729
P. EM DESENVOLVIMENTO	49.527	52.028	61.716	71.030	79.818	108.441	106.549	106.775	126.890	127.636
Participação	6,5	9,0	6,6	7,0	6,2	4,5	5,1	4,3	4,6	4,5

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

Tabela A.6. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo doador. 2000-2009

Em milhões de dólares. Ordem decrescente, segundo valores de 2009.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados Unidos	521	1.000	986	1.501	1.124	1.236	1.582	1.046	1.426	1.526
Espanha	241	647	365	449	572	498	658	1.017	1.187	1.066
Alemanha	306	307	320	434	611	385	359	345	568	577
França	83	85	133	155	235	122	229	276	156	153
Japão	750	710	546	441	271	404	414	203	225	88
Outros países	687	835	921	859	1.020	1.068	844	494	1.109	1.057
<i>Total Bilaterais</i>	<i>2.588</i>	<i>3.585</i>	<i>3.272</i>	<i>3.838</i>	<i>3.834</i>	<i>3.711</i>	<i>4.087</i>	<i>3.381</i>	<i>4.671</i>	<i>4.466</i>
Instituições UE	245	424	263	392	365	444	531	624	521	594
Outros organismos	405	680	525	745	778	723	820	570	627	668
<i>Total Multilaterais</i>	<i>649</i>	<i>1.104</i>	<i>788</i>	<i>1.138</i>	<i>1.143</i>	<i>1.167</i>	<i>1.351</i>	<i>1.194</i>	<i>1.148</i>	<i>1.263</i>
TODOS OS DOADORES	3.237	4.689	4.060	4.976	4.976	4.878	5.438	4.575	5.820	5.729

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.**Tabela A.7. AOD líquida destinada por Espanha ao resto dos países ibero-americanos. 2000-2010**

Em milhões de dólares

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009
Argentina	-6,5	-3,9	9,9	41,2	33,4	12,3	13,8	21,6	29,7	24,1	25,3
Bolívia	22,4	29,7	30,8	51,6	54,5	66,7	51,6	74,6	93,0	97,6	77,0
Brasil	5,6	6,5	6,2	7,1	9,9	10,2	17,2	32,8	36,8	64,9	29,2
Colômbia	12,6	25,1	32,4	14,4	9,6	31,0	69,0	64,3	85,0	148,6	60,8
Costa Rica	11,0	3,3	10,1	10,1	9,9	2,3	3,0	10,0	15,5	9,3	5,9
Cuba	10,6	9,7	13,3	14,5	16,6	15,2	17,6	24,0	45,8	37,7	44,4
Chile	-1,6	-2,9	1,7	2,0	3,4	4,1	4,3	6,7	7,1	9,6	13,3
Equador	23,2	18,9	43,0	24,6	31,5	48,2	37,7	71,3	87,9	48,7	62,2
El Salvador	22,4	45,9	55,7	27,0	27,5	42,6	44,1	61,1	83,6	125,7	87,9
Guatemala	14,5	16,5	17,5	23,5	22,4	38,9	223,8	252,9	255,9	113,4	96,1
Honduras	34,9	33,0	36,4	57,6	54,0	95,0	44,3	110,8	117,6	58,4	74,2
México	-11,4	-9,2	-12,0	-26,5	-28,3	-24,5	-23,1	-17,2	-15,1	-14,5	6,5
Nicarágua	19,7	399,5	22,3	72,7	207,7	60,1	36,6	115,1	125,4	142,4	112,5
Panamá	13,0	7,3	5,9	8,1	6,6	4,5	6,4	10,6	7,4	6,3	6,2
Paraguai	5,3	8,4	4,1	11,7	6,4	7,1	9,8	13,3	23,0	38,9	24,8
Peru	18,5	29,1	31,9	44,4	56,2	65,5	69,4	109,4	131,5	100,2	125,6
R. Dominicana	15,8	17,1	38,2	24,8	45,1	21,4	18,3	27,3	32,1	29,2	56,5
Uruguai	2,8	1,8	1,2	4,4	2,7	2,3	4,1	12,7	9,4	12,2	9,7
Venezuela	28,2	11,4	16,7	35,7	2,8	-5,4	9,9	15,9	15,5	12,9	8,8
TOTAL PAÍSES IBERO-AMERICANOS	241,1	647,3	365,2	448,8	571,7	497,5	657,8	1.017,1	1.187,1	1.065,6	926,8
Total países em desenvolvimento	720,2	1.149,5	998,5	1.151,4	1.400,2	1.863,0	2.092,0	3.338,9	4.801,6	4.473,1	5.954,8

Nota: Os dados foram obtidos da AECID em Euros. A conversão para dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano de 2010 (1€ = 1,3257 \$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu. **Fonte:** SEGIB a partir das declarações da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID); e das estatísticas do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (www.oecd.org/dac/stats/idsonline).



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Organismo Internacional da Conferência Ibero-Americana



Com a colaboração do:



www.segib.org